

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO PARANÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DE TECNOLOGIA - CCET
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO URBANA - PPGTU**

JEFFERSON MARCEL GROSS MENDES

**INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E SEUS IMPACTOS NO
PROCESSO DE GESTÃO DAS FINANÇAS MUNICIPAIS: estudo de
multicasos em três municípios da Região Metropolitana de Curitiba**

Curitiba

2008

JEFFERSON MARCEL GROSS MENDES

**INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E SEUS IMPACTOS NO
PROCESSO DE GESTÃO DAS FINANÇAS MUNICIPAIS: estudo de
multicasos em três municípios da Região Metropolitana de Curitiba**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana – PPGTU, do Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia – CCET, da Pró-Reitoria de Graduação, Pesquisa e Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica do Paraná – PUCPR como requisito parcial para obtenção do grau de mestre em Gestão Urbana.

Professor orientador:
Dr. Denis Alcides Rezende

Professor co-orientador:
Dr. Christian Luiz da Silva

Curitiba

2008

Dados da Catalogação na Publicação
Pontifícia Universidade Católica do Paraná
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/PUCPR
Biblioteca Central

M538i
2008 Mendes, Jefferson Marcel Gross
Indicadores socioeconômicos e seus impactos no processo de gestão das
finanças municipais : estudo de multicasos em três municípios da Região
Metropolitana de Curitiba / Jefferson Marcel Gross Mendes ; orientador, Denis
Alcides Rezende ; co-orientador, Christian Luiz da Silva. -- 2008.
172 f. : il. ; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná,
Curitiba, 2008
Bibliografia: f. 138-144

1. Finanças municipais – Paraná. 2. Indicadores sociais. 3. Indicadores
econômicos. 4. Curitiba, Região Metropolitana de (PR). 5. Desenvolvimento
econômico. I. Rezende, Denis Alcides. II. Silva, Christian Luiz da. III. Pontifícia
Universidade Católica do Paraná. Programa de Pós-Graduação em Gestão
Urbana. IV. Título.

CDD 20. ed. – 336.0148162

**INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E SEUS IMPACTOS NO
PROCESSO DE GESTÃO DAS FINANÇAS MUNICIPAIS: estudo de
multicasos em três municípios da Região Metropolitana de Curitiba**

Por

JEFFERSON MARCEL GROSS MENDES

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de mestre no Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana, área de concentração em Gestão Urbana, do Centro de Ciências Exatas e de Tecnologia, da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Prof. Dr. Fábio Duarte de Araújo Silva
Diretor do Programa – PPGTU/PUCPR

Prof. Dr. Denis Alcides Rezende
Orientador – PPGTU/PUCPR

Prof. Dr. Christian Luiz da Silva
Co-Orientador – PPGTU/PUCPR

Prof. Dr. Letícia Peret Antunes Hardt
Membro Interno – PPGTU/PUCPR

Prof. Dr. Rainer Randolph
Membro Externo – IPPUR/UFRJ

Curitiba, 28 de outubro de 2008.

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, Francisco (*in memoriam*) e Glacy, por sempre me apoiarem de forma incontestada.

Em especial à minha companheira Josenilde e minha filha Jessica, por estarem sempre ao meu lado e iluminarem minha vida.

AGRADECIMENTOS

Aos professores que compõem o corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana da Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Aos colegas de Mestrado da turma de 2007 com os quais convivi.

Especialmente ao Professor Denis Alcides Rezende, pelo privilégio de compartilhar de sua sabedoria, amizade e orientação.

Aos Representantes das Prefeituras de Almirante Tamandaré, Lapa e Piraquara, por sua receptividade e presteza de informações.

E por fim, agradeço a Deus, em permitir que eu pudesse escolher meu caminho e por revigorar minhas energias para atingir meus objetivos.

EPÍGRAFE

Só a natureza é divina, e ela não é divina...
Se às vezes falo dela como de um ente.
É que para falar dela preciso usar da linguagem dos homens.
Que dá personalidade às cousas,
E impõe nomes às cousas.
Mas as cousas não têm nome nem personalidade:
Existem, e o céu é grande e a terra larga,
E o nosso coração do tamanho de um punho fechado...
Bendito seja eu por tudo quanto não sei.
É isso tudo que verdadeiramente sou.
Gozo tudo isso como quem está aqui ao sol.

Trecho de “O Guardador de Rebanhos”
Fernando Pessoa.

Cada dia a natureza produz o suficiente para nossa carência. Se cada um tomasse o que lhe fosse necessário, não haveria pobreza no mundo e ninguém morreria de fome.

Mahatma Gandhi

RESUMO

A condução ao crescimento econômico local sugere uma planificação orientada e participativa, onde na esfera governamental a avaliação de benefícios e da eficiência alocativa, traduz a dicotomia existente entre as decisões de prioridades qualitativas e a racionalidade econômica do governo. Neste ambiente, as questões a serem respondidas são: como se dá o processo de gestão das finanças municipais? como os limitantes do orçamento municipal influenciam no processo de gestão das finanças municipais?. Definidas as questões-problema, o objetivo deste trabalho é analisar os indicadores socioeconômicos e seus impactos no processo de gestão das finanças municipais. A fundamentação teórica enfatiza a produção de riquezas, finanças públicas e indicadores socioeconômicos. Para atingir o objetivo proposto, optou-se pelo método de estudo de multicasos, onde o protocolo de pesquisa foi organizado por meio de construtos e roteiro de entrevista. Os construtos foram divididos em dois grupos principais contemplando indicadores socioeconômicos e processo de gestão de finanças municipais. Estes indicadores foram obtidos por meio de coleta de dados e pesquisa documental, o que permitiu organizar e analisar o comportamento dos municípios selecionados. O roteiro de entrevista foi construído com perguntas abertas, relacionadas aos construtos delimitadores da pesquisa, com o objetivo de identificar o comportamento dos gestores em relação às finanças municipais. Por fim, a análise comparativa entre as respostas dos gestores municipais e a observação dos construtos, permitiu perceber a relação entre os indicadores socioeconômicos e a gestão das finanças municipais. Neste sentido, foi identificado como os gestores se comportam no processo de previsão de receitas orçamentárias e de distribuição de recursos perante as Secretarias Municipais. Como conclusão, percebeu-se que a observação dos indicadores socioeconômicos é pouco significativa para os gestores na formulação das políticas públicas, resultando em ações pontuais e de curto prazo. A fundamentação para este comportamento está na argumentação de que existem fatores importantes que influenciam a formulação do orçamento municipal. A autonomia sobre as receitas orçamentárias se dá somente em relação às de competência municipal, uma vez que as provenientes das transferências correntes já estão definidas pelos estados e pela União. Já em relação às despesas, os gestores cumprem as limitações e obrigações mínimas estabelecidas pela constituição brasileira e pela lei de responsabilidade fiscal. Entretanto, pelo fato desta pesquisa ter sido realizada em três municípios paranaenses, não é possível generalizar tal comportamento. Para os municípios, a contribuição se justifica na proposta de adoção de um processo de gestão das finanças municipais que considere a análise de indicadores socioeconômicos para a gestão das finanças municipais. Para a academia, na formulação de um procedimento metodológico que permita uma maior aproximação com o setor público.

Palavras-chave: crescimento econômico; racionalidade econômica; limitantes legais; gestão das finanças municipais; indicadores socioeconômicos.

ABSTRACT

The driving economic growth suggests a local planning oriented and participatory, where the Government in the assessment of benefits and allocative efficiency, reflects the dichotomy between the decisions of qualitative priorities and economic rationality of the government. In this environment, questions to be answered are: how to give the management of municipal finances? such as limiting the city budget process to influence the management of municipal finances? Defined the issues, problems, the objective of this study is to analyze socioeconomic indicators and their impacts on the management of municipal finances. The theoretical foundation emphasizes the production of wealth, public finance and socioeconomic indicators. To achieve the proposed objective, was chosen by the method of study multicase, where the research protocol was organized through constructs and roadmap for interview. The constructs were divided into two main groups, including socioeconomic indicators and case management of municipal finances. They were obtained by collecting data and documentary research, which enabled organize and analyze the behavior of selected municipalities. The road map was constructed from interviews with open questions, related to the research constructs delimiters, to identify the behavior of managers for municipal finances. Finally, the comparative analysis between the responses of municipal managers and observation of constructs, allowed understand the relationship between socioeconomic indicators and management of municipal finances. In this sense, was identified as the managers are behaving in the budget estimates of revenue and distribution of resources at the municipal secretaries. In conclusion showed that the observation of socioeconomic indicators is not very significant for managers in the formulation of public policies, resulting in specific actions and short-term. The reasons for this behavior is the argument that there are important factors that influence the formulation of the municipal budget. The autonomy on the revenue budget is given only in relation to the municipal jurisdiction, since the coming of current transfers are set by the states and the Union already on expenditure, managers comply with the restrictions and obligations set out by constitution Brazilian and the law of fiscal responsibility. However, because this survey was conducted in three municipalities Paranaenses, you can not generalize such behavior. For the municipalities, the contribution is justified in the proposed adoption of a process of management of municipal finances to consider the analysis of socioeconomic indicators for the management of municipal finances. For the academy, in the formulation of a methodological procedure that allows a greater rapprochement with the public sector.

Key words: economic growth, economic rationality; limiting legal, management of municipal finances; socioeconomic indicators.

LISTA DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 01 - Fluxo circular de renda.....	31
Figura 02 - Relação entre população e trabalho.....	37
Figura 03 - Esforços de integração das 5 esferas.....	60
Figura 04 - Dimensões do planejamento regional.....	62
Figura 05 - Cenários das relações regionais.....	64
Figura 06 - Cenário contextual.....	64
Figura 07 - Cenário estratégico.....	65
Figura 08 - Cenário político.....	66
Figura 09 - Hexágono do desenvolvimento regional.....	67
Figura 10 - Integração das fases de pesquisa.....	79
Figura 11 - Amostra e unidade de observação.....	82
Figura 12 - Divisão política, ZEE das APAs e ZEE das UTPs da RMC.....	89
Figura 13 - Áreas com restrições ambientais, mananciais de superfície e subterrâneos na RMC.....	90
Gráfico 01 - Produto interno bruto da Região Metropolitana de Curitiba a preços constantes.....	96
Gráfico 02 - Evolução do orçamento nos municípios da Região Metropolitana de Curitiba entre 2002 e 2006.....	105
Gráfico 03 - Participação no orçamento nos municípios da Região Metropolitana de Curitiba entre 2002 e 2006.....	106
Gráfico 04 - Participação das fontes na formação das receitas municipais dos municípios estudados.....	108
Gráfico 05 - Percentual dos gastos por funções nos municípios estudados.....	110

LISTA DE QUADROS E TABELAS

Quadro 01 - Espécies tributárias.....	57
Quadro 02 - Repartição das receitas tributárias.....	69
Quadro 03 - Limites de despesas com pessoal do setor público em relação à Receita Corrente Líquida.....	76
Quadro 04 - Construto e variáveis dos indicadores socioeconômicos.....	85
Quadro 05 - Construto e variáveis do processo de gestão das finanças municipais.....	86
Quadro 06 - Roteiro de entrevista.....	87
Quadro 07 - Consolidação dos resultados auferidos com indicadores econômicos.....	116
Quadro 08 - Consolidação dos resultados auferidos com indicadores sociais.....	120
Quadro 09 - Consolidação dos resultados auferidos com finanças municipais: receitas.....	122
Quadro 10 - Consolidação dos resultados auferidos com finanças municipais: despesas.....	126
Tabela 01 - Quantidade de municípios por Unidade Federativa.....	51
Tabela 02 - Evolução da arrecadação tributária das esferas de governo, no período entre 1989 e 2005.....	54
Tabela 03 - Evolução dos recursos disponíveis para as esferas de governo, no período entre 1989 e 2005.....	55
Tabela 04 - Percentual do FPM e FUNDEB por estado em 2007.....	56
Tabela 05 - Repartição do FPM entre os municípios da RMC no período de 2002 a 2006.....	109

APÊNDICES

Apêndice A	- Artigos publicados.....	146
Apêndice B	- Roteiro de entrevista: Almirante Tamandaré.....	147
Apêndice C	- Roteiro de entrevista: Lapa.....	152
Apêndice D	- Roteiro de entrevista: Piraquara.....	156
Apêndice E	- Produto Interno Bruto a Preços Correntes e constantes corrigidos pelo IGP-DI - Ano base: 2005.....	160
Apêndice F	- Produto Interno Bruto por setores a Preços Correntes e constantes corrigidos pelo IGP-DI - Ano base: 2005.....	161
Apêndice G	- Produto Interno Bruto per capita nos municípios da RMC entre 2002 e 2005.....	164
Apêndice H	- População total dos municípios entre 1980 e 2007 na RMC.....	165
Apêndice I	- Indicadores de educação nos municípios de Almirante Tamandaré, Lapa e Piraquara entre 2002 e 2007.....	166
Apêndice J	- Indicadores de emprego nos municípios de Almirante Tamandaré, Lapa e Piraquara entre 2002 e 2006.....	167
Apêndice K	- Finanças municipais: Almirante Tamandaré entre 2002 e 2006.....	168
Apêndice L	- Finanças municipais: Lapa entre 2002 e 2006.....	169
Apêndice M	- Finanças municipais: Piraquara entre 2002 e 2006.....	170
Apêndice N	- Receita tributária municipal na RMC entre 2002 e 2006.....	171
Apêndice O	- Receitas orçamentárias nos municípios da RMC entre 2002 e 2006.....	172

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AC	- Área de comercialização
ADCT	- Ato das disposições constitucionais transitórias
APA	- Área de proteção ambiental
APCC	- Arranjo produtivo da cal e do calcário
APL	- Arranjo produtivo local
BACEN	- Banco central do Brasil
BB	- Banco do Brasil
BT	- Base tecnológica
CDB	- Certificado de depósito bancário
CEPAL	- Comissão econômica para a América Latina e Caribe.
CIDE	- Contribuições de intervenção no domínio econômico
CF88	- Constituição Federal da República Federativa do Brasil de 1988
CNPJ	- Cadastro nacional de pessoa jurídica
COMEC	- Coordenação da região metropolitana de Curitiba
CRA	- Conselho regional de administração
CREA	- Conselho regional de engenharia e arquitetura
C&T	- Ciência e Tecnologia
CTN	- Código tributário nacional
DA	- Demanda Agregada
DIEESE	- Departamento intersindical de estatísticas e estudos socioeconômicas
DL	- Decreto Lei
DMF	- Delegacia do ministério da fazenda
EC	- Emenda Constitucional
EUA	- Estados Unidos da América
Facop	- Fundação do asseio e conservação do estado do Paraná
FBKFS	- Formação bruta de capital fixo
FGV	- Fundação Getúlio Vargas
FIEP	- Federação das indústrias do estado do Paraná
FPE	- Fundo de participação dos estados
FPM	- Fundo de participação dos municípios
FUNDEB	- Fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação
FUNDEF	- Fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH	- Índice de Desenvolvimento Humano
IE	- Imposto sobre Exportação
IG	- Imposto de Guerra
IGF	- Imposto sobre Grandes Fortunas
IGP-DI	- Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna

II	- Imposto sobre Importação
INCRA	- Instituto nacional de colonização e reforma agrária
INSS	- Instituto nacional de seguridade social
IOF	- Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários
IPARDES	- Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPI	- Imposto sobre Produto Industrializado
IPTU	- Imposto sobre propriedade Predial e Territorial Urbana
IPVA	- Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores
IR	- Imposto de Renda
ISS	- Imposto Sobre Serviços
ISSQN	- Imposto sobre serviços de qualquer natureza
ITBI	- Imposto sobre Transferência de Bens Imóveis
ITCMD	- Imposto sobre Transferência Causa Mortis e Doações
ITR	- Imposto sobre propriedade Territorial Rural
LDO	- Lei das diretrizes orçamentárias
LC	- Lei complementar
LFT	- Letras financeiras do tesouro
LOA	- Lei orçamentária anual
LRF	- Lei de responsabilidade fiscal
LTN	- Letras do Tesouro Nacional
MF	- Ministério da fazenda
NUC	- Núcleo urbano central
ORBIS	- Observatório Regional Base de Indicadores de Sustentabilidade
OTN	- Obrigações do Tesouro nacional
PDI	- Plano diretor integrado
PDIRMC	- Plano diretor integrado da região metropolitana de Curitiba
PDM	- Plano diretor municipal
PDMAT	- Plano diretor municipal de Almirante Tamandaré
PDV	- Programa de demissão voluntária
PEA	- População economicamente ativa
PEGN	- Pequenas empresas grandes negócios
PIA	- População em idade ativa
PIB	- Produto Interno Bruto
PIB per capita	- Produto Interno Bruto per capita
PIB setor primário	- Produto Interno Bruto do setor primário
PIB setor secundário	- Produto Interno Bruto do setor secundário.
PIB setor terciário	- Produto Interno Bruto do setor terciário.
PMAT	- Prefeitura municipal de Almirante Tamandaré
PNAD	- Pesquisa nacional por amostra de domicílios
PPA	- Plano plurianual
RCL	- Receita corrente líquida
RE	- Receitas do Estado
RMC	- Região metropolitana de Curitiba

RP	- Recursos públicos
SAD	- Sistemas de apoio à decisão
SEBRAE	- Serviço brasileiro de apoio às micro e pequenas empresas
SENAC	- Serviço nacional de aprendizagem comercial
SENAI	- Serviço nacional de aprendizagem industrial
SENAR	- Serviço nacional de aprendizagem rural
SENAT	- Serviço nacional de aprendizagem do transporte
SESI	- Serviço social da indústria
SEST	- Serviço social do transporte
SI	- Sistemas de informação
SIE	- Sistema de informação estratégica
SIG	- Sistema de informação gerencial
SIO	- Sistema de informação operacional
STN	- Sistema tributário nacional
TCE	- Tribunal de Contas do Estado
TCU	- Tribunal de Contas da União
UTP	- Unidade Territorial de Proteção
ZEE	- Zoneamento Ecológico-Econômico

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	18
1.1	PROBLEMAS	21
1.2	OBJETIVOS	23
1.3	JUSTIFICATIVAS.....	24
2	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	27
2.1	INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	28
2.1.1	Indicadores econômicos	29
2.1.2	Indicadores sociais.....	34
2.2	PROCESSO DE GESTÃO DAS FINANÇAS MUNICIPAIS	39
2.2.1	Aspectos legais do processo orçamentário	41
2.2.2	Panorama das finanças municipais	50
2.2.3	Receitas municipais	56
2.2.4	Despesas municipais	73
3	METODOLOGIA DA PESQUISA.....	78
3.1	PROCEDIMENTOS DA PESQUISA.....	78
3.2	AMOSTRA E UNIDADE DE OBSERVAÇÃO	81
3.3	PROTOCOLO DE PESQUISA E ANÁLISE	83
3.3.1	Construto e variáveis dos indicadores socioeconômicos	85
3.3.2	Construto e variáveis do processo de gestão das finanças municipais	86
3.3.3	Roteiro de entrevista.....	87
4	ANÁLISE DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS NO PROCESSO DE GESTÃO DAS FINANÇAS MUNICIPAIS	89
4.1	CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS ESTUDADOS	90
4.1.1	Almirante Tamandaré	91

4.1.2	Lapa.....	92
4.1.3	Piraquara.....	92
4.2	ANÁLISE DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS	93
4.2.1	Análise dos indicadores econômicos	93
4.2.2	Análise dos indicadores sociais.....	99
4.3	ANÁLISE DO PROCESSO DE GESTÃO DAS FINANÇAS MINICIPAIS	103
4.3.1	Análise do panorama das finanças municipais.....	104
4.3.2	Análise das receitas municipais.....	107
4.3.3	Análise das despesas municipais.....	110
5	SÍNTESE DAS ANÁLISES DOS MUNICÍPIOS PESQUISADOS	114
5.1.1	Resultados auferidos na análise dos indicadores socioeconômicos	115
5.1.2	Resultados auferidos na análise do processo de gestão das finanças municipais	
	121	
5.1.3	Uso de indicadores na gestão municipal	128
6	CONCLUSÃO.....	131
6.1	PROBLEMA E OBJETIVOS DA PESQUISA	133
6.2	CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA	135
6.3	LIMITAÇÕES DA PESQUISA	136
6.4	ESTUDOS FUTUROS	136
	REFERÊNCIAS.....	138
	APÊNDICES.....	145
	APÊNDICE A - Artigos publicados	146
	APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA	147
	APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA	152
	APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA	156

APÊNDICE E - Produto Interno Bruto a Preços Correntes e constantes corrigidos pelo IGP-DI - Ano base: 2005 (R\$1,00).....	160
APÊNDICE F - Produto Interno Bruto por setores a Preços Correntes e constantes corrigidos pelo IGP-DI - Ano base: 2005 (R\$1,00)	161
APÊNDICE G - Produto Interno Bruto per capita nos municípios da RMC entre 2002 e 2005 (R\$1,00)	164
APÊNDICE H - População total dos municípios da RMC entre 1980 e 2007	165
APÊNDICE I - Indicadores de educação nos municípios de Almirante Tamandaré, Lapa e Piraquara entre 2002 e 2007	166
APÊNDICE J - Indicadores de emprego nos municípios de Almirante Tamandaré, Lapa e Piraquara entre 2002 e 2006.....	167
APÊNDICE K - Finanças municipais: Almirante Tamandaré entre 2002 e 2006.....	168
APÊNDICE L - Finanças municipais: Lapa entre 2002 e 2006.....	169
APÊNDICE M - Finanças municipais: Piraquara entre 2002 e 2006.....	170
APÊNDICE N - Receita tributária municipal na RMC entre 2002 e 2006	171
APÊNDICE O - Receitas orçamentárias nos municípios da RMC entre 2002 e 2006 - Total (R\$1,00)	172

1 INTRODUÇÃO

A condução à gestão municipal sugere uma planificação orientada, onde a avaliação dos benefícios, da utilidade e da efetividade alocativa, traduz a dicotomia existente nos processos decisórios entre as prioridades qualitativas e a racionalidade econômica do governo.

A administração pública no sentido objetivo, se refere ao atendimento concreto das necessidades coletivas pelas pessoas jurídicas do setor público, pelos seus agentes e órgãos. Sob esta ótica, a administração pública direta se constitui dos serviços integrados na estrutura administrativa do executivo e das Secretarias, enquanto que a administração indireta se constitui nas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas. Estes entes estão no ordenamento jurídico legal, ou seja, estão positivados na lei (PIETRO, 1997).

Para utilizar o pensamento clássico, recorre-se a Adam Smith, quando se refere que o indivíduo procura satisfazer suas necessidades sem se preocupar com o bem-estar coletivo. Esta busca pela satisfação das necessidades individuais, de forma competitiva, se daria em um ambiente de livre mercado (*laissez-faire*), não permitindo que haja qualquer tipo intervenção ou regulação do governo sobre o comportamento humano. A resultante da satisfação das necessidades individuais se somaria a de outros indivíduos, proporcionando um aumento das riquezas coletivas, e para a nação, um crescimento econômico (SMITH, 1996).

Por outro lado, a gestão municipal está no campo da administração pública direta, onde a causalidade (causa e efeito) tem como base a assimetria de informações. Isto significa que existe uma infinidade de variáveis, em função da complexidade das atividades socioeconômicas, que geram informações não organizadas. A resultante é que a alocação dos fatores de produção (a terra e seus recursos, o capital - ativo da organização privada e o patrimônio líquido - e o trabalho, incluindo o capital humano), da produção e da distribuição dos produtos (privados ou públicos) se dá de forma imperfeita, resultando em um crescimento econômico irregular, heterogêneo e não uniformemente distribuído (DOWBOR, 2003; LAL, 1987; SCHWARTZMAN, 1977).

Neste ambiente de assimetria de informações, pessoas menos favorecidas ou sem acesso aos instrumentos de troca estariam à margem do processo

econômico e social (SEN, 2000). Por outro lado, pessoas e instituições com acesso às informações, ao estabelecer seus processos decisórios para executar suas ações de curto, médio e longo prazo, se orientariam pelo comportamento do mercado e pelas políticas públicas.

Ao perceber esta relação, o gestor pode utilizar ferramentas de indução e consolidação do crescimento urbano, que devem ter papel destacado no processo das políticas públicas municipais, com o cuidado de não estabelecer barreiras a outras ações a serem desenvolvidas pela gestão pública. Por meio de indicadores socioeconômicos e de finanças municipais, certas imperfeições podem ser demonstradas na produção e distribuição de riquezas, também chamadas falhas de mercado.

As falhas de mercado são fenômenos que impedem que a economia atinja o estágio de *welfare economics*, ou estado de bem estar social por meio do livre mercado, que por si só não consegue alocar eficientemente os recursos. Em outras palavras, impedem que se alcance o “Ótimo de Pareto”, onde um indivíduo não consegue aumentar seu bem-estar sem reduzir o bem-estar de outro indivíduo. Podem ser descritas como:

- a) existência de monopólios naturais, que tendem a surgir devido ao ganho de escala, onde o governo acaba sendo obrigado a assumir a produção ou criar agências que impeçam a exploração dos consumidores;
- b) externalidade negativa onde uma fábrica pode poluir um rio e externalidade positiva quando gera empregos. O governo deverá agir no sentido de inibir atividades que causem externalidades negativas e incentivar atividades causadoras de externalidades positivas;
- c) desenvolvimento, emprego e estabilidade: políticas governamentais no sentido de gerar crescimento econômico, criar postos de trabalho e de buscar a estabilidade econômica. Sob esta ótica, a teoria das finanças públicas justifica a intervenção do governo na economia, por intermédio das funções alocativa, distributiva, estabilizadora e reguladora, com o objetivo de minimizar os efeitos das falhas inerentes ao sistema de mercado.
 - a função alocativa se refere aos recursos despendidos por parte do governo a fim de oferecer:

- bens públicos (ex.: rodovias e segurança): são bens de consumo indivisíveis e não excludentes, ou seja, as pessoas podem usufruí-los ao mesmo tempo;
 - bens semi-públicos ou meritórios (ex.: educação, saúde e saneamento): são bens que podem ser fornecidos tanto pelo governo quanto pelo setor privado. Possui esta característica por ser um bem exclusivo e rival. A exclusividade é a propriedade pela qual se pode impedir que uma pessoa possa utilizar um determinado bem ou serviço. Sob a mesma argumentação, a rivalidade é a propriedade que impede utilização simultânea pelas pessoas;
 - bens privados (ex.: empresas estatais): o Estado pode ofertar bens divisíveis e excludentes quando atua no setor privado, com o objetivo de auferir receitas originárias.
- a função distributiva trata da redistribuição de renda, onde a receita proveniente dos tributos retorna à sociedade por meio de transferências e subsídios governamentais. Na análise das transferências e subsídios, pode-se tratá-los como impostos indiretos negativos, pois são repasses do governo para as esferas social e privada.
- a função estabilizadora consiste na aplicação de diversas políticas econômicas a fim de promover o emprego, o crescimento e a estabilidade, diante da incapacidade do mercado em assegurar o atendimento de tais objetivos. São instrumentos típicos desta função as políticas fiscais, monetárias e cambiais.
- a função reguladora tem por função verificar se o mercado está atuando dentro do espírito de competitividade e consiste em regular a atividade econômica mediante leis e disposições administrativas (ex.: controle de preços, proteção dos consumidores, controle do abuso do poder econômico, etc.). (FILELLINI, 1989; GIAMBIAGI; ALÉM, 2000; LONGO; TROSTER, 1993; MUSGRAVE, 1974; PINDYCK; RUBINFELD, 2002; PINHO; VASCONCELLOS, 2003; REZENDE, 2001; RIANI, 1997; WESSELS, 1998)

A mitigação destas imperfeições, no sentido de tornar a sociedade mais equânime, justifica a intervenção do Estado em seu esforço para fornecer bens e serviços públicos. Por outro lado, as pessoas e instituições em conjunto são responsáveis, por um lado, pelo processo produtivo (transformação de bens intermediários em bens e serviços privados ou públicos) e por outro, pelo consumo da resultante deste processo. Este comportamento influencia no fluxo circular de renda (fluxo de bens, serviços e financeiro dentro de uma economia), e por sua vez no crescimento econômico. Por crescimento econômico se entende que há aumento quantitativo do Produto Interno Bruto (PIB) e pode ser definido como sendo um processo por meio do qual a renda per capita de uma sociedade se eleva de forma contínua e persistente (FROYEN, 2001; MANKIW, 2005; PINHO; VASCONCELOS, 2003).

Sob estas argumentações, a gestão municipal vem efetuando uma série de transformações em sua estrutura e em seus sistemas, onde o processo de gestão das finanças municipais pode ser utilizado. Da mesma forma, os municípios poderiam considerar os indicadores socioeconômicos, na tentativa de introduzir eventos propulsores e efeitos de difusão (espraiamento ou externalidades positivas) nas relações econômicas, políticas, sociais, culturais e nas estruturas de mercado. Para tanto, o processo de gestão das finanças municipais pode colaborar para tentar introduzir efeitos propulsores na estrutura de mercado, capazes de induzir uma região na direção do crescimento econômico. Para tanto, optou-se por fundamentar sobre o crescimento econômico, por meio dos indicadores relacionados ao PIB, à população, à educação, ao emprego e indicadores de finanças municipais. A pretensão é que estas fundamentações possibilitem a identificação de fatores que possam catalisar (ou impedir) o crescimento econômico das regiões estudadas.

1.1 PROBLEMAS

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CF88) iniciou um processo de transformação na estrutura do Estado. Começando pelo artigo terceiro, que estabelece os objetivos fundamentais, no inciso segundo está escrito “garantir o

desenvolvimento nacional”, que tem por característica ser norma programática e fica na dependência de normatização infraconstitucional (MORAES, 2004).

O § 9º do art. 165 da CF88 aprofunda este processo e estabelece que lei complementar regulamenta temas específicos relacionados ao plano plurianual (PPA), à Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Dispõe ainda sobre normas de gestão financeira e patrimonial da administração direta e indireta bem como condições para a instituição e funcionamento de fundos. No mesmo sentido, no Capítulo dois sobre política urbana, constante no título VII (Da ordem econômica e financeira), os artigos 182 e 183 estabelecem que, a execução da política de desenvolvimento urbano, é de competência do poder público municipal, sob os pressupostos constitucionais constantes no art. 29 do Capítulo IV, título III, que trata da lei organização dos municípios.

Além da regulamentação das competências municipais, houve necessidade de estabelecer limites de gastos para todas as esferas de governo, por meio da Lei Complementar N°. 101 de 4 de maio de 2000, chamada Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). No contexto municipal, a Lei n° 10.257, de 10 de julho de 2001, conhecida como o Estatuto da Cidade, estabelece as diretrizes gerais no âmbito da política urbana, influencia o tratamento dado à elaboração do PPA. Sob esta ótica, o Estado possui legitimidade e capacidade de estabelecer mecanismos para intervenção, promoção e sustentação do crescimento econômico, considerando aspectos econômicos, culturais, sociais e políticos (CLEMENTE; HIGACHI, 2000; FROYEN, 2001; KUPFER; HASENCLEVER, 2002; MARINI, 2003; MANKIW, 2005; PINHO; VASCONCELOS, 2003).

Esta argumentação, aliada às necessidades orçamentárias, justifica a necessidade de aumento da receita municipal para consecução de seus objetivos. O orçamento é composto por receitas correntes, incluindo o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e de capital. Justifica também a busca pelo crescimento econômico local, cujas variáveis são visualizadas por meio de indicadores, o que resultaria em aumento das receitas correntes municipais. Assim, a delimitação do problema estabelece um foco, uma questão de pesquisa que se pretende responder, de forma a tornar coerente a análise do objeto de estudo (GIL, 2000; SILVA; MENEZES, 2001), resultando nas seguintes questões-problema:

- a) como se dá o processo de gestão das finanças municipais?

- b) como os determinantes e limitantes do orçamento municipal influenciam no processo de gestão das finanças municipais?

O primeiro problema é respondido pela discussão teórica fundamentada no Subcapítulo 2.2 Processo de gestão das finanças municipais, especialmente no Subcapítulo 2.2.1 Aspectos legais do processo orçamentário, no Subcapítulo 2.2.3.2 Fatores determinantes das receitas municipais, no Subcapítulo 2.2.4.1 Fatores limitantes das despesas municipais e no Subcapítulo 2.2.4.2 Limites mínimos com gastos com educação e saúde.

O segundo problema é respondido no Subcapítulo 4.2 Análise do processo de gestão das finanças municipais, no Subcapítulo 4.2.1 Análise dos aspectos legais do processo orçamentário, no Capítulo 5 Síntese da análise, especialmente no Subcapítulo 5.1.2 Resultados auferidos no processo de gestão das finanças municipais.

1.2 OBJETIVOS

Estabelecidas as questões-problema, o objetivo deste trabalho é analisar os indicadores socioeconômicos e seus impactos no processo de gestão das finanças municipais. Para tanto, considera-se que as finanças municipais estão relacionadas com suas receitas e despesas correntes (FILELLINI, 1989; GIAMBIAGI; ALÉM, 2000; LONGO; TROSTER, 1993; MUSGRAVE, 1974; REZENDE, 2001; RIANI, 1997).

Da mesma forma, considera-se que o crescimento econômico pode influenciar as finanças municipais. Sobre o aspecto local, parte-se da premissa de que é constituído por uma superfície contínua, contendo elementos antrópicos e naturais definidos, possuindo fronteiras comuns com outros locais (RICHARDSON, 1975; SCHWARTZMAN, 1977; CLEMENTE; HIGACHI, 2000).

Subsidiariamente, objetivos específicos são:

- a) identificar as variáveis socioeconômicas que influenciam nas finanças municipais;
- b) analisar os parâmetros legais na formulação das finanças municipais;

- c) analisar qualitativamente os processos das finanças municipais com gestores de orçamento e de planejamento municipal.

1.3 JUSTIFICATIVAS

As mudanças no sistema de finanças públicas brasileiro, introduzidas pela CF88 e mais recentemente, pela LRF e pelo Estatuto da Cidade, estabelecem um hiato no campo de estudos, entre as políticas estabelecidas pelo executivo dos entes federativos e as restrições econômicas a eles vinculadas. A partir do ano de 2000, as práticas fiscais de atração de investimentos, feitas de forma indiscriminadas foram coibidas, levando os gestores a responderem administrativamente e civilmente por seus atos. Sob esta nova ordem, a gestão das finanças públicas deve possuir clareza em sua metodologia e ter sua devida publicidade, o que leva a supor que um município possua características próximas ao de uma organização privada (CONGRESSO NACIONAL, 2000; GIAMBIAGI; ALÉM, 2000; REZENDE, 2001).

No caso de uma organização privada, há um incessante processo de otimização da produção e uma incansável busca pela maximização do lucro (MANKIW, 2005; PINDYCK; RUBINFELD, 2002; PINHO; VASCONCELLOS, 2003). Já o município possui a característica de atender, além das decisões econômicas racionais, necessidades sociais e políticas. Estas necessidades geram discussões que são estabelecidas em arenas políticas, influenciando no planejamento das estratégias econômicas, políticas e sociais, com o objetivo de operacionalizar as propostas politicamente discutidas (CARVALHO, 2001; FREY, 2004; REZENDE; CASTOR, 2006).

Neste sentido, o desenvolvimento de técnicas na utilização dos mecanismos e ferramentas da administração pública, a partir das experiências do setor privado, pode contribuir na instituição de planos e estratégias consoantes com a gestão municipal. Assim, o tema proposto ganha proporções especiais, pois pode proporcionar sua inserção na estrutura programática de elaboração da gestão municipal. A análise dos indicadores descritos no protocolo de pesquisa, itens 3.3.1 Construto e variáveis dos indicadores socioeconômicos e 3.3.2 Construto e variáveis do processo de gestão das finanças municipais, pode contribuir para o processo de

gestão das finanças municipais, observados os limitantes impostos pelos diplomas legais. Tal processo de gestão deve ser compatível com a filosofia política do município e da nação, com definição das diretrizes e dos objetivos a serem alcançados. No entanto, deve considerar a dinâmica existente nas estruturas espaciais de relacionamento, resultando na observação de alguns fatores, que serão comentados a seguir.

O primeiro fator se refere ao processo de desenvolvimento e inovação dos meios de comunicação e de informática, que em conjunto, possibilitam acessibilidade de uma parcela maior do público sobre as informações de caráter socioeconômico, de gestão, das esferas e funções do Estado. O planejamento e a execução de estratégias de inovação levam em conta as diretrizes organizacionais, o relacionamento com o meio ambiente interno e com o meio ambiente externo na qual está inserida. Pela ótica do setor público, significa que em decorrência da mobilidade no sistema de inovação e da popularização da informação, os cidadãos de uma determinada região passam a entender melhor os acontecimentos relacionados à gestão pública e a reagir com muito mais rapidez às variações das políticas públicas e dos indicadores socioeconômicos (KUPFER; HASENCLEVER, 2002).

O segundo fator está relacionado às decisões econômicas do Estado e sua intervenção no setor privado para corrigir as falhas de mercado. Esta intervenção acontece segundo as funções desempenhadas pelo governo. A este respeito a CF88 e a LRF proporcionaram significativas mudanças na gestão pública e aos ajustes fiscais nas esferas do setor público brasileiro. Organizou as competências em relação aos impostos e às contribuições (centralizadas no Governo Federal), cuja resultante foi uma assimetria na arrecadação entre os entes federados. Por imposto se entende um tributo independente de qualquer atividade estatal específica relativa ao contribuinte ou independente da contraprestação de um serviço, com a finalidade de financiar os gastos do orçamento (FILELLINI, 1989; GIAMBIAGI; ALÉM, 2000; LONGO; TROSTER, 1993; MARINI, 2003; MORAES, 2004; MUSGRAVE, 1974; REZENDE, 2001; RIANI, 1997).

A consequência é um controle maior das finanças e políticas públicas pelos gestores especialmente investidos para tal, que poderiam ser movidos pela busca de seus interesses pessoais. A necessidade de estabelecer de limites à interferência dos gestores nas decisões econômicas justificou a criação da LRF. Isto permite

inferir que a alocação eficiente dos recursos do Estado está baseada na análise de custo-benefício, nos interesses políticos embutidos na análise de custo-utilidade e na análise do custo-eficiência, avaliando a viabilidade econômica e a restrição orçamentária do governo (BUCHANAN; MUSGRAVE, 1999; WESSELS, 1998).

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Os assuntos relacionados aos níveis de desigualdades econômicas entre os países ganharam importância, justificando a criação de entidades internacionais com objetivo de criar metodologias e mecanismos para mensurar essas diferenças. Para perceber estas desigualdades econômicas, é necessário medir a produção de riquezas, ou seja, o medir o PIB durante um determinado período de tempo, usualmente de um ano, gerado por uma determinada sociedade (FEIJÓ et al, 2001; FROYEN, 2001; MANKIW, 2005; PINDYCK; RUBINFELD, 2002; PINHO; VASCONCELLOS, 2003; WESSELS, 1998).

O crescimento econômico está, portanto, vinculado ao aspecto quantitativo por meio da assimilação ou acréscimo, sendo percebido ao utilizar séries temporais, onde as variáveis são comparadas anualmente. Sob a ótica do modelo neoclássico de Solow, o crescimento econômico ocorre em uma economia desenvolvida, em um cenário de concorrência perfeita, população constante e plena ocupação de fatores (terra, capital e trabalho), cujas fontes do crescimento são o estoque de capital, o trabalho e a tecnologia, onde variáveis endógenas também podem ser percebidas, tais como: conhecimento, transferência de tecnologia e inovação (DALY, 2004; RÍOS; SIERRA; 2005).

Sem pretensão em esgotar o debate sobre crescimento econômico, pode-se considerar, com algumas adaptações, que as metodologias desenvolvidas para mensurar as riquezas dos países, podem ser utilizadas para mensurar a riqueza de um estado e de um município. Assim, a gestão das finanças municipais pode influenciar na geração de riquezas, pois aspectos como população, educação e emprego, entre outros, compõem o conjunto de fatores que tornam uma determinada região atrativa para investimentos.

A observação dos aspectos endógenos ao município também pode estar vinculada às características ambientais, que oferecem limitadores ao crescimento de atividades econômicas, por exemplo, áreas de preservação e conservação ambiental (COMEC, 2006). Isto afeta a internalização regional do capital, que se refere basicamente à importância do poder de reinvestimento dentro da própria região e dependerá das oportunidades de crescimento econômico oferecidas e da forma de apropriação e do uso do excedente que será criado (BOISIER; 1980, 1992).

Neste sentido, as relações entre o governo e a população se tornam complexas e difíceis de serem identificadas, onde a consecução da gestão municipal sugere uma planificação orientada. Isto se traduz pela dicotomia entre as prioridades qualitativas e a racionalidade do governo, pois estão inseridas no contexto das relações e da estrutura de poderes de uma sociedade de classes, onde a racionalidade e neutralidade política resultam em uma problemática de como se chegar a decisões que atendam melhor aos anseios e aspirações das diversas camadas da população (RATTNER, 2001).

As cidades e regiões passam a ser novos atores na competição por capital, tecnologia e mercados, aproveitando seus recursos naturais, políticos e intelectuais para aumentar sua competitividade, na expectativa de que suas potencialidades sejam utilizadas para incrementar o inter-relacionamento com outras regiões. Esta abordagem sugere que a relação com a sociedade está no que se pode chamar de ativação social, pois aquela age não como ente passivo, mas sim de forma substantiva na transferência de experiências, agindo como um ator social do processo de gestão e, portanto, com uma presença ativa no processo de disseminação do crescimento econômico (BOISIER; 1980, 1992; CLEMENTE; HIGACHI, 2000; FEIJÓ et al, 2001; FROYEN, 2001; MANKIW, 2005; PINHO; VASCONCELLOS, 2003; PINDYCK; RUBINFELD, 2002; REZENDE; CASTOR, 2006; WESSELS, 1998).

2.1 INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

Se a análise dos indicadores econômicos e sociais investiga padrões coletivos, a análise das finanças municipais se refere à captação de recursos, decisão de onde gastar e limitantes que orientam sua formulação. Estas análises estão relacionadas à transformação dos aspectos administrativos, políticos, sociais e econômicos de cada região, onde as atividades econômicas podem proporcionar um crescimento que estará condicionado ao nível e qualidade dos efeitos iniciais do planejamento, pressupondo que haja interesse social e político no crescimento econômico e posterior desenvolvimento regional (BOISIER; 1980, 1992, 1995b, 1996; SCHWARTZMAN, 1977).

2.1.1 Indicadores econômicos

O crescimento econômico pode ser definido como sendo um processo por meio do qual a renda per capita de sua sociedade se eleva de forma contínua e persistente (FEIJÓ et al, 2001; FROYEN, 2001; MANKIW, 2005; PINDYCK; RUBINFELD, 2002; PINHO; VASCONCELLOS, 2003; WESSELS, 1998).

Tratar do crescimento econômico significa considerar e organizar um conjunto de variáveis e medidas relativas aos aspectos econômicos, para que a sociedade possa explorar em seu proveito suas potencialidades. Para este trabalho foram selecionados os seguintes indicadores: PIB, PIB per capita, PIB setor primário, secundário e terciário.

2.1.1.1 Produto Interno Bruto

O PIB mensura a produção de riquezas em um determinado país ou região, definido territorialmente. Da mesma forma, pode medir a participação dos setores primário, secundário e terciário na atividade econômica. O objetivo deste indicador é mensurar o valor da produção de bens e serviços finais de forma agregada e avaliado a preço de mercado, utilizando-se de três métodos independentes (produto final, renda agregada e demanda agregada), onde os valores resultantes devem ser iguais (CLEMENTE; HIGACHI, 2000; FEIJÓ et al, 2001; FROYEN, 2001; MANKIW, 2005; PINHO; VASCONCELLOS, 2003; WESSELS, 1998).

Por questões didáticas, optou-se pelo método da demanda agregada (DA), pois permite visualizar o comportamento do consumo pelos agentes econômicos (famílias, organizações privadas, governo e outras instituições) e da arrecadação de tributos pelo Governo. Seus componentes podem ser representados da seguinte forma:

- a) $DA = Y$: representa a demanda agregada;
- b) C : representa a absorção interna, ou seja, o consumo das famílias dentro da unidade territorial;

- c) I: representa o investimento na formação bruta de capital fixo (FBKF) realizada pelas organizações privadas, mais a variação de estoques (Ve);
- d) G: representa os gastos governamentais do Estado (União, Estados e Municípios);
- e) X-M: representa o saldo comercial entre as exportações líquidas e as importações de bens e serviços não-fatores.

A função que representa este método pode ser escrita da seguinte forma:

$$DA = C + I + G + (X-M) \quad (1)$$

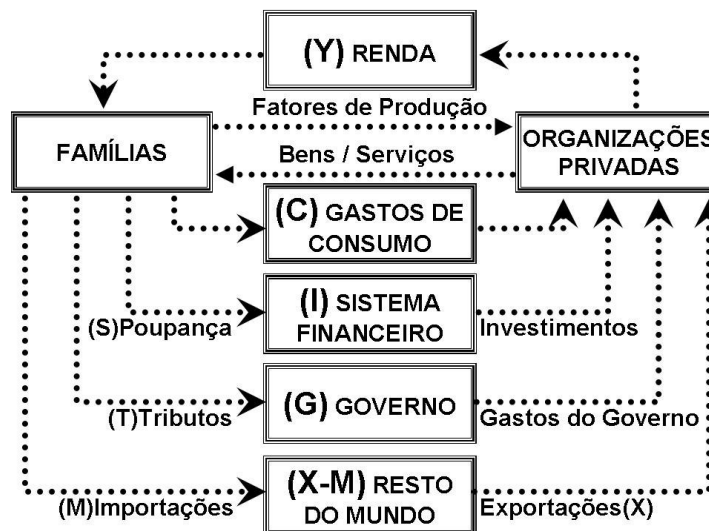
Uma vez que os resultados apresentados pelos métodos do Produto, da Renda e da Despesa são equivalentes, pode-se formar a seguinte identidade:

$$PIB \equiv Y \equiv DA \quad (2)$$

A identidade demonstra o consumo da produção agregada e pode ser entendida por meio do fluxo circular da renda, representado de forma simplificada pela Figura 01, cuja observação direta permite perceber que uma parte da renda recebida pelas famílias é gasta com consumo (C). Outra é armazenada no sistema financeiro em forma de poupança agregada (S), que por sua vez será destinada ao investimento (I). Outra parte é destinada ao pagamento de tributos para sustentar os gastos do governo (G). Finalmente, outra parte é destinada para a transação do comércio internacional resultando em um saldo na balança comercial (X-M).

A atenção especial deste trabalho está nos gastos do governo (G) para atender suas funções típicas, excluindo as empresas estatais que oferecem bens e serviços no mercado, cobrando um preço ou tarifa, sendo consideradas como organizações privadas na Contabilidade Nacional. O governo é um grande captador de recursos internos e externos, com a finalidade de financiar gastos públicos, regular a atividade econômica e estabelecer políticas de transferência e subsídios. Esta captação pode ser de forma originária, atuando no setor privado por meio de empresas estatais, por meio de venda de títulos públicos e de forma derivada, pela cobrança de tributos, taxas e contribuições (FILELLINI, 1989; FROYEN, 2001; GIAMBIAGI; ALÉM, 2000; LONGO; TROSTER, 1993; MUSGRAVE, 1974; PINHO; VASCONCELLOS, 2003; REZENDE, 2001; RIANI, 1997; WESSELS, 1998).

Figura 01 – Fluxo circular de renda



Fonte: elaboração do autor com base em Feijó et al (2001); Froyen (2001); Pinho e Vasconcellos (2003); Mankiw (2005); Wessels (1998).

Por receitas originárias, entende-se que o governo atua no setor privado por meio de empresas estatais, competindo com as demais empresas privadas, fornecendo bens e serviços, com o objetivo de obter receitas e lucros. Por receitas obtidas com a venda de títulos públicos, entende-se que a poupança das famílias e demais instituições segue para o governo, utilizando-se de operações realizadas no mercado aberto promovidas pelo Banco Central, com o duplo objetivo de manter o equilíbrio do sistema econômico e de financiar gastos governamentais. Por receitas derivadas, entende-se que parte da renda das famílias e das organizações privadas deve ser destinada ao pagamento de tributos (T), cobrados por meio do poder fiscal do Estado sobre os agentes que se encontram sob sua soberania, com o objetivo de financiar os gastos governamentais.

Para verificar a importância da arrecadação tributária pelo governo, parte-se do PIB, representado pela função de renda:

$$Y = C + S + T \quad (3)$$

Da mesma forma, o PIB pode ser representado pela função de demanda agregada (DA):

$$DA = C + I + G \quad (4)$$

Obedecendo a argumentação sobre identidades macroeconômicas, tem-se que $Y = DA$, cuja relação pode ser expressa da seguinte forma:

$$C + S + T = C + I + G \quad (5)$$

Como a variável consumo é a mesma para os dois termos da função, pode ser simplificada, resultando na seguinte função:

$$S + T = I + G \quad (6)$$

Reagrupando as variáveis para justificar o investimento em relação à poupança e os gastos do governo em relação aos tributos, tem-se:

$$S - I = G - T \quad (7)$$

Como a poupança deve financiar os investimentos, pode-se presumir que, se o valor da poupança for igual ao valor do investimento, a resultante será zero. Isto significa que a poupança interna limita o volume de investimentos. Da mesma forma, se o valor dos gastos do governo for igual ao valor arrecadado pelos tributos, a resultante também será zero, significando que o governo gasta de acordo com suas receitas. Se gastar mais, haverá déficit público e se gastar menos, superávit. Se a poupança financia totalmente o investimento e se os tributos financiam inteiramente os gastos do governo, não há fluxo de recursos entre os termos da função. Isto permite observar que, sempre que houver déficit público ($G > T$), deverá ocorrer excesso de poupança do setor privado, para financiar o governo ($S > I$), dando origem ao efeito *trade-off*. Este efeito é um processo de deslocamento de recursos da poupança para o governo, por meio de vendas de títulos públicos, em detrimento dos investimentos (CLEMENTE; HIGACHI, 2000; FEIJÓ et al, 2001; FROYEN, 2001; MANKIW, 2005; PINHO; VASCONCELLOS, 2003; WESSELS, 1998).

2.1.1.2 Produto Interno Bruto por setor

Devido à complexidade entre as partes que compõe o sistema econômico, opta-se por uma divisão em setores. O setor econômico é um conceito mesoeconômico, onde atividades econômicas que possuam elementos em comum são reunidas em grupos. Dependendo do que se quer tratar, o nível de agregação do setor pode modificar. Em estudos sobre desenvolvimento econômico, esta divisão em grupos classifica os setores em primário, secundário e terciário (ERBER, 2002).

O setor primário pode ser entendido como sendo aquele que agrega as produções agropecuárias e de extrativismo vegetal, animal e mineral. As

organizações privadas que transformam recursos naturais em matérias-primas também fazem parte deste setor.

O setor secundário agrega as organizações privadas responsáveis pela transformação de produtos primários e bens intermediários (produtos a serem utilizados por outras organizações privadas para serem transformados em bens de consumo), de capital (máquinas, equipamentos e ferramentas) e de consumo final (ERBER, 2002).

Já o setor terciário agrega os serviços das mais diferentes espécies. Envolve o comércio de bens em geral, oferta de serviços comerciais, financeiros, pessoais ou públicos.

Neste sentido, uma região, de acordo com suas características ambientais, técnicas, culturais, sociais, entre outras dimensões, pode ter sua economia influenciada por pesos diferentes, de acordo com a intensidade dos setores que a compõem. Sob o aspecto estrutural da economia, quando as partes que compõem um sistema econômico não estão bem organizadas, geram diversos desequilíbrios econômicos (falhas de mercado) com que uma região deverá conviver independentemente das vontades envolvidas (FEIJÓ et al, 2001; FROYEN, 2001; PINHO; VASCONCELLOS, 2003; SOUSA, 2004; WESSELS, 1998).

Estes desequilíbrios econômicos podem resultar da forma como os fatores de produção são alocados nos setores primário, secundário e terciário. Portanto afetam a inter-relação entre estes setores, influenciando na produção de bens e serviços, podendo resultar em produtos de fraca aceitação e demanda. A intensidade desta interdependência e do peso relativo de seus atores pode definir a dinâmica de uma economia. A dinâmica econômica de uma região por sua vez, vinculada à introdução da inovação pelos atores, pode resultar em uma onda de investimentos resultando em crescimento econômico (ERBER, 2002; SOUSA, 2004).

2.1.1.3 Produto Interno Bruto *per capita*

O PIB per capita se refere à distribuição do montante da riqueza produzida por uma determinada economia em um ano e dividida pelo número da população residente no mesmo período. De forma simples, a renda *per capita* seria a razão

entre o PIB e a população. Apesar de ser um método eficiente de identificar a potencialidade de um país, por si só, não é condição suficiente para indicar um processo de desenvolvimento econômico, pois mede apenas o aspecto quantitativo (CLEMENTE; HIGACHI, 2000; FEIJÓ et al, 2001; FROYEN, 2001; MANKIW, 2005; PINHO; VASCONCELLOS, 2003; WESSELS, 1998).

2.1.2 Indicadores sociais

Para a avaliação dos indicadores sociais, foram escolhidas as seguintes variáveis: população, educação e emprego. Neste momento é prudente ressaltar que estes indicadores não são estanques, não encerrando discussão sobre o assunto com as análises presentes neste trabalho.

2.1.2.1 População

A população pode ser definida como sendo a quantidade de pessoas que residem em determinado território (cidade, município, estado, país ou planeta), podendo ser classificada segundo a religião, idade e renda, entre outros (IBGE, 2008; PINHO; VASCONCELLOS, 2003; SINGER, 1998; WESSELS, 1998).

Em escala regional, a população desfruta de uma situação social resultante da interação de muitas variáveis complexas, onde o processo é instável e de constante mutação. Existem, portanto, contrastes na participação da população na geração e distribuição de riquezas, justificando a ação do Estado para estimular classes sociais e interesses setoriais (COMEC, 2006; IBGE, 2002; PINHO; VASCONCELLOS, 2003; SINGER, 1998; WESSELS, 1998).

Quando se considera os aspectos de produção industrial, constata-se que ocorreram transformações sociais profundas em função da falta de recursos disponíveis às regiões mais pobres. Essas restrições financeiras, adequadas às potencialidades produtivas, acabariam produzindo uma incapacidade para incorporar plenamente a população economicamente ativa, afetando os aspectos produtivos. Por isso, as fontes de informações sobre indicadores populacionais são importantes

e podem ser de dois tipos. O primeiro tipo consiste em um levantamento censitário de toda a população, favorecendo análises que podem ser desagregadas para municípios, distritos, zonas urbanas e rurais. O segundo tipo consiste em pesquisas amostrais, considerando a representatividade da amostra sem, no entanto, apresentar tendenciosidades. A principal pesquisa populacional anual realizada no Brasil é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - PNAD/IBGE (PAIXÃO; CARVANO, 2007).

2.1.2.2 Educação

A Constituição Federal de 1988, nos seus artigos 77 e 79, estipulou metas para universalização do ensino fundamental e para erradicação do analfabetismo. A competência para a educação fundamental ficou a cargo dos municípios independentemente do tamanho ou da capacidade orçamentária. Assim os serviços na área educacional foram desenvolvidos de forma heterogênea entre os diversos entes federativos. Em alguns casos, a baixa participação na oferta de educação formal resultam em pouca ou nenhuma capacidade gerencial municipal (CEPAM, 1999).

Para que a educação formal possa contribuir de forma relevante na redução das desigualdades sociais, o número médio de séries concluídas pela população de 15 anos ou mais, deveria ser de pelo menos 10 anos. Isto significa que toda a população de uma região deveria ter concluído o ensino fundamental. Em 2000, este indicador não apresentava grande variação entre os municípios da RMC. Com exceção de Curitiba com média de 8,64 séries concluídas, os demais municípios da RMC ficaram abaixo de 6,85 (COMEC, 2006).

Outra questão está relacionada ao crescimento populacional entre os estratos mais pobres. Rattner (2001) teorizou sobre o círculo vicioso da pobreza, apoiado nos trabalhos de Gunnar Myrdal, onde uma região com fraca dotação de recursos, baixo nível de formação e sem capital disponível, gera pobreza que, por sua vez, se traduz em capacidade de poupança limitada que levaria novamente a um pequeno nível de investimento e de formação. Nesta visão, a pobreza está relacionada com a má distribuição de renda, de formação e de oportunidades

resultando em uma exploração equivocada dos recursos naturais (MYRDAL, 1984). Rattner (2001) questiona este círculo vicioso da pobreza, pois considera que mobilização e ação social podem proporcionar desenvolvimento.

Amartya Sen (2000) argumenta que a pobreza atua como privação da capacidade e da liberdade substantiva. Seu conceito de liberdade está acima do simples direito de locomoção, trata-se de se obter conhecimento, oportunidade, saúde, etc. Sob este raciocínio, percebe-se que as oportunidades de se obter conhecimento, nas diferentes regiões, geram diferentes esforços para gerar o crescimento econômico (BOISIER, 1996). É viável pensar que o nível de educação da população envolvida influi de forma significativa no crescimento econômico de uma região. Segundo Amaral Filho (1996), a capacidade de agregação de valor à produção favorece o desdobramento dos excedentes em exportação para outras regiões e, conseqüentemente, absorção de excedentes dessas regiões.

O conhecimento sobre os aspectos educacionais de uma determinada sociedade pode subsidiar os processos de planejamento, gestão e avaliação de políticas públicas, com projeções demográficas que orientem o redimensionamento da oferta de serviços e a participação no mercado de trabalho (PAIXÃO; CARVANO, 2007).

2.1.2.3 Trabalho

Para medir a participação da população na geração de riquezas, o IBGE realiza pesquisa mensal de emprego (PME), cuja metodologia permite entender a relação com o trabalho. A Figura 02 representa as parcelas da população em relação à participação na geração de riquezas, onde o total inclui as imigrações líquidas de outros países, que se organiza e se movimenta em um território em função de fatores históricos, culturais, ambientais e de concentração das atividades econômicas. Esta população pode ser dividida da seguinte forma (IBGE, 2002):

- a) população não mobilizável economicamente: É constituída pela parcela da população total que não é mobilizável para o exercício de atividades econômicas e divide-se em duas porções, em pré-produtiva e pós-produtiva, que são delimitadas pela faixa etária e pela legislação vigente:

- porção pré-produtiva: Potencialmente mobilizável no futuro, mas situada em faixas etárias inferiores ao acesso ao trabalho, constituída por pessoas abaixo dos 10 anos de idade, apesar da CF88 somente admitir trabalho para menores de 14 a 16 anos, na situação de aprendiz (CF88, art. 7º.);
 - porção pós-produtiva: Constituída por faixas etárias avançadas, que já deixaram as atividades formais de produção.
- b) população mobilizável economicamente ou população em idade ativa (PIA): é a parcela da população total que está apta para exercer atividades econômicas, onde o IBGE e o DIEESE adotam a idade de 10 anos como limite mínimo. É dividida em população economicamente ativa (PEA) e população não economicamente ativa (PNEA);
- a PEA corresponde à parcela da PIA que está ocupada na semana de referência ou desocupadas no período de referência de 30 dias, mas à procura de trabalho, constituída por empregadores, empregados e autônomos;
 - a PNEA é o subconjunto da PIA que se encontra inativa, ou seja, não estava trabalhando regularmente com ou sem remuneração e nem estava à procura de ocupação ou que se dedica a ocupações que não se consideram para a avaliação do produto agregado.

Figura 02 – Relação entre população e trabalho

POPULAÇÃO TOTAL				
População não mobilizável economicamente	População mobilizável economicamente ou População em Idade Ativa(PIA)			
Porção pré-produtiva Situada em faixas etárias inferiores ao acesso ao trabalho, constituída por pessoas abaixo dos 10 anos	PEA - População economicamente ativa ou força de Trabalho		PNEA - População não economicamente ativa ou fora da força de trabalho	
	Indivíduos que trabalham	Indivíduos que não trabalham mas buscam	Indivíduos que não trabalham e não buscam	
	Trabalho remunerado, assalariados em geral e empregados em empresas familiares		Indivíduos em tarefas domésticas não remuneradas	
	Mercado de trabalho urbano	Mercado de trabalho rural	Mercado informal de trabalho: Engloba pessoas da PEA e PNEA que possuem registro de trabalho	
Mercado formal de trabalho (Legislação trabalhista em vigor)				

Fonte: elaboração do autor com base em IBGE (2002)

A Figura 02 ainda apresenta os mercados formais urbanos e rurais e considera que no mercado informal, existem pessoas que exercem algum tipo de atividade, porém sem registro. Esta situação não é medida pela metodologia da PME (IBGE, 2002).

Em função da conjuntura econômica de uma determinada região, as empresas ao reservarem especial atenção aos seus custos de produção, consideram a mão-de-obra como sendo um dos fatores mais importantes. Isto significa que apenas uma parcela da população terá emprego, outra buscará por emprego e outra não trabalhará. Além disso, existem pessoas que trabalharão sem registro formal. Sob este cenário, haverá maior rotatividade de mão-de-obra, principalmente nos estratos menos qualificados, do que naqueles de maior qualificação, pois necessitam de um mínimo de treinamento (SINGER, 1998; WESSELS, 1998; PINHO; VASCONCELLOS, 2003).

Para avaliar o comportamento do mercado de trabalho, indicadores podem ajudar a perceber a relação entre população e trabalho. Dentre os mais relevantes estão:

- a) taxa de atividade (TA) indica a proporção da PIA em relação à população total (P_{tot}) e pode ser expressa pela função $TA = (PIA/P_{tot}) * 100$;
- b) taxa de participação (TP) reflete o nível de engajamento da população nas atividades produtivas, pela mensuração do tamanho relativo da PEA em relação a PIA e pode ser expressa pela função $TP = (PEA/PIA) * 100$;
- c) taxa de desemprego (TD) é o quociente entre o número de pessoas desempregadas (D) e a PEA, expressada pela função $TD = (D/PEA) * 100$;
- d) taxa de emprego (TE) é o quociente entre o número de pessoas empregadas (E) e a PEA, expressada pela função $TE = (E/PEA) * 100$.

Neste sentido, se percebe relações de interdependência entre os indicadores de trabalho e o nível de atividade econômica de uma determinada região. Assim, Blanchard (2001) faz uma analogia a respeito do fluxo de trabalhadores no mercado de trabalho. Ele imagina um aeroporto, onde os passageiros que entram e saem constantemente devido aos processos de embarque e desembarque das aeronaves, representam a rotatividade de mão-de-obra, demissões e contratações. Este cenário sugere que a mobilidade da PEA surge quando há diferenças salariais entre ocupações e de demanda por trabalho entre regiões distintas. Isto significa que, aquelas regiões cuja demanda é por

trabalho pouco qualificado, oferecem salários menores, resultando em baixa atividade econômica. Por outro lado, regiões que demandam trabalho qualificado e oferecem salários maiores, possuem atividade econômica mais intensa (PINHO; VASCONCELLOS, 2003; SINGER, 1998; WESSELS, 1998).

2.2 PROCESSO DE GESTÃO DAS FINANÇAS MUNICIPAIS

A necessidade de profissionalização da gestão pública para atender as funções relativas ao Estado estabelece uma relação de aproveitamento das práticas de gestão do mercado privado, considerando a população como cliente e cidadão. Primeiro porque a partir da CF88, a postura adotada pela doutrina é de caráter liberal, onde o papel do Estado tende a ser mínimo no setor privado e em segundo, porque os conceitos em relação à administração estratégica do setor privado evoluem mais rapidamente, devido ao mundo competitivo e as necessidades de sobrevivência das organizações privadas (MENEZES, 2003).

Neste sentido, o processo de gestão das finanças municipais está presente nas estratégias de planejamento do Estado, podendo ser considerado uma importante ferramenta da administração estratégica, fazendo uso de análises qualitativas de custo-benefício e de racionalidade econômica relacionadas ao custo-eficiência. Estas análises, aliadas à participação efetiva da comunidade em relação às discussões temáticas, identificam as necessidades reais a serem atendidas para satisfazer a população e promover o crescimento econômico regional, onde a correção do curso do projeto muitas vezes se faz necessária (MENEZES, 2003; REZENDE; CASTOR, 2006).

Brito (2003) comenta que, para estas ações atingirem seus objetivos, é necessário fazer uma análise social do projeto, mesmo tendo em mente as dificuldades em mensurar certas variáveis de cunho subjetivo, como atendimento de satisfação ou impacto social. Este e outros fatores contribuem para a tomada de decisão, onde os gestores públicos se defrontam com a necessidade de realização de receitas e a relevância dos serviços públicos prestados à comunidade. No aspecto privado, decisões devem ser tomadas para viabilização de lucros.

Para Hilhorst (1973, p. 23) “uma nação pode ser considerada como um sistema, constituído de subsistemas, que por sua vez, se constituem em regiões. Esse sistema sofre contínua mudança, da qual uma importante parcela não se pode prever”. No setor público, decisões devem atender as necessidades da comunidade, independentemente do retorno financeiro do projeto, observando suas mutações. Assim, a tomada de decisões em cada uma dessas esferas, necessita da avaliação de variáveis que identifiquem os objetivos da gestão, onde os gestores devem estar cientes das leis e das causalidades que regem a situação a ser planejada (HILHORST, 1973; BRITO, 2003; REZENDE; CASTOR, 2006).

A não observação dos canais formais ou a falha na identificação das variáveis em cada uma das esferas, estabelecem limitações que podem acarretar na rejeição completa do projeto, que de um outro modo seria viabilizado, onde o ambiente construído não pode ser considerado independentemente da sociedade que o constrói e o ocupa (MENEZES, 2003).

Pode também fornecer dados falsos quanto à execução, o que geraria danos econômicos irreversíveis ao ambiente onde o projeto vai ser executado. Desta forma, um projeto está inserido em um sistema, onde um controle da qualidade é necessário em cada subfase, envolvendo sempre o cliente e o cidadão, fazendo sua validação formal de cada resultado alcançado. Assim é possível verificar se as necessidades que o tornam necessário foram satisfeitas. É importante lembrar que confiabilidade do projeto e a elaboração adequada dos processos têm o objetivo de assegurar que a leitura dos indicadores e a geração, armazenamento, e apresentação das informações, sejam feitas com relevância e oportunidade (PMBOK, 2000; MENEZES, 2003; REZENDE; CASTOR, 2006).

Esta confiabilidade está relacionada com a identificação e gerência dos riscos e seus efeitos no projeto, uma vez que há custos financeiros, de oportunidade e sociais envolvidos, necessários para a aquisição de bens e serviços de organizações externas. A observação destes aspectos é fundamental para o sucesso do projeto, onde o resultado da avaliação dos indicadores pode ser potencializado em todas as fases de sua execução. Para o setor público, esta racionalidade incorpora a necessidade de atender as necessidades sociais de um território, por meio de suas funções, com objetivo de mitigar as falhas de mercado inerentes à esfera privada.

Estas argumentações entendidas na esfera municipal estão ancoradas no artigo 49 da CF88, que trata da autonomia municipal e nos artigos 182 e 183, que definem as competências municipais. Sobre a consecução das funções públicas, se observa os limites impostos pela LRF, conforme art. 163 da CF88. Esta lei estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e abrange a União, Estados e Municípios, seus Poderes e suas entidades da Administração indireta, excluídas as empresas estatais que não dependem do Tesouro do ente ao qual se vinculam.

O objetivo desta lei é estabelecer regras para que a ação das instituições públicas seja planejada e transparente. Este planejamento deve prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas. Desta forma, a gestão pública deve cumprir metas de resultados entre receitas e despesas, ter obediência a limites e condições para efetuar renúncia de receita, geração de despesas com pessoal, da seguridade social e outras, dívidas consolidada e mobiliária, operações de crédito, inclusive por antecipação de receita, concessão de garantia e inscrição em Restos a Pagar.

Na mesma linha de argumentação, a gestão pública deve combater o déficit limitando as despesas de pessoal, dificultando a geração de novas despesas, impondo ajustes de compensação para a renúncia de receitas e exigindo mais condições para repasses entre governos e destes para instituições privadas.

2.2.1 Aspectos legais do processo orçamentário

A Administração Pública, em sentido subjetivo, formal ou orgânico, é relativa às pessoas jurídicas e órgãos que executam a função administrativa. Administração pública em sentido objetivo, material ou funcional: corresponde à própria função administrativa. Por função administrativa, entende-se a que é exercida pelo Poder Executivo, que procura executar concretamente, conforme os mandamentos legais, a finalidade pública. Basicamente, fazem parte da função administrativa o fomento, o exercício do poder de polícia administrativa, o fornecimento de bens e serviços públicos e em alguns casos, a intervenção (BITTENCOURT, 2005; MEIRELLES, 1998; PIETRO, 1997):

- a) a atividade de fomento visa estimular ações privadas. Para isto, o município, dentro de suas competências, poderá incentivar atividades que tenham o objetivo de proporcionar crescimento e desenvolvimento econômico em seu território;
- b) a polícia administrativa, em função da preservação do interesse coletivo, procura condicionar ao exercício dos direitos, as ações individuais;
- c) o serviço público se refere à prestação de utilidades pelo aparelhamento estatal ou por particulares, no regime de direito público para satisfazer necessidades públicas;
- d) a intervenção se refere à regulamentação e fiscalização pelo Estado sobre as atividades econômicas.

Neste sentido, para consecução dos orçamentos, o poder executivo deve dispor do estabelecido nos artigos 165 a 169 da CF88. Da mesma forma, o Art. 182 onde a CF88 regulamenta a política de desenvolvimento urbano pelo poder público municipal, seguindo os seguintes parágrafos:

§ 1º - O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana;

§ 2º - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor;

§ 3º - As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro;

§ 4º - É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de (CF88):

- I - parcelamento ou edificação compulsórios;
- II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo;

- III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais (MORAES, 2004, P. 190).

O art. 183. regulamenta a usucapião, na qual, por cinco anos de uso ininterrupto para moradia, tem-se o domínio e os títulos de domínio e a concessão de uso. No caso específico dos municípios, cabe à União estabelecer diretrizes para o desenvolvimento urbano, habitação, saneamento básico e transportes urbanos, conforme o inciso XX, do artigo 21. Isto permitiu instituir a Lei federal no 10.257, de 10 de julho de 2001, que sob o título de Estatuto da Cidade, regulamentou os principais institutos jurídicos e políticos de intervenção urbana. Este diploma reafirma os princípios básicos estabelecidos pela CF88, preservando o caráter municipalista sobre a legislação urbana, o plano diretor municipal (PDM) como instrumento básico da política urbana e a ênfase na gestão democrática. Assim, compete aos poderes executivo e legislativo municipais recorrer a instrumentos de natureza político-institucional, econômico-financeira, técnico-científica, de referenciais teóricos e metodológicos para estabelecer diretrizes, estratégias, dimensionamento e alocação de recursos (CARVALHO, 2001; REZENDE; CASTOR, 2006).

Antagonicamente, Villaça (2005) argumenta que políticos, intelectuais e instituições públicas e privadas defendem e louvam as virtudes de um plano diretor que nunca existiu. Apesar de ser um requisito constitucional, os políticos, em especial os prefeitos, não se interessam em sua formulação e cumprem apenas um requisito formal, pois vêem nele um indesejável constrangimento à sua atuação, na tentativa de manter a perpetuação do *status quo* (RANDOLPH, 2007).

A distância entre o planejamento urbano e a cidade provoca uma dicotomia entre as necessidades reais da comunidade e a visão dos planejadores. O PDM, quando feito de forma centralizada e tecnocrática, estabelece uma cidade sob a ótica de como deveria ser e não como é, ou seja, não se relaciona com as condições reais do setor privado, social e público. Nesta argumentação, o PDM ignora que a maior parte das populações urbanas se localiza nos estratos mais pobres, definindo padrões de ocupação do solo baseados nas práticas e lógicas de investimento dos

mercados de renda média e alta, devido ao potencial de compra (CÂMARA, 2002; VILLAÇA, 2005).

Para evitar estas distorções, as questões sobre a gestão das políticas públicas, do uso e destino dos recursos públicos devem observar os mecanismos que possibilitem a participação popular, como o referendo, o plebiscito, as consultas e audiências públicas, os conselhos de gestão de políticas e serviços públicos. A participação social na elaboração do plano diretor traz benefícios, pois integra a sociedade nos rumos da gestão urbana (CIDADES, 2004). Há que se observar, portanto, as disposições constantes na CF88, LRF, Lei nº. 4.320/64, Portaria nº. 117/98, Estatuto da Cidade, PPA, LDO, LOA E PDM.

2.2.1.1 Lei de responsabilidade fiscal - LRF

Por meio da LRF, houve regulamentação da gestão das finanças públicas, a qual os municípios devem obedecer para elaborar e executar um planejamento orçamentário, contendo formas de controle sobre suas receitas e despesas. Esse planejamento deve ser previamente traçado, apreciado na arena política, cujos instrumentos utilizados são os já adotados pela CF88 como o PPA, LDO e LOA, estabelecendo regras e limites na sua consecução.

Neste sentido, o prefeito deve elaborar e apresentar até o dia 30 de abril do seu primeiro ano de mandato o plano plurianual (PPA), para início no segundo ano, com previsão de obras e investimentos com duração até o primeiro ano do próximo mandato. Deve também apresentar o anexo de política fiscal (LRF, art. 63, III; CF88, art. 165) contendo objetivos, metas e controles plurianuais das finanças municipais, por exemplo: receitas, despesas, receitas e montante da dívida (CONGRESSO NACIONAL, 2000; GREGGIANIN; OLIVEIRA, 2000; MORAES, 2004; NASCIMENTO; DEBUS, 2002; SILVA; LUIZ; PIRES, 2000).

Além do PPA, o município deve elaborar a LDO e a LOA. O artigo 4º da LRF dispõe sobre o conteúdo da LDO, incluindo o Anexo de Metas Fiscais (LRF, art. 4º, §1º) e o Anexo de Riscos Fiscais (LRF, art. 4º, §3º). A LDO deve conter as metas e prioridades da administração pública, as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientação para elaboração da LOA (LRF, art. 5º), as

alterações na legislação tributária e políticas de fomento. Deve também estabelecer parâmetros para as despesas correntes e relativas a serviços de terceiros, tanto para a Prefeitura quanto para a Câmara de Vereadores (GREGGIANIN; OLIVEIRA, 2000).

A Receita Corrente Líquida (RCL) é um parâmetro previsto na LRF Art. 2º. IV, sob o qual são calculados os limites de despesas, especialmente com pessoal e encargos relatados no Subcapítulo 2.2.4.3 Limites com despesas com pessoal, educação e saúde no Subcapítulo 2.2.4.2 Limites mínimos com gastos com educação e saúde.

De acordo com o parágrafo 3º do artigo 2º da LRF, “a receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores, excluídas as duplicidades”. Isto significa que a verificação da RCL deve ser para o período de um ano, não necessariamente o ano civil, e a sua apuração começará no mesmo mês em que se estiver calculando a RCL. Entende-se como RCL, a resultante da dedução das receitas correntes os seguintes elementos descritos na LRF, art. 2º. IV (NASCIMENTO; DEBUS, 2002):

a) na União, os valores transferidos aos Estados e Municípios por determinação constitucional ou legal, e as contribuições mencionadas na alínea a do inciso I e no inciso II do art. 195, e no art. 239 da Constituição;

b) nos Estados, a parcela entregue aos Municípios por determinação constitucional;

c) na União, nos Estados e nos Municípios, a contribuição dos servidores para o custeio do seu sistema de previdência e assistência social e as receitas provenientes da compensação financeira citada no § 9o., art. 201 da Constituição.

No caso dos Municípios, o demonstrativo da RCL corresponde à Receita Corrente total, subtraídas as contribuições ao regime próprio de previdência e assistência social (quando houver), além das compensações relativas à Lei Haully. As transferências recebidas relacionadas ao fundo de manutenção e desenvolvimento do ensino fundamental e de valorização do magistério (FUNDEF) são contabilizadas como RCL, uma vez que a LRF não menciona a possibilidade de dedução. Este demonstrativo é a fonte para a base de cálculo dos limites estabelecidos pela LRF, art. 2º., IV; art. 53, inciso I - Anexo III (CONGRESSO NACIONAL; 1999, 2000; GREGGIANIN; OLIVEIRA, 2000; MORAES, 2004;

NASCIMENTO; DEBUS, 2002; SILVA; LUIZ; PIRES, 2000; TESOURO NACIONAL, 2002).

No caso das despesas, as contas originadas pela execução das ações previstas no PPA, LDO e LOA, incluindo as previstas no artigo 20 da LRF, devem ser prestadas pelos chefes do poder executivo ao poder legislativo, as quais receberão parecer prévio, separadamente, do respectivo Tribunal de Contas (LRF, art. 56). Já a fiscalização sobre o cumprimento das metas será feita pelo Tribunal de Contas, pelos sistemas de controle interno da Prefeitura e pela Câmara de Vereadores (LRF, art. 59) (CONGRESSO NACIONAL, 2000; GREGGIANIN; OLIVEIRA, 2000; MORAES, 2004; NASCIMENTO; DEBUS, 2002; SILVA; LUIZ; PIRES, 2000).

Para a execução das ações previstas, deve ser estimada a geração de despesas, estabelecendo compatibilidade com o PPA e com a LDO (LRF, art. 16). Quando houver aumento nas despesas obrigatórias de caráter continuado, com pessoal (LRF, art. 21) e com a seguridade social (LRF, art. 24), os gastos não poderão afetar as metas de resultados. Para que isto ocorra, o aumento de gastos deve ser compensado permanentemente pelo aumento de receita ou pela redução de outras despesas, conforme LRF art. 17 e art. 59.

2.2.1.2 Plano Plurianual - PPA

As falhas de mercado são fenômenos que justificam a interferência do governo na economia por meio das suas funções. Para isto, a CF88 regularizou algumas competências privativas da União que já vinham sendo executadas pela esfera municipal. Estas regulamentações foram incorporadas pela Lei Orgânica dos municípios (GIAMBIAGI; ALÉM, 2000; CÂMARA, 2002).

O Art. 29 da CF88 estabelece que o município reger-se-á por lei orgânica e o Art. 30 estabelece as competências legislativas do município. A fiscalização do município fica regulamentada pelo Art. 31 e o Art. 165 regulamenta o uso do instrumento PPA. Assim, os gestores públicos são obrigados por determinação constitucional, a elaborar um plano plurianual (CIDADES, 2004), onde a avaliação de benefícios e da eficiência alocativa, traduz a dicotomia existente entre as

decisões com prioridades qualitativas e as que envolvem racionalidade econômica do governo. Este plano, no que se refere às ações de médio e longo prazo, orienta-se pela política econômica naquilo que pode afetar os níveis de emprego, do produto e fluxos financeiros (VAINER; ALBUQUERQUE; GARSON, 2005).

O PPA contempla também a organização de programas que resultem em oferta de bens e serviços públicos para atender demandas da sociedade. Finalmente, em função da racionalidade econômica do governo, pode estabelecer pontos de controle para facilitar o gerenciamento e o monitoramento das ações desenvolvidas. Quanto ao território, deve-se procurar integrar as metas e prioridades entre os entes da federação, pois pode estabelecer estratégias em conjunto, minimizando os esforços individuais. O importante é identificar setorialmente quais as ações necessárias, envolvendo a comunidade por meio da participação, cujos projetos devem ser realizados.

A elaboração do PPA necessita de metodologia apropriada para tratar da base estratégica e da elaboração dos programas, sendo recomendada a participação de todos os órgãos da Prefeitura, além de instituições técnicas e a desejável contribuição do público externo. Significa estabelecer diretrizes para auxiliar o prefeito em sua orientação estratégica, levando em consideração ações presentes e futuras para o município, sob as limitações dos diplomas legais (REZENDE; CASTOR, 2006; VAINER; ALBUQUERQUE; GARSON, 2005).

A Constituição de 1988, no que se refere à administração pública, institucionalizou a integração entre os processos de planejamento e orçamento, ao estabelecer a obrigatoriedade da elaboração dos três instrumentos básicos: PPA, LDO e LOA. A LRF integra e reforça a articulação entre os três instrumentos de planejamento previstos na CF88. A LDO define as diretrizes para elaboração e execução do orçamento e apresenta as metas para cada ano. Serve para discriminar os gastos de um exercício financeiro, ou seja, reserva recursos para o cumprimento das metas anuais. Neste processo, para facilitar a compreensão do plano, os valores de receitas e de gastos previstos serão apresentados a preços do ano em que está sendo elaborado. Finalizada as discussões, um documento final deve ser elaborado com a seguinte composição: mensagem contendo introdução e justificativa para o PPA e projeto de lei para regulamentar o PPA, contendo datas, conteúdo, legislação pertinente, avaliação contingencial (GREGGIANIN; OLIVEIRA, 2000; NASCIMENTO;

DEBUS, 2002; REZENDE; CASTOR, 2006; SILVA; LUIZ; PIRES, 2000; VAINER; ALBUQUERQUE; GARSON, 2005).

O Art. 165 da CF88 também regulamenta o uso da lei de diretrizes orçamentárias (LDO), que compreende as metas e prioridades da administração pública, além de orientar a elaboração da lei orçamentária anual (LOA). O Art.166 trata do processo formal para a aprovação destas leis. Finalmente, entende-se que o PPA é o documento de mais alta hierarquia, ao qual os demais planos e programas devem subordinar suas diretrizes, objetivos e metas.

2.2.1.3 Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO

Originariamente, a LDO tinha a função de orientar a elaboração dos orçamentos anuais, estabelecendo prioridades e metas da administração para o exercício financeiro subsequente. Com a sanção da LRF, novas funções foram incorporadas, ampliando sua importância como ferramenta de planejamento e controle das finanças públicas (NASCIMENTO; DEBUS, 2002). São elas:

- a) dispor sobre o equilíbrio entre receitas e despesas;
- b) estabelecer critérios e formas de limitação de empenho, na ocorrência de arrecadação da receita inferior ao esperado, de modo a comprometer as metas de resultado primário e nominal previstas para o exercício;
- c) dispor sobre o controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados pelo orçamento;
- d) disciplinar as transferências de recursos a entidades públicas e privadas;
- e) quantificar o resultado primário a ser obtido com vistas à redução do montante da dívida e das despesas com juros;
- f) estabelecer limitações à expansão de despesas obrigatórias de caráter continuado.

A LDO trata-se de um instrumento que compatibiliza as diretrizes do PPA aos orçamentos anuais previstos na LOA. O artigo 35 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da CF88 estabelece que o projeto desta lei deva ser encaminhado, devolvido e sancionado até o encerramento do primeiro período da sessão legislativa. Além disso, a LDO estabelece regras gerais, metas anuais e

indica os rumos a serem seguidos e priorizados no decorrer do exercício financeiro, para ajustar as ações previstas no PPA, às reais possibilidades de caixa (GREGGIANIN; OLIVEIRA, 2000; SILVA; LUIZ; PIRES, 2000; NASCIMENTO; DEBUS, 2002; VAINER; ALBUQUERQUE; GARSON, 2005; REZENDE; CASTOR, 2006).

Junto a LDO, é elaborado o Anexo de Metas Fiscais, onde serão estabelecidas metas anuais em valores correntes e constantes para um período de três anos, que o prefeito está assumindo. O anexo apresenta também uma avaliação do cumprimento das metas de exercícios anteriores, da evolução do patrimônio líquido dos entes públicos, da situação dos fundos de caráter previdenciário e as estimativas dos efeitos de incentivos fiscais ou qualquer tipo de renúncia que importe na perda de receitas próprias da União, dos Estados ou dos Municípios. O Anexo de Riscos Fiscais, outra inovação da LRF, destaca aqueles fatos que poderão causar impacto nos resultados fiscais estabelecidos para o exercício (NASCIMENTO; DEBUS, 2002).

2.2.1.4 Lei Orçamentária Anual - LOA

A LOA (CF88, Art. 165, § 5º) se constitui no mais importante instrumento de gerenciamento orçamentário e financeiro da administração pública, estabelecendo equilíbrio entre suas receitas e despesas, adequadas ao Anexo de Metas Fiscais, mantendo os objetivos definidos na LDO. Da mesma forma que na LDO, várias alterações foram introduzidas pela LRF, na sistemática de elaboração do orçamento anual, como por exemplo: demonstrativo da compatibilidade da programação do orçamento com as metas da LDO; previsão da reserva de contingência, em percentual da receita corrente líquida (RCL), para cobrir imprevistos fiscais e despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, refinanciamento da dívida e respectivas receitas (NASCIMENTO; DEBUS, 2002).

2.2.2 Panorama das finanças municipais

O suporte financeiro para execução das competências municipais, veio por meio da participação das transferências constitucionais, uma vez que os impostos permaneceram os mesmos, IPTU e ISS. O ITBI, que antes era partilhado com os estados, ficou destinado aos municípios e o ITCMD foi destinado aos estados. Portanto, não houve mudanças significativas na arrecadação por impostos (BREMAEKER; 2002, 2003a, 2003b, 2004, 2005, 2006; TESOURO NACIONAL, 2007).

Já em relação às transferências constitucionais, a União repassa aos municípios o FPM e os estados repartem a arrecadação do ICMS. O repasse do FPM cresceu de 17% para 20% a partir de outubro de 1988, adicionando 0,5% ao ano a partir de 1989 até atingir 22,5% em 1993. O repasse do ICMS evoluiu de 20% do antigo imposto sobre circulação de mercadorias (ICM) para 25% do ICMS, devido a incorporação dos tributos sobre a energia elétrica, combustíveis e minerais, que antes eram de competência da União. Em função deste aumento dos repasses tributários para os municípios, houve redução das receitas líquidas da União e dos estados. Para mitigar este efeito, os estados transferiram parte das suas responsabilidades para os municípios sem a devida compensação financeira. A União fez o mesmo e criou mecanismos financeiros para retirar recursos dos estados e municípios, tais como (BREMAEKER, 2002):

- a) criação de novas contribuições e o aumento de alíquotas daquelas existentes;
- b) adoção de renúncia fiscal sobre impostos que formam o FPM e o FPE;
- c) apropriação de recursos através do Fundo Social de Emergência (FSE), depois denominado Fundo de Estabilização Fiscal (FEF);
- d) desoneração do ICMS sobre os produtos primários e semi-elaborados, a chamada Lei Kandir (Lei Complementar nº. 86/97);
- e) intensificação do processo de cobrança das dívidas contraídas.

Apesar destas restrições, a arrecadação total cresceu 51,3%, em termos reais, no período entre 1989 e 1998. No mesmo período, a arrecadação municipal cresceu 199,6%, a estadual 40,7% e a federal 49,8%. A Tabela 01 apresenta a quantidade de municípios no Brasil entre os anos de 2000 e 2007. Para os anos de

2004 a 2007, a quantidade de municípios não modificou, segundo o IBGE (2008). No entanto, a distribuição regional das receitas orçamentárias foi desproporcional como mostra o Apêndice O. A região Sudeste com 29,98% do total de municípios e 43,2% da população total concentrou 51,5% em 2004 e 51,7% em 2005. A região nordeste com 32,23% do total de municípios e 28,0% da população total, concentrou 19,5% em 2004 e 20,2% em 2005. A região sul com 21,35% do total de municípios e 14,8% da população total concentrou 16,6% em 2004 e 16,2% em 2005. A região Norte com 8,07% do total de municípios e 8,1% da população total concentra 6,4% em 2004 e 6,1% em 2005. Finalmente, a região centro-oeste com 8,38% do total de municípios e 5,9% da população total concentra 6,0% em 2004 e 5,9% em 2005 (BREMAEKER, 2005; TESOURO NACIONAL, 2007).

Em 2007, quando se observa a distribuição demográfica nos municípios, percebe-se que aqueles com mais de cem mil habitantes representam 4,55% do número de municípios brasileiros, concentram 52,6% da população nacional e, finalmente, concentram 57,3% do montante da receita orçamentária municipal. Quando se considera as transferências, os municípios mais populosos concentraram 47,4%, melhorando um pouco o quadro de redistribuição de receitas (BREMAEKER, 2005; TESOURO NACIONAL, 2007).

Em 2005, a União obteve 52,27% da sua arrecadação por meio de contribuições, 37,87% por meio de receitas tributárias e 9,86% por meio das demais receitas correntes. Os Estados obtiveram 84,18% da sua arrecadação por meio das receitas tributárias, destacando-se o ICMS e o IPVA; 6,26% por meio de contribuições e 9,56% das demais receitas correntes. Já nos municípios, as receitas tributárias municipais representam 17,72%, transferências constitucionais 68,30% e demais receitas 13,98%. Em relação a arrecadação tributária nacional, a participação da União foi 55,26%, dos estados 28,36% e dos municípios 16,38% (TESOURO NACIONAL, 2007).

Tabela 01 – Quantidade de municípios por Unidade Federativa (Continua)

REGIÃO/UF	2000		2002		2004-2007	
	Mun.	% mun.	Mun.	% mun.	Mun.	% mun.
TOTAL	5.561		5.565		5.564	
NORTE	449	8,07%	449	8,07%	449	8,07%
AC	22	0,40%	22	0,40%	22	0,40%
AM	62	1,11%	62	1,11%	62	1,11%
AP	16	0,29%	16	0,29%	16	0,29%

Fonte: Bremaeker (2005); IBGE (2008); Tesouro Nacional (2007).

Tabela 01 – Quantidade de municípios por Unidade Federativa (Continuação)

REGIÃO/UF	2000		2002		2004-2007	
	Mun.	% mun.	Mun.		Mun.	% mun.
PA	143	2,57%	143	2,57%	143	2,57%
RO	52	0,94%	52	0,93%	52	0,93%
RR	15	0,27%	15	0,27%	15	0,27%
TO	139	2,50%	139	2,50%	139	2,50%
NORDESTE	1792	32,22%	1793	32,22%	1793	32,23%
AL	102	1,83%	102	1,83%	102	1,83%
BA	417	7,50%	417	7,49%	417	7,49%
CE	184	3,31%	184	3,31%	184	3,31%
MA	217	3,90%	217	3,90%	217	3,90%
PB	223	4,01%	223	4,01%	223	4,01%
PE	185	3,33%	185	3,32%	185	3,32%
PI	222	3,99%	223	4,01%	223	4,01%
RN	167	3,00%	167	3,00%	167	3,00%
SE	75	1,35%	75	1,35%	75	1,35%
SUDESTE	1668	29,99%	1668	29,97%	1668	29,98%
ES	78	1,40%	78	1,40%	78	1,40%
MG	853	15,34%	853	15,33%	853	15,33%
RJ	92	1,65%	92	1,65%	92	1,65%
SP	645	11,60%	645	11,59%	645	11,59%
SUL	1189	21,38%	1189	21,37%	1188	21,35%
PR	399	7,17%	399	7,17%	399	7,17%
RS	497	8,94%	497	8,93%	496	8,91%
SC	293	5,27%	293	5,27%	293	5,27%
CENTRO-OESTE	463	8,33%	466	8,37%	466	8,38%
DF	1	0,02%	1	0,02%	1	0,02%
GO	246	4,42%	246	4,42%	246	4,42%
MS	77	1,38%	77	1,38%	78	1,40%
MT	139	2,50%	142	2,55%	141	2,53%

Fonte: Bremaeker (2005); IBGE (2008); Tesouro Nacional (2007).

A transferência de parte das competências da União e dos estados para os municípios, sem a devida compensação financeira, resulta no comprometimento de aproximadamente 4,5% das receitas correntes municipais com o custeio destas ações, podendo aumentar para 10,9% para os municípios com menos de 10 mil habitantes (BREMAEKER, 2005; TESOURO NACIONAL, 2007).

A condução ao desenvolvimento econômico regional sugere uma planificação orientada e participativa (CIDADES, 2004), onde, na esfera governamental a avaliação de benefícios e da eficiência alocativa traduz a dicotomia existente entre as decisões de prioridades qualitativas e a racionalidade econômica do governo. Neste sentido, parte-se do princípio de causalidade (causa e efeito), onde a estratégia básica presente nos modelos de expectativas racionais considera a manutenção da visão de equilíbrio de mercado, antecipa reações em função das decisões de gestão ou políticas feitas pelo Estado.

No que se refere às ações de médio e longo prazo, a sociedade orienta-se pela política econômica naquilo que pode afetar os níveis de emprego, do produto e fluxos financeiros, conforme diretrizes do Plano Plurianual (VAINER, 2005). Uma diretriz que deve ser observada se refere ao processo de desenvolvimento e inovação dos meios de comunicação e de informática que, em conjunto, possibilitaram uma acessibilidade de uma parcela maior do público, sobre as informações de caráter econômico e de gestão, das esferas e funções do Estado. Para o setor privado, “[...] a concepção e a implementação da estratégia de inovação de uma empresa leva em conta sua organização interna e as suas relações externas com o sistema de inovação mais amplo no qual está inserida” (KUPFER; HASENCLEVER, 2002, p. 432). Partindo deste comentário sobre o comportamento do setor privado, é cabível transportá-lo para o setor público.

Deve-se ressaltar que a Constituição Federal de 1988 (CF88) proporcionou significativas mudanças no que diz respeito à gestão pública, tratando-se da necessidade de ajustes fiscais nas esferas do setor público brasileiro. Da mesma forma, a inserção brasileira no contexto mundial ocorreu sob a influência dos princípios estabelecidos no chamado “Consenso de Washington”, portanto, aqueles ajustes ocorreram através de uma profunda revisão e regularização do sistema macroeconômico até então vigente, tendo como premissas básicas a estabilização econômica e ajustes estruturais no sistema econômico brasileiro. Proporcionou ainda a descentralização de algumas competências privadas da esfera federal para as esferas estadual e municipal, o que posteriormente, foi regulamentado pelo Estatuto da Cidade (CÂMARA, 2002).

Esta descentralização estabeleceu uma nova forma de competências em relação aos impostos, prontamente acolhida pela Lei Orgânica Municipal. Já as contribuições, que são outras espécies de tributos, em sua maioria ficaram à cargo do Governo Federal, contribuindo com a maior parte das arrecadações federais. Assim, as transferências constitucionais, também chamadas de transferências correntes, ficaram assimétricas em relação à distribuição e alocação de recursos financeiros compensatórios, orientadas pelas Leis de Diretrizes Orçamentárias e pelas Leis Orçamentárias Anuais. A repartição das competências do estado assumiu uma forma singular de República Federativa no caso do Brasil. A criação da autonomia política dos municípios proporcionada pela CF88, foi orientada pela busca do desenvolvimento econômico.

Tabela 02 – Evolução da arrecadação tributária das esferas de governo, no período entre 1989 e 2005

ANOS	TOTAL	UNIÃO		ESTADOS		MUNICÍPIOS	
		Arrecadação	%	Arrecadação	%	Arrecadação	%
1989	182.183	125.288	68,77%	52.004	28,54%	4.891	2,68%
1990	207.165	143.981	69,50%	56.906	27,47%	6.278	3,03%
1991	184.831	119.687	64,75%	56.055	30,33%	9.089	4,92%
1992	178.652	119.671	66,99%	51.124	28,62%	7.857	4,40%
1993	184.463	130.542	70,77%	46.979	25,47%	6.942	3,76%
1994	210.244	144.534	68,75%	58.253	27,71%	7.457	3,55%
1995	228.521	153.618	67,22%	64.543	28,24%	10.360	4,53%
1996	247.258	162.345	65,66%	71.237	28,81%	13.676	5,53%
1997	257.424	171.174	66,49%	72.287	28,08%	13.963	5,42%
1998	276.975	187.733	67,78%	73.552	26,56%	14.727	5,32%
1999	338.399	218.858	64,67%	85.869	25,38%	16.392	4,84%
2000	402.193	250.792	62,36%	105.951	26,34%	18.004	4,48%
2001	453.805	284.016	62,59%	120.756	26,61%	19.951	4,40%
2002	523.182	336.917	64,40%	133.423	25,50%	22.763	4,35%
2003	661.790	469.776	70,99%	179.794	27,17%	35.537	5,37%
2004	572.407	529.441	92,49%	162.564	28,40%	32.627	5,70%
2005	915.688	631.774	68,99%	243.775	26,62%	40.139	4,38%

Fonte: Elaborado a partir de Bremaeker (2002; 2003; 2004; 2005); Tesouro Nacional (2007).

Nota: Valores deflacionados pelo IGP-DI (Em R\$ milhões de dezembro de 1998).

Os dados da Tabela 02 apresentam a evolução da arrecadação tributária das esferas de governo. O montante da arrecadação cresceu 51,3%, em termos reais, no período entre 1989 e 1998. No mesmo período, a arrecadação municipal cresceu 199,6%, a estadual 40,7% e a federal 49,8%. A participação na arrecadação tributária em 1988 dos municípios era 2,68%, dos estados 28,54% e da União 68,77%. Da mesma forma, em 1998 os municípios participavam com 5,32%, os estados com 26,56% e a União com 68,13%. O ganho na arrecadação tributária que os municípios obtiveram produziu uma redução maior na arrecadação estadual. Em 2004 a participação dos municípios na arrecadação tributária brasileira foi de 5,7%, contra 28,4% dos Estados e 65,9% do Governo Federal. Após os ajustes em função das transferências constitucionais e voluntárias, a participação dos municípios passou para 17,7%, os estados para 28,6% e a União 53,7% da arrecadação tributária. No entanto, percebe-se que a receita total dos municípios é constituída em média por 67,4% de transferências, 17,5% de receitas tributárias e 15,1% de outras receitas (BREMAEKER, 2002; TESOURO NACIONAL, 2007).

A Tabela 03 apresenta os resultados após as transferências constitucionais, permitindo verificar que as receitas municipais em 1998 crescem 55,20% em relação aos valores de 1989. No entanto, o crescimento da arrecadação dos impostos municipais no mesmo período foi de 199,57%.

Tabela 03 – Evolução dos recursos disponíveis para as esferas de governo, no período entre 1989 e 1998

ANOS	TOTAL	UNIÃO		ESTADOS		MUNICÍPIOS	
		Arrecadação	%	Arrecadação	%	Arrecadação	%
1989	182.183	100.201	55,00%	52.104	28,60%	29.878	16,40%
1990	207.165	113.941	55,00%	57.799	27,90%	35.425	17,10%
1991	184.831	94.449	51,10%	55.079	29,80%	35.303	19,10%
1992	178.652	94.150	52,70%	51.630	28,90%	32.872	18,40%
1993	184.463	101.270	54,90%	49.990	27,10%	33.203	18,00%
1994	210.244	112.901	53,70%	59.709	28,40%	37.634	17,90%
1995	228.521	119.517	52,30%	65.814	28,80%	43.190	18,90%
1996	247.258	134.508	54,40%	68.985	27,90%	43.765	17,70%
1997	257.424	145.187	56,40%	69.505	27,00%	42.732	16,60%
1998	276.975	159.251	57,50%	71.115	25,68%	46.609	16,83%
1999	338.399	203.039	60,00%	83.584	24,70%	51.775	15,30%
2000	402.193	240.109	59,70%	101.755	25,30%	60.329	15,00%
2001	453.805	270.014	59,50%	116.174	25,60%	67.617	14,90%
2002	523.182	316.002	60,40%	129.749	24,80%	77.431	14,80%
2003	661.790	400.321	60,49%	176.033	26,60%	85.436	12,91%
2004	572.407	307.382	53,70%	163.708	28,60%	101.316	17,70%
2005	915.688	527.325	57,59%	268.283	29,30%	120.080	13,11%

Fonte: Elaborado a partir de Bremaeker (2002; 2003; 2004; 2005); Tesouro Nacional (2007).
Valores deflacionados pelo IGP-DI (Em R\$ milhões de dezembro de 1998).

O que se percebe é que os mecanismos apresentados anteriormente, desvirtuaram a arrecadação municipal. Mesmo havendo uma elevação no total de arrecadação tributária, o percentual de recursos destinados para a esfera municipal em 1998 permanece praticamente nos mesmos patamares dos disponibilizados em 1989. As transferências correntes da União para os municípios são as seguintes: FPM ITR; IOF; LC 87/96; LC 87/96-1579; CIDE; FEX; FUNDEF e FUNDEB.

A Tabela 04 apresenta os percentuais das transferências correntes mais significativas, FPM e FUNDEB, para o ano de 2007:

Tabela 04 – Percentual do FPM e FUNDEB por estado em 2007

Estado	2007	2007
	FPM (%)	FUNDEB (%)
São Paulo	12,96%	19,99%
Minas Gerais	12,71%	8,67%
Bahia	8,73%	7,99%
Paraná	6,59%	7,80%
Rio Grande do Sul	6,45%	5,41%
Ceará	5,06%	5,13%
Pernambuco	4,68%	5,08%
Maranhão	4,04%	5,03%
Santa Catarina	3,75%	4,49%
Acre	3,70%	4,28%
Pará	3,50%	2,92%
Goiás	3,49%	2,74%
Paraíba	3,13%	2,60%
Rio de Janeiro	2,83%	2,19%
Piauí	2,57%	2,12%
Rio Grande do Norte	2,40%	2,02%
Alagoas	2,31%	1,96%
Mato Grosso	1,78%	1,83%
Espírito Santo	1,68%	1,64%
Tocantins	1,51%	1,62%
Mato Grosso do Sul	1,43%	1,38%
Sergipe	1,37%	0,93%
Amazonas	1,33%	0,90%
Rondônia	0,88%	0,78%
Roraima	0,58%	0,30%
Amapá	0,33%	0,22%
Distrito Federal	0,20%	0,00%

Fonte: Elaborado com base no Tesouro Nacional (2007)

Neste sentido, a transferência de algumas atribuições da União e dos estados para os municípios, sem os devidos repasses para sustentação financeira, contribuem para os municípios apresentem resultado fiscal negativo. Relativamente, estes efeitos aparecem com maior intensidade nos municípios de menor população (BREMAEKER, 2002; TESOURO NACIONAL, 2007).

2.2.3 Receitas municipais

Com o objetivo de viabilizar financeiramente suas funções, o Estado recorre às receitas públicas. De forma simplificada, o fluxo circular de renda (ver Figura 01) representa como as receitas correntes, principalmente as tributárias, viabilizam os gastos governamentais (G). Da mesma forma, representa os investimentos públicos

e privados na economia, sendo que aquele possui vínculos com as receitas de capital e este com o grau de empreendedorismo das organizações privadas.

As receitas correntes podem ser consideradas como sendo aquelas que não alteram o patrimônio do Estado e se esgotam dentro do período determinado pela LOA. Seus componentes são: patrimoniais; industrial; agropecuária; de serviços; receitas tributárias e outras receitas correntes. As receitas patrimoniais, industrial, agropecuária, e de serviços são originárias e constituídas da seguinte forma (FILELLINI, 1989; GIAMBIAGI; ALÉM, 2000; GUIMARÃES, 2003; MUSGRAVE, 1974; LONGO; TROSTER, 1993; REZENDE, 2001; RIANI, 1997):

- a) receita patrimonial: resultado financeiro da exploração do patrimônio estatal. São as receitas imobiliárias (aluguel, arrendamentos, etc.) e de concessões e permissões (telecomunicações, transporte, pedágio, etc.);
- b) receita industrial: derivada de atividades industriais (extrativa mineral, de transformação, de construção) e de serviços de utilidade pública (energia elétrica, água e esgoto, limpeza pública e remoção do lixo);
- c) receita agropecuária: decorre da exploração econômica de atividades agropecuária, além do beneficiamento de produtos agropecuários em níveis não considerados industriais;
- d) receita de serviços: decorre de atividades como comércio, transporte, comunicação, serviços hospitalares, armazenagem, serviços educacionais, culturais, recreativos etc.

As receitas tributárias são derivadas e obtidas por meios coercitivos do setor privado, em função da caracterização de um fato gerador definido em Lei, cujas espécies tributárias são definidas no CTN e apresentadas no Quadro 01.

Impostos	Expressamente definidos pela CF88. São 13 impostos: 7 da União, 3 dos Estados e DF e 3 dos Municípios (CF88, art. 145, I).
Taxas	Poder de Polícia e serviços públicos específicos, divisíveis, disponíveis ou prestados ao contribuinte (CF88, art. 145, II; CTN, art. 77, 78).
Contribuições de Melhoria	Não possuem espécies catalogadas (CF88, art. 145, III; CTN, art. 81; DL 195/67).
Empréstimos Compulsórios	Por motivo de calamidade pública. Por motivo de guerra externa (ou sua eminência). Por motivo de investimento urgente e de relevante interesse nacional (CF88, art. 148).
Contribuições Especiais	Contribuições Sociais. Contribuições de intervenção no domínio econômico (CIDE). Contribuições de interesse de categorias profissionais ou econômicas. Contribuições de iluminação pública (CF88, art. 148, 149).

Quadro 01 – Espécies tributárias

Fonte: Elaborado a partir de Karkache (2007); CTN; CF88.

A primeira espécie tributária apresentada contempla os impostos, cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal e são agrupados da seguinte forma (LONGO; TROSTER, 1993; FILELLINI, 1989; RIANI, 1997; GIAMBIAGI; ALÉM, 2000; REZENDE, 2001; KARKACHE, 2007):

- a) impostos de competência da União;
 - imposto sobre importação - II;
 - imposto sobre exportação - IE;
 - imposto sobre produção industrial – IPI;
 - imposto de renda – IR;
 - imposto sobre a propriedade territorial rural – ITR;
 - imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários - IOF;
 - imposto sobre grandes fortunas – IGF (não regulamentado).
- b) impostos de competência dos Estados e DF;
 - imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS;
 - imposto sobre transferência causa mortis e doações - ITCMD;
 - imposto sobre propriedade de veículo automotor – IPVA.
- c) impostos de competência dos Municípios;
 - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - IPTU;
 - imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISSQN;
 - imposto sobre transferências de bens intervivos – ITBI.

A segunda espécie tributária apresentada é constituída pelas taxas. Estas podem ser criadas e exigidas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, mas limitados ao âmbito de suas respectivas atribuições. Têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização efetiva ou potencial de serviço público específico ou posto a sua disposição e podem dos seguintes tipos: de polícia e de serviços.

A terceira espécie tributária apresentada é constituída pelas contribuições de melhoria. Estas contribuições podem ser criadas e exigidas pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, na esfera de suas competências, para realizar obras públicas que resultem em benefícios aos proprietários de imóveis, no limite da valorização destes imóveis.

A quarta espécie tributária é constituída pelos empréstimos compulsórios, que são tributos criados no caso de investimento público, e que possuem natureza

contratual, data e forma de devolução. Podem ser em caráter excepcional, em caso de guerra externa ou calamidade ou de caráter especial, para investimento público urgente e de relevante interesse nacional (KARKACHE, 2007; MORAES, 2004).

A quinta espécie tributária reúne as contribuições especiais, ligadas à seguridade social e parafiscais, como por exemplo: INSS, sistema “S” (SENAI, SENAC, SESI, SENAR, SENAT, SEST, SEBRAE, INCRA, CREA; CRA), e econômicas como: cota-parte de compensações financeiras pela exploração de recursos minerais, cotas de contribuições sobre exportações, etc (KARKACHE, 2007).

Dentro das receitas públicas, há ainda aquelas provenientes de transferências correntes, fruto de arrecadações tributárias de outras esferas de governo. No caso dos municípios, as transferências correntes são feitas pela União e pelos Estados, ou seja, são recursos de origem tributária (FPM, cota-parte do ICMS, Lei nº. 87/96 - Lei Kandir, CIDE). Há ainda outras receitas correntes, que envolvem receitas não enquadradas nas classificações anteriores como multas, juros de mora, indenizações, cobranças da dívida ativa e receitas diversas (FILELLINI, 1989; GIAMBIAGI; ALÉM, 2000; GUIMARÃES, 2003; KARKACHE, 2007; LONGO; TROSTER, 1993; MUSGRAVE, 1974; REZENDE, 2001; RIANI, 1997).

As receitas de capital são aquelas que alteram o patrimônio do Estado. São provenientes de operações de crédito, resultado de alienação de patrimônio ou referentes a transferências previamente vinculadas a despesas de capital e não devem ser somadas ao cálculo das receitas correntes líquidas. São destinadas a atender despesas classificáveis em despesas de capital, sendo classificadas da seguinte forma (FILELLINI, 1989; GIAMBIAGI; ALÉM, 2000; GUIMARÃES, 2003; KARKACHE, 2007; MUSGRAVE, 1974; NASCIMENTO; DEBUS, 2002; REZENDE, 2001; RIANI, 1997):

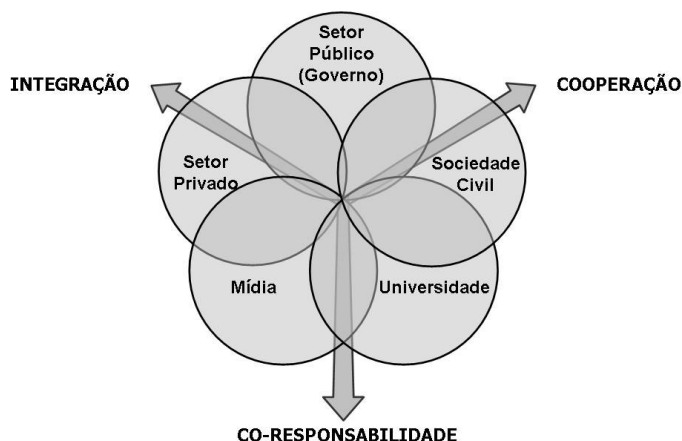
- a) todas as operações de crédito que envolvem captação de recursos para atender a desequilíbrios orçamentários ou financiar empreendimentos públicos. Podem ser por operações de crédito internas ou externas ou por emissão e colocação de títulos públicos como Obrigações do Tesouro Nacional (OTN) e Letras do Tesouro Nacional (LTN);
- b) a alienação de bens compreende o resultado obtido com a alienação de bens patrimoniais (ações, títulos, bens móveis, imóveis, etc.);

- c) a amortização de empréstimos, se concedido pela entidade, quando ingressada caracteriza uma receita de capital;
- d) as transferências de capital são recursos provenientes de outras entidades para serem aplicados em despesa de capital, por exemplo, convênio com o estado para realização de obras públicas;
- e) outras receitas de capital que envolvem as receitas não classificáveis nas outras fontes como, por exemplo, a indenização paga aos Estados e Municípios pela extração de petróleo, xisto e gás e pela geração de energia elétrica.

2.2.3.1 Cenários de competição por receitas

A Figura 03 mostra de forma simplificada a integração entre o governo municipal, a comunidade empresarial, a sociedade civil, a mídia e a universidade. Essa integração deve ultrapassar as diferenças partidárias e políticas, de forma que haja integração, cooperação e co-responsabilidade, tendo como objetivo comum a prosperidade regional (BOISIER; 1995b, 1996; DOWBOR, 2003; REZENDE; CASTOR, 2006).

Figura 03 – Esforços de integração das cinco esferas



Fonte: Elaboração do autor a partir de Boisier (1996); Dowbor (2003) e Rezende e Castor (2006).

Criar um ambiente favorável para o surgimento e o desenvolvimento de empreendimentos no município é uma tarefa que se faz necessária. É preciso que haja disposição do gestor para entrar em contato com a realidade. Isto pode ser feito por meio da avaliação de indicadores socioeconômicos, que auxiliam no processo de fornecimento de bens e serviços públicos em função da restrição orçamentária municipal. Ao contrário do desejo humano na intenção em diminuir ou eliminar suas dificuldades, a criação de um ambiente de prosperidade não se faz em um curto espaço de tempo. A consolidação desse processo é realizada por meio do trabalho e da perseverança, onde os graus de interesse, de confiança, e da participação de setores da sociedade contribuem de forma determinante.

Neste sentido, o município deve estar atento ao fornecimento de informações organizadas, bens e serviços, com o objetivo de proporcionar o desenvolvimento das características vocacionais dos atores locais (BOISIER; 1973, 1980, 1992, 1994, 1995a, 1995b, 1996).

Esta argumentação sugere que o município deve pensar em um programa que facilite o acesso a informações úteis para os gestores públicos e para os atores locais. Para isso, é preciso identificar os atores das esferas locais, sendo que das suas interações, dependerá basicamente o sucesso ou o fracasso do crescimento econômico regional. Estes estarão fortemente influenciados pela efetividade das dimensões: alocação de recursos; suas compensações por meio da gestão das finanças públicas e; pela organização institucional e ativação social da região (BOISIER, 1996; DOWBOR, 2003; GIAMBIAGI; ALÉM, 2000; REZENDE; 2004, 2005; REZENDE; CASTOR, 2006).

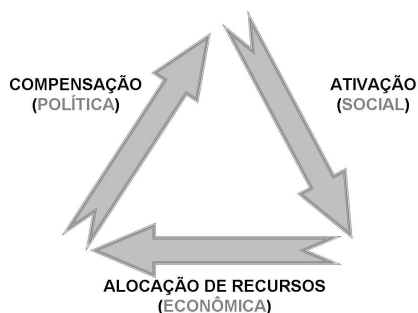
A alocação de recursos, por meio de transferências voluntárias estaduais e federais constitui a variável econômica que pode influenciar na gestão de finanças públicas e no processo de crescimento regional. Depende basicamente da capacidade municipal em planejar e influenciar na quantidade de recursos recebidos, em estabelecer prioridades e coerência programática das propostas. De outro lado, o gestor deve perceber que os efeitos das políticas macroeconômicas sobre as regiões não são neutros e provocam efeitos diferenciados. Estes efeitos deveriam ser vistos para proporcionar inserção e articulação de um planejamento sobre as questões de crescimento regional e de maior compromisso político.

A ação compensatória é própria do poder público, que por meio do processo de gestão das finanças municipais, procura compensar os efeitos diferenciados das

políticas macroeconômicas na região. O reconhecimento desta função baseia-se, parcialmente, na consideração de que a região não é um ente passivo delimitado geograficamente, mas que participa direta ou indiretamente nos processos municipais. A organização socioregional, chamada variável de ativação, cumpre papel decisivo no processo de crescimento regional e complementa as outras duas funções. A ativação deve ser entendida como um conjunto de procedimentos dos atores sociais, que influenciam na alocação de recursos e na redução dos efeitos colaterais das políticas macroeconômicas sobre a região (BOISIER, 1996; DOWBOR, 2003; REZENDE; CASTOR, 2006).

Nestas dimensões encontram-se os elementos centrais para o processo de crescimento regional. Porém, existe o fato de que as regiões são dinâmicas e mutáveis, não havendo razão para supor que possuam um mesmo peso para as diversas regiões. Para algumas, a alocação de recursos é prioritária, para outras, o efeito depressivo das políticas macroeconômicas, ou ainda, a falta de estruturas sociais adequadas. Desta forma, o gestor deve definir estratégias particulares dirigidas às regiões, levando em consideração suas especificidades (BOISIER, 1996; KAUCHAKJE, 2007; REZENDE; CASTOR, 2006). Estas dimensões são interdependentes e podem ser representadas conforme a Figura 04.

Figura 04 – Dimensões do planejamento regional



Fonte: elaboração do autor com base em Boisier (1996).

A Figura 04 apresenta um ciclo de retroalimentação, desejável em um processo de planejamento. Significa que o crescimento estrutural de uma região implica na capacidade de internalizar regionalmente o próprio crescimento. Isto quer dizer que depende da capacidade de reter e reinvestir seu excedente econômico. Neste sentido, para configurar um crescimento econômico regional seriam necessárias as seguintes características (BOISIER, 1992, p. 52; BOISIER, 1996):

- a) autonomia de decisão, que possibilite a escolha de estilos de desenvolvimento capazes de distinguir as especificidades regionais;
- b) capacidade de captação e reinvestimento do excedente econômico, mediante a diversificação e ampliação da base econômica regional;
- c) inclusão social, melhorando a distribuição de renda e participação da população no sistema político de tomada de decisões;
- d) consciência ecológica, responsabilidade coletiva e exploração sustentada do meio ambiente;
- e) sincronização intersetorial e territorial de modo que sejam difundidos os efeitos positivos do crescimento econômico na região;
- f) autopercepção coletiva para transformar a região em verdadeiros sujeitos e não em objetos do planejamento nacional.

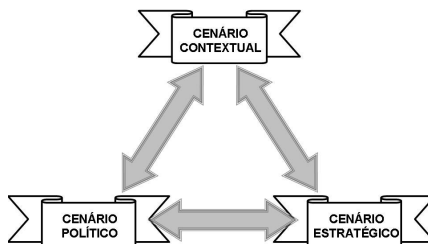
Em decorrência desses processos, poderá surgir uma fase estrutural de crescimento econômico sustentado. Porém, o sucesso dependerá basicamente das características regionais. A sociedade regional pode se organizar para identificar e mobilizar os seguintes componentes (BOISIER, 1992):

- a) estrutura científica e tecnológica capaz de dinamizar o processo produtivo;
- b) poder político com capacidade de reivindicar e captar recursos para a região, para viabilizar projetos de crescimento e políticas públicas;
- c) sistema produtivo gerador de excedentes para reinvestir na região;
- d) recursos financeiros, fundamentais para determinar o grau de crescimento econômico e o poder de crédito da região;
- e) municípios, já que da capacidade dos gestores dependerá o sucesso das políticas regionais e a viabilidade dos projetos;
- f) sistema urbano, rural, infra-estrutura econômica e social com capacidade de atrair e expandir sua capacidade produtiva;
- g) recursos naturais que, através do seu aproveitamento, abundância ou escassez, influenciarão no poder de crescimento ou estagnação da região.

Outros fatores poderiam ser apontados como complementares na tentativa de configurar a região: grau de modernização das organizações privadas; poder de comercialização por meio de políticas de marketing; fluxos de informação; características folclóricas e representatividade cultural.

A Figura 05 mostra a relação entre três cenários interdependentes, o contextual, o estratégico e o político, de acordo com a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe - CEPAL (BOISIER, 1996).

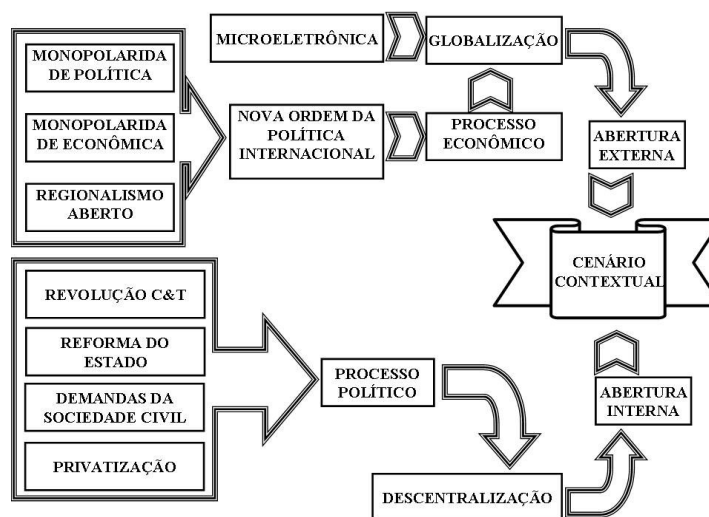
Figura 05 – Cenários das relações regionais



Fonte: elaboração do autor com base em Boisier (1996)

Dentro do cenário contextual representado pela Figura 06, a abertura externa é um processo essencialmente econômico, com o objetivo de enquadrar as exportações nacionais sob os aspectos de modernidade e competitividade. Já a abertura interna se dá por meio de um processo político descentralizado, adequando-se aos processos de revolução da ciência e tecnologia (C&T), da reforma do Estado, das demandas da sociedade civil e de privatizações (BOISIER, 1996).

Figura 06 – Cenário contextual



Fonte: elaboração do autor com base em Boisier (1996)

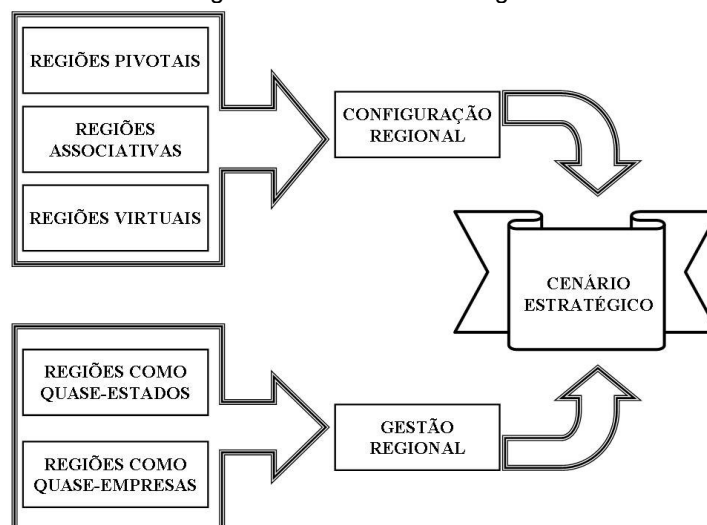
Segundo Boisier (1996), o processo político de abertura interna é apoiado por um conjunto de quatro elementos:

- a) revolução da ciência e tecnologia e seus impactos sobre os sistemas de produção, comunicação e transporte;
- b) processos de transformação do Estado, enquanto órgão regulador do regime de acumulação;
- c) descentralização em função da maior autonomia da parte de organizações de base territorial;
- d) descentralização vinculada a tendências privatizadoras incorporadas ao modelo de política econômica vigente em grande parte do mundo.

Estes elementos representam a colocação em prática de um paradigma de baixo para cima, que contrasta com o paradigma do centro para baixo, fortalecendo o conceito de projeto político regional como instrumento de criação de poder político.

O cenário estratégico, representado pela Figura 07, mostra a inter-relação entre modalidades de configuração territorial e de gestão regional. A região representa diferentes unidades espaciais e podem tratar questões que ocorrem na esfera do Estado e na do município, em ambiente urbano ou rural, agrícola ou industrial. Neste aspecto, a velocidade é indispensável para se aproveitar oportunidades. Neste ambiente, uma região pivotal apresenta atributos de complexidade sistêmica, cultura e resiliência. Podem associar-se a outras regiões pivotais ou simplesmente a outros territórios organizados contíguos, dando origem a regiões maiores denominadas associativas (BOISIER, 1996; CARLEIAL, 1993).

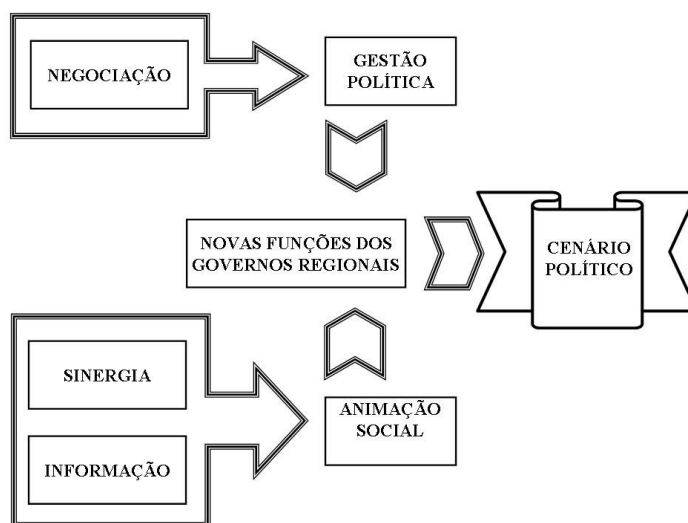
Figura 07 – Cenário estratégico



Fonte: elaboração do autor com base em Boisier (1996)

O cenário político representado pela Figura 08 é construído sobre a interseção entre a modernização do Estado, do ponto de vista territorial, e as novas funções dos governos territoriais (BOISIER, 1996).

Figura 08 – Cenário político



Fonte: elaboração do autor com base em Boisier (1996)

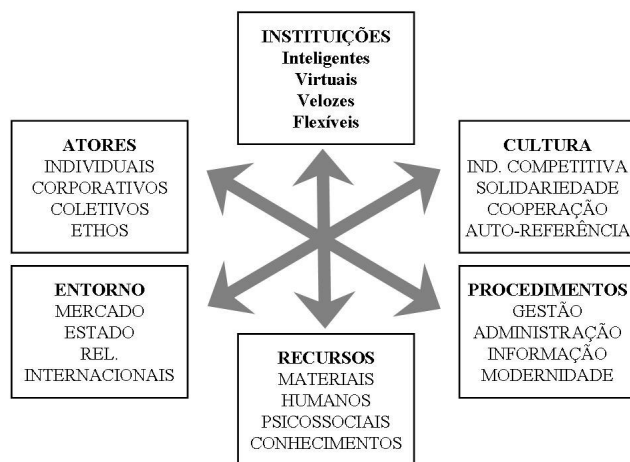
Este processo é potencializado por meio da necessária elaboração de um projeto de desenvolvimento regional, onde as articulações da organização social sejam realizáveis. O esforço orientado para, promover o desenvolvimento em todos os setores, deve pressupor um estudo detalhado de suas bases teóricas até suas fases executivas (BOISIER, 1996; MELNICK, 1972; REZENDE; CASTOR, 2006).

A Figura 09 procura sintetizar as relações entre os cenários, com a observância de que os planos devem ser seguidos com ênfase fiscal e social, com a participação da comunidade (BOISIER, 1996).

Por outro lado, Ferreira (1993) menciona alguns conceitos de resistência e de obstáculo ao desenvolvimento, onde a questão racial e até de recursos naturais são relevantes para o aproveitamento natural das potencialidades de uma região.

No entanto, há a necessidade de interação entre as classes políticas e da representação destas classes na defesa de sua região, uma vez que os municípios possuem pouca participação nas receitas tributárias e alta dependência das transferências constitucionais (BOISIER; 1973, 1992; COSSÍO, 1998).

Figura 09 – Hexágono do desenvolvimento regional



Fonte: elaboração do autor com base em Boisier (1996)

2.2.3.2 Fatores determinantes das receitas municipais

Para cumprir os objetivos estabelecidos no Anexo de Metas Fiscais, é necessário que o acompanhamento do desempenho das receitas ocorra bimestralmente. Isto permite ao gestor público estabelecer estratégias para corrigir possíveis desvios entre arrecadação e empenho nas contas públicas. As receitas tributárias de competência dos municípios são influenciadas pelas estratégias do poder público local. As receitas provenientes das transferências constitucionais são homologadas junto ao tribunal de contas, respeitando as diretrizes estabelecidas pela LRF. Já os recursos da venda de bens do patrimônio público, não poderão ser aplicados em despesas correntes, podendo ser destinados à previdência social se autorizado por lei (BREMAEKER, 2005; CONGRESSO NACIONAL, 2000; NASCIMENTO; DEBUS, 2002; TESOURO NACIONAL, 2007).

A contratação de operações de crédito pelo poder público segue algumas exigências estabelecidas na LRF como, por exemplo, a vedação de realização de operações de crédito entre os entes da federação, estar prévia e expressamente autorizada no texto da LOA e o montante das operações de crédito não podendo ser superior ao das despesas de capital (regra de ouro; art. 167, III da Constituição e art. 32, §3º). O gestor deve valorizar as fontes de receitas e ficar atento ao cumprimento do limite da dívida consolidada ao final de cada quadrimestre. A LRF estabelece que

se o limite for ultrapassado, o município tem o prazo de doze meses para se readequar, além de ficar proibido de realizar operações de crédito. A desobediência a esta determinação causará ao município o impedimento de receber transferências voluntárias, além da caracterização de crime de responsabilidade contra a lei orçamentária (BREMAEKER, 2005; NASCIMENTO; DEBUS, 2002; TESOURO NACIONAL, 2007).

A LRF no artigo 52 também estabelece que o Relatório Resumido da Execução Orçamentária deve ser divulgado trinta dias após o final de cada bimestre, sob o risco do município não receber transferências voluntárias e estar impedido de contratar operações de crédito..

2.2.3.3 Receitas municipais

A Lei 4.320/64, apesar de classificar no anexo nº. 3 as fontes de recursos, a LRF estabeleceu a regulamentação para um melhor acompanhamento e controle das receitas e despesas. Para a consecução das atividades municipais, a CF88 disponibilizou várias formas e fontes de captação de recursos, que podem ser originárias e derivadas, cuja principal base legal reside em dispositivos das Leis de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Os três impostos que são de competência municipal são o IPTU, o ITBI e ISSQN:

- a) o IPTU tem como fato gerador a propriedade de qualquer bem imóvel dentro da região definida como urbana do município (CTN, art. 32 a 34; CF88, art. 156 e 182; EC29/2000).
- b) o ITBI tem como fato gerador a transferência a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos à sua aquisição (CTN, art. 35 a 42; CF88, art. 156 e 184).
- c) o ISSQN tem como fato gerador as atividades executadas no município, não incidindo sobre os serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação (CTN, art. 43 a 45; LC116/03 – Lista anexa de serviços; CF88, art. 156; CF88, ADCT, art. 88; DL 406/2003; EC 37/2002).

As taxas de competência municipal são sobre a prestação de serviços municipais. Segundo o Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM, 2008), em função dos preços e custos de mercado, as taxas são modalidades especiais de remuneração, pois não necessitam de lei prévia para autorizar cada revisão. Para que o prefeito, por qualquer ato administrativo possa modificar o valor das taxas, é necessário que haja apenas uma lei geral de preços que o autorize. Isto se faz necessário devido às mudanças ocorridas no processo econômico de produção e consumo, que por sua vez afetam os preços de mercado. Esta condição permite ao prefeito efetuar reajustes nos preços das tarifas (CONGRESSO NACIONAL, 1966; FILELLINI, 1989; GIAMBIAGI; ALÉM, 2000; GUIMARÃES, 2003; IBAM, 2008; KARKACHE, 2007; MORAES, 2004; REZENDE, 2001; RIANI, 1997):

- a) em razão do exercício do poder de polícia;
- b) pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;
- c) da contribuição de melhoria, decorrente de obras públicas;
- d) da contribuição para custeio do serviço de iluminação pública(Emenda Constitucional nº 39/2002).

As transferências correntes para os municípios são oriundas do partilhamento das receitas recebidas pelos Estados e pela União, de acordo com critérios predeterminados, apresentados no Quadro 02.

TRIBUTO	QUANTO (%)	A QUEM	SOBRE O QUE	OBSERVAÇÕES
IR - Fonte	100%	Estados Distrito Federal Municípios	IRF sobre rendimentos pagos por eles, suas autarquias e fundações que instituírem e mantiverem.	Artigo 158 da CF88.
IR e IPI	47%	FPE, FPM e Setor Produtivo regiões N, NE e CO.	Produto da arrecadação menos IR - Fonte Estados, Distrito Federal e Municípios.	Os 47,00% do produto da arrecadação dos impostos IR e IPI, devem distribuídos da seguinte forma (CF88, art. 159): a) 21,50% ao Fundo de Participação dos Estados e do DF (FPE) (CF88, art. 159, I, a). b) 22,50% ao Fundo de Participação dos Municípios (FPM) (CF88, art. 159, I, b).

Quadro 02 – Repartição das receitas tributárias (continua)

Fonte: Elaborado a partir de Congresso Nacional, 1966; Karkache (2007); Moraes (2004).

TRIBUTO	QUANTO (%)	A QUEM	SOBRE O QUE	OBSERVAÇÕES
				c) 3% para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das regiões N, NE e CO, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os Planos Regionais de Desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do NE, a metade dos recursos destinados à região, na forma que a Lei estabelecer (CF88, art. 159, I, c).
IPI	10%	Estados e Distrito Federal	Produto de arrecadação.	10,00% do produto arrecadado do IPI, devem ser distribuídos da seguinte forma: a) A parcela de cada Estado deve ser definida proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados. b) parcela máxima por Estado: 20,00%. c) Os Estados devem repassar a seus Municípios 25,00%, sob as mesmas regras de repartição do ICMS.
CIDE Combustíveis	29%	Estados e Distrito Federal	Produto da arrecadação, na forma da Lei, para programas de infraestrutura de transportes. (CF88, art. 159, III; EC 44/04; Lei 10.866/04-MP161).	Do montante de recursos distribuídos pela União, que cabe a cada Estado, 25,00% serão destinados aos seus Municípios, na forma da Lei que regulamentar a distribuição. (CF88, art. 159, §4º – EC 42/03)
ITR	50% ou 100%	Municípios	Produto de arrecadação relativos aos imóveis rurais nele situados.	50% quando da fiscalização e cobrança pela União. 100% quando o Município opte por fiscalizá-lo e cobra-lo (CF88, art. 158, II - EC 42/03).
IOF - Ouro ativo financeiro ou Instrumento Cambial	30% ou 70%	Estado de origem ou, Município de origem	Produto de arrecadação.	30% para o estado de origem (CF88, art. 153, 5º, I). 70% para o município de origem (CF88, art. 153, 5º, II).
IPVA	50%	Municípios	Produto da arrecadação, relativo aos veículos licenciados em seu território	50% para o município (CF88, art. 158, III).
ICMS	25%	Municípios	Produto de arrecadação.	Serão creditados segundo os seguintes critérios (CF88, art. 15, IV):

Quadro 02 – Repartição das receitas tributárias (continua)

Fonte: Elaborado a partir de Congresso Nacional, 1966; Karkache (2007); Moraes (2004).

TRIBUTO	QUANTO (%)	A QUEM	SOBRE O QUE	OBSERVAÇÕES
				a) Três quartos (3/4) no mínimo, na proporção do valor adicionado* nas operações relativas à circulação de mercadoria e nas prestações de serviços realizadas em seus territórios. b) até um quarto (1/4), de acordo com o que dispuser Lei estadual ou, no caso dos Territórios, Lei federal.

Quadro 02 – Repartição das receitas tributárias (continuação)

Fonte: Elaborado a partir de Congresso Nacional, 1966; Karkache (2007); Moraes (2004).

As transferências correntes do estado para os municípios obedecem a mecanismos e critérios estabelecidos na CF88 ou em leis específicas, homologadas no Tribunal de Contas do Estado (TCE). Dispõe a CF88 que, da arrecadação do ICMS, setenta e cinco por cento (75%) constituem receita do estado e vinte e cinco por cento (25%) constituem receita do município (CF88, art. 158). Por determinação legal, o estado é obrigado a publicar mensalmente a arrecadação do ICMS e, semanalmente, depositar na conta especial do município a parcela que lhe pertencer.

A CF88 estabelece ainda que, da arrecadação do IPVA, cinqüenta por cento (50%) constituirão receita do estado e cinqüenta por cento (50%) do município onde for licenciado o veículo (CF88, art. 158).

O estado ainda é obrigado a transferir ao município, vinte e cinco por cento (25%) dos dez por cento (10%) da arrecadação do IPI que receber da União (CF88, art. 158). Esses recursos serão distribuídos ao estado proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

No mesmo sentido, as transferências feitas pela União aos municípios obedecem aos preceitos legais estabelecidos na CF88. São tributos originários da União sujeitos à partição: Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR), Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza (IR) e Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). A parcela destes dois últimos impostos compõe o Fundo de Participação dos Estados (FPE), o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e em programas de financiamento ao setor produtivo das regiões N, NE e CO.

Considerando os tributos federais, a participação do município é a seguinte:

- a) cem por cento (100%) do produto da arrecadação do IR, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos a qualquer título pelo município, suas autarquias e fundações (CTN, art. 158, I);
- b) cinquenta por cento (50%) do produto da arrecadação do ITR, arrecadado pela União no município; cem por cento (100%) do produto da arrecadação do ITR caso o próprio município fiscalize e cobre o tributo (CF88, art. 153; 158, II; EC 42/2003; CTN, art. 29; Lei 9393/1996);
- c) o FPM, que é composto por uma parcela da arrecadação do IPI e IR.

O FPM é uma transferência corrente oriunda da União. Esta transferência não possui qualquer vinculação e faz parte das receitas correntes municipais. No entanto, sua liberação fica condicionada a liquidação das dívidas municipais ou de seus órgãos da Administração indireta para com a União, o Estado ou suas autarquias, inclusive as oriundas de prestação de garantias conforme CF88, art. 160.

Do produto da arrecadação do IR e do IPI, a União distribui quarenta e sete por cento (47%) da seguinte forma (CF88, art. 159): vinte e um e meio por cento (21,5%) para o Fundo de Participação dos Estados (FPE), vinte e dois e meio por cento (22,5%) aos municípios por meio do FPM e três por cento (3%) para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das regiões norte, nordeste e centro-oeste. No caso específico dos municípios, o FPM possui os seguintes aspectos fundamentais:

- a) a receita proveniente do FPM é contínua e entra para os cofres municipais a cada dez dias;
- b) as cotas são calculadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU);
- c) o fundo é fiscalizado pelo Legislativo Municipal e pelo TCU;
- d) a participação de cada Município é determinada pela aplicação de coeficientes variáveis de acordo com o número de habitantes, conforme estipulado pelo TCU (Lei 1.881/1981);

Outras receitas de capital se dão por meio de *royalties*, que tem caráter indenizatório pela exploração de recursos em seu território, como por exemplo: exploração do petróleo, do gás natural, xisto, minerais e de recursos hídricos, entre outros.

2.2.4 Despesas municipais

Os gastos públicos estão relacionados a uma variedade de atividades que afetam a comunidade. Por meio de uma escolha política para o estabelecimento de prioridades, os investimentos públicos e fornecimento de serviços representam as principais atuações do governo. (GIAMBIAGI; ALÉM, 2000; REZENDE, 2001; RIANI, 1997).

De forma geral, a classificação dos gastos públicos podem se dar sob a ótica da função, de sua natureza e de sua finalidade. No sentido de organizar as despesas governamentais, estabelecendo conceitos de função, sub-função, programa, projeto, atividade e operações especiais, a Portaria nº. 117 de 12 de novembro de 1998, atualiza a discriminação da despesa por funções de que tratam o inciso I do § 1º do art. 2º e § 2º do art. 8º, da Lei nº. 4.320, de 17 de março de 1964. Esta Lei “estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal”. Como função, deve entender-se o maior nível de agregação das diversas áreas que competem ao setor público. Como sub-função, entende-se que seja uma partição da função, visando a agregar determinado subconjunto do setor público. Da mesma forma, por programa, projeto, atividade e operações especiais, entendem-se:

- a) programa, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por metas estabelecidas no plano plurianual;
- b) projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação do Governo;
- c) atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação do Governo;
- d) operações especiais, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação sob a forma de bem ou serviço,

representando, basicamente, o detalhamento da função "Encargos Especiais" a que se refere o § 2º do art. 1º.

Sob a ótica da natureza dos gastos públicos, as principais categorias econômicas são: as despesas correntes, as despesas de capital e as reservas de contingências.

As despesas correntes são gastos realizados para a manutenção do aparato público, fornecimento de bens e serviços públicos. Podem ser divididas em duas despesas principais: custeio e transferências correntes. As despesas de custeio são os gastos efetuados com pessoal, material de consumo, entre outras. Já as transferências correntes são dotações orçamentárias que não representam prestação de serviços ou aquisição de bens (REZENDE, 2001; RIANI, 1997).

As despesas de capital são gastos que contribuem para formação de capital ou acrescentam valor a um bem existente. São os investimentos, as transferências de capital e as inversões financeiras. As reservas de contingência são formadas por meio de recursos destinados a gastos não previamente programados (REZENDE, 2001; RIANI, 1997). Em função da complexidade de gestão das finanças públicas, GIAMBIAGI; ALÉM (2000, p. 43) argumenta que “é muito mais fácil pregar uma palavra de ordem geral (reduzir o gasto) do que estar na pele do prefeito [...]”.

Neste cenário, o artigo 15 da LRF determina que “serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesa ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos artigos 16 e 17”. O artigo 16 da LRF trata da “expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa”. O artigo 17 trata da despesa obrigatória de caráter continuado. Portanto, toda e qualquer despesa deve estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro.

2.2.4.1 Fatores limitantes das despesas municipais

A LRF estabelece que no último ano de mandato, não poderão ser contratadas despesas nos oito meses finais, a não ser que possam ser pagas no mesmo ano fiscal. Caso uma despesa contratada tenha parcelas a serem pagas no ano seguinte, deverá haver provisão de caixa suficiente para efetuar o pagamento.

Os gestores que descumprirem essas premissas ficarão sujeitos à pena de reclusão, de 1 a 4 anos. Além disso, não poderão ser exigidas contribuições dos municípios para custear despesas que não são de sua competência, a não ser que haja: autorização na LDO e na LOA municipal, além de convênio prevendo essa contribuição (BREMAEKER, 2005; CONGRESSO NACIONAL, 2000; NASCIMENTO; DEBUS, 2002; TESOURO NACIONAL, 2007).

2.2.4.2 Limites mínimos com gastos com educação e saúde

Entre os gastos mais importantes do município, a CF88 estabelece limites mínimos com educação e saúde. Para a educação, o limite mínimo está relacionado ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), instituído pela Emenda Constitucional (EC) 14, pela Lei 9.424/96 e pelo Decreto no. 2.264/97. O limite mínimo para gasto com a saúde foi instituído pela EC 29/2000 (BREMAEKER, 2005; NASCIMENTO; DEBUS, 2002; TESOURO NACIONAL, 2007).

Para o custeio da educação, a CF88, no seu art. 212, estabelece que a União deve destinar não menos que 18% da receita resultante dos impostos. Da mesma forma, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, devem no mínimo, destinar 25% da arrecadação de impostos e transferências constitucionais. No caso dos municípios, desse montante, o ensino fundamental recebe 60% e outros níveis de ensino 40%. Em resumo, dos 25% destinados à educação, 15% vão para o ensino fundamental e 10% para os outros níveis de ensino. Já em relação aos recursos do FUNDEF, 60% devem ser destinados para o pagamento dos salários dos professores. Para custear a saúde nos municípios, a EC 29/2000 estabeleceu 15% de sua receita de impostos e transferências constitucionais, sendo que, pela LRF, art. 59, § 2º, as despesas com pessoal e atendimento do limite devem ser verificadas pelos Tribunais de Contas (BREMAEKER, 2005; NASCIMENTO; DEBUS, 2002; TESOURO NACIONAL, 2007).

2.2.4.3 Limites de despesas com pessoal

O Quadro 03 apresenta os limites de gastos com pessoal, que representa o principal item de despesas do setor público brasileiro e obedece a limites rígidos. Para os municípios o limite em relação à RCL é de 60%, sendo 6% para o Legislativo (e Tribunal de Contas do município quando houver) e 54% para o executivo, segundo a LDO. Este percentual inclui despesas com terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos. A definição desses limites é para permitir que bens e serviços públicos sejam realizados (Quadro 03). De acordo com a LRF, são despesas de pessoal (BREMAEKER, 2005; CONGRESSO NACIONAL, 2000; KARKACHE, 2007; NASCIMENTO; DEBUS, 2002; TESOURO NACIONAL, 2007):

- a) somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos;
- b) despesas com inativos e pensionistas;
- c) mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias;
- d) vencimentos e vantagens, fixas e variáveis;
- e) subsídios, proventos de aposentadoria;
- f) reformas e pensões;
- g) adicionais de qualquer natureza;
- h) gratificações, horas extras e vantagens pessoais;
- i) encargos sociais e;
- j) contribuições recolhidas pelo Ente às entidades de previdência.

Entes federados	Gastos em relação a RCL (%)	Divisão dos gastos entre os poderes públicos			
		Ministério Público	Legislativo, Tribunal de Contas do Estado e do município quando houver	Judiciário	Executivo.
União	50,00%	0,60%	2,50%	6,00%	40,90%
Estados	60,00%	2,00%	3,00%	6,00%	49,00%
Municípios	60,00%	-	6,00%	-	54,00%

Quadro 03 – Limites de despesas com pessoal do setor público em relação à Receita Corrente Líquida

Fonte: elaboração do autor com base em Giambiagi; Além (2000); Karkache (2007); Rezende (2001); Riani (1997).

A apuração dos gastos com pessoal é apresentada no Relatório de Gestão Fiscal (RGF), e será feita com base em um período de 12 meses. Até o terceiro quadrimestre, o RGF apresenta os gastos de dois exercícios financeiros. Somente o referente ao último quadrimestre do ano apresentará as despesas de pessoal no mesmo exercício financeiro. Existem, entretanto, despesas que não serão computadas para o atendimento dos limites definidos para as despesas com pessoal como, por exemplo (BREMAEKER, 2005; CONGRESSO NACIONAL, 2000; NASCIMENTO; DEBUS, 2002; TESOURO NACIONAL, 2007):

- a) indenização por demissão de servidores ou empregados;
- b) relativas ao incentivo a programa de demissão voluntária (PDV);
- c) com pessoal em decorrência de convocação extraordinária do Congresso Nacional;
- d) decorrentes de decisão judicial;
- e) com pessoal do estado do Amapá, Roraima e do Distrito Federal, custeadas pela União;
- f) com inativos custeadas com recursos de fundos próprios.

As fundamentações aqui apresentadas são necessárias para um melhor entendimento do processo e análises de pesquisa.

3 METODOLOGIA DA PESQUISA

O uso de um método tem como objetivo, estabelecer condições apropriadas para que um trabalho possa ser desenvolvido de forma adequada. Estabelece uma aproximação entre a teoria estudada (adotada) e a realidade estabelecida nos objetos avaliados, em função de suas características quantitativas e qualitativas. Contribui, portanto, para que o desenvolvimento do trabalho esteja dentro dos padrões científicos e acadêmicos aceitos (GIL, 2000; SILVA; MENEZES, 2001; YIN, 2005).

O estudo das variáveis de cada construto teve como objetivo observar as fronteiras e inter-relações entre os aspectos formais e os aspectos práticos da gestão das finanças municipais, proporcionando avanços lineares em função do aprofundamento da fundamentação teórica. Sob a ótica de mudanças de paradigmas, o avanço linear do conhecimento científico sob a proteção da ciência normal, seguirá até o momento onde entrará em crise (criação de novo paradigma), quando haverá um salto qualitativo (ruptura do paradigma), resultado do inter-relacionamento entre o conhecimento formal e o tácito. Nesta fase revolucionária se estabelece uma crise onde um novo paradigma é apresentado contrapondo o anterior, estabelecendo um ponto de ruptura. Uma vez aceito, tem-se uma nova fase de desenvolvimento linear até que outra crise se estabeleça e assim por diante (KUHN, 2000).

3.1 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Por pesquisa quantitativa, se entende que os dados das variáveis são quantificados e possuem uma evolução dentro do período de tempo. Já por pesquisa qualitativa, se entende que a pesquisa é exploratória. É caracterizada pela busca de informações ou opiniões mais profundas, que apesar de serem muitas vezes confusas e contraditórias, se revelam importantes para o processo de gestão. Para que esta investigação científica seja coerente com seus objetivos, um conjunto de procedimentos foi adotado, estabelecendo uma linha de raciocínio coerente para

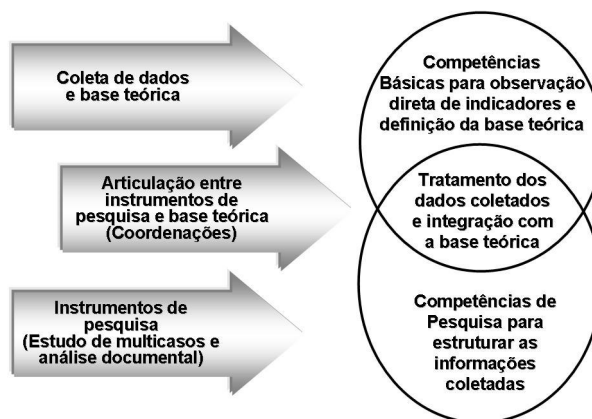
realização do trabalho (GIL, 2000; SANTOS, 2004; SILVA; MENEZES, 2001; YIN, 2005).

Neste sentido, foram estabelecidos os construtos apresentados nos Subcapítulos 3.3.1 Construto e variáveis dos indicadores socioeconômicos e 3.3.2 Construto e variáveis do processo de gestão das finanças municipais, por meio de estudo documental e roteiro de entrevista apresentado no Subcapítulo 3.3.3 Roteiro de entrevista. Verificar a existência de nexos de causalidade dos fenômenos contextuais, por meio de coleta de dados de múltiplas fontes, justificou o uso do método de estudo de multicasos (GIL, 2000; YIN, 2005).

Dentro da ciência normal, a análise destes construtos é “para tirar dúvidas quanto se as proposições da teoria estão corretas, ou se algum conjunto de alternativas de explanações pode ser mais relevante” (YIN, 2005, p. 11). Para tanto, a definição das fases a serem trabalhadas para a contemplação do objetivo proposto baseou-se em observações analíticas, onde a descrição das ocorrências identificadas foi confrontada com o referencial teórico. A precisão das informações, a relevância dos dados observados em relação às exigências do problema e finalmente, a possibilidade de se repetir o experimento, direcionam a qualidade esperada para a realização deste trabalho (GIL, 2000; SANTOS, 2004).

O procedimento foi dividido em três fases, representadas pela Figura 10, cujo fim é obter um produto que possa ser útil ao processo de gestão municipal e para o enriquecimento acadêmico.

Figura 10 - Integração das fases de pesquisa



Fonte: Elaboração do autor

A primeira fase da pesquisa foi caracterizada pelos componentes de base teórica, que tratou do uso das competências básicas para observação direta dos indicadores econômicos, sociais e de finanças municipais, além de estabelecer a base da fundamentação teórica.

A segunda fase da pesquisa, por meio de protocolo de pesquisa e análise, se caracterizou pela utilização do método de estudo de multicasos, análise documental e aplicação de roteiro de entrevista. O protocolo visou estruturar as informações coletadas em conjunto com os conhecimentos formais e tácitos para interpretar e analisar os dados, o que se caracteriza como pesquisa exploratória. Em função da disponibilidade de dados, nesta fase o procedimento de pesquisa foi desmembrado em construtos (indicadores socioeconômicos e finanças municipais) e suas variáveis pertinentes, que compreendem o período de 2002 a 2005 para o PIB (Apêndice E), entre 2002 e 2007 para a população (Apêndice H) e entre 2002 e 2006 para o emprego (Apêndice J). Para as finanças municipais, o período de análise foi entre os anos de 2002 e 2007 (Apêndices 10, 11 e 12). Tal procedimento procurou verificar os impactos dos limitantes legais na gestão das finanças municipais sobre o problema núcleo, estabelecendo as relações entre os construtos.

A terceira fase da pesquisa referiu-se à preparação, separação, análises qualitativas e quantitativas dos dados coletados, com o objetivo de dar consistência aos resultados. Apresenta as atividades de consolidação de competências e exercício das habilidades adquiridas durante o processo de pesquisa, tendo por base as fases anteriores. Os indicadores econômicos coletados estavam em valores correntes, sendo que foi necessário estabelecer um processo de transformação para valores reais, excluindo a variação do valor da moeda, utilizando como base o ano de 2005. Neste processo, os indicadores foram transformados de correntes para constantes com base o ano de 2005, sendo utilizado o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI), pois o comportamento dos indicadores perante a inflação não permite comparações no período estudado. O Apêndice E mostra os valores do IGP-DI para os anos de 2002 a 2005 e o PIB a preços correntes constantes na RMC, tendo como base o ano de 2005.

O IGP-DI/FGV tem a finalidade de medir o comportamento geral de preços na economia brasileira. Corresponde a uma média aritmética ponderada dos seguintes índices: Índice de Preços no Atacado (IPA) com ponderação de 60%; Índice de Preços ao Consumidor (IPC) com ponderação de 30% e; Índice Nacional

da Construção Civil (INCC) com ponderação de 10% (IPEADATA, 2008; PORTAL BRASIL, 2008).

As respostas fornecidas pelos gestores municipais e a análise dos indicadores selecionados, foram estudados de forma analítica e profunda, verificando a sua influência sobre o processo de gestão das finanças municipais, com o objetivo de enriquecer o conhecimento científico em contribuição às instituições relacionadas ao trabalho, contextualizado pela situação socioeconômica estabelecida pela caracterização dos indicadores dos municípios estudados (GIL, 2000; SANTOS, 2004; SILVA; MENEZES, 2001; YIN, 2005).

3.2 AMOSTRA E UNIDADE DE OBSERVAÇÃO

As amostras intencionais foram escolhidas com o propósito de representarem o “bom julgamento” das informações disponibilizadas pelos gestores municipais, caracterizando a forma descritiva do trabalho (SILVA; MENEZES, 2001).

Em função da nova metodologia de mensuração do PIB e da disponibilidade de dados, estabeleceu-se o período de 2002 a 2005. Para as finanças municipais, o período escolhido foi de 2002 a 2007. Assim, a pesquisa documental, a coleta e a análise quantitativa, estão baseadas nos seguintes elementos:

- a) indicadores socioeconômicos para caracterização dos municípios selecionados;
 - i) indicadores econômicos: relacionados com o desempenho das atividades econômicas;
 - ii) indicadores sociais: relacionados com os aspectos de população, educação e emprego;
- b) indicadores de finanças municipais para compreensão dos fatores determinantes das receitas e limitantes das despesas municipais;
 - i) indicadores de receitas correntes municipais;
 - ii) indicadores de despesas correntes municipais;

Considerando o tamanho da amostra, é possível fazer uma generalização dos resultados, com base nos dados empíricos coletados. Como as amostras do estudo de multicase foram definidas em função dos elementos aos quais o

pesquisador tinha acesso, ou seja, utilizando acessibilidade por conveniência e dados organizados por instituições de pesquisa, não é possível fazer tal generalização (GIL, 2000; ROESCH, 1999).

Em relação a amostra e unidades de observação, inicialmente foram considerados os 26 municípios da RMC conforme Figura 11. Destes, foi selecionado o município de Almirante Tamandaré para realização da pesquisa piloto, onde a unidade de observação foi o Diretor de Planejamento Urbano municipal, com aplicação de um roteiro de entrevista com oito perguntas abertas. Isto permitiu readequar as perguntas e acrescentar mais dez, perfazendo um total de dezoito perguntas para serem aplicadas aos municípios selecionados. As respostas a estas perguntas são apresentadas no Apêndice B para Almirante Tamandaré, Apêndice C para Lapa e Apêndice D para Piraquara.

Figura 11 – Amostra e unidade de observação



Fonte: elaboração do autor e mapa com base em IPPUC (2008)

O passo seguinte foi entrar em contato com as Secretarias Municipais responsáveis pela gestão das finanças públicas dos municípios, para verificar a

possibilidade de realização das pesquisas e entrevistas. Após os contatos e envio do roteiro de perguntas, houve retorno de apenas três municípios, Almirante Tamandaré, Lapa e Piraquara. Destes, foi possível entrevistar os gestores de duas Prefeituras, Almirante Tamandaré e Piraquara, pela facilidade de acesso ao gestor municipal. Quanto ao município de Lapa, apenas o *survey* (levantamento) foi realizado.

Como unidade de observação, optou-se por escolher um diretor de planejamento e dois *controllers* (controladores fiscais), em função da conveniência conforme Figura 11. Cada um deles consultou técnicos ligados a finanças municipais. Em função do caráter das perguntas, estiveram envolvidos direta e indiretamente, pelo menos cinco pessoas de cada município.

No município de Almirante Tamandaré, as entrevistas foram realizadas com o Diretor de Planejamento Urbano, com apoio do *Controller* e servidores ligados ao planejamento municipal. Este departamento funciona como um suporte para as outras Secretarias, onde o objetivo geral é trabalhar com o PDM. Sua maior dificuldade está em montar uma equipe de profissionais capacitados para atender as necessidades do município.

No município de Lapa, a pesquisa se deu por método de *survey*, em função da indisponibilidade para realização de entrevista. Para responder o roteiro de entrevista, o *controller*, ligado à Secretaria de Finanças, contou com apoio dos secretários de planejamento e de finanças e respectivos servidores.

No município de Piraquara a entrevista foi realizada com o *controller* municipal, ligado à Secretaria de Finanças. Neste caso, as respostas foram fornecidas apenas pelo *controller*, sem a participação direta dos demais servidores da Prefeitura. Um aspecto interessante neste município, foi a posição do prefeito de que o Estado deveria ser grande, para executar sua função social.

3.3 PROTOCOLO DE PESQUISA E ANÁLISE

O protocolo de pesquisa é uma ferramenta tática, pois encerra as regras que definem seu uso, organizando e dando credibilidade à pesquisa de estudo de caso. Em linhas gerais, este instrumento deve proporcionar uma visão geral do estudo,

procedimentos de campo, as questões de estudo identificando com maior clareza o que se pretende executar (GIL, 2000; GOODE; HATT, 1969; NACHIMIAS; NACHMIAS, 1987; YIN, 2005).

Para a construção do protocolo de pesquisa, dois construtos foram definidos. O primeiro trata do estudo de indicadores socioeconômicos ligados ao PIB, ao PIB dos setores primário, secundário e terciário, à renda *per capita*, à população, educação e emprego. O segundo trata da identificação e do estudo dos fatores determinantes das receitas municipais e dos fatores limitantes das despesas municipais.

A validade do construto está no uso de várias fontes oficiais estabelecendo uma cadeia de evidências, possibilitando a revisão das variáveis selecionadas. Esta estratégia permite uma maior credibilidade no estudo, uma vez que relata os procedimentos seguidos pelo pesquisador, possibilitando que outro investigador possa reproduzir o estudo de caso (GIL, 2000; ROESCH, 1999).

3.3.1 Construto e variáveis dos indicadores socioeconômicos

O construto dos indicadores socioeconômicos foi direcionado por meio de cinco variáveis econômicas e três variáveis sociais, cuja estratégia de análise foi por pesquisa documental e unidade de medição por análise quantitativa.

Item	Construto	Fundamentos teóricos	Questões para Análise
1	Indicadores socioeconômicos	Fontes pesquisadas	Aspectos quantitativos dos indicadores socioeconômicos municipais.
1.1	Indicadores econômicos	AMARAL FILHO, 1996; BITTENCOURT, 2005; BOISIER, 1973; BOISIER, 1992; BOISIER, 1996; BOISIER, 1995; BOISIER, 1980; BOISIER, 1994; BONCHRISTIANI; KUHN; LIMA, 2008; CARLEIAL, 1993; CARVALHO, 2001; CLEMENTE; HIGACHI, 2000; COSSÍO, 1998; DALY, 2004; DOWBOR, 2007; FROYEN, 2001; HILHORST, 1973; IPARDES, 2008; IPEADATA, 2008; KUPFER; HASENCLEVER, 2002 LAL, 1987; MANKIW, 2005; MYRDAL, 1984; PIETRO, 1997; PINDYCK, 2002; PINHO; VASCONCELLOS, 2003; RANDOLPH, 2007; RATTNER, 2001; REZENDE, 2004; REZENDE, 2005; REZENDE; CASTOR, 2006; RICHARDSON, 1975; RÍOS; SIERRA, 2006; SCHWARTZMAN, 1977; SEN, 2000; SINGER, 1998; SMITH, 1996; WESSELS, 1998.	Mensura o aspecto quantitativo da economia;
1.1.1	PIB		Evolução do PIB nos municípios da RMC;
1.1.2	PIB primário		Participação no PIB do setor primário nos municípios da RMC;
1.1.3	PIB secundário		Participação no PIB do setor secundário nos municípios da RMC;
1.1.4	PIB terciário		Participação no PIB do setor terciário nos municípios da RMC;
1.1.5	PIB <i>per capita</i>		Evolução no PIB <i>per capita</i> nos municípios da RMC;
1.2	Indicadores Sociais		Mensura quantitativamente aspectos sociais;
1.2.1	População		Variação da população municipal na RMC;
1.2.2	Educação		Indicadores sobre educação nos municípios da RMC;
1.2.3	Emprego		Indicadores sobre emprego nos municípios da RMC;

Quadro 04 – Construto e variáveis dos indicadores socioeconômicos

3.3.2 Construto e variáveis do processo de gestão das finanças municipais

O construto do processo de gestão das finanças municipais foi direcionado por meio de duas variáveis de finanças municipais, cuja estratégia de análise foi por pesquisa documental e unidade de medição por análise quantitativa.

Item	Construto	Fundamentos teóricos	Questões para análise
2	Finanças municipais	Fontes pesquisadas	Indicadores de finanças municipais.
2.1	Receitas municipais	BREMAEKER, 2003; BREMAEKER, 2004; BREMAEKER, 2005; BREMAEKER, 2006; BREMAEKER, 2002; BRITO, 2003; BUCHANAN; MUSGRAVE, 1999; CEPAM, 1999; CIDADES, 2004; COMEC, 2002; COMEC, 2001; COMEC, 2006; CONGRESSO NACIONAL, 1966; MORAES, 2004; CONGRESSO NACIONAL, 2000; CONGRESSO NACIONAL, 1964; CONGRESSO NACIONAL, 1999; CONGRESSO NACIONAL, 1998; ERBER, 2002; FAZENDA, 2007; FEIJÓ et al, 2001; FILELLINI, 1989; GIAMBIAGI; ALÉM, 2000; GREGGIANIN; OLIVEIRA, 2000; GUIMARÃES, 2003; IBAM, 2008; IBGE, 2008; IBGE, 2002; IPARDES, 2008; IPARDES; UFPR, 2006; KARKACHE, 2007; LAPA, 2008; LONGO; TROSTER, 1993; MARINI, 2003; MUSGRAVE, 1974; NASCIMENTO; DEBUS, 2002; PAIXÃO; CARVANO, 2007; PIRAQUARA, 2008; PMAT; FGV, 2006; REZENDE, 2001; RIANI, 1997; SILVA; LUIZ; PIRES, 2000; TESOURO, 2007; TESOURO NACIONAL, 2002; VAINER; ALBUQUERQUE; GARSON, 2005.	Participação das transferências correntes para o orçamento municipal.
2.1.1	Receitas correntes		As receitas correntes no orçamento municipal.
2.1.2	Fundo de Participação dos Municípios		O Fundo de Participação dos Municípios no orçamento municipal.
2.2	Despesas Municipais		Evolução das despesas por funções municipais.
2.2.1	Administração		Gastos com a função administrativa.
2.2.2	Saúde		Gastos com a função saúde.
2.2.3	Educação		Gastos com a função educação.

Quadro 05 – Construto e variáveis do processo de gestão das finanças municipais

3.3.3 Roteiro de entrevista

O roteiro de entrevista foi estruturado com perguntas relacionadas aos indicadores socioeconômicos e de finanças municipais. As perguntas são abertas, possibilitando ao gestor municipal formular respostas amplas. O objetivo destas perguntas foi verificar se o gestor considera os indicadores na formulação de suas políticas públicas.

Item	Questões para análise	Unidade de observação	Unidade de Medição
1	Como a gestão visualiza o cenário futuro de crescimento econômico do município?	Diretor de planejamento urbano, <i>controller</i>	Crescimento econômico
2	A gestão possui estrutura de busca de investimentos para o município? Estratégias? Para qual setor? primário, secundário, terciário?	Diretor de planejamento urbano, <i>controller</i>	Processo de gestão das finanças municipais
3	Quanto o município dispõe para realizar novos investimentos por ano?	Diretor de planejamento urbano, <i>controller</i>	Processo de gestão das finanças municipais
4	Quais os principais investimentos realizados pela gestão municipal? Como são realizados e definidos?	Diretor de planejamento urbano, <i>controller</i>	Gestão das finanças municipais
5	Quais são as políticas de geração de empregos no município? Quem são os parceiros? Quais são os entraves?	Diretor de planejamento urbano, <i>controller</i>	Crescimento econômico
6	Quais são os projetos para capacitação profissional no município? Quem são os parceiros? Quais são os entraves?	Diretor de planejamento urbano, <i>controller</i>	Crescimento econômico
7	Como políticas/diretrizes regionais influenciam nas suas políticas de desenvolvimento?	Diretor de planejamento urbano, <i>controller</i>	Processo de gestão das finanças municipais
8	Há estrutura de controle de receitas correntes municipais? Como é feito?	Diretor de planejamento urbano, <i>controller</i>	Processo de gestão das finanças municipais
9	Como é estimada a receita para o ano seguinte?	Diretor de planejamento urbano, <i>controller</i>	Processo de gestão das finanças municipais

Quadro 06 – Roteiro de entrevista (continua)

Item	Questões para análise	Unidade de observação	Unidade de Medição
10	É avaliado o previsto versus o realizado e buscado justificativas sobre esta diferença para melhorar a previsão?	Diretor de planejamento urbano, <i>controller</i>	Processo de gestão das finanças municipais
11	Quais os principais determinantes da receita municipal?	Diretor de planejamento urbano, <i>controller</i>	Processo de gestão das finanças municipais
12	Como se define a distribuição de recursos por Secretaria?	Diretor de planejamento urbano, <i>controller</i>	Processo de gestão das finanças municipais
13	Os programas e projetos são usualmente setoriais ou multisetoriais?	Diretor de planejamento urbano, <i>controller</i>	Processo de gestão das finanças municipais
14	O plano de governo possui flexibilidade e pontos de avaliação para as despesas municipais? Como é feito?	Diretor de planejamento urbano, <i>controller</i>	Processo de gestão das finanças municipais
15	Há um acompanhamento entre o previsto e o realizado?	Diretor de planejamento urbano, <i>controller</i>	Processo de gestão das finanças municipais
16	Como se avalia a efetividade dos gastos públicos?	Diretor de planejamento urbano, <i>controller</i>	Processo de gestão das finanças municipais
17	Saúde e educação deveriam representar no mínimo 37,5% do destino das despesas municipais e o gasto com pessoal até 60%. Quanto isso limita as ações públicas do municipal?	Diretor de planejamento urbano, <i>controller</i>	Processo de gestão das finanças municipais
18	A base institucional, como a Lei de Responsabilidade Fiscal, contribui mais para a gestão e o planejamento público ou dificulta (justifique)?	Diretor de planejamento urbano, <i>controller</i>	Processo de gestão das finanças municipais

Quadro 06 – Roteiro de entrevista (conclusão)

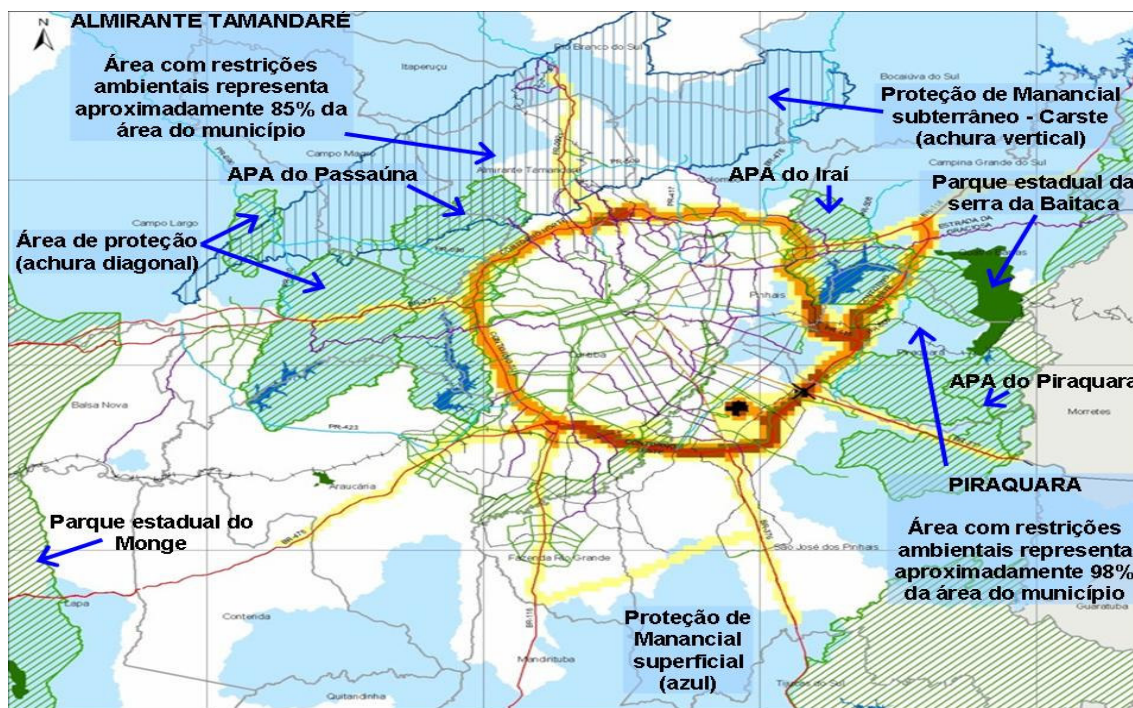
geração de riquezas. A Figura 11 representa a divisão política da RMC, as APAs e UTPs, o que estabelece restrições ambientais às atividades econômicas.

As restrições ambientais, em relação aos municípios selecionados, são causadas em Almirante Tamandaré pela APA do Passaúna, que cobre parte do município e interfere na ocupação urbana e atividades econômicas. A APA do Irai, a APA do Piraquara, a UTP do Guarituba e a UTP do Itaquí cobrem a maior parte do município de Piraquara, proporcionando as mesmas restrições. No município da Lapa há restrições em função do parque estadual do Monge.

4.1 CARACTERIZAÇÃO DOS MUNICÍPIOS ESTUDADOS

A Figura 13 apresenta as áreas com restrições ambientais, mananciais de superfície e subterrâneos que afetam os municípios estudados (COMEC; 2001, 2006; IPARDES; UFPR, 2006). Os municípios selecionados que responderam foram: Almirante Tamandaré; Lapa e; Piraquara.

Figura 13 – Áreas com restrições ambientais, mananciais de superfície e subterrâneos na RMC



Fonte: Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC, 2006).

A observação da figura 13 permite perceber que grande parte do município de Almirante Tamandaré e quase a totalidade do município de Piraquara têm áreas que abrangem mananciais de água. Já o município da Lapa apresenta uma área menor de mananciais de superfície. Finalmente, indica a área com potencialidade logística e industrial na RMC, em função de sua conectividade com o interior e com outros estados. Apesar desta conectividade, existem poucas áreas que permitem atividade industrial e de acessibilidade logística. Em função das restrições apresentadas, as atividades econômicas nos municípios de Almirante Tamandaré e Piraquara necessitam de criterioso planejamento. Já para o município de Lapa, as restrições são menos influentes (COMEC; 2001, 2002, 2006; IPARDES; UFPR, 2006).

4.1.1 Almirante Tamandaré

O município de Almirante Tamandaré tem sua origem na exploração do ouro. A área do município é de 191,114 km², sua distância da capital é de 15 km, possui restrições ambientais (Figuras 11 e 12) e faz parte do núcleo urbano central (NUC) metropolitano da RMC. Sua distância é de 11 km do aeroporto regional do Bacacheri, de 30 km do aeroporto internacional Afonso Pena e de 108 km do porto de Paranaguá (IPARDES; 2008a, 2008b; PMAT; FGV, 2006).

A área de potencialidade econômica do município se restringe à região marginal da PR-092 e do Contorno Norte, correspondendo aproximadamente a 15% da área do município. Isto explica em parte sua baixa participação no PIB da RMC. A relação socioeconômica é estabelecida com Curitiba, pois aproximadamente 53% da população daquele município trabalha nesta cidade, o que caracteriza Almirante Tamandaré como cidade dormitório. A principal atividade econômica do município é a indústria da cal, fazendo parte do Arranjo Produtivo da Cal e Calcário (APCC). O APCC é constituído pelos municípios de Adrianópolis, Tunas do Paraná, Bocaiúva do Sul, Rio Branco do Sul, Colombo, Almirante Tamandaré, Itaperuçu e Campo Largo, representando 40% do PIB mineral do Estado (IPARDES; 2008a, 2008b; PMAT; FGV, 2006).

O turismo também representa importante atividade de integração com os municípios da RMC. O que se percebe é que as atividades expostas ainda são incipientes, sendo necessário identificar outras oportunidades para que seja possível um programa de atração de investimentos, com o objetivo de gerar renda e trabalho para sua população (PMAT; FGV, 2006).

4.1.2 Lapa

O município da Lapa tem sua origem no desmembramento do município de Curitiba em 13/06/1872. Possui uma área territorial de 2.097,751 km², população em 2007 de 41.679 habitantes e fica a 69 km da capital do estado, 163 km do porto de Paranaguá e 75,7 km do aeroporto Afonso Pena (LAPA, 2008).

A agricultura do município está baseada no plantio de soja, milho, feijão, batata, agricultura orgânica e fruticultura. A principal atividade pecuária do município está baseada na produção de leite. A avicultura representa a maior atividade de criação no município, com 1.537.838 cabeças. A extração mineral é representada pela areia e pelo granito. As indústrias mais significativas em termos de geração de empregos, em 2005, foram dos setores de metalurgia, madeira e móveis, indústria química e indústria de produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico (IPARDES; 2008a, 2008c; LAPA, 2008).

4.1.3 Piraquara

O município de Piraquara foi criado em 1974. Em 1992, o município foi desmembrado resultando na criação de Pinhais. Neste processo, o município de Pinhais herdou a parte significativa da economia e da malha urbana. Isto pode ser verificado em função da geração de riquezas pelos municípios, pois em 2005 o PIB de Pinhais foi R\$ 1.381.599.489,00 e o PIB de Piraquara foi de 297.619.791,00.

O município de Piraquara possui um pequeno número de organizações privadas, que empregaram 5.113 pessoas em 2006. O desenvolvimento do comércio é incipiente devido sua proximidade com a capital e pelas características de cidade

dormitório. As principais atividades econômicas resumem-se na pecuária e na agricultura (IPARDES; 2008a, 2008d; PIRAQUARA, 2008).

Piraquara possui quase a totalidade de seu território comprometido com bacias hidrográficas, que formam mananciais de abastecimento da RMC. Estes mananciais são classificados como APA e representam restrições ambientais, que por sua vez, influenciam na baixa atividade econômica do município. No entanto, *royalties* ecológicos minimizam em parte, os impactos da baixa atividade econômica. Segundo a Câmara de Vereadores, Piraquara recebe aproximadamente 80% a mais de ICMS ecológico, representando um incremento nas receitas municipais em aproximadamente 21% (PIRAQUARA, 2008).

4.2 ANÁLISE DOS INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

Para tornar a análise mais próxima da realidade, procurou-se adotar os indicadores já disponibilizados pelas instituições de pesquisa, sem a necessidade de criar novos para este estudo.

4.2.1 Análise dos indicadores econômicos

Em 2005, Almirante Tamandaré, Lapa e Piraquara detinham 3,44%, 1,40% e 3,10% da população da RMC (Apêndice H) e 0,96%, 0,88% e 0,71% do PIB da RMC (Apêndice E) respectivamente. No mesmo ano, Curitiba detinha 55,17% da população e 58,28% do PIB da RMC, o que a caracteriza como a cidade de maior potencial de centralidade de atividades socioeconômicas (BONCHRISTIANI; KUHN; LIMA, 2008; IPARDES, 2008a).

Em função da nova metodologia para mensuração do PIB, optou-se por iniciar a análise no período compreendido entre 2002 e 2005.

4.2.1.1 Produto interno bruto municipal

Para a construção do Apêndice E, foi utilizado o PIB com valores correntes dos municípios pertencentes a RMC e deflacionados pelo IGP-DI. No recorte temporal entre 2002 e 2005, houve pouca troca de posições entre os nove primeiros municípios e os quatro últimos municípios da RMC. O mesmo não ocorreu entre a décima e a vigésima segunda posições. A análise bruta do Apêndice E indicou um crescimento econômico na RMC de 21,61%, frente a um crescimento de 18,03% no estado do Paraná. Porém, este cenário não se configura com uma participação uniforme, pois apenas três municípios, Araucária, Curitiba e São José dos Pinhais, foram responsáveis em 2002 pela geração de 85,51% e em 2005 por 85,29% do PIB da RMC. Entre os municípios selecionados, a economia de Piraquara cresceu no período 40,98%, da Lapa 33,13% e de Almirante Tamandaré 7,51% (IPARDES, 2008a; IPEADATA, 2008).

No caso da geração de riquezas, em 2005, Curitiba concentrou 58,28%, araucária, 13,73%, São José dos Pinhais 13,28%. Estes três municípios são responsáveis por 85,29% da geração de riquezas da RMC. Já em relação ao PIB do Paraná, a RMC, que possui 6,52% dos municípios paranaenses, contribuiu com 40,41%, indicando uma forte concentração de geração de riquezas, conforme apresentação de valores constantes nos Apêndices E e O (IPARDES, 2008).

Neste sentido, o PIB municipal de Piraquara teve melhor desempenho entre os municípios selecionados. Cresceu muito mais que o município da Lapa e quase seis vezes em relação ao crescimento de Almirante Tamandaré, porém, detém o menor valor do PIB entre os três municípios. O melhor desempenho em relação ao crescimento econômico foi do município de Tunas do Paraná, porém participa com apenas 0,06% do PIB da RMC. Tijucas do Sul ficou com o pior desempenho, pois decresceu -8,33% e contribui com apenas 0,14% na geração do PIB da RMC. O Gráfico 01 apresenta a evolução do PIB na RMC, no período que compreende os anos de 2002 a 2005, montado com base nos valores do PIB a preços correntes e constantes corrigidos pelo IGP-DI tendo como referência o ano base de 2005, com cotação em Real (R\$1,00) (Apêndice E).

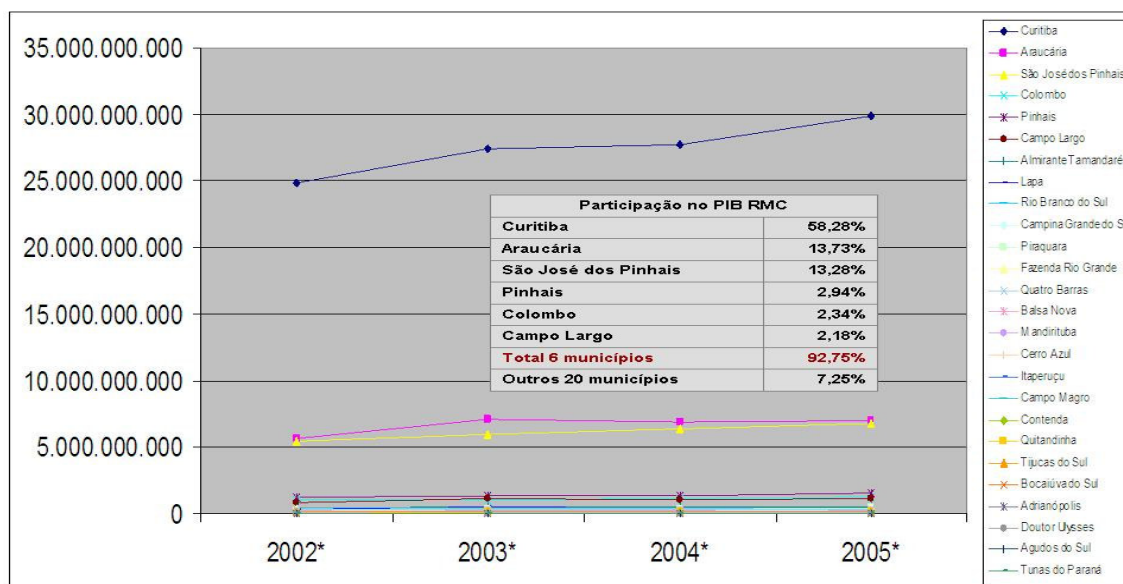


Gráfico 01 – Produto interno bruto da Região Metropolitana de Curitiba a preços constantes
Fonte: Elaborado a partir do IPARDES, 2008.

Durante a análise da evolução do PIB municipal de Almirante Tamandaré, observou-se um comportamento irregular, com os seguintes valores: em 2003 cresceu 5,49%; em 2004 decresceu -1,99% e em 2005 cresceu 3,98%. Considerando sua participação do PIB da RMC, em 2002 o município participava com 1,09%, em 2003 com 1,02%, em 2004 com 0,99% e em 2005, com 0,96%. Esta variação representa um decréscimo de 0,13 ponto percentual, como se o município deixasse de gerar R\$ 64.039.696,00, considerando-se que o percentual de participação no PIB da RMC em 2002 fosse mantido em 2005 (Apêndice E).

Considerando a Figura 01 descrita no Subcapítulo 2.1.1.1 Produto interno bruto, o fluxo circular de renda é o reflexo da atividade econômica de uma região, e consequentemente, influencia na geração de emprego. A baixa atividade econômica do município resulta em falta de oportunidade de trabalho, pois trabalhadores mais qualificados se deslocam para a capital, estabelecendo um movimento pendular de fluxo de pessoas. Da mesma forma, se reflete na geração de renda, revelando carências do comércio local.

Considerando e transportando os percentuais do censo de 2000 para 2006, a PIA representa 76,50% da população, a PEA 46,69%, a população ocupada 38,59% e os empregos locais 7,12%, como apresenta o Apêndice H. Isto significa que no período analisado a população ocupada é maior do que os empregos gerados no município. Esta característica está vinculada à baixa internalização de

capital, não permitindo que haja um crescimento econômico significativo para a região (BOISIER, 1996).

Para reverter este quadro, a Prefeitura aposta na elaboração e implantação do PDM, com definições de orientação de crescimento e desenvolvimento. Para realização dos objetivos constantes do plano, visitas em diversas localidades consideradas como chave, foram realizadas pelos secretários municipais.

A função destas visitas foi perceber a realidade das questões geográficas, ambientais e das ocupações irregulares (invasão Tanguá – morro da Formiga). Neste aspecto, 85% da área do município estão sob influência do Carste e APA do Passaúna, o que limita o crescimento das ocupações para habitação e para atividades econômicas (IPARDES; UFPR, 2006).

O município de Lapa possui características produtivas baseadas na agricultura e na pecuária. Segundo o *controller*, boa parte dos investimentos está voltada para a melhoria das estradas rurais, em função das atividades agrícolas, pecuária de leite e avicultura. Existem algumas organizações privadas na região, além do setor de serviços.

Durante a análise da evolução do PIB municipal de Lapa, observou-se um comportamento irregular, com os seguintes valores: em 2003 cresceu 45,22%; em 2004 decresceu -7,98% e em 2005 decresceu -0,38%. Considerando sua participação do PIB da RMC, Lapa participava em 2002 com 0,80%, em 2003 com 1,03%, em 2004 com 0,94% e em 2005, com 0,88%, representando um acréscimo de 0,08 ponto percentual. Esta pequena variação representa aproximadamente R\$ 38.811.222,00 de aumento na geração potencial de riquezas municipais, considerando se o percentual de participação no PIB da RMC em 2002 fosse mantido em 2005 (Apêndice E).

Durante a análise da evolução do PIB municipal de Piraquara, observou-se um comportamento irregular, com os seguintes valores: em 2003 cresceu 17,89%, em 2004 decresceu -1,36% e em 2005 cresceu 21,23%. Considerando sua participação do PIB da RMC, Piraquara participava em 2002 com 0,61%, em 2003 com 0,63%, em 2004 com 0,62% e em 2005, com 0,71%, representando um acréscimo de 0,10 ponto percentual. Esta pequena variação representa aproximadamente R\$ 49.556.410,00 de aumento na geração potencial de riquezas municipais, considerando se o percentual de participação no PIB da RMC em 2002 fosse mantido em 2005 (Apêndice E).

O Subcapítulo 2.1.1.1 Produto Interno Bruto apresenta o fluxo circular de renda (Figura 01), cuja relação com o PIB dos municípios analisados representa uma baixa produção de riquezas. A arrecadação tributária municipal está intimamente ligada à atividade econômica. A análise mais detalhada está no Capítulo 4.3.3 Análise das receitas municipais.

Em relação ao total da arrecadação dos municípios do estado do Paraná, em 2002, Piraquara ficou na vigésima oitava posição com 0,3928%, Almirante Tamandaré na trigésima posição com 0,3695% e Lapa na quadragésima quarta posição com 0,1916%. Em relação ao PIB municipal, Almirante Tamandaré ficou na trigésima quinta posição com 0,43%, Lapa na trigésima sexta com 0,31% e Piraquara na quadragésima nona com 0,24% de participação.

Em 2005, embora os órgãos oficiais não apresentem dados sobre arrecadação tributária, Piraquara provavelmente ficou na vigésima oitava posição (sem dados para calcular o percentual), Almirante Tamandaré na vigésima nona posição com 0,3391% e Lapa na quadragésima primeira posição com 0,2323%. Em relação ao PIB municipal, Almirante Tamandaré ficou na trigésima quinta posição com 0,39%, Lapa na trigésima sexta com 0,35% e Piraquara na quadragésima nona com 0,28% de participação. Apesar da pequena participação no PIB da RMC, Piraquara recebe a maior quota do ICMS ecológico no Paraná, o que representa aproximadamente 85% de sua receita tributária (PIRAQUARA, 2008).

Em 2007, a população urbana na cidade de Curitiba representou 56,66% da população da RMC. Da mesma forma, seu PIB municipal representou 58,28% do PIB da RMC. Estas características, de concentração de população e de geração de riquezas, configuram Curitiba como Pólo de crescimento, favorecendo relações de fluxos do tipo centro e periferia. Se for considerada a teoria dos lugares centrais de Walter Christaller, sob o aspecto do espaço econômico de François Perroux, as forças de atração e repulsão de atividades socioeconômicas estão na capacidade de internalização de capital de cada município da RMC (BONCHRISTIANI; KUHN; LIMA, 2008; CLEMENTE; HIGACHI, 2000; PINHO; VASCONCELOS, 2003; SCHWARTZMAN, 1977).

4.2.1.2 Produto Interno Bruto por setor

Os valores do PIB municipal dos setores primário, secundário e terciário, no período de 2002 a 2005, foram agrupados no Apêndice F, com base no PIB municipal a preços básicos constantes. Na verificação dos dados, o objetivo foi apenas analisar as variações percentuais, não tendo como premissa a análise dos fatores causais para tais variações.

No PIB municipal de Almirante Tamandaré, em 2002, o setor agropecuário representava 1,39%, o setor industrial 39,46% e o setor de serviços 59,15%. Em 2005, o setor agropecuário representava 1,93% (aumento de 0,54 ponto percentual), o setor industrial 33,06% (redução de 6,40 pontos percentuais) e o setor de serviços 65,01% (aumento de 5,86 pontos percentuais). Neste período, houve evolução da participação do setor de serviços e redução na participação do setor secundário, considerando valores percentuais. O setor primário praticamente ficou estável.

No PIB municipal de Lapa, em 2002, o setor agropecuário representava 22,44%, o setor industrial 26,66% e o setor de serviços 50,90%. Em 2005, o setor agropecuário representava 25,20% (aumento de 2,76 pontos percentuais), o setor industrial 27,02% (aumento de 0,36 ponto percentual) e o setor de serviços 47,78% (redução de 3,12 pontos percentuais). Neste período, houve evolução da participação do setor agropecuário e redução na participação do setor de serviços, considerando valores percentuais. O setor secundário praticamente ficou estável.

No PIB municipal de Piraquara, em 2002, o setor agropecuário representava 1,48%, o setor industrial 24,39% e o setor de serviços 74,13%. Em 2005, o setor agropecuário representava 1,30% (redução de 0,18 ponto percentual), o setor industrial 34,49% (aumento de 10,10 pontos percentuais) e o setor de serviços 64,20% (redução de 9,93 pontos percentuais). Neste período, houve evolução da participação do setor secundário e redução na participação do setor de serviços, considerando valores percentuais. O setor primário praticamente ficou estável.

Por estas avaliações percebe-se que a matriz de geração de riquezas destes municípios se modificou ligeiramente. Almirante Tamandaré teve redução no setor industrial e aumento no setor de serviços. Lapa teve aumento no setor agropecuário

e redução no setor de serviços. Piraquara teve aumento significativo no setor industrial e redução forte no setor de serviços.

4.2.1.3 Produto Interno Bruto municipal *per capita*

Apesar de o PIB municipal de Almirante Tamandaré estar na sétima posição em relação aos municípios da RMC, seu PIB *per capita* em 2002 estava na décima sexta posição e em 2005 na vigésima primeira posição, conforme Apêndice G. O PIB municipal da Lapa estava na nona posição em 2002, assim como seu PIB *per capita*. Já em 2005, o PIB subiu para a oitava posição, mas o PIB *per capita* continuava na nona posição. O PIB de Piraquara estava em 2002 na décima segunda posição, mas seu PIB *per capita* estava na vigésima sexta. Em 2005 o PIB estava na décima primeira posição, mas o PIB *per capita* ainda continuava na vigésima sexta posição, ou seja, o último entre os municípios da RMC (IPARDES, 2008).

Em 2002, a população de Almirante Tamandaré era de 95.483 habitantes, a de Lapa era 42.640 habitantes e a de Piraquara era de 81.622 habitantes. Em 2005, a população de Almirante Tamandaré era de 109.733, a da Lapa era de 44.733 habitantes e a de Piraquara era de 98.899, conforme Apêndice H.

No período entre 2002 e 2005, a população de Almirante Tamandaré cresceu 14,92% frente a um crescimento de 7,51% do PIB. A população de Lapa cresceu 4,91% frente a um crescimento de 33,13% do PIB. A população de Piraquara cresceu 21,17% frente a um crescimento de 40,98% do PIB. Em função do censo de recontagem promovido pelo IBGE, a população em 2007 comparada à população em 2006, nos Almirante Tamandaré, Lapa e Piraquara, reduziu em 18,08%, 7,74% e 20,82% respectivamente (IPARDES, 2008; IBGE, 2008).

4.2.2 Análise dos indicadores sociais

Para este trabalho considerou-se que um indicador social trata da medida quantitativa, dotada de significado social substantivo, de interesse teórico ou programático, que utiliza metodologia apropriada (PAIXÃO, CARVANO, 2007).

4.2.2.1 População

A população no que se refere ao crescimento econômico parece influenciar mais as transferências correntes, em função do FPM do que na geração endógena de riquezas. Observou-se que nos municípios analisados, a parcela da população ocupada e a parcela que contribui para a geração de riquezas no município, em relação à população total, corresponde, considerando a proporcionalidade apresentada no censo de 2000 (IBGE, 2008), a 38,59% e 7,12% para Almirante Tamandaré, 41,15% e 13,55% para Lapa e 37,45% e 5,10% para Piraquara respectivamente conforme Apêndice H.

Segundo os gestores dos municípios pesquisados, existe forte movimento pendular com a capital, principal fonte de relacionamento socioeconômica. Isto explica também a diferença entre a população ocupada e a que efetivamente trabalha nos municípios. As saídas de empregados para trabalhar em outro município são superiores a 50% nos municípios de Almirante Tamandaré, Piraquara e Fazenda Rio Grande. A Lapa possui uma taxa menor que 5% de saídas de trabalhadores para outros municípios (IPARDES, 2008).

Com relação ao percentual da população rural e urbana, o censo do IBGE (2008) apresentou a seguinte composição. Para Almirante Tamandaré 3,99% e 96,01% respectivamente. Para Lapa 42,47% e 57,53% respectivamente. Para Piraquara 53,59% e 46,41% respectivamente. Isto significa que a população está relacionada às principais atividades econômicas dos municípios estudados. Em Almirante Tamandaré as atividades estão voltadas para o APCC, já na Lapa e Piraquara, as atividades agrícolas são mais relevantes (IPARDES, 2008).

O Apêndice H apresenta a evolução da população nos municípios da RMC, entre os anos de 2002 e 2007, incluindo a recontagem proporcionada pelo censo censitário de 2007. Observou-se em 2007 uma redução na população em relação ao ano de 2006 de 18,08% para Almirante Tamandaré, 7,74% para Lapa e 20,82% para Piraquara. Isto significa redução nos repasses do FPM, uma das principais fontes de receitas orçamentárias para estes municípios. Segundo os gestores, esta redução pode comprometer alguns projetos municipais.

4.2.2.2 Educação

Entre os anos de 2002 e 2006, o percentual de matrículas nos ensinos fundamental, médio e superior se apresentou relativamente estável para os municípios estudados. Quando se considera isoladamente cada nível de ensino, aparecem algumas distorções. O destaque é que somente o Município de Lapa possui Instituição de Ensino Superior, como apresenta o Apêndice I.

Em Almirante Tamandaré, as matrículas em relação à população em 2002 no ensino fundamental representavam 17,39%, do ensino médio 3,28%, profissionalizante 0,00%, ensino para jovens e adultos (EJA) fundamental e médio sem dados. Já em 2006, o ensino fundamental representava 14,71%, o ensino médio 3,05%, profissionalizante 0,00%, ensino para jovens e adultos (EJA) fundamental 1,03% e médio 0,32%.

Na Lapa, as matrículas em relação à população em 2002 no ensino fundamental representavam 17,42%, do ensino médio 3,28%, profissionalizante 0,00%, ensino para jovens e adultos (EJA) fundamental e médio sem dados e ensino superior 1,17%. Já em 2006, o ensino fundamental representava 15,92%, o ensino médio 4,11%, profissionalizante 0,10%, ensino para jovens e adultos (EJA) fundamental 0,93% e médio 0,77% e ensino superior 0,99%.

Em Piraquara, as matrículas em relação à população em 2002 no ensino fundamental representavam 15,56%, do ensino médio 2,16%, profissionalizante 0,00%, ensino para jovens e adultos (EJA) fundamental e médio sem dados. Já em 2006, o ensino fundamental representava 13,52%, o ensino médio 2,40%, profissionalizante 0,00%, ensino para jovens e adultos (EJA) fundamental 2,40% e médio 1,01%.

Em relação à educação, a lógica das empresas direciona o discurso para a demanda por trabalho qualificado em função das novas características do processo produtivo. Nesta fase se percebeu que o comportamento das Prefeituras era reativo em relação ao ensino profissionalizante. As empresas precisariam se instalar para posteriormente os cursos serem oferecidos. Não se observou uma preocupação em fornecer treinamento prévio para futuras empresas. Este comportamento pode comprometer a decisão do empreendedor em relação aos aspectos locacionais, pois a mão-de-obra é um dos fatores fundamentais no processo produtivo.

Da mesma forma, não se observou uma preocupação dos municípios em relação ao ensino fundamental, a de fortalecer os conhecimentos sobre os aspectos locais. Isto pode influenciar o interesse dos munícipes na decisão de permanecer em suas localidades, fazendo com que procurem oportunidades, por exemplo, na capital.

Neste sentido, a observação dos indicadores socioeconômicos e de finanças municipais indicou uma baixa atividade econômica, quando se compara os municípios analisados com os mais produtivos da RMC. Esta situação pode estar relacionada ao crescimento populacional entre os estratos mais pobres.

4.2.2.3 Trabalho

Para o município de almirante Tamandaré, em relação ao censo de 2000 (IBGE, 2008), os percentuais em relação à população total para a PEA representava 46,69%, a população ocupada 38,59% e os empregos locais 7,12%. Estes percentuais foram transportados para os anos compreendidos entre 2002 e 2006, respeitando a variação da população. Sob o mesmo raciocínio, para Lapa os percentuais foram 47,37%, 41,15% e 13,55% e para Piraquara 46,25%, 37,45% e 5,10% respectivamente.

Neste sentido, a atividade econômica dos municípios é incompatível com os valores representados pela PEA. Outra discrepância é a diferença de remuneração média entre os municípios da RMC. Enquanto um trabalhador formalmente empregado em Curitiba ganha aproximadamente 4,64 salários mínimos por mês, em Almirante Tamandaré, a média é de 2,40 salários mínimos (COMEC, 2006, p. 134).

O Apêndice J apresenta a composição dos empregos locais nos municípios. Em Almirante Tamandaré, os empregos mais representativos estão relacionados a administração pública direta e indireta com 23,10%, a indústria de produtos minerais não metálicos com 11,87%, o comércio varejista com 10,57% e transporte e comunicações com 9,18%. Na Lapa, os empregos mais representativos estão relacionados a indústria de produtos alimentícios, de bebida e álcool etílico com 18,47%, a administração pública direta e indireta com 18,45%, a agricultura, silvicultura, criação de animais, extração vegetal e pesca com 15,77% e o comércio

varejista com 13,57. Em Piraquara, os empregos mais representativos estão relacionados a administração pública direta e indireta com 32,75%, o comércio varejista com 12,23%, transporte e comunicações com 11,65% e indústria química com 5,14%.

A composição apresentada em relação à ocupação de trabalho revela uma dependência dos municípios em relação aos empregos oferecidos pela administração pública. Independentemente das diferenças sociais, a população dos municípios encontram obstáculos ao seu bem-estar, como por exemplo, a falta de moradia e de infra-estrutura básica. Assim, as organizações sociais civis, privadas e políticas devem ser capazes de estabelecer políticas institucionais para mitigar os problemas e as falhas do mercado de trabalho, com o objetivo de gerar novas ocupações e qualificar trabalhadores (BOISIER, 1980; BOISIER, 1992; COMEC, 2006).

4.3 ANÁLISE DO PROCESSO DE GESTÃO DAS FINANÇAS MUNICIPAIS

A observação dos indicadores, quando relacionada com a Figura 01, constante no Subcapítulo 2.1.1.1 Produto Interno Bruto, permite perceber que uma parte da renda recebida pelas famílias é gasta com consumo, outra forma é destinada à poupança e outra ao pagamento de tributos para sustentar os gastos do governo. Esta consideração tem um reflexo significativo nos municípios estudados, pois a baixa atividade econômica apresentada por eles justifica a baixa arrecadação orçamentária. De outra forma, pelas características de cidades dormitórios, percebe-se que os gastos são feitos principalmente na capital do estado, caracterizando fuga de capital, o que influencia no processo de gestão das finanças municipais.

4.3.1 Análise do panorama das finanças municipais

A pesquisa permitiu verificar que o processo de gestão das finanças municipais, procura seguir os preceitos da LRF, Lei 4320/1964 e pela Portaria Nº. 117 de 1998 (atualiza a discriminação da despesa por funções), entre outros dispositivos legais, o controle do orçamento público. Da mesma forma, são obedecidos os artigos 165 a 169 da CF88 em relação ao PPA, LDO e LOA. Além disso, o Art. 182 (CF88) regulamenta a política de desenvolvimento urbano pelo poder público municipal, e o Art. 183 regulamenta a usucapião. Basicamente, são respeitados os limites de despesas definidos legalmente para executar as funções administrativas como o fomento, o exercício do poder de polícia administrativa, o fornecimento de bens e serviços públicos e em alguns casos, a intervenção (MEIRELLES, 1998; BITTENCOURT, 2005).

Conforme abordado no Subcapítulo 2.2.2 Panorama das finanças municipais, as finanças municipais em relação às regiões brasileiras não se comportam de forma homogênea. Esta constatação está diretamente relacionada ao desempenho da atividade econômica local, pois “[...] o crescimento não aparece simultaneamente em toda parte, [...] manifesta-se em pontos ou pólos de crescimento, com intensidades variáveis, expande-se por diversos canais e com efeitos finais variáveis sobre toda a economia”. (SCHWARTZMAN, 1977, p. 146).

Proporcionalmente, nas regiões sul e sudeste, o percentual de receitas orçamentárias é maior do que o percentual de suas populações. Os sete estados destas regiões foram responsáveis pela concentração de 67,90% das receitas em 2005. Da mesma forma, pode se inferir que os municípios com maiores atividades econômicas e concentração populacional, acabam por concentrar maior parte dos recursos e, por conseguinte, possuem maiores chances de planejar o crescimento e desenvolvimento econômico local (BREMAEKER, 2005; IBGE, 2008; TESOURO NACIONAL, 2007).

No caso do Paraná, a concentração de recursos é significativa, provocando distorções na concentração de atividades econômicas, cujo reflexo se manifesta nas receitas orçamentárias municipais, já que em 2006 o município de Curitiba concentrou 25,39%, Londrina 4,59%, Araucária 3,46%, Maringá 3,25%. As receitas orçamentárias de todos os demais municípios foram abaixo dos 2,85%. A RMC

concentrou as receitas em 38,22%, ou seja, de 399 municípios do estado, apenas 26 concentram mais de um terço das receitas orçamentárias municipais. No período entre os anos de 2002 e 2006, houve evolução na arrecadação orçamentária nos 26 municípios da RMC, conforme Gráfico 02 (IPARDES, 2008).

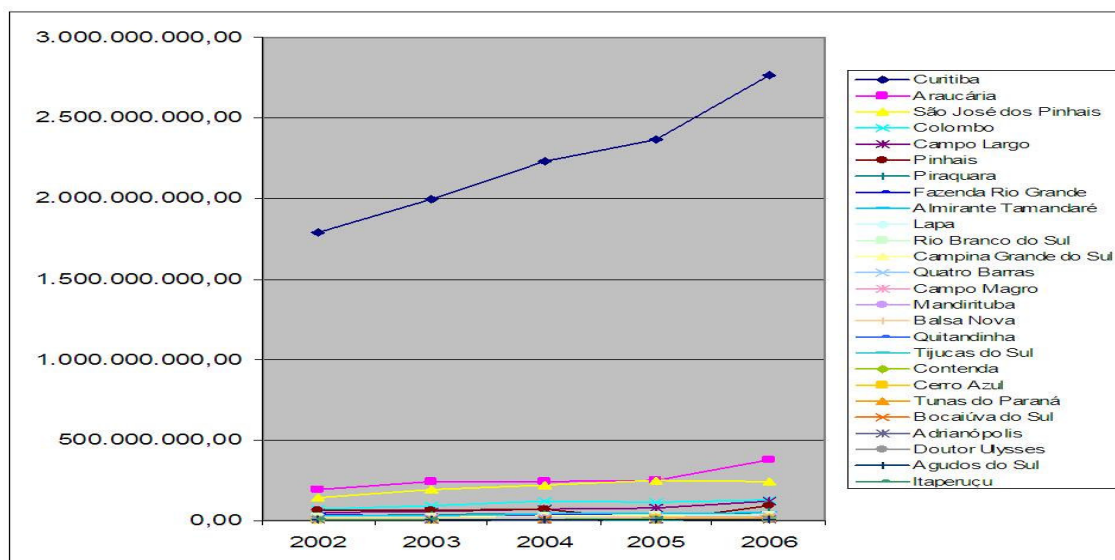


Gráfico 02 - Evolução do orçamento nos municípios da Região Metropolitana de Curitiba entre 2002 e 2006

Fonte: Elaboração à partir de IPARDES (2008)

Em relação ao FPM distribuído em 2007, Curitiba concentra 4,97% em relação aos municípios do Paraná. Já em relação à RMC, Curitiba concentra 30,96% destas receitas, uma vez que o critério determinante para distribuição é o número de habitantes. Em relação às transferências correntes de 2006, Curitiba recebe 14,50% em relação aos municípios do Paraná e 45,70% em relação aos municípios da RMC. Estes valores são apresentados na Tabela 04 (IPARDES, 2008).

No ano de 2006, Curitiba concentrou 66,44%, Araucária 9,06% e São José dos Pinhais 5,78%. Somente estes três municípios concentram 81,28% do total de receitas. Se considerar os municípios de Colombo (3%), Campo Largo (3%) e Pinhais (2%), estes seis municípios da RMC concentram 89% das receitas, revelando um grande desequilíbrio na distribuição dos orçamentos conforme Gráfico 03 (IPARDES, 2008).

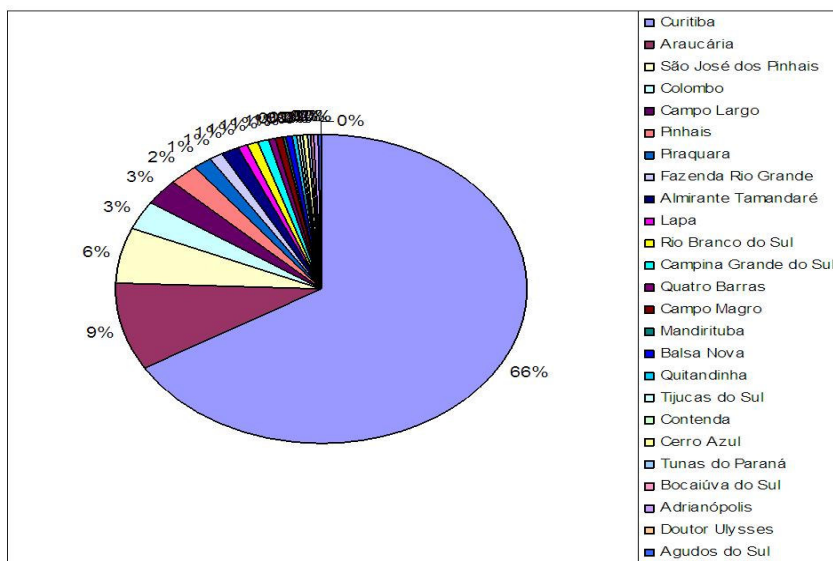


Gráfico 03 – Participação na formação do orçamento nos municípios da Região Metropolitana de Curitiba entre 2002 e 2006
Fonte: Elaboração à partir de IPARDES (2008)

Entre os municípios selecionados, Piraquara possui a maior receita orçamentária em 2006, com 1,36% da RMC, Almirante Tamandaré em segundo com 1,17% e Lapa com 0,91%. Este é um aspecto interessante, pois Piraquara é beneficiada pela recepção do ICMS ecológico, que segundo a câmara de vereadores, contribui para aumentar suas receitas orçamentárias em 85% aproximadamente (PIRAQUARA, 2008).

Sob o aspecto de geração de riquezas em 2005 apresentados no Apêndice E, entre os municípios selecionados, Almirante Tamandaré contribuiu com 0,96%, Lapa com 0,88% e Piraquara com 0,71%, totalizando 2,55%. Já em relação ao FPM total no estado do Paraná em 2007, Almirante Tamandaré recebeu 0,78%, Piraquara 0,78% e Lapa 0,49%. Já em relação à RMC, Almirante Tamandaré recebeu 4,89%, Piraquara 4,89% e Lapa 3,05% (IPARDES, 2008).

Finalmente, segundo o censo realizado pelo IPARDES/IBGE, divulgado em dezembro de 2007, houve redução da população em quase todos os municípios da RMC (Apêndice H). Entre os municípios selecionados, a maior queda foi no município de Piraquara, com -20,82%, depois em Almirante Tamandaré com -18,08% e finalmente em Lapa, com -7,74%. Esta recontagem na população altera a composição da distribuição do FPM a partir de 2008. Sob este aspecto, os municípios reconhecem que irão perder receitas importantes, especialmente aqueles que não possuem atividade econômica desenvolvida.

4.3.2 Análise das receitas municipais

Os recursos financeiros municipais são necessários para que os órgãos governamentais executem suas funções. As receitas são classificadas em: tributárias, de capital, de transferências correntes e FPM. Estas receitas foram consideradas em suas formas agregadas para Almirante Tamandaré, Lapa e Piraquara respectivamente apresentados nos Apêndices 10, 11 e 12.

4.3.2.1 Análise das receitas correntes

O Apêndice K apresenta as receitas municipais de Almirante Tamandaré, que somaram no ano de 2002, R\$ 30.046.482,60. Em relação à receita líquida municipal, as receitas de capital representam 2,07%, as tributárias 14,54% e as transferências correntes 83,53%, sendo as transferências da União as mais expressivas com 41,19%, das quais o FPM contribui com 28,58%. No ano de 2006, as receitas municipais somaram R\$ 48.695.852,83. Em relação à receita líquida municipal, as receitas de capital representam tributárias representaram 11,19% e as transferências correntes 90,41%, sendo as transferências da União as mais expressivas com 45,95%.

O Apêndice L apresenta as receitas municipais de Lapa, que somaram no ano de 2002, R\$ 20.332.964,04. Em relação à receita líquida municipal, as receitas tributárias representaram 11,14% e as transferências correntes 87,45%, sendo as mais expressivas as transferências da União com 37,21%. As receitas municipais somaram no ano de 2006, R\$ 38.060.222,14. Em relação à receita líquida municipal, as receitas tributárias representaram 11,45% e as transferências correntes 86,36%, sendo as transferências da União as mais expressivas com 38,92%.

O Apêndice M apresenta as receitas municipais de Piraquara, que somaram no ano de 2002, R\$ 30.301.696,16. Em relação à receita líquida municipal, as receitas tributárias representaram 15,33% e as transferências correntes 88,84%, sendo as transferências da União as mais expressivas com 33,66%. As receitas municipais somaram no ano de 2006, R\$ 56.681.049,84. Em relação à receita

líquida municipal, as receitas tributárias representaram 10,31% e as transferências correntes 86,36%, sendo as transferências da União mais expressivas com 87,62%.

O gráfico 04 apresenta a síntese da participação nas fontes na formação das receitas municipais descritas nos Apêndices K, L e M. é possível perceber a dependência dos municípios em relação às transferências correntes.

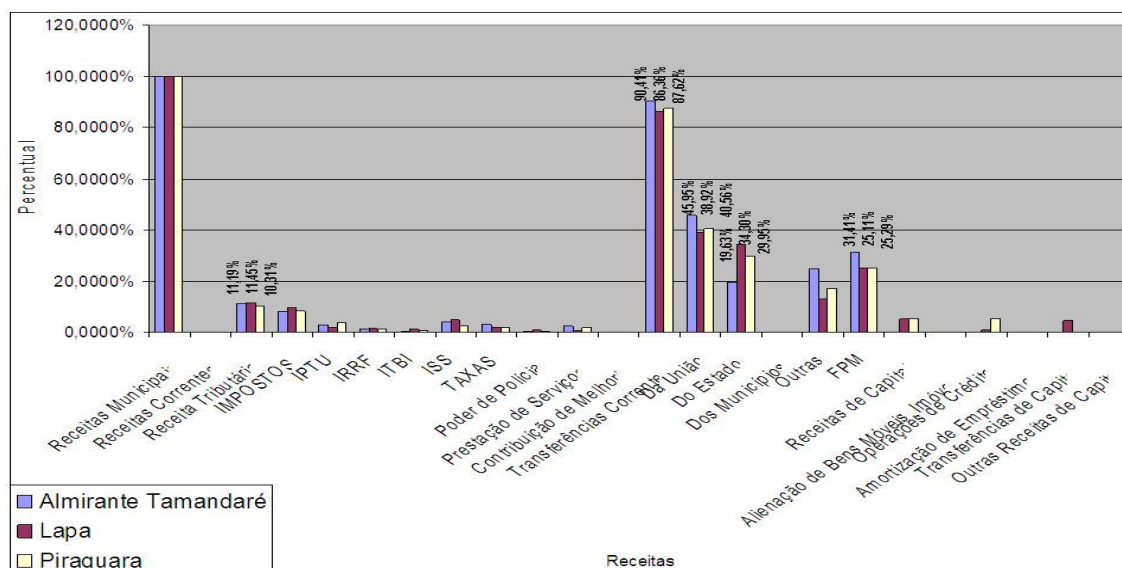


Gráfico 4 – Participação das fontes na formação das receitas municipais dos municípios estudados
Fonte: elaborado a partir de IPARDES (2008)

4.3.2.2 Análise do Fundo de Participação dos Municípios

A Tabela 05 sintetiza a repartição do FPM entre os municípios da RMC. Entre os anos de 2002 e 2006, observou-se uma tendência de acréscimo do FPM para formação das receitas orçamentárias dos municípios selecionados. Isto pode ser explicado em função do acréscimo de arrecadação tributária que a União vem obtendo. Por outro lado, se observa que o FPM vem aumentando anualmente seu percentual em relação ao PIB dos municípios selecionados.

Nos municípios selecionados, a participação do FPM é responsável por aproximadamente 20% das receitas orçamentárias. Como este fundo é transferido em função da população residente, com o novo censo de 2007 prevê-se uma redução nesta transferência. Segundo os gestores municipais entrevistados, esta redução nos valores das transferências do FPM, pode comprometer alguns

programas municipais, o que revela uma dependência destes municípios em relação a este tipo de receita (FAZENDA, 2007).

Tabela 05 - Repartição do FPM entre os municípios da RMC no período de 2002 a 2006

	2002	2003	2004	2005	2006
Adrianópolis	1.852.217,42	1.869.107,54	1.993.431,84	2.110.911,50	2.550.283,98
Agudos do Sul	1.718.117,10	1.827.866,74	2.053.813,58	2.277.823,50	2.868.244,15
Almirante Tamandaré	8.585.958,49	9.138.235,10	10.269.066,15	12.148.389,69	15.294.653,86
Araucária	8.589.318,90	9.138.911,67	10.953.670,57	12.148.389,69	15.296.164,97
Balsa Nova	2.287.462,26	2.436.479,03	2.738.417,99	3.037.097,83	3.824.325,38
Bocaiúva do Sul	2.161.080,82	2.136.195,57	2.227.953,24	2.302.812,50	2.715.381,71
Campina Grande do Sul	4.581.644,76	5.482.922,69	6.161.439,93	6.833.469,49	8.604.731,43
Campo Largo	8.589.318,90	9.138.911,67	10.269.066,15	12.148.389,69	15.294.653,86
Campo Magro	3.436.233,68	3.655.733,01	4.107.626,83	5.314.920,80	6.689.923,01
Cerro Azul	3.190.434,30	3.204.358,10	3.400.559,88	3.582.152,50	4.305.505,52
Colombo	15.831.868,29	16.665.355,62	18.182.281,38	20.094.564,04	25.312.773,40
Contenda	2.290.822,66	3.045.767,69	3.423.022,42	3.796.372,08	4.780.406,58
Curitiba	55.521.934,59	57.321.703,27	62.544.831,31	68.864.198,26	96.208.621,98
Doutor Ulysses	1.718.117,10	1.827.866,74	2.053.813,58	2.277.823,50	2.868.244,15
Fazenda Rio Grande	6.869.937,61	7.310.625,35	8.899.857,41	10.629.841,14	13.381.356,69
Itaperuçu	3.436.233,68	3.655.733,01	4.107.626,83	4.555.646,49	6.624.305,98
Lapa	4.938.924,15	5.073.145,91	5.511.251,78	7.592.743,77	9.555.966,62
Mandirituba	3.395.119,59	3.470.976,92	3.752.341,83	4.029.921,43	4.935.469,67
Pinhais	9.162.024,44	9.748.200,36	10.953.670,57	12.907.664,07	16.250.735,14
Piraquara	7.304.689,63	7.742.657,32	8.442.768,31	11.389.115,36	14.334.586,47
Quatro Barras	2.863.528,18	3.655.056,42	4.107.626,83	4.555.646,49	5.736.487,75
Quitandinha	2.862.394,05	3.046.067,57	3.423.022,42	3.796.372,08	4.780.406,58
Rio Branco do Sul	4.527.297,37	4.539.158,93	4.807.687,80	5.053.393,41	6.060.726,92
São José dos Pinhais	15.831.870,85	16.665.356,05	18.182.281,88	20.094.564,04	25.312.774,21
Tijucas do Sul	2.290.822,66	2.437.155,63	2.738.417,99	3.037.097,83	3.824.325,38
Tunas do Paraná	1.718.117,10	1.827.866,74	2.053.813,58	2.277.823,50	2.868.244,15
Total	185.555.488,58	196.061.414,65	217.359.362,08	246.857.144,68	320.279.299,54

Fonte: Fazenda (2007).

Sob o aspecto quantitativo, a população nos municípios era maior que a apurada em recontagem realizada pelo IBGE em 2007. A redução da população vai influenciar no valor dos repasses do FPM a partir de 2008, com forte impacto também nos demais municípios com baixa atividade econômica.

Os recursos financeiros municipais são necessários para que os órgãos governamentais executem suas funções. Sob esta argumentação, entre as diversas formas de captação, optou-se por considerar as receitas tributárias e transferências correntes, as receitas de capital e o FPM.

4.3.3 Análise das despesas municipais

No período estudado, tanto em relação às despesas com pessoal, com educação e com saúde, os dados permitem averiguar que os municípios se adequaram aos limites legais constantes na LRF. Sob o aspecto macroeconômico, as despesas das finanças municipais são avaliadas em valores agregados. Para uma análise mais apurada, é possível agrupar estes gastos em despesas por categoria e por função (RIANI, 1997).

A Portaria nº. 117, de 12 de novembro de 1998, atualiza a discriminação da despesa por funções da Lei no. 4.320-1964. As despesas por função obedecem a uma classificação de forma agregada, que reflete as prioridades dadas pelo governo à alocação dos recursos que lhe são disponíveis (CONGRESSO NACIONAL 1964; MORAES, 2004; RIANI, 1997).

Pela observação do Gráfico 05, o que observa é que a matriz de gastos públicos se modifica ligeiramente em relação às prioridades. Apesar das limitações em relação aos dados disponibilizados pelos organismos oficiais, percebeu-se que os gastos com educação evoluíram no período de 2002 e 2006. Com exceção do município de Lapa, as despesas com pessoal diminuíram, sendo que a redução mais significativa foi no município de Piraquara.

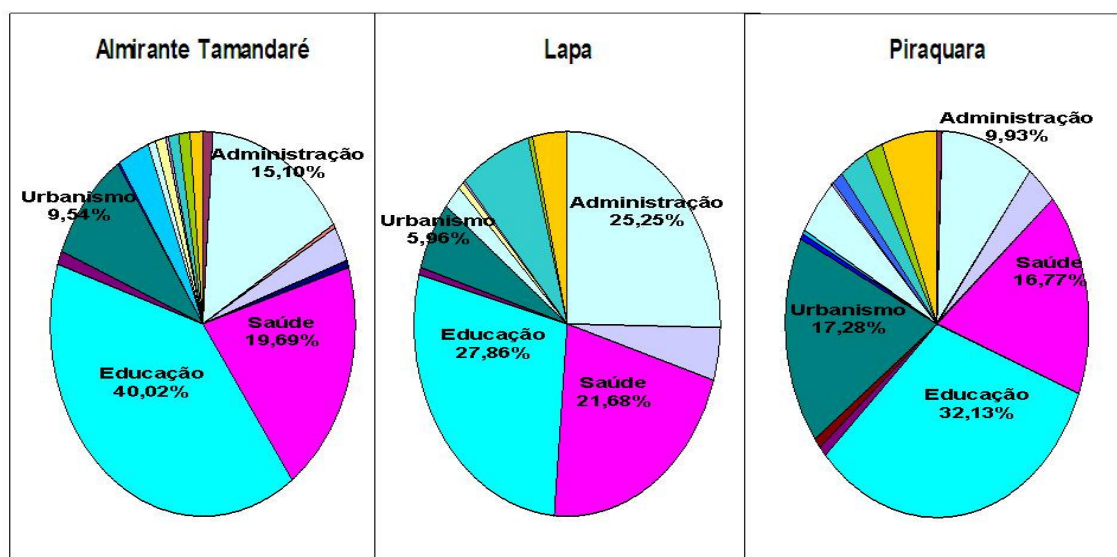


Gráfico 05 - Percentual dos gastos por funções nos municípios estudados
Fonte: Elaborado à partir de IPARDES (2008)

Em 2002, as despesas totais para o município de Almirante Tamandaré foram de R\$ 29.672.232,80, sendo as despesas mais significativas com as seguintes funções: educação com 36,91%; administração com 17,71%; saúde com 12,31%; urbanismo com 11,90%; encargos especiais com 6,26% e assistência social com 4,89%. As despesas com pessoal e encargos sociais participaram com o total de 51,66%. Em 2006 as despesas somaram R\$ 46.344.625,52, sendo as despesas mais significativas com as seguintes funções: educação com 40,02%; saúde com 19,69%; administração com 15,10%; urbanismo com 9,54%; saneamento com 3,30% e assistência social com 3,10%. As despesas com pessoal e encargos sociais totalizaram 48,55%, conforme Apêndice K.

Em 2002, as despesas totais para o município de Lapa foram de R\$ 19.276.309,64, sendo as despesas mais significativas foram as seguintes: educação com 25,39%; administração com 22,69%; saúde com 18,99%; urbanismo com 8,30%; assistência social com 7,01% e encargos especiais com 4,10%. As despesas com pessoal e encargos sociais totalizaram 48,66%. Em 2006 as despesas somaram R\$ 34.881.462,05, sendo as despesas mais significativas foram com: educação com 27,85%; administração com 25,25%; saúde com 21,67%; transporte com 7,37%; urbanismo com 5,96% e assistência social com 4,28%. As despesas com pessoal e encargos sociais somaram 49,08%, conforme Apêndice L.

Em 2002, as despesas totais para o município de Piraquara foram de R\$ 29.875.878,38, sendo as despesas mais significativas com as seguintes funções: educação com 34,26%; urbanismo com 13,70%; administração com 12,03%; saúde com 8,48%; transporte com 7,68% e assistência social com 6,30%. As despesas com pessoal e encargos sociais totalizaram 54,93%. Em 2006 as despesas somaram R\$ 57.936.182,92, sendo as despesas mais significativas as com: educação com 32,13%; urbanismo com 17,28%; saúde com 16,77%; administração com 9,93%; encargos especiais com 5,82% e gestão ambiental com 4,75%. As despesas com pessoal e encargos sociais somaram 37,45%, conforme Apêndice M.

4.3.3.1 Administração

Em função das atividades administrativas, dos gastos totais efetuados pelos municípios estudados, o gasto com a administração em Almirante Tamandaré representava em 2002 17,71% e em 2006 15,10%. O gasto com a administração na Lapa representava em 2002 22,69% e em 2006 25,25%. O gasto com a administração em Piraquara representava em 2002 12,03% e em 2006 9,93%.

As despesas com pessoal e encargos em Almirante Tamandaré representavam em 2002 51,66% e em 2006 48,55%. Na Lapa representavam em 2002 48,66% e em 2006 49,08%. Em Piraquara representavam em 2002 54,93% e em 2006 37,45%. O que se percebe é que em função das restrições presentes na LRF, os municípios se adequaram aos gastos para a manutenção da máquina pública.

4.3.3.2 Saúde

Em 2002, os municípios de Almirante Tamandaré, Lapa e Piraquara gastaram com saúde, 12,31%, 18,99% e 8,48% respectivamente. Somente a Lapa ultrapassou o limite mínimo de 15%.

Em 2006, os municípios de Almirante Tamandaré, Lapa e Piraquara gastaram com saúde, 19,69%, 21,67% e 16,77% respectivamente. Todos cumpriram com as metas, gastando acima do limite mínimo de 15%. O que se percebe é que em função dos determinantes de gastos mínimos com saúde presentes na LRF, houve adequação pelos municípios para evitar restrições nos repasses constitucionais.

Segundo os gestores, apesar dos gastos estarem dentro das exigências legais, ainda se nota deficiências nos atendimentos à população, em função da restrição orçamentária presente nas receitas municipais.

4.3.3.3 Educação

Em 2002, os municípios de Almirante Tamandaré, Lapa e Piraquara gastaram com educação 36,91%, 25,39% e 34,26% respectivamente. Todos ultrapassaram a meta de 25%. Em 2006, os municípios de Almirante Tamandaré, Lapa e Piraquara gastaram com educação 40,02%, 27,85% e 32,13% respectivamente. Todos ultrapassaram a meta de 25%.

O que se percebe é que em função dos determinantes de gastos mínimos com educação presentes na LRF, houve adequação pelos municípios para evitar restrições nos repasses constitucionais.

Segundo os gestores, apesar dos gastos estarem dentro das exigências legais, ainda se nota deficiências nos atendimentos à população, em função da restrição orçamentária presente nas receitas municipais. Neste aspecto, os municípios apresentam dificuldades para atender as necessidades de empresas interessadas em se instalar nas localidades. Outro aspecto é o deslocamento de parte da população para freqüentar as instituições de superior da capital. Esta relação também está presente na oferta de trabalho nos municípios, o que dificulta a internalização de capital humano no município, segundo as argumentações de Boisier (1996), no sentido de impulsionar uma região no caminho do crescimento e desenvolvimento econômico.

5 SÍNTESE DAS ANÁLISES DOS MUNICÍPIOS PESQUISADOS

Considerando as receitas orçamentárias municipais em relação ao estado do Paraná, em 2006 Piraquara estava na posição 25, com 0,52% em relação ao estado e na posição 7, com 1,36% em relação à RMC. Almirante Tamandaré estava na posição 31, com 0,45% em relação ao estado e na posição 9, com 1,17% em relação à RMC. A Lapa estava na posição 40, com 0,35% em relação ao estado e na posição 10, com 0,91% em relação à RMC.

Neste sentido, o impacto dos indicadores socioeconômicos no processo de gestão das finanças municipais parece não ser claro. Para que haja um fortalecimento na receita orçamentária, seria necessário que fossem fortalecidos os negócios locais, para incentivar a geração de futuros empreendimentos, que poderiam começar com a adoção de medidas simples e de baixo custo. Segundo os gestores municipais entrevistados, a forma ativa deste processo depende da capacitação dos servidores (carreira e comissão), no sentido de melhorar seus conhecimentos sobre o município, fornecimento de bens e serviços públicos e sobre os determinantes relacionados às finanças municipais. Essa capacitação possibilita que os gestores municipais procurem os empresários locais para conhecer e debater os problemas existentes, identificar suas necessidades e angariar sugestões de como solucionar estas carências.

A identificação destas necessidades ajuda o poder público a atuar em conjunto com o setor privado para propor soluções. Desta forma, as finanças municipais poderiam ser orientadas de forma a possibilitar o fortalecimento da economia local. Ao mesmo tempo do fornecimento de bens públicos, investimentos na educação profissional preparariam mão-de-obra para atuar nestas nos setores produtivos. A resultante esperada seria um acréscimo nas receitas orçamentárias, já que estas dependem do vigor das atividades econômicas, conforme argumentado no Subcapítulo 2.1.1 Indicadores econômicos.

Já na forma passiva, poderia se estabelecer uma agenda municipal que possibilitasse a existência de horários e ambiente adequados para receber os empresários locais e potenciais empreendedores. A Figura 03 apresentada no Subcapítulo 2.2.3.1 Cenários de competição por receitas, simplifica esta visão, representando cinco esferas, que ao atuarem em sinergia e comprometimento,

representam lealdade regional. Este Subcapítulo apresenta também os cenários contextual, estratégico e político, sobre os quais, os municípios deveriam estar atentos. As instituições representativas da região devem estar atentas ao cenário contextual (Figura 06) para verificar as tendências e incluir nos negócios essas perspectivas. Em função das diferentes unidades espaciais da região, o cenário estratégico deve ser observado (Figura 07). Já a gestão municipal deve estar atenta ao cenário político, pois é responsável pelo processo de gestão das finanças municipais (BOSIER, 1996; DOWBOR, 2003).

5.1.1 Resultados auferidos na análise dos indicadores socioeconômicos

Ao tratar do crescimento econômico, foram escolhidas e organizadas as variáveis relativas aos aspectos socioeconômicos. Os construtos e variáveis presentes nos Subcapítulos 3.3.1 Construto e variáveis dos indicadores socioeconômicos e 3.3.2 Construto e variáveis do processo de gestão das finanças municipais e relacionados ao Subcapítulo 3.3.3 Roteiro de entrevista.

5.1.1.1 Resultados auferidos na análise dos indicadores econômicos

O Quadro 07 apresenta a consolidação das relações entre as variáveis socioeconômicas, especialmente os resultados apresentados pelas variáveis constantes nos itens 1.1.1 à 1.1.5 do construto e variáveis dos indicadores socioeconômicos relacionadas com as questões 1, 2, 3, 4 e 7 do roteiro de entrevista. As relações entre os construtos e as questões revelaram que a gestão municipal não observa de forma sistemática os indicadores econômicos para visualizar o cenário de crescimento econômico municipal. Por sua vez, o crescimento econômico está relacionado com o processo por meio do qual a renda se eleva de forma contínua e persistente, (FEIJÓ et al, 2001; FROYEN, 2001; MANKIW, 2005; PINDYCK; RUBINFELD, 2002; PINHO; VASCONCELLOS, 2003; WESSELS, 1998).

O Quadro 07 apresenta a relação entre os construtos e as questões do roteiro de entrevista, além dos principais pontos abordados por cada um dos municípios pesquisados, conforme argumentado no Subcapítulo 3.2 *Amostra e unidade de observação*. As respostas completas podem ser lidas nos Apêndices B, C e D.

Construto		Questões para análise		Almirante Tamandaré	Lapa	Piraquara
1	Crescimento econômico	1	Como a gestão visualiza o cenário futuro de crescimento econômico do município?	Por meio do PDM; investimento em infra-estrutura; preocupação com a restrição ambiental.	Estimativa de receita e fixação de despesa, de acordo com a variação do PIB do Paraná.	Estado fomentador; criação de infra-estrutura para atração de empresas; fiscalização para regularizar propriedades
		7	Como políticas/diretrizes regionais influenciam nas suas políticas de desenvolvimento?	Limitações ambientais impostas pelos planos regionais.	Positivamente, pois influencia diretamente sobre a produção agrícola.	Não trazem resultados para o município; alguns planos dependem de políticas maiores; restrição ambiental.
1.1.1	PIB	4	Quais os principais investimentos realizados pela gestão municipal? Como são realizados e definidos?	Centro cívico da cachoeira, para atender as necessidades de gestão e atração de negócios para o município.	Em salas de aula, pavimentação, pontes, aquisição de máquinas e equipamentos. A educação é favorecida pelo FUNDEB.	PAC (R\$10.000.000,00) para urbanização, revitalização do centro-novo, iluminação, pavimentação, saneamento.
1.1.2	PIB primário	3	Quanto o município dispõe para realizar novos investimentos por ano?	R\$ 17.000.000,00	Aproximadamente 14,25% das receitas municipais.	10% das receitas municipais em obras de pequeno porte. A maioria das obras são feitas por meio de transferências voluntárias.
1.1.3	PIB secundário	2	A gestão possui estrutura de busca de investimentos para o município? Estratégias? Para qual setor? Primário, secundário, terciário?	Setor primário: zoneamento e expansão das atividades minerais; APL da cal e calcário; Setor secundário: incipiente; Setor terciário: consórcio turístico.	Regularização de áreas, reestruturação do parque industrial. Falta um PDM específico para esta questão.	Falta infra-estrutura e 98% da área sofre restrição ambiental.
1.1.4	PIB terciário					
1.1.5	PIB <i>per capita</i>					

Quadro 07 - Consolidação dos resultados auferidos com indicadores econômicos

Fonte: Elaboração do autor

Em Almirante Tamandaré, embora haja o reconhecimento de que os indicadores sobre o desempenho econômico sejam relevantes (Apêndice E), não são observados como variáveis para execução das políticas públicas. O gestor argumenta que as atividades do setor industrial ainda são incipientes, o que está de acordo com a análise constante no Subcapítulo 4.2.1.1 Produto interno bruto municipal, onde se verificou que a participação do município na formação do PIB da RMC é de aproximadamente 1,00%. A falta de infra-estrutura e de acesso de internet rápida (segundo o gestor, a região urbana possui apenas 7% de cobertura) contribui para este cenário (Apêndice B).

Já para o município da Lapa, a estimativa de crescimento econômico é baseada na variação percentual obtida com base no PIB paranaense, em função da dificuldade de se obter dados atualizados. A participação do município na formação do PIB da RMC é menos que 1%. Esta característica está relacionada à atividade agropecuária do município, que apesar de ser significativa, produz produtos de baixo valor agregado (Apêndice C).

Para Piraquara, há a visão de Estado fomentador, onde deve estabelecer políticas para fortalecer o pequeno e médio empresário. A Prefeitura também está com programas de especialização de mão-de-obra em alguns setores. Intensificou a fiscalização e implementou um programa de formalização de propriedades. Por outro lado, as condições atuais não permitem atrair grandes empresas, portanto, procura trabalhar com as potencialidades internas ao município (Apêndice D).

Quando se considera o PIB setorial, no setor primário, Almirante Tamandaré integra, junto com Adrianópolis, Tunas do Paraná, Rio Branco do Sul, Itaperuçu, Campo Largo, Colombo e Bocaiúva do Sul, o APCC. No setor secundário é incipiente, pois as atividades de transformação estão vinculadas principalmente ao APCC. Já no setor terciário, existe um estudo para incrementar a atividade turística, por meio do turismo rural que, embora já exista, necessita de reestruturação para realmente se tornar significativo para a economia local (Apêndice B).

O município de Lapa possui uma Secretaria responsável pela busca de investimentos na atividade produtiva, e se encontra em desenvolvimento um plano de regularização de áreas de terras e reestruturação do parque industrial, que ainda necessita de um plano diretor específico para sua gestão (Apêndice C).

O município de Piraquara possui a particularidade de ter 98% da área sob proteção ambiental. Neste sentido, o município tem restrições em relação às

atividades econômicas. Apesar de o município adotar a administração estratégica, não formalizada em lei, existe poucas opções no setor de serviços e é necessário criar infra-estrutura para os demais (Apêndice D).

Quanto ao volume de investimentos, Almirante Tamandaré dispõe de aproximadamente R\$ 17.000.000,00, o que representa 4% da receita orçamentárias. A Lapa considera que sua capacidade de investimento é 14,25% das receitas correntes, significando aproximadamente R\$ 2,761 milhões. Piraquara aporta cerca de 10% de suas receitas municipais em investimentos municipais. Estes investimentos são em obras de pequeno porte. No entanto, o município reconhece que as maiores obras são feitas por meio de transferências voluntárias (Apêndices 1, 2, 3, 10, 12 e 12). O investimento, como abordado no Subcapítulo 2.1.1.1 Produto interno bruto, possui importante relação com o processo de crescimento econômico, pois representa a formação de capital (CLEMENTE; HIGACHI, 2000; FEIJÓ et al, 2001; FROYEN, 2001; MANKIW, 2005; PINHO; VASCONCELLOS, 2003; WESSELS, 1998).

Neste sentido, os investimentos em Almirante Tamandaré em 2008, estão voltados para a construção do Centro cívico da Cachoeira. Para o município de Lapa, as prioridades são para: salas de aula, pavimentação de ruas, construção de pontes, aquisição de máquinas e equipamentos. Já para Piraquara, os recursos do PAC de R\$ 10.000.000,00 são para obras de urbanização. Aos recursos do PAC, é somada uma parcela de recursos próprios. No entanto, a perspectiva de crescimento econômico dos municípios sofre influências das políticas regionais. Em Almirante Tamandaré, as restrições ambientais são apontadas como limitantes, mas a política compensatória está relacionada ao recebimento de ICMS ecológico. Para Lapa, o gestor considera que os planos são positivos, pois o município representa entre 8% e 9% de toda produção agrícola do Estado. O município também sofre pouco com as restrições ambientais. Já para Piraquara, as políticas regionais existem, mas não trazem resultados positivos ou negativos para o município. Porém alguns planejamentos dependem de políticas maiores, uma vez que a restrição ambiental é determinada por lei estadual.

5.1.1.2 Resultados auferidos na análise dos indicadores sociais

O Quadro 08 trata da educação e da geração de emprego, que representa uma preocupação presente na administração dos municípios.

Construto		Questões para análise		Almirante Tamandaré	Lapa	Piraquara
1.2	Indicadores Sociais					
1.2.2	Educação	6	Quais são os projetos para capacitação profissional no município? Quem são os parceiros? Quais são os entraves?	Parceria com a escola técnica da UFPR; FACOP - parceria com a FIEP para asseio e limpeza pública; falta instalar escola de qualificação para a APL; parceria com o SESI.	Parceria com o sistema o Sebrae e Sesi.	Pirasol; ATITUDE (programa estadual para ação social); projeto MULHERES DA PAZ.
1.2.3	Emprego	5	Quais são as políticas de geração de empregos no município? Quem são os parceiros? Quais são os entraves?	Parceria com a União; primeiro emprego; diagnóstico social vinculado ao cenário industrial; qualificação em jardinagem, gastronomia e serviços gerais.	Incentivos para instalação de novas empresas (áreas e infraestrutura); capacitação de mão-de-obra;	Preparar mão-de-obra para o mercado; infraestrutura para novas empresas; projeto Pirasol (oficinas, treinamentos, assistência social); entraves burocráticos; pouca integração entre políticas públicas.

Quadro 08 - Consolidação dos resultados auferidos com indicadores sociais

Fonte: Elaboração do autor

Almirante Tamandaré procura parcerias com a União e instituições de treinamento para capacitar mão-de-obra. Neste aspecto, existem deficiências, pois as qualificações existentes são para jardinagem, gastronomia e serviços gerais. A Lapa tem colaborado com novas empresas que desejam se instalar, oferecendo áreas de terras e incentivos diversos, havendo um esforço na capacitação da mão-de-obra disponível realizando parcerias com o sistema S, em especial o Sebrae e o Sesi. Para Piraquara, a preocupação é preparar mão-de-obra para o mercado e infra-estrutura para instalação de empresas. O projeto Pirasol (Piraquara Solidária) utiliza barracões cedidos pelo governo estadual para fazer oficinas, treinamentos, assistência social, etc. A questão negativa é que existem entraves de ordem burocrática no sentido de liberação de recursos, contratação por meio de licitações, além do fato de pouca integração entre as políticas públicas (Apêndices B, C e D).

Da mesma forma, a proporção da população ocupada e de empregos locais em relação à população total é de, respectivamente, 38,59% e 7,12% para Almirante Tamandaré, 41,15% e 13,55% para Lapa e 37,45% e 5,10% para Piraquara (Apêndice H). Em todos os municípios analisados, a população está sob influência de variáveis complexas, que afetam as atividades econômicas e a geração de emprego, o que justifica as ações dos municípios para capacitar mão-de-obra, estimular classes sociais e interesses setoriais (COMEC, 2006; IBGE, 2002; PINHO; VASCONCELLOS, 2003; SINGER, 1998; WESSELS, 1998).

5.1.2 Resultados auferidos na análise do processo de gestão das finanças municipais

Segundo os gestores, existe uma necessidade de profissionalização e capacitação dos servidores para atender as funções relativas ao município.

5.1.2.1 Resultados auferidos na análise das receitas municipais

O Quadro 09 trata da forma que os municípios visualizam o tratamento das receitas municipais.

Construto		Questões para análise		Almirante Tamandaré	Lapa	Piraquara
2	Finanças municipais	18	A base institucional, como a Lei de Responsabilidade Fiscal, contribui mais para a gestão e o planejamento público ou dificulta (justifique)?	Dificulta pela burocracia, mas facilita o acompanhamento e o planejamento da gestão municipal.	Facilita o acompanhamento e o planejamento da gestão municipal.	Contribui como código de ética, porém limita gastos com pessoal, uma vez que a administração entende que deveria ser um Estado grande, mas não afeta o desenvolvimento.
2.1	Receitas municipais	8	Há estrutura de controle de receitas correntes municipais? Como é feito?	Segue classificação da Lei 4320/64, acompanhada das respectivas fontes de recursos.	Segue estrutura do plano de contas, sendo controlada por fonte de recursos.	Controle de receitas próprias e de transferências.
2.1.1	Receitas correntes	9	Como é estimada a receita para o ano seguinte?	Com base nas receitas dos 3 últimos exercícios, projetando para o exercício seguinte e individualizada para cada rubrica.	Evolução da receita nos 3 últimos exercícios, com aplicação de 4,5% para o exercício futuro.	FPM definido pela União; transferências estaduais publicadas no TCE; receitas próprias por meio de históricos.
2.1.2	FPM	10	É avaliado o previsto versus o realizado e buscado justificativas sobre esta diferença para melhorar a previsão?	Pelo programa SIM-PCA, segundo o anexo X da Lei 4320/64.	Avaliação comparativa entre os exercícios.	Não faz análise.
1.2.1	População	11	Quais os principais determinantes da receita municipal?	Receitas próprias, transferências constitucionais e voluntárias, FPM e por convênios.	FPM e transferências constitucionais	Receitas próprias, transferências constitucionais e voluntárias, FPM e por convênios.

Quadro 09 - Consolidação dos resultados auferidos com finanças municipais: receitas

Fonte: Elaboração do autor

Almirante Tamandaré estima suas receitas com base no comportamento das receitas dos três últimos exercícios, projetando-a para o exercício seguinte e individualizando cada rubrica de receita nas análises futurísticas. O controle é feito por meio de processamento dos dados seguindo a classificação da Lei 4320/64 acompanhadas das respectivas fontes de recursos. A Portaria nº. 117/1998 atualiza a discriminação da despesa por funções desta Lei (Apêndice B).

Para a Lapa, a estimativa da receita é realizada com evolução da receita arrecadada nos três últimos exercícios, verificando o percentual de evolução, aplicando o percentual de 4,5% que corresponde à média dessa evolução. O controle é feito seguindo a estrutura do plano de contas da receita e seu controle é realizado por fonte de recursos (Apêndice C).

Para Piraquara, as transferências correntes são definidas pela União e pelo Estado e são publicadas nos referidos tribunais de contas. Nesse sentido, o trabalho está em estimar as receitas de competência municipal, por meio de análise histórica. O controle é feito por meio do plano de contas (Apêndice D).

Neste processo, para Almirante Tamandaré os fatores determinantes de suas receitas estão divididos em: receitas tributárias (IPTU, ISS, ITBI, IR dos servidores); transferências correntes (FPM, SUS, FUNDEB, ICMS, IPVA); outras receitas (multas, juros sobre imposto e dívida ativa tributária); transferências voluntárias (convênios com órgãos federal e municipal) (Apêndice B).

A Lapa considera que os principais determinantes são as receitas de transferências constitucionais, onde as principais são o FPM e ICMS (Apêndice C).

Para Piraquara, as transferências correntes da União representam aproximadamente 40,55%, dos quais, a parcela do FPM é 25,28%. As transferências correntes do Estado correspondem a aproximadamente 29,95%. Outras transferências correntes, 17,12%. A Receita tributária municipal: aproximadamente 8,35%. Os 4,03% restantes são provenientes de receitas de capital (Apêndice D).

Para Almirante Tamandaré, a avaliação entre o previsto e o realizado é por meio do Sistema de Informações Municipais – Prestação de Contas Anual (SIM-PCA) onde são verificadas arrecadações previstas com as realizadas conforme o anexo “X” da Lei 4320/64 (comparativo da receita realizada com a arrecadada). A Lapa considera a evolução da receita arrecadada nos três últimos exercícios e avalia o que foi previsto no orçamento e o que foi arrecadado em cada exercício, porém não informou o método. Em conjunto com o departamento de fiscalização são

realizadas ações buscando melhorar a arrecadação. Já o município de Piraquara não faz análise, apesar de suas receitas serem maiores do que dos dois municípios avaliados (Apêndices B, C, D e O).

Para a consecução dos controles, os municípios consideram as disposições constantes na LRF.

Almirante Tamandaré considera que a dificuldade está no processo burocrático exigido na LRF, mas por outro lado, facilita o acompanhamento e o planejamento da Gestão Pública. Para a Lapa, o fator é a facilidade relacionada ao acompanhamento e o processo de gestão das finanças municipais, devido às regras estabelecidas. Já para Piraquara, contribui como código de ética, porém limita gastos com pessoal, uma vez que a administração entende que deveria ser um Estado Grande (na visão do gestor significa contratar muitos servidores), mas não afeta o desenvolvimento.

Considerando o total das receitas orçamentárias, as receitas tributárias municipais e o FPM correspondem, respectivamente, a 11,19% e 31,41% para Almirante Tamandaré, 11,45% e 25,11% para Lapa e 10,31% e 25,11% para Piraquara.

O que se percebe, é a alta dependência municipal em relação ao FPM na formação de suas receitas. De acordo com os gestores, o censo de 2007 alterará para menos os valores desta receita em 2008, pois houve redução da população em Almirante Tamandaré de 18,08%, em Lapa de 7,74% e em Piraquara de 20,82% (APÊNDICE 9).

Considerando estes percentuais de redução na população e considerando que o montante das receitas provenientes do FPM apresentadas na Tabela 04 sejam as mesmas em 2008, Almirante Tamandaré deixará de receber mensalmente R\$ 272.763,07 e anualmente R\$ 3.273.156,86, Lapa R\$ 72.980,72 e 875.768,62 e, Piraquara R\$ 314.093,50 e R\$ 3.769.121,94 respectivamente. Isto representa que a redução orçamentária para os municípios seria respectivamente em 6,72% , 2,30% e 6,65%, que segundo os gestores, comprometerá alguns projetos municipais, mas sem mencionar quais seriam afetados.

5.1.2.2 Resultados auferidos na análise das despesas municipais

O Quadro 10 trata da forma que os municípios visualizam o tratamento das despesas municipais.

Construto		Questões para análise		Almirante Tamandaré	Lapa	Piraquara
2.2	Despesas Municipais	12	Como se define a distribuição de recursos por Secretaria?	Por meio do PPA, LDO e LOA	27% para educação; 19% para saúde, prioridade para estradas rurais, em função da vocação agrícola. Proporcional para as demais Secretarias.	Percentuais a mais do que o determinado legalmente para saúde e educação. Para as demais Secretarias em função de projetos estruturados.
		14	O plano de governo possui flexibilidade e pontos de avaliação para as despesas municipais? Como é feito?	Flexibilidade de gestão e procura por novas estratégias.	Comitê de despesas para avaliação semanal.	Possui, baseada na agenda 23.
2.2.1	Administração	15	Há um acompanhamento entre o previsto e o realizado?	Por meio do PPA, LDO e LOA	Programa de desembolso, avaliando receitas e despesas.	Sim
		13	Os programas e projetos são usualmente setoriais ou multisetoriais?	Na maioria são setoriais (saúde, educação, trabalho e ação social). Na administração são multisetoriais.	Multisetoriais.	Multisetoriais, sem políticas isoladas.
		16	Como se avalia a efetividade dos gastos públicos?	Por meio de pesquisa de satisfação da população.	Sem resposta. Mas aplica recursos em benefício da população.	Por meio de pesquisa de satisfação da população.
2.2.2	Saúde	17	Saúde e educação deveriam representar no mínimo 37,5% do destino das despesas municipais e o gasto com pessoal até 60%. Quanto isso limita as ações públicas do municipal?	Os percentuais para saúde e educação são maiores, porém esbarram no limite de 54% para gastos com pessoal, além do limite prudencial de 51,3% imposto pela LRF.	Limita, a administração está buscando junto ao governo federal recursos para suprir as necessidades.	Saúde 17%; educação 30%; pessoal administrativo 40%; legislativo 3%; investimentos 10%. A intenção seria ser um Estado grande.
2.2.3	Educação					

Quadro 10 - Consolidação dos resultados auferidos com finanças municipais: despesas

Fonte: Elaboração do autor

O Quadro 10 consolida os construtos sobre as despesas municipais e as respostas dos gestores municipais.

Almirante Tamandaré faz a distribuição de recursos por Secretarias por meio da elaboração do PPA, LDO e LOA (Apêndices B e K).

Lapa destina à Secretaria de Educação a maior parte do orçamento do município aplicando-se em torno de 27%. Na saúde aplica-se aproximadamente 19% dos impostos e transferências constitucionais. Para outras Secretarias, o destaque é para a Secretaria de Urbanismo, pois a administração prioriza as estradas rurais para escoamento dos produtos agrícolas, já que o carro-chefe da economia do município é a agricultura. Quanto aos demais recursos, são distribuídos proporcionalmente entre as demais Secretarias (Apêndice C, L).

Em Piraquara, a Secretaria de Saúde recebe aproximadamente 17%, educação aproximadamente 30% e as demais Secretarias, em função dos projetos estruturados (Apêndice D, M).

Em relação às despesas relacionadas aos projetos, em Almirante Tamandaré são setoriais para as Secretarias de Educação, Saúde, Trabalho e Ação Social e multisetoriais para as secretarias de Administração. Em Lapa os programas e projetos são multisetoriais. Em Piraquara, a Prefeitura procura envolver todos os setores (multisetorial) e não fazer políticas isoladas, porém reconhece que as políticas de geração de emprego são pouco integradas (Apêndices B, C e D).

Neste sentido Almirante Tamandaré flexibiliza os planos de governo e procura por novas estratégias para gestão pública. Esta flexibilidade é relevante, pois o precisará se adaptar em função da redução do FPM. No município de Lapa, existe o comitê de despesas, e semanalmente reúnem-se as Secretarias municipais que apresentam as despesas avaliando e priorizando as principais ações de governo municipal. Já para Piraquara, a flexibilidade é baseada na agenda 23. Para executar as funções descritas, Almirante Tamandaré realiza acompanhamento entre as despesas programadas e efetivas por meio dos mecanismos constantes no PPA, LDO e LOA. Da mesma forma, Lapa avalia buscando histórico de despesas dos exercícios anteriores, que servem como base de planejamento para o próximo exercício. O controle é feito mensalmente por meio de um cronograma de desembolso relacionado às receitas. Já Piraquara faz acompanhamento, mas sem detalhes de como é feito. Os resultados da execução das funções nos municípios

estudados são avaliados por meio de pesquisa de satisfação da população, menos por Lapa (Apêndices 01, 02 e 03).

Finalmente, as despesas com educação e saúde estão como prioridade nas gestões municipais. No caso da educação, apesar de os gastos serem significativos considerando-se os percentuais em relação às receitas municipais, não existe um programa para o ensino fundamental que trate das competências, vocações e recursos naturais nos municípios avaliados.

Em Almirante Tamandaré, os percentuais para saúde e educação são maiores, porém esbarram no limite de 54% para gastos com pessoal, além do limite prudencial de 51,3% imposto pela LRF. Em Lapa, é um limitante importante e a administração está buscando junto ao governo federal recursos para suprir as necessidades. Em Piraquara as despesas com saúde representam 17%; com educação 30%; com pessoal administrativo 40%; com legislativo 3%; e com investimentos 10% (Apêndices B, C e D).

As despesas por função vistas no Subcapítulo 4.3.3 Análise das despesas municipais, obedecem a uma classificação e refletem as prioridades dadas pelo governo à alocação de suas receitas.

5.1.3 Uso de indicadores na gestão municipal

A construção do processo de crescimento regional parte da premissa da participação dos atores locais na tomada de decisões globais. Uma vez que as políticas da esfera estadual e da federal não são neutras, a identificação de parâmetros que possuam características básicas do meio socioeconômico, poderia ser utilizada para responder mais efetivamente às questões normativas e de controle que surgem nos planejamentos municipais. Este raciocínio sugere que, para o crescimento de uma região, é necessária a interação entre a participação relativa da região, por meio do processo de gestão das finanças municipais, no uso dos recursos nacionais (transferências correntes e voluntárias), o impacto das políticas estaduais e federais e a capacidade de organização social local (BOISIER, 1996).

O conhecimento da população sobre as características e recursos naturais municipais colabora com a identidade das autoridades políticas locais com a região.

Esta relação permite a criação de uma base industrial e urbana, com reflexos minimizadores de custos de oportunidade na concentração de recursos. De outro lado, a participação do governo como fornecedor de infra-estrutura e administrador das finanças municipais é de vital importância para atrair novas atividades econômicas e evitar um possível estrangulamento no abastecimento de produtos requeridos e originados na região.

A resultante é que, pela observação dos indicadores socioeconômicos municipais, os gestores devem levar estas considerações para a elaboração dos planejamentos municipais, permitindo determinar as prioridades e o tipo que deverá ser aplicado aos municípios. As transferências constitucionais entre os diferentes municípios da RMC, devem ser alocadas e compensadas de forma consistente, posto que suas taxas de crescimento são diferentes. O processo de gestão das finanças municipais revela a dependência dos municípios destes recursos e justifica a importância em observar a coerência entre os indicadores socioeconômicos e o processo de gestão das finanças municipais. Já sob o aspecto das transferências voluntárias, a captação depende da capacidade das autoridades locais em identificar oportunidades e elaborar projetos de viabilidade.

Outro item fundamental é a importância da participação do setor privado no crescimento econômico, pois são fontes relevantes de investimento e deste setor, dependerá a sustentação da economia local. O poder de reinvestimento dependerá, inicialmente, das oportunidades de crescimento que a região terá para oferecer e da forma como é apropriado o excedente. Para que as vantagens e ganhos alcançados pelo processo de crescimento cheguem a todas as esferas da região, será necessária uma distribuição eqüitativa da renda. Uma maneira de alcançar este objetivo está na provisão de serviços educacionais e de saúde, de forma a melhorar as condições de ingresso nos mercados de trabalho de melhores salários (BOISIER, 1996).

Na tentativa de atender as demandas regionais de maneira eficiente, o planejamento participativo, como modelo alternativo ao existente, é fundamental no processo de crescimento porque por meio dele a população incorpora a procura de soluções “socialmente adequadas” e prioritárias para a região (BOISIER, 1980; BOISIER, 1992; REZENDE; CASTOR, 2006).

Por outro lado, a questão ambiental como elemento ligado ao conceito de crescimento também se torna relevante, pois existem limitações no processo de

crescimento contínuo, que de certa forma, pode desencadear uma preocupação com o desenvolvimento humano e com a preservação ambiental (BOISIER, 1996; FOLADORI, 2002).

A incorporação das dimensões de sustentabilidade pode significar uma ferramenta fundamental para que o planejamento regional cumpra suas funções de alocação, compensação e ativação. É preciso que o município domine e tenha amplo conhecimento de seu próprio meio ambiente. A falta de um conhecimento acabado dos potenciais e limites de seus recursos naturais o impedirá de avaliar cuidadosamente o impacto regional das políticas macroeconômicas ou setoriais.

6 CONCLUSÃO

Durante o desenvolvimento deste trabalho, as questões propostas foram respondidas em função dos argumentos teóricos e empíricos relacionados ao processo de gestão das finanças municipais. A autonomia municipal, a partir da CF88, resultou em uma nova atitude no executivo dos municípios e, por conseguinte, do legislativo e judiciário. A estrutura fundamental deste trabalho foi dada pela análise documental dos indicadores socioeconômicos e pelos planos de contas apresentados pelos municípios ao TCE.

Vale dizer que, pela LRF, os municípios possuem responsabilidade legal perante suas ações. Neste contexto, atitudes que tendam promover crescimento econômico, devem passar pela análise de custo-benefício e posteriormente pela análise de custo-eficiência, sendo que a primeira estabelece as prioridades das ações e a segunda, a viabilidade financeira. Assim, o estudo permitiu verificar os indicadores socioeconômicos e seus impactos no processo de gestão das finanças municipais.

A Região Metropolitana de Curitiba é constituída por municípios com diferenças estruturais significativas, com receitas próprias diferenciadas e alguns com alta dependência das transferências correntes. Por outro lado, a CF88 definiu uma quantidade maior de competências municipais e a LRF dificultou a prática da renúncia fiscal, influenciando no orçamento municipal. Além das questões legais, o governo, por sua formação intrínseca, possui papel fundamental no que diz respeito à criação de mecanismos que proporcionem o crescimento econômico e o desenvolvimento de uma sociedade. Assim, o fornecimento de bens e serviços públicos são caracterizados como um direito do cidadão, de forma que a privação da liberdade elementar em utilizá-los vincula-se estreitamente com a carência destes serviços.

Sob esta argumentação, o processo de gestão das finanças municipais pode contribuir para o crescimento econômico, para a desejável distribuição da renda, para o acesso a bens e serviços públicos e para elevar a qualidade de vida da população. Pode também utilizar a análise de indicadores socioeconômicos para proporcionar a atração de capital externo para novos investimentos. A atração de capital externo é uma estratégia para suprir a deficiência da poupança interna

(capital financeiro acumulado pelos agentes econômicos internos ao município) quando esta não possui volume necessário para fazer frente aos investimentos em novas atividades econômicas e em fornecimento de bens e serviços públicos internos ao município.

Para justificar o processo de atração de capital externo, parte-se do conceito de Base de Exportação, de Douglas North (SCHWARTZMAN, 1977). Este conceito nada mais é do que a exploração das potencialidades de uma determinada região, para auferir receitas por meio da exportação de produtos. Neste processo há uma tendência de difusão dos efeitos, pois empresas de apoio ao setor exportador tendem a ser formadas na região. Além destas empresas, outros setores também são aquecidos devido ao aumento do fluxo circular de renda na região. Portanto, uma exploração consciente pode contribuir para atrair novos investimentos. No entanto, em função da condição ambiental do município, existem restrições em relação a possíveis atividades econômicas que podem ser desenvolvidas nos municípios estudados.

A resultante é que a arrecadação tributária está relacionada com as atividades econômicas dos municípios. Primeiro, de acordo com as arrecadações tributárias de competência municipal e depois pelas transferências correntes realizadas pelo estado e pela União, em relação aos tributos de sua competência em atividades econômicas realizadas no município. Pode-se inferir então que, quanto maior o dinamismo econômico no município, maior a arrecadação tributária e transferências correntes. Ao contrário, quando o dinamismo econômico é baixo, os municípios dependem do FPM, que por sua vez depende do tamanho da população.

Neste aspecto, foi observado que os municípios estudados possuem legitimidade para estabelecer mecanismos para intervenção, promoção e sustentação do crescimento econômico, considerando aspectos econômicos, culturais, sociais e políticos. Houve também crescimento econômico no período analisado, de acordo com a leitura dos indicadores socioeconômicos. Por outro lado, verificou-se que os indicadores propostos não são analisados pelos gestores no processo de gestão das finanças municipais. Neste aspecto, a influência política e promessas de campanha são priorizadas em detrimento dos indicadores. Devido a esta condição, não foi possível verificar a influência do processo de gestão de finanças municipais sobre os processos de crescimento econômico. Entretanto,

percebeu-se o contrário, os indicadores socioeconômicos influenciam os indicadores de finanças municipais.

Quando se considerou o exercício das funções fiscais pelos municípios, apesar da autonomia preconizada pela CF88, percebeu-se que a preocupação se dá somente em relação aos tributos de competência desta esfera de governo. Porém, as disparidades econômicas entre os municípios da RMC influenciam no processo arrecadatório, gerando desequilíbrios horizontais e verticais na arrecadação de recursos, como pode ser observado nos Apêndices N e O. Da mesma forma, isto afeta o processo de gastos para atender os objetivos municipais, principalmente os relacionados à saúde e educação.

Em relação às transferências correntes, os municípios entendem como receitas homologadas nos respectivos tribunais de contas. Porém, o processo de distribuição destas transferências é complexo e considera vários fatores, como por exemplo: a capacidade arrecadatória dos municípios, capacidade de produção e renda e tamanho da população. Em especial, as transferências que os municípios recebem dos estados em função da divisão do ICMS revela a atividade econômica municipal. Quanto mais baixa, menor o valor desta transferência. Fica então caracterizado que o gestor municipal age para melhor atender as expectativas municipais, mostrando seu desejo em realizar integração entre as instituições locais para proporcionar o crescimento econômico local. Antagonicamente, para atingir estes objetivos, os indicadores socioeconômicos não são avaliados.

Percebeu-se que houve melhora quantitativa na economia e nas finanças municipais, embora esta relação não tenha sido percebida pelos gestores durante o processo de entrevistas. Há ainda uma preocupação com a preservação do meio ambiente, em relação ao pedido de licenças ambientais. Finalmente, a análise dos indicadores não possibilitou verificar se houve influência do processo de gestão das finanças municipais no crescimento dos municípios estudados.

6.1 PROBLEMA E OBJETIVOS DA PESQUISA

Foi observado que o Estado possui legitimidade e capacidade de estabelecer políticas públicas. Esta argumentação aliada às necessidades

orçamentárias justifica a necessidade de aumento da receita municipal para consecução de seus objetivos, relacionados com as questões-problema. O cruzamento entre os construtos e as respostas do roteiro de entrevista permitiu verificar que os principais limitantes são de ordem legal, por imposição da LRF, de mecanismos de controle e acompanhamento e de ordem ambiental. Os gestores municipais consideram a influência política em detrimento dos indicadores de crescimento econômico local e de finanças municipais, para a formulação do processo de gestão das finanças municipais. Neste aspecto, os gestores seguem as determinações constantes na LRF, nos projetos estabelecidos pelas Secretarias Municipais e pelas necessidades locais.

O objetivo geral e os específicos foram alcançados, pois os parâmetros legais analisados colaboram para o estudo do processo de gestão das finanças municipais, embora haja considerações sobre os aspectos burocráticos. Da mesma forma, os limites estabelecidos foram cumpridos. Entre as variáveis socioeconômicas identificadas, a principal delas foi a população, pois a recontagem feita pelo censo 2007 reduziu a quantidade de pessoas nos municípios estudados, influenciando na partilha do FPM. Por outro lado, houve crescimento econômico local, com melhoras nos indicadores de finanças municipais, mas não foi verificada a influência do processo de gestão das finanças municipais sobre os indicadores socioeconômicos.

Já a análise qualitativa do processo de gestão das finanças municipais, por meio das respostas do roteiro de entrevista, possibilitou verificar que os indicadores propostos não são significativos para os gestores municipais, pois estes consideram que as regras fiscais já estão estabelecidas, restando cumpri-las. Da mesma forma, não se percebeu um planejamento para investimentos que possibilitasse atração de capital para os municípios, cuja resultante seria uma maior atividade econômica e conseqüentemente, uma maior arrecadação tributária, além de uma melhora no comércio local.

6.2 CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA

O conhecimento e conscientização da existência e importância da cultura organizacional poderão permitir aos gestores um melhor posicionamento frente à gestão da Prefeitura, bem como a descoberta dos motivos do insucesso de algumas iniciativas que porventura esbarrarem na cultura organizacional existente. A identificação da presença das variáveis apontadas pode permitir às Prefeituras o delineamento do perfil dos servidores destacando seus valores, possibilitando um trabalho de alteração cultural em direção ao perfil do novo servidor.

No que tange ao processo de gestão das finanças municipais, os construtos com as variáveis identificadas podem servir como base para um plano de ação, que possibilite ao gestor público melhor trabalhar possíveis relutâncias ao processo de mudança, ensejando a sua efetividade. Enfatizando as contribuições, elas foram direcionadas para a academia e para os municípios.

Academicamente o trabalho resulta na a demonstração de um modelo metodológico diferenciado, mostrando a viabilidade prática do uso de multicasos e a triangulação de ferramentas de coleta de dados, destacando os aspectos multidisciplinares. A pesquisa possibilita a percepção da relevância do estudo, dando destaque ao relacionamento das variáveis com o processo de gestão das finanças municipais. Quanto ao conteúdo, foi possível estabelecer relações teóricas e práticas entre os indicadores avaliados e as ações dos gestores municipais, abrindo espaço para o aprofundamento desta pesquisa.

Para os municípios, as contribuições estão direcionadas ao transbordamento do conhecimento obtido relacionado à interação entre a avaliação dos indicadores e as ações municipais. A metodologia adotada pode contribuir para um melhor aparelhamento, no que diz respeito à instrumentalização estratégica do gestor municipal relacionadas ao processo de gestão das finanças municipais. A identificação e análise das variáveis socioeconômicas podem permitir aos municípios, uma melhor avaliação dos planos a serem executados com vistas a melhorias das condições sociais e econômicas da região pesquisada.

6.3 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

Apesar das contribuições auferidas, essa pesquisa também possui limitações. A primeira está na forma metodológica, pois se trata de estudo de multicase em três municípios e o processo de amadurecimento deve transcorrer durante a elaboração de pesquisas futuras. Outra limitação é a indisponibilidade de dados atualizados para a avaliação e análise. Porém, esta limitação foi parcialmente sanada pelas respostas dos gestores municipais que colaboraram para a consecução desta pesquisa.

O próprio procedimento de pesquisa e análise obrigou a estabelecer um processo de avaliação, que se modificou à medida que novas informações foram apresentadas. Vale ressaltar que, dos 26 municípios da RMC, apenas três demonstraram interesse em relação à pesquisa, o que comprometeu a ampliação das amostras e unidades de observação, não possibilitando generalizar os resultados obtidos. Durante a aplicação do questionário, notou-se a dificuldade em localizar os entrevistados, devido ao fato de estarem em constante atividade. A possibilidade de uma sequência de entrevistas e mais municípios poderia ter acrescentado à pesquisa uma melhor análise de conteúdo, enriquecendo os resultados obtidos.

6.4 ESTUDOS FUTUROS

Tratando-se da administração municipal, variáveis como análise de risco, gastos com Urbanismo e Orçamento Participativo, em função do crescimento econômico local, poderiam reforçar a conscientização da necessidade de realizar planejamentos estratégicos cada vez mais especializados.

A ampliação das amostras e unidades de observação permitirá um estudo mais aprofundado dos instrumentos legais, a exemplo do Plano Plurianual (PPA), da Lei das Diretrizes Orçamentárias (LDO), da Lei Orçamentária Anual (LOA), que permitirão estabelecer um modelo de processo de gestão de finanças municipais. Isto poderá colaborar no processo de entendimento sobre os fundamentos que

direcionam as estratégias desenvolvidas pelos gestores municipais. Finalmente, a análise dos indicadores socioeconômicos e de finanças municipais desenvolvida neste trabalho pode ser reforçada pela inclusão do estudo dos demais municípios da RMC, possibilitando que ações elaboradas para o ambiente urbano sejam transportadas e adaptadas à realidade rural, com a devida identificação do nexo causal.

REFERÊNCIAS

- AMARAL FILHO, Jair. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. **Planejamento e políticas públicas**. Brasília, IPEA, nº. 14. dez de 1996.
- BITTENCOURT, Marcus Vinicius Corrêa. **Manual de Direito Administrativo**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2005.
- BLANCHARD, O. **Macroeconomia: Teoria e Política Econômica**. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2001.
- BOISIER, Sergio. **Desenvolvimento Regional e Urbano**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973.
- BOISIER, Sergio. **El difícil arte de hacer región**: Las regiones como actores territoriales del nuevo orden internacional. Cusco: CBC, 1992.
- BOISIER, Sergio. Em busca do esquivo desenvolvimento regional: entre a caixa-preta e projeto político. **Planejamento de Políticas Públicas**, Rio de Janeiro, nº 13, 1996.
- BOISIER, Sergio. Política económica, organización social y desarrollo regional. **Caderno ILPES**, Santiago de Chile, nº 29, 1980.
- BOISIER, Sergio. Post-modernismo territorial y globalización: regiones pivotaes y regiones virtuales. **Estudios Territoriales**, Madrid, nº 102, 1994.
- BOISIER, Sergio. Sociedad civil, actores sociales y desarrollo regional. **Serie Investigación**, Santiago de Chile, nº 14, 1995.
- BONCHRISTIANI, Caetano Carlos; KUHN, Sérgio Luiz; LIMA, Jandir Ferreira de. Pólo e periferia: o caso da região metropolitana de Curitiba. **PESQUISA & DEBATE**, São Paulo, V. 19, nº 1, jan./jun. 2008. (pp.1-14)
- BREMAEKER, François E. J. de. **Panorama das finanças municipais em 2001**. IBAM / APMC / NAPI / IBAMCO, 2003.
- BREMAEKER, François E. J. de. **Panorama das finanças municipais em 2002**. IBAM / APMC / NAPI / IBAMCO, 2003.
- BREMAEKER, François E. J. de. **Panorama das finanças municipais em 2003**. IBAM / APMC / NAPI / IBAMCO, 2004.
- BREMAEKER, François E. J. de. **Panorama das finanças municipais em 2004**. IBAM / APMC / NAPI / IBAMCO, 2005.
- BREMAEKER, François E. J. de. **Panorama das finanças municipais em 2005**. IBAM / APMC / NAPI / IBAMCO, 2006.
- BREMAEKER, François E. J. de. **Panorama das finanças municipais no período 1997/2000**. IBAM / APMC / NAPI / IBAMCO, 2002.
- BRITO, Paulo. **Análise e viabilidade de projetos de investimentos**. São Paulo: Atlas, 2003.
- BUCHANAN, James MacGill; MUSGRAVE, Richard Abel. **Public finance and public choice**: two contrasting visions of the State. Cambridge, Mass.; London: MIT Press, 1999.

CÂMARA. **Estatuto da Cidade**: Guia para implementação pelos municípios e cidades. Lei 10.257, de 10 de julho de 2001, Regulamenta os artigos. 182 e 183 da Constituição Federal estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. 2 ed. Brasília: Câmara dos deputados, coordenação de publicações, 2002.

CARLEIAL, Liana Maria da Frota. A questão regional no Brasil contemporâneo. In: LAVINA, L. et al. (Orgs.). **Reestruturação do espaço urbano e regional no Brasil**. São Paulo: ANPUR/Hucitec, 1993.

CARVALHO, Sonia Nahas de. **Estatuto da Cidade**: aspectos políticos e técnicos do plano diretor. São Paulo Perspec. out./dez. 2001, vol.15, no.4, p.130-135.

CEPAM, Fundação Prefeito Faria Lima. **O município no século XXI**: cenários e perspectivas. ed. especial. São Paulo, 1999. 400 p.

CIDADES. **Plano diretor participativo**: guia para elaboração pelos municípios e cidadãos. Ministério das Cidades. Brasília: CONFEA, 2004.

CLEMENTE, Ademir; HIGACHI, Hermes Y. **Economia e desenvolvimento Regional**. São Paulo: Atlas, 2000.

COMEC. Planejamento regional: Região Metropolitana de Curitiba. **Metrópolis em revista**. Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba. Vol. 4, n.1. Curitiba: COMEC, 2002.

COMEC. **Plano de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Curitiba**: documento para discussão. Curitiba: COMEC, 2001.

COMEC. **Plano de desenvolvimento integrado da Região Metropolitana de Curitiba**: propostas de ordenamento e novo arranjo institucional. Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba. – Curitiba, 2006.

CONGRESSO NACIONAL. **Código Tributário Nacional - CTN**. Congresso Nacional: Brasília, 1966.

CONGRESSO NACIONAL. **Lei 101 de 2000**: Lei de responsabilidade fiscal. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências Brasília: Congresso Nacional, 2000.

CONGRESSO NACIONAL. **Lei Nº 4.320 - de 17 de março de 1964 - DOU de 23/3/64**: Estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal.

CONGRESSO NACIONAL. **Lei Nº 9.796 – de 05 de maio de 1999 - DOU de 06/05/1999**: Dispõe sobre a compensação financeira entre o Regime Geral de Previdência Social e os regimes de previdência dos servidores da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos casos de contagem recíproca de tempo de contribuição para efeito de aposentadoria, e dá outras providências.

CONGRESSO NACIONAL. **Portaria Nº 117, de 12 de novembro de 1998**: Atualiza a discriminação da despesa por funções da Lei no. 4.320-1964.

COSSÍO, Fernando Andrés Blanco. **Disparidades econômicas inter-regionais, capacidade de obtenção de recursos tributários, esforço fiscal e gasto público no federalismo brasileiro**. 21º. Prêmio BNDES de Economia. Rio de Janeiro: BNDES - Departamento de Relações Institucionais, 1998.

DALY, Herman E. **Crescimento sustentável? Não obrigado. Ambiente & Sociedade**, jul.-dez; año/vol. 7, número 002. Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (**ANPPAS**). Campinas, Brasil, 2004, pp. 197-201.

DOWBOR, L. **Informação para a cidadania e o desenvolvimento sustentável**. 2003. Disponível em <http://ppbr.com/ld/artigos/03hazelindicadores.pdf>>. Acesso em: 21 jun. 2007.

ERBER, Fabio Estefano. Desenvolvimento econômico: o recorte setorial. in **BNDES 50 anos: Histórias Setoriais**. Rio de Janeiro: DBA, 2002. 387P.

FAZENDA. **Finanças municipais**. Disponível em <http://www.stn.fazenda.gov.br/estados_municipios/financas >. Acesso em: 10 out. 2007.

FEIJÓ, Carmem Aparecida do Valle Costa; RAMOS, Roberto Luis Olinto; YOUNG, Carlos Eduardo Frickmann; LIMA, Fernando Carlos G. de Cerqueira; GALVÃO, Olímpio J. de Arroxelas. **Contabilidade Social: O novo sistema de contas nacionais do Brasil**. Rio de Janeiro: campus, 2001.

FERREIRA, Pinto. **Sociologia do desenvolvimento**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1993.

FILELLINI, Alfredo. **Economia do setor público**. São Paulo: Atlas, 1989.

FOLADORI, Guillermo. **Avances y límites de la sustentabilidad social. Economía, Sociedad y Territorio**, vol. III, No. 12. Zinacantepec, México: El Colegio Mexiquense, A.C., 2002. (621-637).

FREY, Klaus. Governança Urbana e Participação Pública. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPAD, 28, 2004, Curitiba. **Anais...** Curitiba: ANPAD, 2004.

FROYEN, Richard T. **Macroeconomia**. São Paulo: Saraiva, 2001.

GIAMBIAGI, Fabio; ALÉM, Ana Claudia Duarte de. **Finanças Públicas: Teoria e Prática no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: campus, 2000.

GIL, Antônio C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2000.

GOODE, William J.; HATT, Paul K. **Métodos em Pesquisa Social**. 3 ed., São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969.

GREGGIANIN, Eugênio; OLIVEIRA, Wéder de. **Lei de responsabilidade fiscal: principais aspectos relativos aos estados e municípios**. Câmara dos Deputados – Consultoria de orçamento e fiscalização financeira: Brasília, 2000.

GUIMARÃES, Klicia Maria Silva. **Uma proposta de modelo gerencial para administração pública: caso Brasil**. UNIVERSITAT DE LES ILLES BALEARS - Departament d' Economia i Empresa. Tesi Doctoral del Curso de Economia y Empresa, sob orientació del Profº Dr. Antoni Socas Salvà. Palma – Illes Balears, 2003.

HILHORST, Jos G. M. **Planejamento regional**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

IBAM. **Receitas municipais.** Disponível em < <http://www.ibam.org.br/publique/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=244&sid=13>>. Acesso em: 26 maio 2008.

IBGE. **Censo 2007.** Disponível em < <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/contagem.pdf> >. Acesso em: 26 maio 2008.

IBGE. **Pesquisa mensal do emprego.** Pesquisa mensal de emprego. Departamento de Emprego e Rendimento. Série de relatórios metodológicos, v. 23. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

IPARDES. **Base de Dados:** BDE. Disponível em < www.ipardes.gov.br >. Acesso em: 02 jan. 2008.

IPARDES. **Caderno estatístico município de Almirante Tamandaré.** Curitiba: IparDES, 2008.

IPARDES. **Caderno estatístico município de Lapa.** Curitiba: IparDES, 2008.

IPARDES. **Caderno estatístico município de Piraquara.** Curitiba: IparDES, 2008.

IPARDES; UFPR. **Planos Regionais:** desenvolvimento estratégico estado do Paraná – PRDE. IPARDES e UFPR. Curitiba: SEDU, 2006.

IPEADATA. **Índice geral de preços:** INPC. Disponível em < http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?SessionID=1492914133&Tick=1219754182689&VAR_FUNCAO=Ser_Hist%28128%29&Mod=M >. Acesso em: 26 ago. 2008.

KARKACHE, Sergio et al. **Direito Tributário.** Coleção Concursos Públicos. 3ª edição. Curitiba: Maximus, 2007.

KAUCHAKJE, Samira. **Gestão Pública de Serviços Sociais.** Curitiba: IBEPX, 2007.

KUHN, Thomas S. A estrutura das revoluções científicas. Tradução por Beatriz Vianna Boeira e Nelson Boeira. 5 ed. **Debates.** São Paulo: Perspectiva, 2000.

KUPFER, David; HASENCLEVER, Lia. **Economia Industrial:** fundamentos teóricos e práticos no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier, 2002

LAL, Deepak. **A pobreza das teorias desenvolvimentistas.** Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1987.

LAPA. **Dados municipais.** Disponível em < <http://www.lapa.pr.gov.br/> >. Acesso em: 25 ago. 2008.

LONGO, Carlos A.; TROSTER, Roberto L. **Economia do setor público.** São Paulo: Atlas, 1993.

MANKIW, N. Gregory. **Introdução à Economia.** São paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

MARINI, Caio. **Gestão Pública:** O debate contemporâneo. Fundação Luís Eduardo Magalhães. **Cadernos FLEM, 7.** Salvador: FLEM, 2003. 104p.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo Brasileiro.** São Paulo: Malheiros, 1998.

MELNICK, Julio. **Manual de projetos de desenvolvimento econômico.** Rio de Janeiro: Fórum, 1972.

MENEZES, Luís César de Moura. **Gestão de Projetos**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MORAES, Alexandre de. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 23 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MUSGRAVE, R. A. **Teoria das finanças públicas**. São Paulo: Atlas, 1974.

MYRDAL, Gunar. **Aspectos políticos da teoria econômica**. Tradução José Auto. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

NACHMIAS, David; NACHMIAS, Chava. **Research methods in the social sciences**. 3th ed. New York: St. Martin's Press, 1987.

NASCIMENTO, Edson Ronaldo; DEBUS, Ilvo. **Lei complementar no. 101/2000: entendendo a lei de responsabilidade fiscal**. 2 ed. Tesouro Nacional: Brasília, 2002.

PAIXÃO, Marcelo; CARVANO, Luiz Marcelo. **Oficina de indicadores sociais**. Rio de Janeiro: Instituto de economia - UFRJ, 2007. Disponível em < www.laeser.ie.ufrj.br/pdf/Carilha_Oficina.pdf >. Acesso em: 09 out. 2008.

PIETRO, Maria Sylvia Zanella di. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 1997.

PINDYCK, Robert. S., RUBINFELD, Daniel. L. **Microeconomia**. 5 ed. São Paulo: Prentice Hall, 2002.

PINHO, Diva Benevides; VASCONCELLOS, Marco Antonio Sandoval. **Manual de economia**. 4 ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

PIRAQUARA. **Dados municipais**. Disponível em < <http://www.piraquara.pr.gov.br/> >. Acesso em: 25 ago. 2008.

PMAT; FGV. **Plano Diretor de Almirante Tamandaré: diagnóstico**. Prefeitura Municipal de Almirante Tamandaré: PMAT, 2006.

PMBOK. **Project Management Body of Knowledge**. Disponível em: <<http://www.pmimg.org.br>>. Versão 2000. Acesso em: 18 set. 1999.

PORTAL BRASIL. **Índice geral de preços: INPC**. Disponível em < <http://www.portalbrasil.net/igp.htm> >. Acesso em: 26ago2008.

RANDOLPH, Rainer. Do planejamento colaborativo ao planejamento “subversivo”: reflexões sobre limitações e potencialidades de planos diretores no Brasil. IX Coloquio Internacional de Geocrítica. Porto Alegre, 28 de mayo - 1 de junio de 2007. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Anais...** Porto Alegre: UFRS, 2007

RATTNER, Henry. Por caminhos alternativos da sustentabilidade. In: Seminário dinâmica do desenvolvimento na era da internacionalização da economia. **Anais...** Natal. Trabalhos, 2001.

REZENDE, Denis Alcides. Planejamento Estratégico Municipal e suas Relações com as Políticas de Gestão de Cidades e com a Teoria New Public Management. In: Encontro de Administração Pública e Governança da ANPAD, 2004. **Anais...** Rio de Janeiro: ENAPG, 2004.

REZENDE, Denis Alcides. **Sistemas de informações organizacionais: guia prático para projetos em cursos de administração, contabilidade e informática**. São Paulo: Atlas, 2005.

REZENDE, Denis Alcides; CASTOR, B. V. J. **Planejamento Estratégico Municipal: empreendedorismo participativo nas cidades, Prefeituras e organizações públicas**. Rio de Janeiro: Brasport, 2006.

REZENDE, Fernando. **Finanças Públicas**. 2ª edição. São Paulo: Atlas, 2001.

RIANI, Flávio. **Economia do setor público: uma abordagem introdutória**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1997.

RICHARDSON, Harry W. **Economia regional: teoria da localização, estrutura urbana e crescimento regional**. Trad. Fausto Guimarães Cupertino. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

RÍOS, Mario Alberto Gaviria; SIERRA, Hedmann Alberto Sierra. **Lecturas sobre Crecimiento Económico Regional**. Disponível em: < www.eumed.net/libros/2005/mgr/ >. Acesso em: 04 jul. 2006.

ROESCH, Sylvia Maria Azevedo. **Projeto de estágio e de pesquisa em administração: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertação e estudos de caso**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SANTOS, Antônio R. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 6 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004. 168 p.

SCHWARTZMAN, Jacques. **Economia Regional: Textos escolhidos**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977.

SEN, Amartia. K. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Daniel Salgueiro da; LUIZ, Wander; PIRES, João Batista Fortes de Souza. **Guia Contábil da Lei de Responsabilidade Fiscal: Para Aplicação nos Municípios**. 2 ed. Brasília: Conselho Federal de Contabilidade, 2000.

SILVA, Edna L.; MENEZES Estera M. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. 3 ed. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SINGER, Paul. **Economia Política de Urbanização**. São Paulo: Contexto, 1998.

SMITH, Adam. **A Riqueza das Nações**. Trad. Luiz Jão Baraúna. São Paulo: Círculo, 1996. Vol. I e Vol. II.

SOUSA, Luis Gonzaga de. **Ensaio de Economia**. Edición electrónica. Eumed, 2004.

TESOURO NACIONAL. **Perfil e evolução das finanças municipais 1998-2006: versão preliminar não submetida a discussão prévia**. STN/COREM. Brasília, 2007.

TESOURO NACIONAL. **Relatório Resumido da Execução Orçamentária: Manual de Elaboração**. Brasília: Secretaria do Tesouro Nacional, 2002- Anual.

VAINER, Ari; ALBUQUERQUE, Josélia; GARSON, Sol. **Manual de elaboração: o passo a passo da elaboração do PPA para municípios**. 2 ed. Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 2005.

VILLAÇA, Flavio. Dilemas do plano diretor. Desenvolvimento Físico-Territorial. São Paulo: edição do autor, 2005. (pp. 239-240). Disponível em < www.usp.br/fau/fau/galeria/paginas/index.html >. Acesso em: 04 abr. 2007.

WESSELS, Walter J. **Economia**. São Paulo: Saraiva, 1998.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 3 ed. São Paulo: Bookman, 2005. 212 p.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Artigos publicados

MENDES, Jefferson Marcel Gross; REZENDE, Denis Alcides. Influência dos indicadores socioeconômicos na gestão municipal. In: IV ENANPPAS, Brasília, 2008. **Anais...** Brasília: ANPPAS, 2008

MENDES, Jefferson Marcel Gross; REZENDE, Denis Alcides. Influência dos indicadores socioeconômicos na gestão municipal para o desenvolvimento local. In: XVI ENEP, Caxambú, 2008. **Anais...** Caxambu: EBEP, 2008.

MENDES, Jefferson Marcel Gross; REZENDE, Denis Alcides; AISSE, Miguel Mansur. Abastecimento de Água em Guaratuba: Economia Regional, Redes e Territorialidade. In: XII ENANPUR Encontro Nacional da ANPUR Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2007, Belém do Pará. **Anais...** Salvador: Editora da ANPUR / UFBA, 2007. v. 1. p. 192-211.

TANIGUCHI, Gustavo; REZENDE, Denis Alcides; MENDES, Jefferson Marcel Gross. Planejamentos Municipais e suas Integrações: o transporte no planejamento de municípios de médio e pequeno porte. Piracicaba: **Revista de Administração da Unimep**, edição v.5, n.2, maio – agosto, 2007.

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Município: Almirante Tamandaré - PR **Data:** 10/10/2007

Nome:

Cargo: Diretor de Planejamento e Projetos

Venho respeitosamente solicitar sua colaboração para responder algumas perguntas sobre o tema finanças municipais, relacionadas às seguintes questões: como os limitantes do orçamento municipal influenciam no planejamento e na gestão das finanças municipais?; como se dá o processo de gestão das finanças municipais?

Estas questões permitem estabelecer os seguintes objetivos: analisar os parâmetros legais na formulação das finanças municipais; identificar as variáveis socioeconômicas que influenciam nas finanças municipais.

Esta pretensão visa aproveitar as potencialidades internas aos municípios, respeitando as limitações ambientais e legais.

Desta forma, gostaria de agendar uma entrevista, para que a senhora possa responder o rol de perguntas abaixo, relacionadas às finanças municipais:

Caso não seja possível uma agenda para reunião, as perguntas podem ser respondidas por e-mail.

1. Como a gestão visualiza o cenário futuro de crescimento econômico do município?

O departamento de planejamento é um suporte para as outras secretarias. O foco era trabalhar no PDM e estratégico. Houve junção com o urbanismo.

Dificuldade: montar uma equipe mínima de profissionais.

Buscar material humano.

A economia do município de Almirante Tamandaré, embora apresente resultados positivos e significativos na maioria de seus indicadores durante os períodos analisados, ainda representa uma economia incipiente.

Caracteriza-se como um município dormitório, isto é, a grande maioria de sua população estuda, trabalha, consome e se utiliza de equipamentos públicos de Curitiba, cidade vizinha, pólo da Região Metropolitana. Este efeito dificulta a atração de investimentos não permitindo um aquecimento da economia local.

A crescente e rápida urbanização do município traz consigo grandes desafios para atingir o desenvolvimento econômico sustentável. Almirante Tamandaré revela carências principalmente na questão da qualificação profissional, na geração de empregos e na geração de renda.

Houve a implantação do PDM, com definições de orientação de crescimento e desenvolvimento.

Visita no município junto com os secretários aos pontos considerados como chave.

Questão geográfica, ocupações irregulares, (invasão Tanguá – morro da formiga), divisão do município.

Utilizado para planejamento.

85% de influência do Carste e APA do Passaúna.

Para onde o município cresce.

Problemas de afundamentos devido a estrutura geológica.

Direcionamento de investimentos, mas deve haver um trabalho de internalização de conceitos.

Para ter crescimento econômico e desenvolvimento deve haver infraestrutura (PDM).

Ações:

Pavimentação de ruas;

Asfalto;

Escolas;

Integração dos equipamentos públicos;

7% de cobertura de internet (ADSL);

Transporte integrado.

Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto – PIB é o principal indicador da atividade econômica. Ele representa o total dos bens e serviços finais produzidos, isto é, representa a soma de todas as riquezas geradas em uma determinada região.

Almirante Tamandaré teve um aumento bastante expressivo do PIB, que passou de R\$ 257 milhões para R\$ 453 milhões no período de 1999 a 2003, representando um aumento de 76%, alcançando em 2003, a sétima maior participação do PIB da RMC. Salientamos que até março de 2006, o IBGE, instituição responsável pelo cálculo do PIB para todo o Brasil, tem o PIB de 2003 como o mais recente divulgado.

2. A gestão possui estrutura de busca de investimentos para o município? Estratégias? Para qual setor? Primário, secundário, terciário?

Setor primário: extração mineral;

Área de zoneamento de expansão das atividades minerais;

Todo o processo de transporte para levar as pessoas para Curitiba, portanto os gastos são feitos em Curitiba e não na economia local.

50% (47.000 pessoas) circulam diariamente para Curitiba.

APL do cal e calcário (necessário qualificar M.O.)

Apesar das dificuldades, afloram alguns potenciais econômicos no município, tais como as atividades ligadas à cal e calcário, que o colocam num nível elevado de importância quando se trata do Arranjo Produtivo Local – APL de Cal e Calcário da RMC.

O município se transforma num importante ícone de desenvolvimento econômico nesta atividade, perante o Estado do Paraná e a RMC. Integra, junto com Adrianópolis, Tunas do Paraná, Rio Branco do Sul, Itaperuçu, Campo Largo, Colombo e Bocaiúva do Sul, o Arranjo Produtivo Local – APL – da Cal e Calcário, da RMC.

As APLs podem ser definidas como um aglomerado de agentes econômicos, políticos e sociais que operam em atividades correlatas, localizados em um mesmo território e que apresentam vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem.

A cal e o calcário representam 40% do PIB mineral do Estado do Paraná.

Setor secundário

Incipiente

Setor terciário

Consórcio turístico.

A afirmação de que o turismo é um potencial econômico para o município de Almirante Tamandaré decorre do fato de que o município possui uma paisagem

natural, além de uma pré-disposição de diversos atores, tais como empresários e governo local para que tal atividade se desenvolva.

O turismo apresenta-se como uma das alternativas de geração de trabalho e renda para uma parcela da população do município que se encontra economicamente excluída, principalmente em atividades ligadas ao artesanato e alimentação.

O município já possui diversas ações que começam a consolidar um circuito turístico denominado "Circuito da Natureza".

O comprometimento com a atividade turística como geradora de trabalho e renda para o município deve ser um compromisso dos governos e de toda a sociedade. É uma atividade que deve ser muito bem estruturada, a fim de proporcionar o desenvolvimento sustentável local e valorizar as riquezas naturais do município, bem como a cultura da sociedade local.

Inserção de Almirante Tamandaré no aspecto regional.

Novo Centro Cívico

Cachoeira: investimento no novo centro cívico, posto de saúde,

3. Quanto o Município dispõe para realizar novos investimentos por ano?

R. R\$ 17.000.000,00

4. Quais os principais investimentos realizados pela gestão municipal? Como são realizados?

Centro cívico da Cachoeira

5. Quais são as políticas de geração de empregos no município? Quem são os parceiros? Quais são os entraves?

Parceria com a União (financiamento federal): primeiro emprego, primeiro grau; Diagnóstico social vinculado ao cenário industrial. Dificuldade na consecução deste trabalho.

Localização das pessoas do bairro para efetuar um treinamento e qualificação em jardinagem.

Qualificação na área gastronômica.

Serviços gerais.

6. Quais são os projetos para capacitação profissional no município? Quem são os parceiros? Quais são os entraves?

Ainda em busca de alternativas para qualificação de M.O.

Escola profissionalizante segundo grau com parceria com a ET da UFPR. Escola Estadual Pedro Piekas.

FACOP (parceria com a FIESP) Asseamento e limpeza pública

Em função da APL instalar uma escola de qualificação.

Parceria entre município e SESI para qualificação profissional.

7. Como políticas/diretrizes regionais influenciam negativamente ou positivamente nas suas políticas de desenvolvimento. Políticas compensatórias. Há estrutura de controle de receitas correntes municipais? Como é feito?

Existem limitações impostas pelos planos diretores regionais no município.

8. Há estrutura de controle de receitas correntes municipais? Como é feito?

R. Sim, o controle através de processamento dos dados seguindo as classificações da Lei 4320/64 acompanhadas das respectivas fontes de recursos.

9. Como é estimada a receita para o ano seguinte?

R. Com base no comportamento das receitas dos 3 últimos exercícios, projetando-a para o exercício seguinte e individualizando cada rubrica de receita na análise futurística.

10. É avaliado o previsto versus o realizado e buscado justificativas sobre esta diferença para melhorar a previsão?

R. Sim, a programação orçamentária efetuada pela informática já calcula as arrecadações previstas com as realizadas conforme o anexo X da receita (Lei 4320/64) comparativo da receita realizada com a arrecadada.

No próprio programa SIM-PCA é feita essa avaliação.

11. Quais os principais determinantes da receita municipal?

R. As principais receitas estão subdivididas em: *Receita Tributária*: IPTU, ISS, ITBI, Imposto de Renda; *Receita de Transferências Correntes*: FPM, receita do SUS, FUNDEB, ICMS, IPVA; *Outras Receitas*: Receitas de Multas e Juros sobre Imposto e Receita da Dívida Ativa Tributária; *Receita de Investimento*: Convênios com órgãos federal e municipal.

12. Como se define a distribuição de recursos por secretaria?

R. Através da elaboração da PPA, LDO e LOA.

13. Os programas e projetos são usualmente setoriais ou multisetoriais?

R. Usualmente são setoriais (educação, saúde, trabalho e ação social), no caso multisetoriais (administração).

14. O plano de governo possui flexibilidade e pontos de avaliação para as despesas municipais? Como é feito?

Existe flexibilidade de gestão e procura por novas estratégias para gestão pública.

População relevante

Perda de receitas no FPM de 300.000 por diferença de 20.000 habitantes.

Capacidade de investimento de 4% (3.000.000)

Gestão administrativa.

Integração de dados (por demanda próprio): pessoal, orçamentária, compras

CNPJ próprio para a saúde: maior controle. (15%)

Sem descrição de função para os responsáveis pela saúde.

Eleição de diretores nas escolas

Sem descrição de função para os diretores.

Falta descrição de cargos e salários.

15. Há um acompanhamento entre o previsto e o realizado?

R. Sim, esse acompanhamento é feito através do PPA, LDO e LOA

16. Como se avalia a efetividade dos gastos públicos?

R. Através do nível de satisfação da população.

17. Saúde e Educação deveriam representar no mínimo (37,5) 40% do destino das despesas municipais e o gasto com pessoal até 60%. Quanto isso limita as ações públicas do Município?

R. Das receitas resultantes de impostos no Município, inclusive as transferidas, deve aplicar 25% em educação e 15% em saúde. As receitas voluntárias para educação e saúde são de obrigação de 100% quando não acrescidas de contrapartida. O FUNDEB cuja exigência com gastos de pessoal é de no mínimo de 60% podendo chegar a 100%.

Com o aumento das receitas do FUNDEB, este percentual de aplicação de mais de 60%. Esbarra nos limites da LRF que é de 54 % para o executivo e 6% para o legislativo. Ainda existe um outro limitador na LRF de 51,3% que é o limite prudencial.

18. A base institucional como a Lei de Responsabilidade Fiscal, contribui mais para a gestão e o planejamento público o dificulta (justifique)?

R. Dificulta em função da burocracia das exigências da LRF, mas por outro lado, facilita o acompanhamento e o planejamento da Gestão Pública.

APÊNDICE C - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Município: Lapa - PR

Data: 28/05/2008

Nome:

Cargo: Controller

Venho respeitosamente solicitar sua colaboração para responder algumas perguntas sobre o tema finanças municipais, relacionadas às seguintes questões: como os limitantes do orçamento municipal influenciam no planejamento e na gestão das finanças municipais?; como se dá o processo de gestão das finanças municipais?

Estas questões permitem estabelecer os seguintes objetivos: analisar os parâmetros legais na formulação das finanças municipais; identificar as variáveis socioeconômicas que influenciam nas finanças municipais.

Esta pretensão visa aproveitar as potencialidades internas aos municípios, respeitando as limitações ambientais e legais.

Desta forma, gostaria de agendar uma entrevista, para que a senhora possa responder o rol de perguntas abaixo, relacionadas às finanças municipais:

Caso não seja possível uma agenda para reunião, as perguntas podem ser respondidas por e-mail.

1. Como a gestão visualiza o cenário futuro de crescimento econômico do município?

Com foco na abordagem do município para com a estimativa de receitas e a fixação de despesas, tem-se que é colocada no LDO uma variação percentual obtida com base no PIB paranaense e não no Municipal, pela dificuldade de se obter dados atualizados para isso.

2. A gestão possui estrutura de busca de investimentos para o município? Estratégias? Para qual setor? primário, secundário, terciário?

A Lapa possui uma Secretaria responsável por isso, com o Depto de Indústria e Comércio, além de contar com a existência da Comlapa (Companhia de Desenvolvimento da Lapa). Atualmente, encontra-se em desenvolvimento um plano de regularização de áreas de terras e reestruturação do parque industrial, que ainda carece de um plano diretor específico para sua gestão.

3. Quanto o município dispõe para realizar novos investimentos por ano?

A seguir, um trecho de um estudo pessoal realizado entre 1997 e 2002. Pela característica do município, esses percentuais não variaram muito de 2003 a 2007.

Capacidade de Investimento

Esse índice visa a comparar as despesas correntes com as receitas correntes. Os valores obtidos abaixo da unidade, denotam o grau da capacidade de investimento da instituição. Isso quer dizer o quanto a entidade honra suas despesas com pessoal, arca com a totalidade do custeio e ainda consegue gerar excedentes para investir.

TABELA 14 – Índice de capacidade de investimentos - 1997 a 2002 - Lapa/PR

1997	1998	1999	2000	2001	2002
0,8812	0,9192	0,9613	0,8981	0,8707	0,8575

Valores expressos em milhares de reais. Fonte: Contabilidade Municipal.

Durante os anos em tese, houve sempre disponibilidade para investimentos, sendo registrado para todo o período, índice abaixo da unidade: em 1997: 0,8812;

em 1998: 0,9192; em 1999: 0,9613; em 2000: 0,8981; em 2001: 0,8707; em 2002: 0,8575. Desses, o que apresentou maior capacidade de investimento foi justamente o último (2002), podendo-se afirmar que estavam disponíveis 14,25% das receitas correntes para investimentos. Em montante isso significou R\$ 2,761 milhões.

Certamente esse é um índice que colabora para a avaliação da capacidade de endividamento do município, caso os administradores tenham em mente alguma obra dispendiosa que precisa ser executada com brevidade e o crédito seja um caminho para sua realização.

4. Quais os principais investimentos realizados pela gestão municipal? Como são realizados e definidos?

Atualmente têm sido em salas de aula, pavimentação de ruas, construção de pontes, aquisição de máquinas e equipamentos. São concebidos a partir da vontade do Prefeito em realizar algumas de suas promessas de campanha. Na questão da Educação, o que tem favorecido os investimentos é o Fundeb (antigo Fundef).

5. Quais são as políticas de geração de empregos no município? Quem são os parceiros? Quais são os entraves?

O município tem colaborado com novas empresas que desejam se instalar na Lapa, oferecendo áreas de terras e incentivos diversos, havendo um esforço na capacitação da mão-de-obra disponível. Recentemente, foi anunciado um investimento privado para ampliação da maior indústria da cidade, beneficiamento de frangos, com a abertura de um novo frigorífico em breve para o abate de suínos.

6. Quais são os projetos para capacitação profissional no município? Quem são os parceiros? Quais são os entraves?

São feitas parcerias com o sistema S, em especial o Sebrae e o Sesi.

7. Como políticas e as diretrizes regionais influenciam, negativamente ou positivamente, nas suas políticas de crescimento e compensatórias?

Creio que positivamente...

Em recente entrevista, afirmei:

A Lapa sozinha representa entre 8% e 9% de toda produção agrícola do Estado, o que sugere grande importância nesse quesito. A Lapa está inserida numa região que concentra 32% da população e 58% da produção de todo o Estado do Paraná, ainda que obedecendo aos níveis de integração junto à RMC e outras.

Além de ser o “celeiro” do país tem permanecido com algumas variações em 4º ou 5º lugar em termos de produção e renda. Com elevadas contribuições agrícolas ao Brasil, colaborou para os superávits do Balanço de Pagamentos durante longo período nos últimos anos.

A economia regional contribui para o alcance da performance por mim referida na questão anterior.

Creio que em relação aos últimos cinco anos, a região tem mostrado crescimento econômico em função do crescimento do PIB (e consequentemente da renda), do emprego, das arrecadações municipais entre outras, ainda que a taxas amenas, porém ascendentes.

A presença de uma agroindústria que está entre os 20 maiores frigoríficos de aves do Brasil, uma Cooperativa forte presente com suas subunidades em vários municípios da região, reflorestadoras e atividade bancária, que reúne a presença de seis “bandeiras” e sete agências (incluindo cooperativa de crédito).

8. Há estrutura de controle de receitas correntes municipais? Como é feito?

As receitas são averiguadas seguindo a estrutura do plano de contas da receita e seu controle é realizado por fonte de recursos;

9. Como é estimada a receita para o ano seguinte?

A estimativa da receita é realizada com evolução da receita arrecadada nos três últimos exercícios, verificando o percentual de evolução. Aplicando no nosso caso, o percentual de 4,5% que corresponde à média dessa evolução.

10. É avaliado o previsto versus o realizado? São buscadas justificativas sobre esta diferença para melhorar a previsão?

Esta avaliação é realizada na evolução da receita arrecadada nos três últimos exercícios e avaliada o que foi previsto no orçamento e o que foi arrecadado em cada exercício e em conjunto com o departamento de fiscalização são realizadas ações de fiscalização buscando melhorar a arrecadação.

Sim. Assim como na receita, a despesa é avaliada buscando histórico de exercícios anteriores e planejamento os programas e ações para o próximo exercício.

11. Quais os principais determinantes da receita municipal?

As principais determinantes são as receitas de transferências constitucionais entre as principais estão o FPM e ICMS.

12. Como se define a distribuição de recursos por secretaria?

A Secretaria de Educação absorve a maior parte do orçamento do município aplicando-se em torno de 27% dos impostos e transferências constitucionais, mais recursos próprios. Na saúde aplica-se em torno de 19% dos impostos e transferências constitucionais. Em obras e urbanismo a administração prioriza as estradas rurais para escoamento dos produtos agrícolas, pois é o carro chefe da economia do município e a agricultura, quanto aos demais recursos são distribuídos proporcionalmente entre as demais secretarias.

13. Os programas e projetos são usualmente setoriais ou multisetoriais?

Os programas e projetos são multisetoriais.

14. O plano de governo possui flexibilidade e pontos de avaliação para as despesas municipais? Como é feito?

Existe o comitê de despesas onde semanalmente reúnem-se as secretarias municipais onde apresentam as despesas avaliando e priorizando as principais ações de governo municipal.

15. Há um acompanhamento entre o previsto e o realizado?

Sim. Existe acompanhamento e é efetuado pelo cronograma de desembolso checando a receita efetivada e a despesa realizada mensalmente.

16. Como se avalia a efetividade dos gastos públicos?

Como nosso município possui limitação de recursos orçamentários e principalmente vem cumprindo o equilíbrio fiscal, o município aplica seus recursos com responsabilidade nos programas e projetos buscando o máximo de aproveitamento do dinheiro público em benefício da população.

17. Saúde e educação deveriam representar no mínimo 37,5% do destino das despesas municipais e o gasto com pessoal até 60%. Quanto isso limita as ações públicas do município?

Sim, limita e muito nossa administração que vem buscando junto ao governo federal recursos de transferência voluntária para suprir estes investimentos de recursos próprios.

18. A base institucional, como a Lei de Responsabilidade Fiscal, contribui ou dificulta para a gestão e o planejamento público (justifique)?

Contribui para a gestão e planejamento público, para o administrador gerir os recursos públicos com mais responsabilidade, impondo regras auxiliando na gestão da receita e despesa pública, a transparência através das publicações do planejamento com seus instrumentos orçamentários e participação popular através de audiência pública, garantindo o gerenciamento dos recursos públicos.

APÊNDICE D - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Município: Piraquara - PR

Data: 179/06/2008

Nome:

Cargo: Controller

Venho respeitosamente solicitar sua colaboração para responder algumas perguntas sobre o tema finanças municipais, relacionadas às seguintes questões: como os limitantes do orçamento municipal influenciam no planejamento e na gestão das finanças municipais?; como se dá o processo de gestão das finanças municipais?

Estas questões permitem estabelecer os seguintes objetivos: analisar os parâmetros legais na formulação das finanças municipais; identificar as variáveis socioeconômicas que influenciam nas finanças municipais.

Esta pretensão visa aproveitar as potencialidades internas aos municípios, respeitando as limitações ambientais e legais.

Desta forma, gostaria de agendar uma entrevista, para que a senhora possa responder o rol de perguntas abaixo, relacionadas às finanças municipais:

Caso não seja possível uma agenda para reunião, as perguntas podem ser respondidas por e-mail.

1. Como a gestão visualiza o cenário futuro de crescimento econômico do município?

O prefeito possui visão de Estado fomentador, não assistencialista. O estado deve estabelecer políticas para fortalecer o pequeno e médio empresário.

A companhia Mate Leão Ltda. Está instalando sua fábrica no município, em função do benefício no uso das águas. A Mate Leão está estabelecendo contato com o pequeno agricultor para produção de erva, respeitando as capacidades de cada um. Esta produção será consumida pela companhia.

A prefeitura também está com programas de especialização de mão-de-obra em alguns setores.

A prefeitura também intensificou a fiscalização e está com um programa de retirada da informalidade as propriedades não registradas.

Existe um processo de regularização fundiária, que de um lado beneficia os proprietários em relação à posse do terreno e por outro, aumenta a base de arrecadação do IPTU.

A prefeitura tem consciência de que, no momento, não tem condições de atrair grandes empresas, portanto, procura trabalhar com as potencialidades internas ao município.

A Bitway Computadores também se instalou no município, em função de alguns benefícios fiscais de ordem estadual, mas o município não estava preparado para receber a empresa, no quesito mão-de-obra.

2. A gestão possui estrutura de busca de investimentos para o município? Estratégias? Para qual setor? primário, secundário, terciário?

O município tem a particularidade de 98% da área ser proteção ambiental. Neste sentido, o município tem restrições em relação as atividades econômicas.

O município adota a administração estratégica, mas não formalizada em lei.

No município existem poucas opções de serviços e é necessário criar infra-estrutura.

3. Quanto o município dispõe para realizar novos investimentos por ano?

O município aporta cerca de 10% de suas receitas municipais em investimentos municipais. Estes investimentos são em obras de pequeno porte.

No entanto, o município reconhece que as maiores obras são feitas por meio de transferências voluntárias.

4. Quais os principais investimentos realizados pela gestão municipal? Como são realizados e definidos?

PAC de R\$ 10.000.000,00 para obras de urbanização.

Revitalização do novo-centro, pavimentação, iluminação, saneamento.

Urbanização, saneamento e regularização de Guarituba e Vilça Macedo.

Aos recursos do PAC, é somada uma parcela de recursos próprios.

Estes investimentos são efetuados e definidos para atender as demandas municipais por meio de planejamento.

5. Quais são as políticas de geração de empregos no município? Quem são os parceiros? Quais são os entraves?

A preocupação é preparar mão-de-obra para o mercado.

Preparar infra-estrutura para instalação de empresas.

O projeto Pirasol (Piraquara Solidária) utiliza barracões cedidos pelo governo estadual para fazer oficinas, treinamentos, assistência social, ec.

Os entraves são de ordem burocrática no sentido de liberação de recursos, contratação por meio de licitações, além do fato de pouca integração entre as políticas públicas.

Todos os projetos possuem características de serem contínuos.

6. Quais são os projetos para capacitação profissional no município? Quem são os parceiros? Quais são os entraves?

Pirasol.

Atitude (programa estadual) possui recursos de R\$ 2.000.000,00 para programa de ação social.

O projeto Mulheres da Paz (**LEI Nº 11.530, DE 24 DE OUTUBRO DE 2007**), do governo federal, disponibilizou R\$ 200.000,00 para programas contra a violência.

7. Como políticas e as diretrizes regionais influenciam, negativamente ou positivamente, nas suas políticas de crescimento e compensatórias?

As políticas regionais existem, mas não trazem resultados positivos ou negativos para o município.

Porém alguns planejamentos dependes de políticas maiores.

A restrição ambiental é por lei estadual.

Os esforços são internos de crescimento municipal.

8. Há estrutura de controle de receitas correntes municipais? Como é feito?

Sim. Há controle de receitas próprias e das transferências constitucionais.

Até o quinto dia útil de cada mês são fechadas as contas do mês anterior.

Ações de fiscalização para regularizar o recebimento de receitas de competência municipal.

As receitas de capital são vinculadas aos gastos de capital.

No caso das transferências voluntárias, se os projetos não forem executados, a verba retorna para a fonte de origem.

9. Como é estimada a receita para o ano seguinte?

O FPM é definido pela União.

As transferências estaduais também são publicadas no tribunal de contas do estado (TCE).

Nesse sentido, o trabalho está em estimar as receitas de competência municipal.

A receita própria é estimada por meio de análise dos históricos, redução da informalidade fundiária, redução de inadimplência.

No caso de transferências voluntárias previstas, são incluídas no orçamento do ano seguinte, porém corre o risco de essas transferências não se realizarem (sem a certeza de recebimento).

10. É avaliado o previsto versus o realizado? São buscadas justificativas sobre esta diferença para melhorar a previsão?

O município não faz análise.

11. Quais os principais determinantes da receita municipal?

Transferências correntes da União: aproximadamente 40,55% (FPM: aproximadamente 25,28%).

Transferências correntes do Estado: aproximadamente 29,95%.

Outras transferências correntes: aproximadamente 17,12%.

Receita tributária municipal: aproximadamente 8,35%.

Receitas de capital: aproximadamente 4,03%.

12. Como se define a distribuição de recursos por secretaria?

Saúde aproximadamente 17%, e% a mais do que a determinação legal.

Educação: aproximadamente 30%. 5 % a mais do que a determinação legal.

As demais secretarias, em função dos projetos estruturados.

13. Os programas e projetos são usualmente setoriais ou multisetoriais?

A prefeitura procura envolver todos os setores (multisetorial) e não fazer políticas isoladas.

14. O plano de governo possui flexibilidade e pontos de avaliação para as despesas municipais? Como é feito?

Possui e é baseado na agenda 23

15. Há um acompanhamento entre o previsto e o realizado?

Sim.

16. Como se avalia a efetividade dos gastos públicos?

Por meio de pesquisas de satisfação sobre os serviços públicos, junto à comunidade. Índice de aceitação aproximadamente de 70%.

17. Saúde e educação deveriam representar no mínimo 37,5% do destino das despesas municipais e o gasto com pessoal até 60%. Quanto isso limita as ações públicas do município?

Gastos com a saúde: 17%.

Gastos com Educação: 30%.

Investimentos: 10%.

Pessoal administrativo: 40%.

Legislativo: 3%.

A intenção da prefeitura seria em estabelecer algum tipo de programa de auxílio e distribuição de renda, mas não tem recursos para fazer. A prefeitura tem limitações, mas também conta com um orçamento pequeno.

18. A base institucional, como a Lei de Responsabilidade Fiscal, contribui ou dificulta para a gestão e o planejamento público (justifique)?

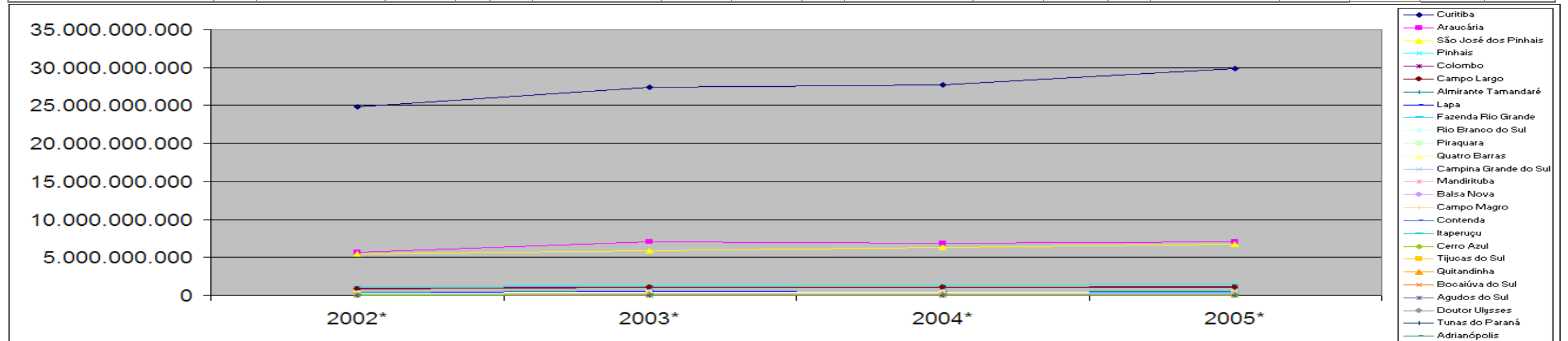
Contribui como código de ética para a gestão responsável.

A prefeitura entende que deveria ter um “Estado grande”, porém há limitações com gastos com pessoal estabelecidas pela LRF.

Porém, estas limitações não emperram o desenvolvimento.

APÊNDICE E - Produto Interno Bruto a Preços Correntes e constantes corrigidos pelo IGP-DI - Ano base: 2005 (R\$1,00)

Ano	Pos.	2002*	PIB %	Δ%	Pos.	2003*	PIB %	Δ%	Pos.	2004*	PIB %	Δ%	Pos.	2005*	% PIB	% PIB	Δ%	Δ%
IGP-DI		27,66%	RMC			6,95%	RMC	2002		11,87%	RMC	2003		1,42%	RMC	PR	2004	2002-2005
PIB Total do Paraná		107.278.689.858	100,00%	-		124.197.269.762	100,00%	15,77%		124.173.880.604	100,00%	-0,02%		126.621.925.000		100,00%	1,97%	18,03%
PIB Total da RMC		42.074.481.584	39,22%	-		47.542.980.942	38,28%	13,00%		47.978.047.800	38,64%	0,92%		51.168.347.000	100,00%	40,41%	6,65%	21,61%
Curitiba	1	24.884.715.254	59,14%	-	1	27.443.666.154	57,72%	10,28%	1	27.694.050.482	57,72%	0,91%	1	29.821.203.000	58,28%	23,55%	7,68%	19,84%
Araucária	2	5.626.502.328	13,37%	-	2	7.069.697.398	14,87%	25,65%	2	6.829.799.593	14,24%	-3,39%	2	7.023.743.000	13,73%	5,55%	2,84%	24,83%
São José dos Pinhais	3	5.464.593.647	12,99%	-	3	5.919.990.602	12,45%	8,33%	3	6.350.686.386	13,24%	7,28%	3	6.796.402.000	13,28%	5,37%	7,02%	24,37%
Pinhais	4	1.204.432.064	2,86%	-	4	1.309.535.548	2,75%	8,73%	4	1.381.599.489	2,88%	5,50%	4	1.504.085.000	2,94%	1,19%	8,87%	24,88%
Colombo	5	987.928.484	2,35%	-	6	1.075.975.116	2,26%	8,91%	5	1.081.493.862	2,25%	0,51%	5	1.198.103.000	2,34%	0,95%	10,78%	21,27%
Campo Largo	6	870.744.396	2,07%	-	5	1.090.428.259	2,29%	25,23%	6	1.060.852.599	2,21%	-2,71%	6	1.117.934.000	2,18%	0,88%	5,38%	28,39%
Almirante Tamandaré	7	458.862.408	1,09%	-	8	484.061.154	1,02%	5,49%	7	474.410.301	0,99%	-1,99%	7	493.311.000	0,96%	0,39%	3,98%	7,51%
Lapa	9	337.150.890	0,80%	-	7	489.619.794	1,03%	45,22%	8	450.525.585	0,94%	-7,98%	8	448.833.000	0,88%	0,35%	-0,38%	33,13%
Fazenda Rio Grande	10	277.408.484	0,66%	-	10	328.783.475	0,69%	18,52%	10	357.694.669	0,75%	8,79%	9	377.604.000	0,74%	0,30%	5,57%	36,12%
Rio Branco do Sul	8	360.823.120	0,86%	-	9	408.973.570	0,86%	13,34%	9	402.307.871	0,84%	-1,63%	10	369.401.000	0,72%	0,29%	-8,18%	2,38%
Piraquara	12	255.938.689	0,61%	-	12	301.723.261	0,63%	17,89%	12	297.619.791	0,62%	-1,36%	11	360.813.000	0,71%	0,28%	21,23%	40,98%
Quatro Barras	11	262.308.154	0,62%	-	11	306.280.006	0,64%	16,76%	11	348.607.321	0,73%	13,82%	12	341.768.000	0,67%	0,27%	-1,96%	30,29%
Campina Grande do Sul	13	217.565.359	0,52%	-	13	235.784.341	0,50%	8,37%	13	240.087.544	0,50%	1,83%	13	291.523.000	0,57%	0,23%	21,42%	33,99%
Mandirituba	15	135.528.003	0,32%	-	15	155.199.389	0,33%	14,51%	15	159.462.682	0,33%	2,75%	14	170.019.000	0,33%	0,13%	6,62%	25,45%
Balsa Nova	14	159.555.777	0,38%	-	14	193.738.834	0,41%	21,42%	14	193.141.653	0,40%	-0,31%	15	168.734.000	0,33%	0,13%	-	5,75%
Campo Magro	17	80.863.938	0,19%	-	18	96.445.059	0,20%	19,27%	17	91.562.135	0,19%	-5,06%	16	105.369.000	0,21%	0,08%	15,08%	30,30%
Contenda	19	75.099.990	0,18%	-	17	101.663.304	0,21%	35,37%	16	103.912.207	0,22%	2,21%	17	103.686.000	0,20%	0,08%	-0,22%	38,06%
Itaperuçu	20	73.060.159	0,17%	-	20	82.608.030	0,17%	13,07%	18	83.273.987	0,17%	0,81%	18	91.834.000	0,18%	0,07%	10,28%	25,70%
Cerro Azul	16	82.839.455	0,20%	-	16	102.143.260	0,21%	23,30%	20	78.730.313	0,16%	-	19	77.210.000	0,15%	0,06%	-1,93%	-6,80%
Tijucas do Sul	18	79.167.517	0,19%	-	19	95.775.617	0,20%	20,98%	19	82.290.200	0,17%	-	20	72.576.000	0,14%	0,06%	-	-8,33%
Quitandinha	21	49.748.328	0,12%	-	21	63.103.435	0,13%	26,85%	21	59.309.148	0,12%	-6,01%	21	61.650.000	0,12%	0,05%	3,95%	23,92%
Bocaiúva do Sul	22	37.114.969	0,09%	-	22	49.180.172	0,10%	32,51%	22	42.301.810	0,09%	-	22	48.573.000	0,09%	0,04%	14,82%	30,87%
Agudos do Sul	23	28.852.502	0,07%	-	24	36.552.677	0,08%	26,69%	23	33.866.600	0,07%	-7,35%	23	35.818.000	0,07%	0,03%	5,76%	24,14%
Doutor Ulysses	24	27.514.052	0,07%	-	25	35.616.593	0,07%	29,45%	24	32.425.404	0,07%	-8,96%	24	30.881.000	0,06%	0,02%	-4,76%	12,24%
Tunas do Paraná	26	13.750.959	0,03%	-	23	39.129.462	0,08%	184,56%	26	22.393.823	0,05%	-	25	30.448.000	0,06%	0,02%	35,97%	121,42%
Adrianópolis	25	22.412.655	0,05%	-	26	27.306.433	0,06%	21,83%	25	25.642.347	0,05%	-6,09%	26	26.826.000	0,05%	0,02%	4,62%	19,69%



Fonte: IPARDES (2008); IBGE (2008)

APÊNDICE F - Produto Interno Bruto por setores a Preços Correntes e constantes corrigidos pelo IGP-DI - Ano base: 2005 (R\$1,00)

Localidade	Indicador	2002	PIB % RMC	PIB %	Δ%	2003	PIB % RMC	PIB %	Δ%	2004	PIB % RMC	PIB %	Δ%	2005	PIB % RMC	PIB %	Δ%
Estado do Paraná	PIB	93.701.331			-	109.746.481			17,12%	109.187.335			-0,51%	110.823.934			1,50%
Estado do Paraná	PIB agropecuária	9.979.095	10,65%		-	14.328.608	13,06%		43,59%	12.613.121	11,55%		-11,97%	9.371.918	8,46%		-25,70%
Estado do Paraná	PIB indústria	27.196.406	29,02%		-	31.027.986	28,27%		14,09%	32.908.544	30,14%		6,06%	33.429.613	30,16%		1,58%
Estado do Paraná	PIB serviços	56.525.834	60,33%		-	64.389.864	58,67%		13,91%	63.665.671	58,31%		-1,12%	68.022.402	61,38%		6,84%
Metropolitana de Curitiba	PIB	34.663.287	36,99%		-	39.730.100	36,20%		14,62%	39.638.668	36,30%		-0,23%	42.671.181	38,50%		7,65%
Metropolitana de Curitiba	PIB agropecuária	368.898	1,06%		-	640.522	1,61%		73,63%	480.978	1,21%		-24,91%	465.962	1,09%		-3,12%
Metropolitana de Curitiba	PIB indústria	10.699.360	30,87%		-	12.796.997	32,21%		19,61%	13.335.450	33,64%		4,21%	14.020.488	32,86%		5,14%
Metropolitana de Curitiba	PIB serviços	23.595.030	68,07%		-	26.292.581	66,18%		11,43%	25.822.246	65,14%		-1,79%	28.184.736	66,05%		9,15%
Adrianópolis	PIB	21.515	0,06%	100,00%	-	26.213	0,07%	100,00%	21,84%	24.475	0,06%	100,00%	-6,63%	25.517	0,06%	100,00%	4,26%
Adrianópolis	PIB agropecuária	6.756	1,83%	31,40%	-	9.905	1,55%	37,79%	46,60%	8.846	1,84%	36,14%	-10,69%	8.035	1,72%	31,49%	-9,17%
Adrianópolis	PIB indústria	2.211	0,02%	10,28%	-	2.278	0,02%	8,69%	3,05%	1.950	0,01%	7,97%	-14,39%	2.651	0,02%	10,39%	35,93%
Adrianópolis	PIB serviços	12.548	0,05%	58,32%	-	14.030	0,05%	53,52%	11,81%	13.680	0,05%	55,89%	-2,50%	14.832	0,05%	58,13%	8,42%
Agudos do Sul	PIB	27.578	0,08%	100,00%	-	35.260	0,09%	100,00%	27,85%	32.465	0,08%	100,00%	-7,93%	34.086	0,08%	100,00%	4,99%
Agudos do Sul	PIB agropecuária	11.967	3,24%	43,39%	-	17.769	2,77%	50,39%	48,48%	14.999	3,12%	46,20%	-15,59%	14.149	3,04%	41,51%	-5,67%
Agudos do Sul	PIB indústria	2.309	0,02%	8,37%	-	2.436	0,02%	6,91%	5,49%	2.383	0,02%	7,34%	-2,16%	3.007	0,02%	8,82%	26,17%
Agudos do Sul	PIB serviços	13.302	0,06%	48,23%	-	15.055	0,06%	42,70%	13,18%	15.082	0,06%	46,46%	0,18%	16.930	0,06%	49,67%	12,25%
Almirante Tamandaré	PIB	416.792	1,20%	100,00%	-	439.118	1,11%	100,00%	5,36%	428.241	1,08%	100,00%	-2,48%	443.722	1,04%	100,00%	3,62%
Almirante Tamandaré	PIB agropecuária	5.803	1,57%	1,39%	-	9.617	1,50%	2,19%	65,73%	6.379	1,33%	1,49%	-33,66%	8.577	1,84%	1,93%	34,45%
Almirante Tamandaré	PIB indústria	164.470	1,54%	39,46%	-	157.986	1,23%	35,98%	-3,94%	153.372	1,15%	35,81%	-2,92%	146.688	1,05%	33,06%	-4,36%
Almirante Tamandaré	PIB serviços	246.520	1,04%	59,15%	-	271.514	1,03%	61,83%	10,14%	268.489	1,04%	62,70%	-1,11%	288.457	1,02%	65,01%	7,44%
Araucária	PIB	4.983.361	14,38%	100,00%	-	6.309.371	15,88%	100,00%	26,61%	5.954.516	15,02%	100,00%	-5,62%	6.201.242	14,53%	100,00%	4,14%
Araucária	PIB agropecuária	31.667	8,58%	0,64%	-	44.831	7,00%	0,71%	41,57%	36.994	7,69%	0,62%	-17,48%	44.167	9,48%	0,71%	19,39%
Araucária	PIB indústria	2.504.341	23,41%	50,25%	-	3.320.744	25,95%	52,63%	32,60%	3.037.304	22,78%	51,01%	-8,54%	3.160.378	22,54%	50,96%	4,05%
Araucária	PIB serviços	2.447.353	10,37%	49,11%	-	2.943.797	11,20%	46,66%	20,28%	2.880.219	11,15%	48,37%	-2,16%	2.996.697	10,63%	48,32%	4,04%
Balsa Nova	PIB	140.589	0,41%	100,00%	-	166.648	0,42%	100,00%	18,54%	166.770	0,42%	100,00%	0,07%	146.202	0,34%	100,00%	-12,33%
Balsa Nova	PIB agropecuária	10.779	2,92%	7,67%	-	16.807	2,62%	10,09%	55,92%	18.136	3,77%	10,87%	7,91%	10.914	2,34%	7,47%	-39,82%
Balsa Nova	PIB indústria	78.450	0,73%	55,80%	-	93.362	0,73%	56,02%	19,01%	93.050	0,70%	55,80%	-0,33%	78.576	0,56%	53,74%	-15,55%
Balsa Nova	PIB serviços	51.360	0,22%	36,53%	-	56.480	0,21%	33,89%	9,97%	55.584	0,22%	33,33%	-1,59%	56.712	0,20%	38,79%	2,03%
Bocaiúva do Sul	PIB	34.685	0,10%	100,00%	-	46.399	0,12%	100,00%	33,77%	39.534	0,10%	100,00%	-14,80%	45.091	0,11%	100,00%	14,06%
Bocaiúva do Sul	PIB agropecuária	7.542	2,04%	21,74%	-	15.371	2,40%	33,13%	103,82%	8.481	1,76%	21,45%	-44,83%	10.898	2,34%	24,17%	28,50%
Bocaiúva do Sul	PIB indústria	6.503	0,06%	18,75%	-	6.848	0,05%	14,76%	5,31%	7.939	0,06%	20,08%	15,93%	8.110	0,06%	17,99%	2,15%
Bocaiúva do Sul	PIB serviços	20.641	0,09%	59,51%	-	24.180	0,09%	52,11%	17,15%	23.114	0,09%	58,47%	-4,41%	26.083	0,09%	57,85%	12,85%
Campina Grande do Sul	PIB	193.343	0,56%	100,00%	-	209.300	0,53%	100,00%	8,25%	213.067	0,54%	100,00%	1,80%	260.627	0,61%	100,00%	22,32%
Campina Grande do Sul	PIB agropecuária	2.520	0,68%	1,30%	-	4.719	0,74%	2,25%	87,23%	3.710	0,77%	1,74%	-21,38%	2.813	0,60%	1,08%	-24,18%
Campina Grande do Sul	PIB indústria	44.850	0,42%	23,20%	-	46.180	0,36%	22,06%	2,97%	50.196	0,38%	23,56%	8,70%	60.634	0,43%	23,26%	20,79%
Campina Grande do Sul	PIB serviços	145.973	0,62%	75,50%	-	158.402	0,60%	75,68%	8,51%	159.161	0,62%	74,70%	0,48%	197.180	0,70%	75,66%	23,89%
Campo Largo	PIB	769.186	2,22%	100,00%	-	965.283	2,43%	100,00%	25,49%	934.569	2,36%	100,00%	-3,18%	985.287	2,31%	100,00%	5,43%
Campo Largo	PIB agropecuária	25.180	6,83%	3,27%	-	49.197	7,68%	5,10%	95,38%	30.381	6,32%	3,25%	-38,25%	48.798	10,47%	4,95%	60,62%
Campo Largo	PIB indústria	323.553	3,02%	42,06%	-	422.523	3,30%	43,77%	30,59%	423.692	3,18%	45,34%	0,28%	411.170	2,93%	41,73%	-2,96%
Campo Largo	PIB serviços	420.453	1,78%	54,66%	-	493.563	1,88%	51,13%	17,39%	480.496	1,86%	51,41%	-2,65%	525.319	1,86%	53,32%	9,33%
Campo Magro	PIB	74.284	0,21%	100,00%	-	89.597	0,23%	100,00%	20,61%	85.360	0,22%	100,00%	-4,73%	97.193	0,23%	100,00%	13,86%

Fonte: IPARDES (2008) (Continua)

Localidade	Indicador	2002	PIB % RMC	PIB %	Δ%	2003	PIB % RMC	PIB %	Δ%	2004	PIB % RMC	PIB %	Δ%	2005	PIB % RMC	PIB %	Δ%
Campo Magro	PIB agropecuária	8.967	2,43%	12,07%	-	13.394	2,09%	14,95%	49,36%	9.935	2,07%	11,64%	-25,82%	11.220	2,41%	11,54%	12,93%
Campo Magro	PIB indústria	15.689	0,15%	21,12%	-	15.993	0,12%	17,85%	1,94%	16.336	0,12%	19,14%	2,14%	19.324	0,14%	19,88%	18,29%
Campo Magro	PIB serviços	49.628	0,21%	66,81%	-	60.210	0,23%	67,20%	21,32%	59.088	0,23%	69,22%	-1,86%	66.650	0,24%	68,57%	12,80%
Cerro Azul	PIB	79.831	0,23%	100,00%	-	98.703	0,25%	100,00%	23,64%	75.636	0,19%	100,00%	-23,37%	73.492	0,17%	100,00%	-2,83%
Cerro Azul	PIB agropecuária	42.871	11,62%	53,70%	-	56.677	8,85%	57,42%	32,20%	36.786	7,65%	48,64%	-35,10%	30.071	6,45%	40,92%	-18,25%
Cerro Azul	PIB indústria	4.601	0,04%	5,76%	-	4.893	0,04%	4,96%	6,35%	4.380	0,03%	5,79%	-10,49%	6.183	0,04%	8,41%	41,15%
Cerro Azul	PIB serviços	32.359	0,14%	40,53%	-	37.133	0,14%	37,62%	14,75%	34.470	0,13%	45,57%	-7,17%	37.238	0,13%	50,67%	8,03%
Colombo	PIB	874.810	2,52%	100,00%	-	956.663	2,41%	100,00%	9,36%	961.837	2,43%	100,00%	0,54%	1.060.502	2,49%	100,00%	10,26%
Colombo	PIB agropecuária	12.105	3,28%	1,38%	-	16.998	2,65%	1,78%	40,42%	12.864	2,67%	1,34%	-24,32%	17.032	3,66%	1,61%	32,40%
Colombo	PIB indústria	245.777	2,30%	28,09%	-	266.908	2,09%	27,90%	8,60%	274.032	2,05%	28,49%	2,67%	310.873	2,22%	29,31%	13,44%
Colombo	PIB serviços	616.927	2,61%	70,52%	-	672.757	2,56%	70,32%	9,05%	674.941	2,61%	70,17%	0,32%	732.597	2,60%	69,08%	8,54%
Contenda	PIB	69.028	0,20%	100,00%	-	93.471	0,24%	100,00%	35,41%	94.904	0,24%	100,00%	1,53%	94.265	0,22%	100,00%	-0,67%
Contenda	PIB agropecuária	14.473	3,92%	20,97%	-	22.542	3,52%	24,12%	55,76%	18.522	3,85%	19,52%	-17,83%	20.086	4,31%	21,31%	8,44%
Contenda	PIB indústria	14.914	0,14%	21,61%	-	22.375	0,17%	23,94%	50,02%	27.657	0,21%	29,14%	23,61%	22.061	0,16%	23,40%	-20,23%
Contenda	PIB serviços	39.641	0,17%	57,43%	-	48.553	0,18%	51,95%	22,48%	48.724	0,19%	51,34%	0,35%	52.119	0,18%	55,29%	6,97%
Curitiba	PIB	20.017.907	57,75%	100,00%	-	22.430.362	56,46%	100,00%	12,05%	22.487.491	56,73%	100,00%	0,25%	24.390.831	57,16%	100,00%	8,46%
Curitiba	PIB agropecuária	10.766	2,92%	0,05%	-	14.873	2,32%	0,07%	38,16%	12.512	2,60%	0,06%	-15,87%	11.648	2,50%	0,05%	-6,91%
Curitiba	PIB indústria	4.161.316	38,89%	20,79%	-	4.919.604	38,44%	21,93%	18,22%	5.390.304	40,42%	23,97%	9,57%	5.580.071	39,80%	22,88%	3,52%
Curitiba	PIB serviços	15.845.825	67,16%	79,16%	-	17.495.885	66,54%	78,00%	10,41%	17.084.676	66,16%	75,97%	-2,35%	18.799.112	66,70%	77,07%	10,03%
Doutor Ulysses	PIB	26.648	0,08%	100,00%	-	34.480	0,09%	100,00%	29,39%	31.367	0,08%	100,00%	-9,03%	29.673	0,07%	100,00%	-5,40%
Doutor Ulysses	PIB agropecuária	14.958	4,05%	56,13%	-	20.677	3,23%	59,97%	38,23%	17.374	3,61%	55,39%	-15,97%	13.942	2,99%	46,99%	-19,75%
Doutor Ulysses	PIB indústria	1.772	0,02%	6,65%	-	2.223	0,02%	6,45%	25,46%	2.740	0,02%	8,74%	23,29%	3.039	0,02%	10,24%	10,90%
Doutor Ulysses	PIB serviços	9.919	0,04%	37,22%	-	11.581	0,04%	33,59%	16,76%	11.254	0,04%	35,88%	-2,82%	12.691	0,05%	42,77%	12,77%
Fazenda Rio Grande	PIB	249.945	0,72%	100,00%	-	291.139	0,73%	100,00%	16,48%	312.290	0,79%	100,00%	7,26%	335.820	0,79%	100,00%	7,53%
Fazenda Rio Grande	PIB agropecuária	2.952	0,80%	1,18%	-	4.073	0,64%	1,40%	37,97%	4.201	0,87%	1,35%	3,13%	3.387	0,73%	1,01%	-19,37%
Fazenda Rio Grande	PIB indústria	72.089	0,67%	28,84%	-	80.870	0,63%	27,78%	12,18%	96.076	0,72%	30,77%	18,80%	102.975	0,73%	30,66%	7,18%
Fazenda Rio Grande	PIB serviços	174.904	0,74%	69,98%	-	206.196	0,78%	70,82%	17,89%	212.014	0,82%	67,89%	2,82%	229.459	0,81%	68,33%	8,23%
Itaperuçu	PIB	66.437	0,19%	100,00%	-	74.923	0,19%	100,00%	12,77%	75.968	0,19%	100,00%	1,39%	83.073	0,19%	100,00%	9,35%
Itaperuçu	PIB agropecuária	5.334	1,45%	8,03%	-	7.958	1,24%	10,62%	49,19%	5.612	1,17%	7,39%	-29,49%	4.051	0,87%	4,88%	-27,81%
Itaperuçu	PIB indústria	14.020	0,13%	21,10%	-	14.510	0,11%	19,37%	3,50%	17.990	0,13%	23,68%	23,98%	20.716	0,15%	24,94%	15,15%
Itaperuçu	PIB serviços	47.083	0,20%	70,87%	-	52.455	0,20%	70,01%	11,41%	52.367	0,20%	68,93%	-0,17%	58.306	0,21%	70,19%	11,34%
Lapa	PIB	312.182	0,90%	100,00%	-	459.279	1,16%	100,00%	47,12%	419.454	1,06%	100,00%	-8,67%	414.163	0,97%	100,00%	-1,26%
Lapa	PIB agropecuária	70.060	18,99%	22,44%	-	159.046	24,83%	34,63%	127,01%	115.626	24,04%	27,57%	-27,30%	104.365	22,40%	25,20%	-9,74%
Lapa	PIB indústria	83.216	0,78%	26,66%	-	107.782	0,84%	23,47%	29,52%	117.271	0,88%	27,96%	8,80%	111.915	0,80%	27,02%	-4,57%
Lapa	PIB serviços	158.905	0,67%	50,90%	-	192.450	0,73%	41,90%	21,11%	186.557	0,72%	44,48%	-3,06%	197.883	0,70%	47,78%	6,07%
Mandirituba	PIB	118.555	0,34%	100,00%	-	136.097	0,34%	100,00%	14,80%	139.264	0,35%	100,00%	2,33%	149.232	0,35%	100,00%	7,16%
Mandirituba	PIB agropecuária	12.814	3,47%	10,81%	-	16.778	2,62%	12,33%	30,94%	16.655	3,46%	11,96%	-0,73%	19.054	4,09%	12,77%	14,40%
Mandirituba	PIB indústria	24.522	0,23%	20,68%	-	34.328	0,27%	25,22%	39,99%	36.969	0,28%	26,55%	7,69%	36.631	0,26%	24,55%	-0,91%
Mandirituba	PIB serviços	81.219	0,34%	68,51%	-	84.992	0,32%	62,45%	4,65%	85.640	0,33%	61,49%	0,76%	93.547	0,33%	62,69%	9,23%
Pinhais	PIB	1.019.280	2,94%	100,00%	-	1.100.372	2,77%	100,00%	7,96%	1.156.558	2,92%	100,00%	5,11%	1.276.596	2,99%	100,00%	10,38%
Pinhais	PIB agropecuária	777	0,21%	0,08%	-	1.249	0,20%	0,11%	60,85%	1.753	0,36%	0,15%	40,30%	1.158	0,25%	0,09%	-33,92%
Pinhais	PIB indústria	312.616	2,92%	30,67%	-	353.362	2,76%	32,11%	13,03%	404.840	3,04%	35,00%	14,57%	469.437	3,35%	36,77%	15,96%

Fonte: IPARDES (2008) (Continua)

Localidade	Indicador	2002	PIB % RMC	PIB %	Δ%	2003	PIB % RMC	PIB %	Δ%	2004	PIB % RMC	PIB %	Δ%	2005	PIB % RMC	PIB %	Δ%
Pinhais	PIB serviços	705.888	2,99%	69,25%	-	745.761	2,84%	67,77%	5,65%	749.965	2,90%	64,84%	0,56%	806.001	2,86%	63,14%	7,47%
Piraquara	PIB	235.993	0,68%	100,00%	-	274.136	0,69%	100,00%	16,16%	261.016	0,66%	100,00%	-4,79%	328.157	0,77%	100,00%	25,72%
Piraquara	PIB agropecuária	3.498	0,95%	1,48%	-	4.362	0,68%	1,59%	24,70%	5.268	1,10%	2,02%	20,75%	4.277	0,92%	1,30%	-18,81%
Piraquara	PIB indústria	57.555	0,54%	24,39%	-	73.713	0,58%	26,89%	28,07%	65.789	0,49%	25,21%	-10,75%	113.188	0,81%	34,49%	72,05%
Piraquara	PIB serviços	174.940	0,74%	74,13%	-	196.060	0,75%	71,52%	12,07%	189.959	0,74%	72,78%	-3,11%	210.692	0,75%	64,20%	10,91%
Quatro Barras	PIB	221.153	0,64%	100,00%	-	256.141	0,64%	100,00%	15,82%	282.853	0,71%	100,00%	10,43%	286.495	0,67%	100,00%	1,29%
Quatro Barras	PIB agropecuária	2.003	0,54%	0,91%	-	3.513	0,55%	1,37%	75,34%	1.578	0,33%	0,56%	-55,07%	1.439	0,31%	0,50%	-8,81%
Quatro Barras	PIB indústria	124.345	1,16%	56,23%	-	142.533	1,11%	55,65%	14,63%	167.451	1,26%	59,20%	17,48%	156.602	1,12%	54,66%	-6,48%
Quatro Barras	PIB serviços	94.805	0,40%	42,87%	-	110.096	0,42%	42,98%	16,13%	113.825	0,44%	40,24%	3,39%	128.453	0,46%	44,84%	12,85%
Quitandinha	PIB	47.300	0,14%	100,00%	-	60.336	0,15%	100,00%	27,56%	56.385	0,14%	100,00%	-6,55%	58.180	0,14%	100,00%	3,18%
Quitandinha	PIB agropecuária	16.062	4,35%	33,96%	-	25.166	3,93%	41,71%	56,68%	22.578	4,69%	40,04%	-10,28%	20.341	4,37%	34,96%	-9,91%
Quitandinha	PIB indústria	4.815	0,05%	10,18%	-	5.135	0,04%	8,51%	6,65%	4.475	0,03%	7,94%	-12,86%	5.677	0,04%	9,76%	26,87%
Quitandinha	PIB serviços	26.423	0,11%	55,86%	-	30.035	0,11%	49,78%	13,67%	29.333	0,11%	52,02%	-2,34%	32.162	0,11%	55,28%	9,65%
Rio Branco do Sul	PIB	313.993	0,91%	100,00%	-	358.883	0,90%	100,00%	14,30%	347.464	0,88%	100,00%	-3,18%	316.082	0,74%	100,00%	-9,03%
Rio Branco do Sul	PIB agropecuária	9.899	2,68%	3,15%	-	17.262	2,69%	4,81%	74,37%	13.852	2,88%	3,99%	-19,75%	9.106	1,95%	2,88%	-34,26%
Rio Branco do Sul	PIB indústria	182.039	1,70%	57,98%	-	207.378	1,62%	57,78%	13,92%	202.475	1,52%	58,27%	-2,36%	173.882	1,24%	55,01%	-14,12%
Rio Branco do Sul	PIB serviços	122.055	0,52%	38,87%	-	134.244	0,51%	37,41%	9,99%	131.138	0,51%	37,74%	-2,31%	133.095	0,47%	42,11%	1,49%
São José dos Pinhais	PIB	4.260.714	12,29%	100,00%	-	4.689.076	11,80%	100,00%	10,05%	4.958.887	12,51%	100,00%	5,75%	5.439.636	12,75%	100,00%	9,69%
São José dos Pinhais	PIB agropecuária	30.340	8,22%	0,71%	-	43.618	6,81%	0,93%	43,77%	38.581	8,02%	0,78%	-11,55%	35.589	7,64%	0,65%	-7,76%
São José dos Pinhais	PIB indústria	2.244.022	20,97%	52,67%	-	2.481.687	19,39%	52,92%	10,59%	2.723.212	20,42%	54,92%	9,73%	2.998.395	21,39%	55,12%	10,11%
São José dos Pinhais	PIB serviços	1.986.353	8,42%	46,62%	-	2.163.770	8,23%	46,14%	8,93%	2.197.095	8,51%	44,31%	1,54%	2.405.653	8,54%	44,22%	9,49%
Tijucas do Sul	PIB	75.382	0,22%	100,00%	-	91.744	0,23%	100,00%	21,70%	78.064	0,20%	100,00%	-14,91%	68.044	0,16%	100,00%	-12,84%
Tijucas do Sul	PIB agropecuária	7.376	2,00%	9,79%	-	24.884	3,88%	27,12%	237,34%	16.670	3,47%	21,35%	-33,01%	9.109	1,95%	13,39%	-45,36%
Tijucas do Sul	PIB indústria	6.493	0,06%	8,61%	-	5.850	0,05%	6,38%	-9,91%	6.135	0,05%	7,86%	4,87%	6.220	0,04%	9,14%	1,39%
Tijucas do Sul	PIB serviços	61.513	0,26%	81,60%	-	61.010	0,23%	66,50%	-0,82%	55.259	0,21%	70,79%	-9,43%	52.715	0,19%	77,47%	-4,60%
Tunas do Paraná	PIB	12.795	0,04%	100,00%	-	37.104	0,09%	100,00%	190,00%	20.233	0,05%	100,00%	-45,47%	27.973	0,07%	100,00%	38,25%
Tunas do Paraná	PIB agropecuária	1.427	0,39%	11,15%	-	19.237	3,00%	51,85%	1248,06%	2.685	0,56%	13,27%	-86,04%	1.736	0,37%	6,21%	-35,33%
Tunas do Paraná	PIB indústria	2.872	0,03%	22,45%	-	5.495	0,04%	14,81%	91,31%	7.432	0,06%	36,73%	35,26%	12.085	0,09%	43,20%	62,61%
Tunas do Paraná	PIB serviços	8.495	0,04%	66,40%	-	12.373	0,05%	33,35%	45,64%	10.117	0,04%	50,00%	-18,23%	14.153	0,05%	50,60%	39,90%

Fonte: IPARDES (2008) (Continuação)

APÊNDICE G - Produto Interno Bruto per capita nos municípios da RMC entre 2002 e 2005 (R\$1,00)

Municípios	Pos.	2002	Pos.	2003	Pos.	2004	Pos.	2005	Δ%
IGP-DI		27,66%		6,95%		11,87%		1,42%	
Adrianópolis	23	3.473		4.380		4.261	19	4.626	33,20%
Agudos do Sul	19	3.821		4.760		4.338	20	4.512	18,08%
Almirante Tamandaré	16	4.677		4.746		4.482	21	4.496	-3,86%
Araucária	1	54.306		65.894		61.554	1	61.264	12,81%
Balsa Nova	5	14.623		17.283		17.539	5	14.934	2,13%
Bocaiúva do Sul	18	3.944		5.146		4.362	16	4.936	25,16%
Campina Grande do Sul	12	5.588		5.799		5.665	13	6.610	18,29%
Campo Largo	8	8.831		10.808		10.282	8	10.599	20,01%
Campo Magro	22	3.548		4.065		3.713	23	4.117	16,03%
Cerro Azul	14	5.042		6.204		4.773	17	4.672	-7,34%
Colombo	15	4.887		5.134		4.985	15	5.339	9,26%
Contenda	13	5.436		7.240		7.283	12	7.154	31,60%
Curitiba	3	14.941		16.178		16.036	4	16.964	13,54%
Doutor Ulysses	17	4.373		5.562		4.976	18	4.657	6,49%
Fazenda Rio Grande	20	3.760		4.213		4.346	22	4.360	15,94%
Itaperuçu	24	3.349		3.626		3.506	25	3.714	10,90%
Lapa	9	7.853		11.290		10.172	9	10.034	27,77%
Mandirituba	10	7.230		8.074		8.096	10	8.428	16,58%
Pinhais	7	10.863		11.489		11.800	6	12.514	15,20%
Piraquara	26	3.018		3.371		3.160	26	3.648	20,88%
Quatro Barras	4	14.630		16.445		18.046	3	17.074	16,70%
Quitandinha	25	3.206		4.041		3.775	24	3.900	21,65%
Rio Branco do Sul	6	12.085		13.604		13.293	7	12.124	0,33%
São José dos Pinhais	2	24.138		25.182		26.054	2	26.920	11,53%
Tijucas do Sul	11	6.163		7.325		6.185	14	5.362	-13,00%
Tunas do Paraná	21	3.595		10.013		5.610	11	7.470	107,76%

Fonte: IPARDES (2008)

APÊNDICE H - População total dos municípios da RMC entre 1980 e 2007

	População censitária				População estimada												População censitária		
	1980	1991	1996	2000	2001	%	2002	%	2003	%	2004	%	2005	%	2006	%	2007	% 2006-2007	% RMC
Total Paraná					9.694.709		9.798.006		9.906.866		10.135.388		10.261.856		10.387.378		10.284.503	-0,99%	
Total RMC	1.532.329	2.101.681	2.471.771	2.768.394	2.849.145	100,00%	2.908.672	100,00%	2.973.784	100,00%	3.110.455	100,00%	3.186.099	100,00%	3.261.168	100,00%	3.172.357	-2,72%	100,00%
Curitiba	1.024.975	1.315.035	1.476.253	1.587.315	1.620.219	56,87%	1.644.600	56,54%	1.671.194	56,20%	1.727.010	55,52%	1.757.904	55,17%	1.788.559	54,84%	1.797.408	0,49%	56,66%
São José dos Pinhais	70.634	127.455	169.035	204.316	213.625	7,50%	220.488	7,58%	227.994	7,67%	243.750	7,84%	252.470	7,92%	261.125	8,01%	263.622	0,96%	8,31%
Colombo	62.881	117.767	153.698	183.329	191.381	6,72%	197.124	6,78%	203.526	6,84%	216.966	6,98%	224.404	7,04%	231.787	7,11%	233.916	0,92%	7,37%
Pinhais			89.335	102.985	106.314	3,73%	108.765	3,74%	111.447	3,75%	117.078	3,76%	120.195	3,77%	123.288	3,78%	112.038	-9,12%	3,53%
Araucária	34.799	61.889	76.684	94.258	98.118	3,44%	101.106	3,48%	104.284	3,51%	110.956	3,57%	114.648	3,60%	118.313	3,63%	109.943	-7,07%	3,47%
Campo Largo	54.839	72.523	82.972	92.782	95.192	3,34%	97.045	3,34%	99.023	3,33%	103.176	3,32%	105.474	3,31%	107.756	3,30%	105.492	-2,10%	3,33%
Almirante Tamandaré	34.168	66.159	89.410	88.277	92.327	3,24%	95.483	3,28%	98.827	3,32%	105.848	3,40%	109.733	3,44%	113.589	3,48%	93.055	-18,08%	2,93%
Piraquara	70.640	106.882	52.486	72.886	77.930	2,74%	81.622	2,81%	85.677	2,88%	94.188	3,03%	98.899	3,10%	103.574	3,18%	82.006	-20,82%	2,59%
Fazenda Rio Grande			45.299	62.877	67.701	2,38%	70.847	2,44%	74.546	2,51%	82.312	2,65%	86.609	2,72%	90.875	2,79%	75.006	-17,46%	2,36%
Lapa	35.021	40.150	39.967	41.838	42.240	1,48%	42.640	1,47%	43.012	1,45%	44.287	1,42%	44.733	1,40%	45.175	1,39%	41.679	-7,74%	1,31%
Campina Grande do Sul	9.798	19.343	31.444	34.566	36.426	1,28%	37.769	1,30%	39.256	1,32%	42.376	1,36%	44.103	1,38%	45.817	1,40%	35.396	-22,74%	1,12%
Rio Branco do Sul	31.767	38.296	23.212	29.341	29.536	1,04%	29.720	1,02%	29.896	1,01%	30.265	0,97%	30.469	0,96%	30.671	0,94%	31.486	2,66%	0,99%
Campo Magro				20.409	21.375	0,75%	22.151	0,76%	22.960	0,77%	24.657	0,79%	25.596	0,80%	26.529	0,81%	22.325	-15,85%	0,70%
Itaperuçu			17.603	19.344	20.401	0,72%	21.151	0,73%	21.990	0,74%	23.751	0,76%	24.725	0,78%	25.692	0,79%	22.021	-14,29%	0,69%
Mandirituba	15.452	38.336	15.218	17.540	18.073	0,63%	18.424	0,63%	18.834	0,63%	19.695	0,63%	20.172	0,63%	20.645	0,63%	20.408	-1,15%	0,64%
Quatro Barras	5.710	10.007	13.901	16.161	16.903	0,59%	17.456	0,60%	18.057	0,61%	19.318	0,62%	20.017	0,63%	20.709	0,64%	18.125	-12,48%	0,57%
Cerro Azul	20.003	21.073	17.107	16.352	16.379	0,57%	16.411	0,56%	16.438	0,55%	16.496	0,53%	16.527	0,52%	16.559	0,51%	17.693	6,85%	0,56%
Quitandinha	12.391	14.418	14.058	15.272	15.372	0,54%	15.452	0,53%	15.535	0,52%	15.710	0,51%	15.807	0,50%	15.903	0,49%	15.897	-0,04%	0,50%
Contenda	7.556	8.941	12.332	13.241	13.494	0,47%	13.662	0,47%	13.857	0,47%	14.267	0,46%	14.494	0,45%	14.719	0,45%	14.800	0,55%	0,47%
Tijucas do Sul	7.992	10.224	11.559	12.260	12.508	0,44%	12.688	0,44%	12.887	0,43%	13.305	0,43%	13.536	0,42%	13.765	0,42%	13.091	-4,90%	0,41%
Balsa Nova	5.288	7.515	8.745	10.153	10.479	0,37%	10.708	0,37%	10.966	0,37%	11.012	0,35%	11.299	0,35%	11.583	0,36%	10.639	-8,15%	0,34%
Bocaiúva do Sul	12.119	10.657	8.583	9.050	9.202	0,32%	9.316	0,32%	9.439	0,32%	9.697	0,31%	9.841	0,31%	9.983	0,31%	9.533	-4,51%	0,30%
Agudos do Sul	5.200	6.076	6.443	7.221	7.358	0,26%	7.462	0,26%	7.574	0,25%	7.808	0,25%	7.938	0,25%	8.067	0,25%	8.192	1,55%	0,26%
Adrianópolis	11.096	8.935	7.339	7.007	6.778	0,24%	6.601	0,23%	6.413	0,22%	6.018	0,19%	5.799	0,18%	5.582	0,17%	6.709	20,19%	0,21%
Doutor Ulysses			5.662	6.003	6.107	0,21%	6.214	0,21%	6.312	0,21%	6.517	0,21%	6.631	0,21%	6.744	0,21%	5.956	-11,68%	0,19%
Tunas do Paraná			3.426	3.611	3.707	0,13%	3.767	0,13%	3.840	0,13%	3.992	0,13%	4.076	0,13%	4.159	0,13%	5.921	42,37%	0,19%

Fonte: IPARDES (2008)

APÊNDICE I - Indicadores de educação nos municípios de Almirante Tamandaré, Lapa e Piraquara entre 2002 e 2007

	Almirante Tamandaré						Lapa						Piraquara					
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2002	2003	2004	2005	2006	2007
população total	95.483	98.827	105.848	109.733	113.589	93.055	42.640	43.012	44.287	44.733	45.175	41.679	81.622	85.677	94.188	98.899	103.574	82.006
Total de matrículas nos ensinos fundamental, médio e superior	19.743	22.446	21.907	20.914	21.699	21.699	9.326	9.639	9.594	9.714	10.312	0	14.465	18.587	18.040	17.871	20.015	0
Total de matrículas em relação à população	20,68%	22,71%	20,70%	19,06%	19,10%	23,32%	21,87%	22,41%	21,66%	21,72%	22,83%	0,00%	17,72%	21,69%	19,15%	18,07%	19,32%	0,00%
Matrículas na Creche - Total			440	475	547				275	260	334				681	302	703	
Matrículas na Creche - Total (percentual em relação à população)	0,00%	0,00%	0,42%	0,43%	0,48%		0,00%	0,00%	0,62%	0,58%	0,74%		0,00%	0,00%	0,72%	0,31%	0,68%	
Matrículas na Pré-Escola - Total	1.779	1.941	2.024	2.213	1.830		918	948	981	1.083	917		1.271	1.496	1.606	1.977	1.606	
Matrículas na Pré-Escola - Total (percentual em relação à população)	1,86%	1,96%	1,91%	2,02%	1,61%		2,15%	2,20%	2,22%	2,42%	2,03%		1,56%	1,75%	1,71%	2,00%	1,55%	
Matrículas no Ensino Fundamental - Total	16.609	17.130	16.703	16.135	16.704		7.429	7.418	7.358	7.219	7.194		12.701	13.002	13.324	13.219	14.003	
Matrículas no Ensino Fundamental - Total (percentual em relação à população)	17,39%	17,33%	15,78%	14,70%	14,71%		17,42%	17,25%	16,61%	16,14%	15,92%		15,56%	15,18%	14,15%	13,37%	13,52%	
Matrículas no Ensino Fundamental - Rede Federal																		
Matrículas no Ensino Fundamental - Rede Estadual	6.818	7.213	7.132	6.866	7.448		3.444	3.461	3.360	3.331	3.238		4.955	5.259	5.509	5.625	6.165	
Matrículas no Ensino Fundamental - Estadual (percentual em relação à população)	7,14%	7,30%	6,74%	6,26%	6,56%		8,08%	8,05%	7,59%	7,45%	7,17%		6,07%	6,14%	5,85%	5,69%	5,95%	
Matrículas no Ensino Fundamental - Rede Municipal	9.347	9.471	9.131	8.764	8.705		3.872	3.821	3.797	3.659	3.713		7.577	7.619	7.629	7.310	7.446	
Matrículas no Ensino Fundamental - Municipal (percentual em relação à população)	9,79%	9,58%	8,63%	7,99%	7,66%		9,08%	8,88%	8,57%	8,18%	8,22%		9,28%	8,89%	8,10%	7,39%	7,19%	
Matrículas no Ensino Fundamental - Rede Particular	444	446	440	505	551		113	136	201	229	243		169	124	186	284	392	
Matrículas no Ensino Fundamental - Rede Particular (percentual em relação à população)	0,47%	0,45%	0,42%	0,46%	0,49%		0,27%	0,32%	0,45%	0,51%	0,54%		0,21%	0,14%	0,20%	0,29%	0,38%	
Matrículas no Ensino Médio - Total	3.134	3.440	3.365	3.355	3.467		1.400	1.448	1.475	1.660	1.858		1.764	2.011	2.264	2.431	2.481	
Matrículas no Ensino Médio - Total (percentual em relação à população)	3,28%	3,48%	3,18%	3,06%	3,05%		3,28%	3,37%	3,33%	3,71%	4,11%		2,16%	2,35%	2,40%	2,46%	2,40%	
Matrículas no Ensino Médio - Rede Federal																		
Matrículas no Ensino Médio - Rede Estadual	3.134	3.440	3.365	3.355	3.443		1.363	1.399	1.405	1.576	1.778		1.764	2.011	2.264	2.431	2.481	
Matrículas no Ensino Médio - Estadual (percentual em relação à população)	3,28%	3,48%	3,18%	3,06%	3,03%		3,20%	3,25%	3,17%	3,52%	3,94%		2,16%	2,35%	2,40%	2,46%	2,40%	
Matrículas no Ensino Médio - Rede Municipal					-		-	-	-	-	-							
Matrículas no Ensino Médio - Rede Particular					24		37	49	70	84	80							
Matrículas no Ensino Médio - Particular (percentual em relação à população)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,02%		0,09%	0,11%	0,16%	0,19%	0,18%		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
Matrículas na Educação Profissional - Total									121	89	46							
Matrículas no Ensino Profissional - Total (percentual em relação à população)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%		0,00%	0,00%	0,27%	0,20%	0,10%		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
Matrículas na Educação Profissional - Rede Federal																		
Matrículas na Educação Profissional - Rede Estadual									121	89	46							
Matrículas no Ensino Profissional - Estadual (percentual em relação à população)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%		0,00%	0,00%	0,27%	0,20%	0,10%		0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	
Matrículas na Educação Profissional - Rede Municipal																		
Matrículas na Educação Profissional – Rede Particular																		
Matrículas na Educação de Jovens e Adultos, no Ensino Fundamental - Total		1.503	1.452	1.081	1.169			206	51	55	422			2.656	1.753	1.527	2.486	
Matrículas na Educação de Jovens e Adultos, no Ensino Fundamental - Total (percentual)					1,03%						0,93%						2,40%	
Matrículas na Educação de Jovens e Adultos, no Ensino Fundamental - Rede Federal																		
Matrículas na Educação de Jovens e Adultos, no Ensino Fundamental - Rede Estadual		1.157	1.121	1.081	875			132			370			2.152	1.190	1.025	1934	
Matrículas na Educação de Jovens e Adultos, no Ensino Fundamental - Rede Municipal		346	331		294			74	51	55	52			504	563	502	552	
Matrículas na Educação de Jovens e Adultos, no Ensino Fundamental - Rede Particular																		
Matrículas na Educação de Jovens e Adultos, no Ensino Médio - Total		373	387	343	359			57			347			918	699	694	1045	
Matrículas na Educação de Jovens e Adultos, no Ensino Médio - Total (percentual)					0,32%						0,77%						1,01%	
Matrículas na Educação de Jovens e Adultos, no Ensino Médio - Rede Federal																		
Matrículas na Educação de Jovens e Adultos, no Ensino Médio - Rede Estadual		373	387	343	359			57			347			918	699	694	1045	
Matrículas na Educação de Jovens e Adultos, no Ensino Médio - Rede Municipal																		
Matrículas na Educação de Jovens e Adultos, no Ensino Médio - Rede Particular																		
Estabelecimentos de Ensino - Total	106	107	110	114	115		75	79	82	81	80		52	53	56	58	58	
Estabelecimentos de Ensino Pré-Escolar - Total	38	39	42	45	44		26	27	29	28	28		18	17	19	19	19	
Estabelecimentos de Ensino Pré-Escolar - Rede Municipal	32	33	36	40	41		22	23	23	23	23		12	13	14	13	14	
Estabelecimentos de Ensino Pré-Escolar - Rede Particular	6	6	6	5	3		4	4	6	5	5		6	4	5	6	5	
Estabelecimentos de Ensino Fundamental - Total	59	59	59	60	60		45	47	47	46	44		30	30	31	32	32	
Estabelecimentos de Ensino Fundamental - Rede Federal	14	14	14	14	14		8	8	8	8	8		8	8	8	9	9	
Estabelecimentos de Ensino Fundamental - Rede Estadual	42	42	42	42	42		36	36	35	34	33		19	20	20	19	19	
Estabelecimentos de Ensino Fundamental - Rede Municipal																		
Estabelecimentos de Ensino Fundamental - Rede Particular	3	3	3	4	4		1	3	4	4	3		3	2	3	4	4	
Estabelecimentos de Ensino Médio - Total	9	9	9	9	11		4	5	6	7	8		4	6	6	7	7	
Estabelecimentos de Ensino Médio - Rede Estadual	9	9	9	9	10		3	3	4	5	6		4	6	6	7	7	
Estabelecimentos de Ensino Médio - Rede Particular					1		1	2	2	2	2							
Matrículas no Ensino Superior - Total							497	510	589	691	445							
Matrículas no Ensino Superior - Total (percentual)							1,17%	1,19%	1,33%	1,54%	0,99%							
Matrículas no Ensino Superior - Rede Particular							497	510	589	691	445							
Concluintes no Ensino Superior - Total							42	11		210	88							
Concluintes no Ensino Superior - Rede Particular							42	11		210	88							
Instituições de Ensino Superior - Total							1	1	1	1	1							
Instituições de Ensino Superior - Rede Particular							1	1	1	1	1							

Fonte: IPARDES (2008)

APÊNDICE J - Indicadores de emprego nos municípios de Almirante Tamandaré, Lapa e Piraquara entre 2002 e 2006

Variáveis	Almirante Tamandaré						Lapa						Piraquara					
	(%)	2002	2003	2004	2005	2006	(%)	2002	2003	2004	2005	2006	(%)	2002	2003	2004	2005	2006
População total		95.483	98.827	105.848	109.733	113.589		42.640	43.012	44.287	44.733	45.175		81.622	85.677	94.188	98.899	103.574
PIA (proporcional ao censo 2000)	76,50%	73.048	75.606	80.977	83.950	86.900	80,73%	34.423	34.724	35.753	36.113	36.470	76,66%	62.572	65.681	72.205	75.817	79.401
PEA (proporcional ao censo 2000)	46,69%	44.578	46.139	49.417	51.231	53.031	47,37%	20.198	20.374	20.978	21.189	21.399	46,25%	37.749	39.625	43.561	45.740	47.902
População ocupada (proporcional ao censo 2000)	38,59%	36.844	38.134	40.843	42.342	43.830	41,15%	17.545	17.698	18.223	18.406	18.588	37,45%	30.571	32.090	35.278	37.042	38.793
Empregos - Total	7,12%	6.796	7.328	7.685	8.391	9.269	13,55%	5.778	6.203	6.489	6.931	7.130	5,10%	4.162	4.820	4.883	5.095	5.113
Empregos - Indústria de Extração de Minerais	2,46%	167	203	212	148	210	0,26%	15	9	9	11	10	1,37%	57	43	40	43	47
Empregos - Indústria de Produtos Minerais não Metálicos	11,87%	807	803	777	835	743	0,93%	54	58	54	62	42	0,17%	7	34	33	23	24
Empregos - Indústria Metalúrgica	2,13%	145	151	204	220	260	1,85%	107	111	132	169	193	0,29%	12	5	10	8	10
Empregos - Indústria Mecânica	0,74%	50	74	77	83	109	0,12%	7	11	1	1	1	-	-	-	-	-	26
Empregos - Indústria de Materiais Elétricos e de Comunicação	5,52%	375	420	493	445	668	-	-	-	-	-	-	0,22%	9	1	-	-	-
Empregos - Indústria de Materiais de Transporte	0,12%	8	7	7	7	12	0,05%	3	3	4	2	1	1,73%	72	153	220	261	375
Empregos - Indústria da Madeira e do Mobiliário	1,53%	104	114	137	129	149	8,07%	466	408	288	209	164	0,43%	18	11	5	3	10
Empregos - Indústria do Papel, Papelão, Editorial e Gráfica	1,10%	75	41	91	103	116	0,35%	20	19	15	17	14	0,72%	30	192	191	152	249
Empregos - Indústria da Borracha, Fumo, Couros, Peles, Produtos Similares e Indústria Diversa	1,18%	80	128	105	96	113	0,42%	24	23	70	9	5	0,38%	16	11	4	14	661
Empregos - Indústria Química, Produtos Farmacêuticos, Veterinários, Perfumaria, Sabões, Velas e Matérias Plásticas	3,00%	204	242	216	223	170	1,14%	66	89	88	82	145	5,14%	214	238	232	272	72
Empregos - Indústria Têxtil, do Vestuário e Artefatos de Tecidos	0,10%	7	-	3	6	11	0,05%	3	3	2	3	6	0,24%	10	2	2	4	2
Empregos - Indústria de Calçados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Empregos - Indústria de Produtos Alimentícios, de Bebida e Alcool Etílico	4,81%	327	337	377	410	422	18,47%	1.067	1.285	1.530	1.657	1.587	1,42%	59	49	71	102	113
Empregos - Serviços Industriais de Utilidade Pública	2,81%	191	217	217	240	312	0,36%	21	14	9	15	9	-	-	-	-	-	-
Empregos - Construção Civil	2,97%	202	236	330	342	607	1,63%	94	80	95	265	433	1,54%	64	264	281	191	208
Empregos - Comércio Varejista	10,57%	718	846	903	1.079	1.240	13,57%	784	880	1.009	1.034	1.085	12,23%	509	574	678	728	866
Empregos - Comércio Atacadista	3,05%	207	230	270	301	272	1,78%	103	149	118	121	135	1,32%	55	81	57	41	19
Empregos - Instituições de Crédito, Seguro e de Capitalização	0,25%	17	21	32	33	34	1,78%	103	115	109	118	78	0,38%	16	17	17	28	32
Empregos - Administradoras de Imóveis, Valores Mobiliários, Serviços Técnicos Profissionais, Auxiliar Atividade Econômica	6,64%	451	482	477	540	479	3,44%	199	165	86	129	123	9,06%	377	428	686	942	133
Empregos - Transporte e Comunicações	9,18%	624	663	668	661	651	3,20%	185	212	214	222	210	11,65%	485	505	336	342	368
Empregos - Serviços de Alojamento, Alimentação, Reparo, Manutenção, Radiodifusão e Televisão	4,28%	291	357	435	487	486	5,56%	321	368	334	290	320	3,65%	152	181	208	212	186
Empregos - Serviços Médicos, Odontológicos e Veterinários	1,62%	110	114	105	74	114	1,54%	89	96	97	91	99	10,98%	457	486	237	232	234
Empregos - Ensino	0,60%	41	39	46	41	50	1,21%	70	103	113	154	172	0,72%	30	22	31	35	67
Empregos - Administração Pública Direta e Indireta	23,10%	1.570	1.578	1.482	1.860	2.013	18,45%	1.066	1.025	1.043	1.146	1.147	32,75%	1.363	1.407	1.438	1.371	1.321
Empregos - Agricultura, Silvicultura, Criação de Animais, Extração Vegetal e Pesca	0,37%	25	25	21	28	28	15,77%	911	977	1.069	1.124	1.151	3,60%	150	116	106	91	90
Empregos - Atividade não Especificada ou Classificada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: IPARDES (2008)

APÊNDICE K - Finanças municipais: Almirante Tamandaré entre 2002 e 2006

Variáveis	2002	(%) RT	2003	2004	2005	2006	(%) RT
	(R\$)		(R\$)	(R\$)	(R\$)	(R\$)	
PIB municipal a preços constantes	458.862.408,07		484.061.154,28	474.410.301,31	493.311.000,00		
População municipal	95.483		98.827	105.848	109.733	113.589	
PIB municipal per capita	4.677		4.746	4.482	4.496		
Receitas Municipais - Total (R\$1,00)	30.046.482,60	100,0000%	31.737.995,39	42.605.942,70	42.126.343,07	48.695.852,83	100,0000%
Receitas Correntes Municipais - Total (R\$1,00)	31.579.277,82		34.084.588,49	42.041.651,30	45.214.151,57	52.637.161,92	
Receitas de Capital Municipais - Total (R\$1,00)	622.670,00	2,0724%	46.167,82	564.291,40	526.401,96	2.181,44	0,0045%
Deduções da Receita Corrente - Total (R\$1,00)	2.155.465,22		2.392.760,92	0,00	3.614.210,46	3.943.490,53	
Receitas Correntes Municipais - Receita Agropecuária (R\$1,00)	-		990,16	1.245,00	3.540,10	-	
Receitas Correntes Municipais - Receita de Contribuições (R\$1,00)	-		686.545,05	977.954,57	1.047.314,60	1.119.692,22	2,2994%
Receitas Correntes Municipais - Receita de Serviços (R\$1,00)	24.102,74	0,0802%	34.683,85	58.077,94	33.768,66	99.662,65	0,2047%
Receitas Correntes Municipais - Receita Industrial (R\$1,00)	1.847,15	0,0061%	-	-	-	-	
Receitas Correntes Municipais - Receita Patrimonial (R\$1,00)	585.710,94	1,9493%	720.186,53	395.324,27	825.049,83	763.820,00	1,5686%
Receitas Correntes Municipais - Receita Tributária (R\$1,00)	4.368.362,16	14,5387%	4.000.629,95	4.874.686,15	5.287.839,79	5.449.335,81	11,1906%
Receitas Correntes Municipais - Receita de Transferências Correntes (R\$1,00)	25.098.817,54	83,5333%	27.637.140,25	34.314.683,10	37.005.147,14	44.025.280,03	90,4087%
Receitas Correntes Municipais - Outras Receitas Correntes (R\$1,00)	1.500.437,29	4,9937%	1.004.412,70	1.419.680,27	1.011.491,45	1.179.371,21	2,4219%
Receita Tributária Municipal - Impostos - Total (R\$1,00)	2.396.900,49	7,9773%	2.557.363,48	3.192.868,47	3.688.376,14	3.981.862,66	8,1770%
Receita Tributária Municipal - Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) (R\$1,00)	915.483,77	3,0469%	974.880,71	1.153.189,47	1.286.103,67	1.335.050,98	2,7416%
Receita Tributária Municipal - Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) (R\$1,00)	314.781,56	1,0476%	346.340,09	451.769,73	528.491,98	551.000,00	1,1315%
Receita Tributária Municipal - Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) (R\$1,00)	214.974,83	0,7155%	240.313,67	282.549,78		157.854,76	0,3242%
Receita Tributária Municipal - Imposto Sobre Serviços (ISS) (R\$1,00)	951.660,33	3,1673%	995.829,01	1.305.359,49	260.315,75	1.937.956,92	3,9797%
Receita Tributária Municipal - Imposto Sobre a Venda a Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos (IIVC) (R\$1,00)				-	-	-	
Receita Tributária Municipal - Taxas - Total (R\$1,00)	1.971.461,67	6,5614%	1.443.266,47	1.681.817,68	1.599.463,65	1.467.473,15	3,0135%
Receita Tributária Municipal - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia (R\$1,00)	234.642,38	0,7809%	247.705,41	316.654,43	293.219,62	195.765,74	0,4020%
Receita Tributária Municipal - Taxas pela Prestação de Serviços (R\$1,00)	1.735.553,45	5,7762%	1.130.296,54	1.288.210,79	1.300.268,54	1.271.300,00	2,6107%
Receita Tributária Municipal - Contribuição de Melhoria (R\$1,00)	1.265,84	0,0042%	65.264,52	76.952,46	5.975,49	407,41	0,0008%
Transferências Correntes Municipais - Total (R\$1,00)	25.098.817,54	83,5333%	27.637.140,25	34.314.683,10	37.005.147,14	44.025.280,03	90,4087%
Transferências Correntes Municipais - Da União (R\$1,00)	12.375.273,63	41,1871%	13.098.196,24	16.825.887,81	16.842.754,26	22.374.689,89	45,9478%
Transferências Correntes Municipais - Do Estado (R\$1,00)	5.213.834,01	17,3526%	6.045.406,25	7.312.081,38	8.704.163,37	9.558.469,34	19,6289%
Transferências Correntes Municipais - Dos Municípios (R\$1,00)	-		-	-	-	-	
Transferências Correntes Municipais - Outras (R\$1,00)	7.509.709,90	24,9936%	8.493.537,76	10.176.713,91	11.458.229,51	12.092.120,80	24,8319%
Deduções - Formação do FUNDEF - Origem FPM (R\$1,00)	1.515.168,49	5,0427%	1.612.629,03	-	2.438.555,36	2.729.797,75	5,6058%
Deduções - Formação do FUNDEF - Origem LC 87/96 - Lei Kandir (R\$1,00)	40.718,16	0,1355%	45.098,64	-	41.865,24	23.875,56	0,0490%
Deduções - Formação do FUNDEF - Origem ICMS (R\$1,00)	579.025,36	1,9271%	714.035,81	-	1.101.005,88	1.153.244,95	2,3683%
Deduções - Formação do FUNDEF - Origem IPI Exportação (R\$1,00)	20.553,21	0,0684%	20.997,44	-	32.783,98	36.572,27	0,0751%
Receitas de Capital Municipais - Alienação de Bens Móveis, Imóveis (R\$1,00)	14.223,99	0,0473%	13.659,82	154.291,40	26.401,96	2.181,44	0,0045%
Receitas de Capital Municipais - Operações de Crédito - Total (R\$1,00)	-		-	-	-	-	
Receitas de Capital Municipais - Amortização de Empréstimos (R\$1,00)	-		-	-	-	-	
Receitas de Capital Municipais - Transferências de Capital (R\$1,00)	538.555,89	1,7924%	32.508,00	410.000,00	500.000,00	-	
Receitas de Capital Municipais - Outras Receitas de Capital (R\$1,00)	69.890,12	0,2326%	-	-	-	-	
Transferências de Capital Municipais - Total (R\$1,00)	538.555,89	1,7924%	32.508,00	410.000,00	500.000,00	0,00	
Transferências de Capital Municipais - Da União (R\$1,00)	-		-	-	-	-	
Transferências de Capital Municipais - Do Estado (R\$1,00)	-		-	-	-	-	
Transferências de Capital Municipais - Dos Municípios (R\$1,00)	-		-	-	-	-	
Transferências de Capital Municipais - Outras (R\$1,00)	538.555,89	1,7924%	32.508,00	410.000,00	500.000,00	-	
Fundo de Participação dos Municípios (FPM) (R\$1,00)	8.585.958,49	28,5756%	9.138.235,10	10.269.066,15	12.148.389,69	15.294.653,86	31,4085%
Despesas Municipais - Total (R\$1,00)	29.672.232,80	100,0000%	33.548.416,45	34.686.474,29	38.470.293,14	46.344.625,52	100,0000%
Despesas Municipais - Despesas Correntes (R\$1,00)	25.652.970,93	86,4545%	29.222.600,17	30.975.473,63	36.741.463,40	41.831.373,30	90,2615%
Despesas Municipais - Despesas de Capital (R\$1,00)	4.019.261,87	13,5455%	4.325.816,28	3.711.000,66	1.728.829,74	4.513.252,22	9,7385%
Despesas Correntes Municipais - Pessoal e Encargos Sociais (R\$1,00)	15.327.467,26	51,6559%	16.754.864,13	17.570.028,47	18.749.168,91	22.498.395,28	48,5459%
Despesas Correntes Municipais - Juros e Encargos da Dívida (R\$1,00)	235.074,90	0,7922%	196.422,49	58.506,47	19.242,21	1.161,90	0,0025%
Despesas Correntes Municipais - Transferências Correntes (R\$1,00)		0,0000%		-	-	-	
Despesas Correntes Municipais - Despesas de Custeio (R\$1,00)		0,0000%		-	-	-	
Despesas Correntes Municipais - Outras Despesas Correntes (R\$1,00)	10.090.428,77	34,0063%	12.271.313,55	13.346.938,69	17.973.052,28	19.331.816,12	41,7132%
Despesas de Capital Municipais - Investimentos (R\$1,00)	1.446.973,63	4,8765%	1.593.510,70	2.743.420,35	939.052,93	4.010.681,89	8,6540%
Despesas de Capital Municipais - Inversões Financeiras (R\$1,00)	-		-	13.348,00	-	-	
Despesas de Capital Municipais - Amortização da Dívida (R\$1,00)	2.572.288,24	8,6690%	2.732.305,58	954.232,31	789.776,81	502.570,33	1,0844%
Despesas de Capital Municipais - Despesas de Transferências de Capital (R\$1,00)		0,0000%					0,0000%
Despesas Municipais por Função - Total (R\$1,00)	29.672.232,80	100,0000%	33.548.416,45	34.686.474,29	38.470.293,14	46.344.625,52	100,0000%
Despesas Municipais por Função - Legislativa (R\$1,00)	1.317.373,96	4,4398%	1.590.649,27	1.634.352,09	-	-	
Despesas Municipais por Função - Judiciária (R\$1,00)	125.413,57	0,4227%	114.279,39	158.423,78	158.254,99	568.082,39	1,2258%
Despesas Municipais por Função - Essencial à Justiça (R\$1,00)	-		-	-	-	-	
Despesas Municipais por Função - Administração (R\$1,00)	5.254.886,13	17,7098%	5.616.150,69	5.079.239,00	6.574.165,13	6.999.090,45	15,1023%
Despesas Municipais por Função - Defesa Nacional (R\$1,00)	-		399,91	404,00	1.394,01	6.737,87	0,0145%
Despesas Municipais por Função - Segurança Pública (R\$1,00)	-		-	-	-	161.672,71	0,3488%
Despesas Municipais por Função - Relações Exteriores (R\$1,00)	-		-	-	-	-	
Despesas Municipais por Função - Assistência Social (R\$1,00)	1.450.430,39	4,8882%	-	1.305.024,22	1.218.529,05	1.436.681,71	3,1000%
Despesas Municipais por Função - Previdência Social (R\$1,00)	491.493,00	1,6564%	1.416.633,93	-	-	280.476,60	0,6052%
Despesas Municipais por Função - Saúde (R\$1,00)	3.651.409,80	12,3058%	159.971,69	5.925.362,34	6.917.068,91	9.123.865,10	19,6870%
Despesas Municipais por Função - Trabalho (R\$1,00)	46.371,02	0,1563%	4.548.928,13	-	-	685,00	0,0015%
Despesas Municipais por Função - Educação (R\$1,00)	10.951.622,32	36,9087%	-	14.076.775,34	15.860.339,86	18.545.726,50	40,0170%
Despesas Municipais por Função - Cultura (R\$1,00)	6.494,17	0,0219%	13.175.370,38	-	9.897,60	430.467,93	0,9288%
Despesas Municipais por Função - Direitos da Cidadania (R\$1,00)	-		-	-	-	-	
Despesas Municipais por Função - Urbanismo (R\$1,00)	3.531.639,09	11,9022%	4.039.770,62	4.103.779,96	4.446.649,77	4.423.154,38	9,5441%
Despesas Municipais por Função - Habitação (R\$1,00)	115.150,48	0,3881%	253.804,78	138.373,68	5.445,00	131.006,40	0,2827%
Despesas Municipais por Função - Saneamento (R\$1,00)	317.282,00	1,0693%	15.302,79	-	219.065,94	1.527.229,40	3,2954%
Despesas Municipais por Função - Gestão Ambiental (R\$1,00)	17.275,18	0,0582%	719,22	-	-	408.961,83	0,8824%
Despesas Municipais por Função - Ciência e Tecnologia (R\$1,00)	-		-	-	-	-	
Despesas Municipais por Função - Agricultura (R\$1,00)	38.194,87	0,1287%	13.600,00	11.500,00	102.477,50	485.663,51	1,0479%
Despesas Municipais por Função - Organização Agrária (R\$1,00)	-		-	-	-	-	
Despesas Municipais por Função - Indústria (R\$1,00)	-		-	-	-	1.789,53	0,0039%
Despesas Municipais por Função - Comércio e Serviços (R\$1,00)	-		-	382.940,10	95.903,13	97.978,53	0,2114%
Despesas Municipais por Função - Comunicações (R\$1,00)	-		-	-	-	-	
Despesas Municipais por Função - Energia (R\$1,00)	-		-	-	-	-	
Despesas Municipais por Função - Transporte (R\$1,00)	281.213,38	0,9477%	549.372,44	317.183,64	1.215.761,90	585.364,08	1,2631%
Despesas Municipais por Função - Desporto e Lazer (R\$1,00)	219.409,73	0,7394%	236.108,39	185.760,34	464.601,41	540.197,33	1,1656%
Despesas Municipais por Função - Encargos Especiais (R\$1,00)	1.856.573,71	6,2569%	1.817.354,82	1.367.355,80	1.180.738,94	589.794,27	1,2726%

Fonte: IPARDES (2008)

APÊNDICE L - Finanças municipais: Lapa entre 2002 e 2006

Variáveis	2002		2003	2004	2005	2006	
	(R\$)	(%) RT	(R\$)	(R\$)	(R\$)	(R\$)	(%) RT
PIB municipal a preços constantes	337.150.890,49		489.619.793,62	450.525.585,16	448.833.000,00		
População municipal	42.640		43.012	44.287	44.733	45.175	
PIB municipal per capita	7.907		11.383	10.173	10.034		
Receitas Municipais - Total (R\$1,00)	20.332.964,04	100,0000%	22.389.175,71	27.998.261,98	32.837.205,63	38.060.222,14	100,0000%
Receitas Correntes Municipais - Total (R\$1,00)	21.182.945,08		23.874.057,62	28.422.162,75	35.572.613,31	39.552.986,03	
Receitas de Capital Municipais - Total (R\$1,00)	951.293,32	4,6786%	508.201,23	1.958.283,36	481.842,67	2.039.454,97	5,3585%
Deduções da Receita Corrente - Total (R\$1,00)	1.801.274,36	8,8589%	1.993.083,14	2.382.184,13	3.217.250,35	3.532.218,86	
Receitas Correntes Municipais - Receita Agropecuária (R\$1,00)	-		18.410,00	-	-	-	
Receitas Correntes Municipais - Receita de Contribuições (R\$1,00)	63.456,86	0,3121%	264.973,43	289.187,21	-	610.624,96	
Receitas Correntes Municipais - Receita de Serviços (R\$1,00)	-		75,00	137.504,98	2.729,75	30.988,65	0,0814%
Receitas Correntes Municipais - Receita Industrial (R\$1,00)	-		-	-	-	-	
Receitas Correntes Municipais - Receita Patrimonial (R\$1,00)	638.978,33	3,1426%	1.064.108,10	652.366,86	693.834,26	643.803,06	1,6915%
Receitas Correntes Municipais - Receita Tributária (R\$1,00)	2.264.975,60	11,1394%	2.607.372,40	3.054.132,14	3.622.419,38	4.356.214,74	11,4456%
Receitas Correntes Municipais - Receita de Transferências Correntes (R\$1,00)	17.781.842,06	87,4533%	19.084.198,29	23.515.135,90	30.507.836,25	32.868.198,46	86,3584%
Receitas Correntes Municipais - Outras Receitas Correntes (R\$1,00)	433.692,23	2,1330%	834.920,40	773.835,66	745.793,67	1.043.156,16	2,7408%
Receita Tributária Municipal - Impostos - Total (R\$1,00)	1.667.347,91	8,2002%	2.054.461,06	2.501.619,33	3.026.909,07	3.691.464,70	9,6990%
Receita Tributária Municipal - Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) (R\$1,00)	586.351,64	2,8837%	559.970,06	711.277,85	722.255,38	736.709,17	1,9356%
Receita Tributária Municipal - Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) (R\$1,00)	223.860,18	1,1010%	326.852,61	317.277,85	476.479,00	609.309,89	1,6009%
Receita Tributária Municipal - Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) (R\$1,00)	378.945,56	1,8637%	319.800,08	306.241,21	369.300,70	454.944,14	1,1953%
Receita Tributária Municipal - Imposto Sobre Serviços (ISS) (R\$1,00)	478.190,53	2,3518%	847.838,31	1.166.822,42	1.458.873,99	1.890.501,50	4,9671%
Receita Tributária Municipal - Imposto Sobre a Venda a Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos (IVVC) (R\$1,00)	-		-	-	-	-	
Receita Tributária Municipal - Taxas - Total (R\$1,00)	597.627,69	2,9392%	552.911,34	552.512,81	595.510,31	664.750,04	1,7466%
Receita Tributária Municipal - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia (R\$1,00)	207.388,28	1,0200%	218.762,63	298.086,51	236.740,93	373.566,10	0,9815%
Receita Tributária Municipal - Taxas pela Prestação de Serviços (R\$1,00)	317.585,59	1,5619%	284.834,51	211.093,18	330.343,24	288.393,00	0,7577%
Receita Tributária Municipal - Contribuição de Melhoria (R\$1,00)	72.653,82	0,3573%	49.314,20	43.333,12	28.426,14	2.790,94	0,0073%
Transferências Correntes Municipais - Total (R\$1,00)	17.781.842,06	87,4533%	19.084.198,29	23.515.135,90	30.507.836,25	32.868.198,46	86,3584%
Transferências Correntes Municipais - Da União (R\$1,00)	7.565.302,42	37,2071%	7.930.403,92	9.907.718,05	13.624.021,26	14.810.945,54	38,9145%
Transferências Correntes Municipais - Do Estado (R\$1,00)	6.354.774,63	31,2536%	7.598.996,10	9.300.044,83	11.707.738,03	13.054.919,18	34,3007%
Transferências Correntes Municipais - Dos Municípios (R\$1,00)	-		-	-	-	-	
Transferências Correntes Municipais - Outras (R\$1,00)	3.861.765,01	18,9926%	3.554.798,27	4.307.373,02	5.176.076,96	5.002.333,74	13,1432%
Deduções - Formação do FUNDEF - Origem FPM (R\$1,00)	871.574,44	4,2865%	895.260,54	1.050.417,68	1.542.930,37	1.705.784,82	4,4818%
Deduções - Formação do FUNDEF - Origem LC 87/96 - Lei Kandir (R\$1,00)	59.134,44	0,2908%	61.602,10	54.096,28	60.247,68	33.263,12	0,0874%
Deduções - Formação do FUNDEF - Origem ICMS (R\$1,00)	840.756,16	4,1349%	1.006.620,50	1.239.769,56	1.566.308,01	1.739.133,70	4,5694%
Deduções - Formação do FUNDEF - Origem IPI Exportação (R\$1,00)	29.809,32	0,1466%	29.600,00	37.900,61	47.764,29	54.037,22	0,1420%
Receitas de Capital Municipais - Alienação de Bens Móveis, Imóveis (R\$1,00)	62.931,00	0,3095%	8.830,00	25.573,43	-	-	
Receitas de Capital Municipais - Operações de Crédito - Total (R\$1,00)	-		-	1.670.326,54	256842,67	313.416,48	0,8235%
Receitas de Capital Municipais - Amortização de Empréstimos (R\$1,00)	-		-	-	-	-	
Receitas de Capital Municipais - Transferências de Capital (R\$1,00)	888.362,32	4,3691%	499.371,23	262.383,39	225.000,00	1.726.038,49	4,5350%
Receitas de Capital Municipais - Outras Receitas de Capital (R\$1,00)	-		-	-	-	-	
Transferências de Capital Municipais - Total (R\$1,00)	888.362,32	4,3691%	499.371,23	262.383,39	225.000,00	1.726.038,49	4,5350%
Transferências de Capital Municipais - Da União (R\$1,00)	-		-	-	225000	37.411,80	0,0983%
Transferências de Capital Municipais - Do Estado (R\$1,00)	-		399.371,23	24.000,00	-	31.363,58	0,0824%
Transferências de Capital Municipais - Dos Municípios (R\$1,00)	-		-	-	-	-	
Transferências de Capital Municipais - Outras (R\$1,00)	888.362,32	4,3691%	100.000,00	238.383,39	-	1.657.263,11	4,3543%
Fundo de Participação dos Municípios (FPM) (R\$1,00)	4.938.924,15	24,2902%	5.073.145,91	5.511.251,78	7.592.743,77	9.555.966,62	25,1075%
Despesas Municipais - Total (R\$1,00)	19.276.309,64	100,0000%	22.814.680,26	27.153.620,52	30.696.240,03	34.881.462,05	100,0000%
Despesas Municipais - Despesas Correntes (R\$1,00)	16.620.417,94	86,2220%	20.478.397,82	22.992.694,61	28.216.911,67	31.665.448,44	90,7802%
Despesas Municipais - Despesas de Capital (R\$1,00)	2.655.891,70	13,7780%	2.336.282,44	4.160.925,91	2.479.328,36	3.216.013,61	9,2198%
Despesas Correntes Municipais - Pessoal e Encargos Sociais (R\$1,00)	9.379.935,82	48,6604%	10.848.471,87	12.041.308,45	14.490.694,39	17.118.412,94	49,0760%
Despesas Correntes Municipais - Juros e Encargos da Dívida (R\$1,00)	120.589,60	0,6256%	89.716,65	148.305,39	368.738,36	260.356,91	0,7464%
Despesas Correntes Municipais - Transferências Correntes (R\$1,00)	-	0,0000%	-	-	-	-	
Despesas Correntes Municipais - Despesas de Custeio (R\$1,00)	-	0,0000%	-	-	-	-	
Despesas Correntes Municipais - Outras Despesas Correntes (R\$1,00)	7.119.892,52	36,9360%	9.540.209,30	10.803.080,77	13.357.478,92	14.286.678,59	40,9578%
Despesas de Capital Municipais - Investimentos (R\$1,00)	2.211.659,30	11,4735%	1.923.296,13	3.743.533,11	1.911.805,07	2.603.349,35	7,4634%
Despesas de Capital Municipais - Inversões Financeiras (R\$1,00)	-		-	-	-	-	
Despesas de Capital Municipais - Amortização da Dívida (R\$1,00)	444.232,40	2,3046%	412.986,31	417.392,80	567.523,29	612.664,26	1,7564%
Despesas de Capital Municipais - Despesas de Transferências de Capital (R\$1,00)	-	0,0000%	-	-	-	-	0,0000%
Despesas Municipais por Função - Total (R\$1,00)	19.276.309,64	100,0000%	22.814.680,26	27.153.620,52	30.696.543,99	34.881.462,05	100,0000%
Despesas Municipais por Função - Legislativa (R\$1,00)	558.620,65	2,8980%	767.000,00	793.612,92	-	-	
Despesas Municipais por Função - Judiciária (R\$1,00)	303.843,66	1,5763%	222.085,90	262.359,60	242.516,59	42.559,47	0,1220%
Despesas Municipais por Função - Essencial à Justiça (R\$1,00)	-		-	-	-	-	
Despesas Municipais por Função - Administração (R\$1,00)	4.374.680,17	22,6946%	5.243.358,60	5.699.318,07	7.971.693,79	8.808.936,00	25,2539%
Despesas Municipais por Função - Defesa Nacional (R\$1,00)	-		300,00	-	-	-	
Despesas Municipais por Função - Segurança Pública (R\$1,00)	-		-	3.125,59	24870,8	8.818,12	0,0253%
Despesas Municipais por Função - Relações Exteriores (R\$1,00)	-		-	-	-	-	
Despesas Municipais por Função - Assistência Social (R\$1,00)	1.351.342,72	7,0104%	817.514,63	1.294.435,89	1.442.761,20	1.492.320,13	4,2783%
Despesas Municipais por Função - Previdência Social (R\$1,00)	39.203,07	0,2034%	-	-	-	-	
Despesas Municipais por Função - Saúde (R\$1,00)	3.660.963,78	18,9920%	4.156.892,16	5.130.519,82	6.371.961,85	7.560.618,31	21,6752%
Despesas Municipais por Função - Trabalho (R\$1,00)	734,56	0,0038%	2.122,79	1.369,09	-	-	
Despesas Municipais por Função - Educação (R\$1,00)	4.894.424,22	25,3909%	6.366.775,49	7.108.656,95	8.359.844,18	9.716.575,83	27,8560%
Despesas Municipais por Função - Cultura (R\$1,00)	212.521,75	1,1025%	350.248,15	297.274,32	86.550,94	138.489,37	0,3970%
Despesas Municipais por Função - Direitos da Cidadania (R\$1,00)	-		-	-	-	-	
Despesas Municipais por Função - Urbanismo (R\$1,00)	1.595.984,59	8,2795%	1.944.873,22	3.404.179,69	2.346.501,35	2.079.286,82	5,9610%
Despesas Municipais por Função - Habitação (R\$1,00)	-		129.358,82	97.190,00	9.212,00	29.185,15	0,0837%
Despesas Municipais por Função - Saneamento (R\$1,00)	-		-	39.780,00	951,30	3.918,40	0,0112%
Despesas Municipais por Função - Gestão Ambiental (R\$1,00)	30.072,12	0,1560%	506.894,11	549.753,14	578000,52	649.254,01	1,8613%
Despesas Municipais por Função - Ciência e Tecnologia (R\$1,00)	-		-	-	-	-	
Despesas Municipais por Função - Agricultura (R\$1,00)	281.401,03	1,4598%	146.855,29	201.463,94	236.681,14	228.911,95	0,6563%
Despesas Municipais por Função - Organização Agrária (R\$1,00)	-		-	-	-	-	
Despesas Municipais por Função - Indústria (R\$1,00)	53.835,58	0,2793%	66.614,20	7.331,05	-	-	
Despesas Municipais por Função - Comércio e Serviços (R\$1,00)	60.031,31	0,3114%	43.076,78	22.517,02	20.029,58	94.942,65	0,2722%
Despesas Municipais por Função - Comunicações (R\$1,00)	-		-	-	-	-	
Despesas Municipais por Função - Energia (R\$1,00)	-		-	-	-	-	
Despesas Municipais por Função - Transporte (R\$1,00)	663.581,24	3,4425%	894.933,14	1.307.359,56	1.836.648,44	2.569.560,93	7,3666%
Despesas Municipais por Função - Desporto e Lazer (R\$1,00)	405.323,92	2,1027%	255.081,86	266.646,47	64.167,22	167.455,05	0,4801%
Despesas Municipais por Função - Encargos Especiais (R\$1,00)	789.745,27	4,0970%	900.695,12	666.727,40	1.104.153,09	1.290.629,86	3,7000%

Fonte: IPARDES (2008)

APÊNDICE M - Finanças municipais: Piraquara entre 2002 e 2006

Variáveis	2002		2003	2004	2005	2006	
	(R\$)	(%) RT	(R\$)	(R\$)	(R\$)	(R\$)	(%) RT
PIB municipal a preços constantes	255.938.688,96		301.723.260,68	297.619.790,64	360.813.000,00		
População municipal	81.622		85.677	94.188	98.899	103.574	
PIB municipal per capta	3.136		3.522	3.160	3.648		
Receitas Municipais - Total (R\$1,00)	30.301.696,16	100,0000%	33.425.471,65	40.899.952,94	0,00	56.681.049,84	100,0000%
Receitas Correntes Municipais - Total (R\$1,00)	32.809.952,34		36.530.382,80	42.896.927,71	0,00	58.691.227,58	
Receitas de Capital Municipais - Total (R\$1,00)	260.754,76	0,8605%	1.575,83	1.595.958,20	0,00	2.965.929,76	5,2327%
Deduções da Receita Corrente - Total (R\$1,00)	2.769.010,94		3.106.486,98	3.592.932,97	0,00	4.976.107,50	
Receitas Correntes Municipais - Receita Agropecuária (R\$1,00)	-		-	-		-	
Receitas Correntes Municipais - Receita de Contribuições (R\$1,00)	-		-	896.590,42		878.885,83	1,5506%
Receitas Correntes Municipais - Receita de Serviços (R\$1,00)	33.189,29	0,1095%	4.990,10	812.219,94		6.506,44	0,0115%
Receitas Correntes Municipais - Receita Industrial (R\$1,00)	-		-	-		-	
Receitas Correntes Municipais - Receita Patrimonial (R\$1,00)	297.693,23	0,9824%	479.913,58	95.624,98		676.664,88	1,1938%
Receitas Correntes Municipais - Receita Tributária (R\$1,00)	4.644.395,48	15,3272%	4.238.168,86	4.280.736,65		5.841.947,77	10,3067%
Receitas Correntes Municipais - Receita de Transferências Correntes (R\$1,00)	26.918.684,96	88,8356%	30.221.425,60	36.132.315,87		49.663.534,57	87,6193%
Receitas Correntes Municipais - Outras Receitas Correntes (R\$1,00)	915.989,38	3,0229%	1.585.884,66	679.439,85		1.623.688,09	2,8646%
Receita Tributária Municipal - Impostos - Total (R\$1,00)	3.111.360,82	10,2679%	3.296.933,40	4.053.532,13	0,00	4.731.884,19	8,3483%
Receita Tributária Municipal - Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU) (R\$1,00)	1.847.047,75	6,0955%	1.909.675,72	2.113.302,74		2.087.529,39	3,6829%
Receita Tributária Municipal - Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) (R\$1,00)	300.243,91	0,9908%	437.340,57	597.361,00		774.200,21	1,3659%
Receita Tributária Municipal - Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) (R\$1,00)	247.500,84	0,8168%	290.110,44	493.813,13		392.484,01	0,6924%
Receita Tributária Municipal - Imposto Sobre Serviços (ISS) (R\$1,00)	716.568,32	2,3648%	659.806,67	849.055,26		1.477.670,58	2,6070%
Receita Tributária Municipal - Imposto Sobre a Venda a Varejo de Combustíveis Líquidos e Gasosos (IVVC) (R\$1,00)				-		-	
Receita Tributária Municipal - Taxas - Total (R\$1,00)	1.533.034,66	5,0592%	941.235,46	227.204,52	0,00	1.110.063,58	1,9584%
Receita Tributária Municipal - Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia (R\$1,00)	98.201,84	0,3241%	106.620,59	109.277,75		117.116,31	0,2066%
Receita Tributária Municipal - Taxas pela Prestação de Serviços (R\$1,00)	1.434.832,82	4,7352%	834.614,87	117.926,77		989.872,08	1,7464%
Receita Tributária Municipal - Contribuição de Melhoria (R\$1,00)	-		-	-		3.075,19	0,0054%
Transferências Correntes Municipais - Total (R\$1,00)	26.918.684,96	88,8356%	30.221.425,60	36.132.315,87	0,00	49.663.534,57	87,6193%
Transferências Correntes Municipais - Da União (R\$1,00)	10.199.297,91	33,6592%	11.636.378,47	14.457.446,83		22.982.997,45	40,5479%
Transferências Correntes Municipais - Do Estado (R\$1,00)	9.654.307,52	31,8606%	11.459.508,52	13.410.685,93		16.974.550,13	29,9475%
Transferências Correntes Municipais - Dos Municípios (R\$1,00)	-		-	-		-	
Transferências Correntes Municipais - Outras (R\$1,00)	7.065.079,53	23,3158%	7.125.538,61	8.264.183,11		9.705.986,99	17,1239%
Deduções - Formação do FUNDEF - Origem FPM (R\$1,00)	1.289.062,45	4,2541%	1.365.113,39	1.606.666,26		2.567.521,55	4,5298%
Deduções - Formação do FUNDEF - Origem LC 87/96 - Lei Kandir (R\$1,00)	94.159,08	0,3107%	95.703,80	80.664,16		47.413,44	0,0836%
Deduções - Formação do FUNDEF - Origem ICMS (R\$1,00)	1.338.398,91	4,4169%	1.598.660,68	1.849.020,85		2.289.579,08	4,0394%
Deduções - Formação do FUNDEF - Origem IPI Exportação (R\$1,00)	47.390,50	0,1564%	47.009,11	56.581,70		71.593,43	0,1263%
Receitas de Capital Municipais - Alienação de Bens Móveis, Imóveis (R\$1,00)	-		-	-		31.465,30	0,0555%
Receitas de Capital Municipais - Operações de Crédito - Total (R\$1,00)	-		-	1.595.958,20		2.934.464,46	5,1772%
Receitas de Capital Municipais - Amortização de Empréstimos (R\$1,00)	-		-	-		-	
Receitas de Capital Municipais - Transferências de Capital (R\$1,00)	260.754,76	0,8605%		-		-	
Receitas de Capital Municipais - Outras Receitas de Capital (R\$1,00)	-		1.575,83	-		-	
Transferências de Capital Municipais - Total (R\$1,00)	260.754,76	0,8605%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,0000%
Transferências de Capital Municipais - Da União (R\$1,00)	-		-	-		-	
Transferências de Capital Municipais - Do Estado (R\$1,00)	-		-	-		-	
Transferências de Capital Municipais - Dos Municípios (R\$1,00)	-		-	-		-	
Transferências de Capital Municipais - Outras (R\$1,00)	260.754,76		-	-		-	
Fundo de Participação dos Municípios (FPM) (R\$1,00)	7.304.689,63	24,1065%	7.742.657,32	8.442.768,31	11.389.115,36	14.334.586,47	25,2899%
Despesas Municipais - Total (R\$1,00)	29.875.878,38	100,0000%	34.247.594,78	39.068.070,15		57.936.182,92	100,0000%
Despesas Municipais - Despesas Correntes (R\$1,00)	26.049.064,28	87,1910%	29.830.496,61	32.584.856,13		46.297.608,33	79,9114%
Despesas Municipais - Despesas de Capital (R\$1,00)	3.826.814,10	12,8090%	4.417.098,17	6.483.214,02		11.638.574,59	20,0886%
Despesas Correntes Municipais - Pessoal e Encargos Sociais (R\$1,00)	16.410.496,02	54,9289%	17.141.852,21	18.376.286,72		21.696.196,07	37,4484%
Despesas Correntes Municipais - Juros e Encargos da Dívida (R\$1,00)	116.458,70	0,3898%	95.535,97	78.218,80		312.692,20	0,5397%
Despesas Correntes Municipais - Transferências Correntes (R\$1,00)		0,0000%		-		-	
Despesas Correntes Municipais - Despesas de Custeio (R\$1,00)		0,0000%		-		-	
Despesas Correntes Municipais - Outras Despesas Correntes (R\$1,00)	9.522.109,56	31,8722%	12.593.108,43	14.130.350,61		24.288.720,06	41,9232%
Despesas de Capital Municipais - Investimentos (R\$1,00)	3.332.779,32	11,1554%	3.217.574,89	5.360.799,70		9.891.372,04	17,0729%
Despesas de Capital Municipais - Inversões Financeiras (R\$1,00)	-		-	6,15		-	
Despesas de Capital Municipais - Amortização da Dívida (R\$1,00)	494.034,78	1,6536%	1.199.523,28	1.122.408,17		1.747.202,55	3,0157%
Despesas de Capital Municipais - Despesas de Transferências de Capital (R\$1,00)		0,0000%		-		-	0,0000%
Despesas Municipais por Função - Total (R\$1,00)	29.875.878,38	100,0000%	34.247.594,78	39.068.070,15		57.936.182,92	100,0000%
Despesas Municipais por Função - Legislativa (R\$1,00)	1.488.056,54	4,9808%	1.773.850,13	1.855.222,45		-	
Despesas Municipais por Função - Judiciária (R\$1,00)	223.900,78	0,7494%	189.582,59	229.487,07		284.858,98	0,4917%
Despesas Municipais por Função - Essencial à Justiça (R\$1,00)	-		-	-		-	
Despesas Municipais por Função - Administração (R\$1,00)	3.593.312,75	12,0275%	3.880.636,97	3.470.532,96		5.751.918,26	9,9280%
Despesas Municipais por Função - Defesa Nacional (R\$1,00)	-		-	45.762,86		40.000,00	0,0690%
Despesas Municipais por Função - Segurança Pública (R\$1,00)	97.461,59	0,3262%	145.457,49	24.395,28		49.910,82	0,0861%
Despesas Municipais por Função - Relações Exteriores (R\$1,00)	-		-	-		-	
Despesas Municipais por Função - Assistência Social (R\$1,00)	1.883.530,03	6,3045%	1.013.213,38	971.294,39		1.961.652,14	3,3859%
Despesas Municipais por Função - Previdência Social (R\$1,00)	-		-	-		-	
Despesas Municipais por Função - Saúde (R\$1,00)	2.533.138,94	8,4789%	4.479.874,70	4.848.035,00		9.715.712,85	16,7697%
Despesas Municipais por Função - Trabalho (R\$1,00)	94.623,27	0,3167%	115.698,68	13.472,22		40.132,66	0,0693%
Despesas Municipais por Função - Educação (R\$1,00)	10.236.546,16	34,2636%	14.268.834,18	16.545.670,80		18.614.802,69	32,1298%
Despesas Municipais por Função - Cultura (R\$1,00)	437.617,86	1,4648%	469.866,04	529.157,10		498.023,14	0,8596%
Despesas Municipais por Função - Direitos da Cidadania (R\$1,00)	-		-	-		607.636,79	1,0488%
Despesas Municipais por Função - Urbanismo (R\$1,00)	4.092.353,26	13,6979%	2.970.331,74	6.093.801,71		10.011.590,28	17,2804%
Despesas Municipais por Função - Habitação (R\$1,00)	-		-	-		438.742,97	0,7573%
Despesas Municipais por Função - Saneamento (R\$1,00)	-		4.495,50	-		144.821,61	0,2500%
Despesas Municipais por Função - Gestão Ambiental (R\$1,00)	940.237,66	3,1471%	790.124,12	740.974,08		2.749.388,71	4,7455%
Despesas Municipais por Função - Ciência e Tecnologia (R\$1,00)	-		-	-		-	
Despesas Municipais por Função - Agricultura (R\$1,00)	156.616,68	0,5242%	27.526,71	69.926,28		-	
Despesas Municipais por Função - Organização Agrária (R\$1,00)	-		-	-		-	
Despesas Municipais por Função - Indústria (R\$1,00)	231.662,22	0,7754%	85.597,86	6.729,18		-	
Despesas Municipais por Função - Comércio e Serviços (R\$1,00)	138.427,02	0,4633%	130.903,76	52.873,26		84.241,10	0,1454%
Despesas Municipais por Função - Comunicações (R\$1,00)	-		-	-		-	
Despesas Municipais por Função - Energia (R\$1,00)	-		-	-		621.666,69	1,0730%
Despesas Municipais por Função - Transporte (R\$1,00)	2.293.740,96	7,6776%	1.739.200,71	1.400.578,56		1.865.436,26	3,2198%
Despesas Municipais por Função - Desporto e Lazer (R\$1,00)	268.935,12	0,9002%	361.366,33	300.919,62		1.086.639,73	1,8756%
Despesas Municipais por Função - Encargos Especiais (R\$1,00)	1.165.717,54	3,9019%	1.801.033,89	1.869.237,33		3.369.007,24	5,8150%

Fonte: IPARDES (2008)

APÊNDICE N - Receita tributária municipal na RMC entre 2002 e 2006

Localidades	Pos.	2002	(%)	2003	2004	2005	Pos.	2006	(%)	(%) em relação à rec. Total
Rec. Tgrib. Total (R\$1,00)		606.507.560,02	100,0000%	668.909.628,59	785.693.377,33	777.669.804,82		946.430.162,09	100,0000%	8,6875%
Curitiba	1	497.430.878,75	82,0156%	548.111.104,74	648.980.334,34	650.990.002,46	1	773.536.721,75	81,7320%	7,1005%
São José dos Pinhais	5	31.964.348,68	5,2702%	33.583.248,10	39.905.652,56	45.615.824,19	4	52.195.858,19	5,5150%	0,4791%
Pinhais	9	14.844.171,79	2,4475%	17.932.418,86	20.211.502,56	0,00	9	25.723.721,28	2,7180%	0,2361%
Araucária	10	14.019.849,40	2,3116%	17.949.000,00	22.016.443,85	22.004.299,48	10	25.492.067,63	2,6935%	0,2340%
Colombo	13	11.682.688,15	1,9262%	12.182.772,51	13.945.505,49	14.675.693,13	13	16.934.892,03	1,7893%	0,1554%
Campo Largo	24	5.824.866,63	0,9604%	7.186.689,94	7.867.434,90	8.779.470,20	23	10.389.408,83	1,0977%	0,0954%
Fazenda Rio Grande	25	5.364.121,14	0,8844%	5.481.489,84	4.672.672,82	5.026.660,88	35	5.420.407,14	0,5727%	0,0498%
Piraquara	28	4.644.395,48	0,7658%	4.238.168,86	4.280.736,65	-	31	5.841.947,77	0,6173%	0,0536%
Almirante Tamandaré	30	4.368.362,16	0,7202%	4.000.629,95	4.874.686,15	5.287.839,79	34	5.449.335,81	0,5758%	0,0500%
Campina Grande do Sul	36	3.314.045,36	0,5464%	3.517.651,54	3.852.304,66	4.565.503,62	43	4.222.129,78	0,4461%	0,0388%
Quatro Barras	41	2.831.011,59	0,4668%	3.276.918,90	3.369.979,36	3.284.897,99	41	4.338.185,19	0,4584%	0,0398%
Lapa	44	2.264.975,60	0,3734%	2.607.372,40	3.054.132,14	3.622.419,38	40	4.356.214,74	0,4603%	0,0400%
Balsa Nova	47	2.048.556,26	0,3378%	2.259.279,84	1.432.053,67	1.589.299,85	86	1.500.000,00	0,1585%	0,0138%
Rio Branco do Sul	71	1.348.890,79	0,2224%	1.154.772,08	1.414.974,28	4.255.940,28	71	1.895.841,90	0,2003%	0,0174%
Mandirituba	75	1.196.355,59	0,1973%	1.468.649,69	1.927.621,09	1.921.429,38	66	2.026.508,08	0,2141%	0,0186%
Campo Magro	81	986.480,87	0,1626%	1.147.915,84	1.350.132,29	1.736.538,28	78	1.604.878,00	0,1696%	0,0147%
Contenda	125	533.769,57	0,0880%	679.517,00	864.525,00	936.930,86	105	1.092.042,01	0,1154%	0,0100%
Tijucas do Sul	130	512.814,55	0,0846%	583.088,29	445.004,34	0,00	116	924.130,92	0,0976%	0,0085%
Bocaiúva do Sul	168	368.683,53	0,0608%	460.907,97	435.835,90	521.173,76	152	664.361,27	0,0702%	0,0061%
Quitandinha	176	343.061,20	0,0566%	350.272,15	385.093,65	500.361,12	159	622.790,20	0,0658%	0,0057%
Itaperuçu	202	280.668,07	0,0463%	211.238,66	0,00	393.736,92	381	0,00	0,0000%	0,0000%
Agudos do Sul	282	157.750,58	0,0260%	261.917,77	152.061,93	141.398,51	280	239.306,09	0,0253%	0,0022%
Adrianópolis	330	96.683,53	0,0159%	104.546,60	0,00	242.326,16	157	630.397,21	0,0666%	0,0058%
Doutor Ulysses	345	80.130,75	0,0132%	0,00	0,00	304.979,32	268	263.380,62	0,0278%	0,0024%
Cerro Azul	391	0,00	0,0000%	0,00	0,00	800.992,22	154	653.730,39	0,0691%	0,0060%
Tunas do Paraná	393	0,00	0,0000%	160.057,06	254.689,70	472.087,04	212	411.905,26	0,0435%	0,0038%

Fonte: IPARDES (2008)

APÊNDICE O - Receitas orçamentárias nos municípios da RMC entre 2002 e 2006 - Total (R\$1,00)

Localidades	2002	2003	2004	2005	Pos.	2006	% PR	% RMC
Total - PR	7.020.417.968,81	7.770.709.735,39	8.869.358.490,39	9.473.031.142,23		10.894.128.195,01	100,00%	
Total - RMC	2.551.731.602,64	2.924.637.941,17	3.268.848.286,06	3.392.158.237,01		4.163.238.783,07		100,00%
Curitiba	1.788.595.389,04	1.997.305.885,92	2.232.752.697,14	2.364.862.872,97	1	2.765.869.101,60	25,39%	66,44%
Araucária	192.166.751,50	243.655.000,00	243.753.788,94	251.556.610,41	3	377.339.640,07	3,46%	9,06%
São José dos Pinhais	140.823.530,73	195.905.909,32	219.632.713,98	246.849.887,57	6	240.717.291,69	2,21%	5,78%
Colombo	73.006.341,24	91.366.500,22	122.205.425,44	117.253.119,68	10	130.997.868,59	1,20%	3,15%
Campo Largo	47.630.572,83	54.370.950,84	68.275.330,69	77.697.900,51	12	119.282.306,79	1,09%	2,87%
Pinhais	60.599.633,70	66.796.843,84	71.857.248,53	-	14	91.523.348,20	0,84%	2,20%
Piraquara	30.301.696,16	33.425.471,65	40.899.952,94	-	25	56.681.049,84	0,52%	1,36%
Fazenda Rio Grande	32.328.751,13	29.944.643,74	37.298.339,02	45.303.370,82	29	50.242.525,60	0,46%	1,21%
Almirante Tamandaré	30.046.482,60	31.737.995,39	42.605.942,70	42.126.343,07	31	48.695.852,83	0,45%	1,17%
Lapa	20.332.964,04	22.389.175,71	27.998.261,98	32.837.205,63	40	38.060.222,14	0,35%	0,91%
Rio Branco do Sul	20.894.223,15	24.009.088,79	27.151.211,01	32.991.581,87	44	34.906.672,94	0,32%	0,84%
Campina Grande do Sul	20.049.492,22	23.513.554,70	25.471.351,39	27.521.745,22	51	30.915.204,52	0,28%	0,74%
Quatro Barras	12.970.260,22	16.977.734,73	18.655.910,62	20.740.542,76	59	27.686.666,12	0,25%	0,67%
Campo Magro	12.811.082,79	14.341.228,76	16.588.133,70	20.592.912,19	72	22.570.695,40	0,21%	0,54%
Mandirituba	9.974.017,95	10.470.051,20	13.795.710,83	15.138.636,04	98	16.671.127,61	0,15%	0,40%
Balsa Nova	10.917.267,85	14.987.297,70	14.151.313,94	15.356.586,36	99	16.666.242,01	0,15%	0,40%
Quitandinha	7.613.135,13	7.528.213,89	9.326.561,00	10.880.590,05	123	13.224.768,20	0,12%	0,32%
Tijucas do Sul	7.343.341,56	7.099.808,56	7.769.602,27	-	124	13.217.805,74	0,12%	0,32%
Contenda	7.279.963,97	8.478.492,00	10.473.595,00	12.334.590,07	129	13.089.556,65	0,12%	0,31%
Cerro Azul	-	-	-	12.359.542,57	133	12.826.087,55	0,12%	0,31%
Tunas do Paraná	-	3.892.780,29	5.300.905,18	6.624.939,59	155	11.073.795,18	0,10%	0,27%
Bocaiúva do Sul	5.189.615,14	6.264.143,70	7.132.585,51	8.256.293,51	197	9.040.759,07	0,08%	0,22%
Adrianópolis	4.208.402,27	5.355.553,47	-	6.660.032,89	218	8.062.507,25	0,07%	0,19%
Doutor Ulysses	3.876.970,28	-	-	5.519.599,14	253	6.972.693,70	0,06%	0,17%
Agudos do Sul	4.491.312,76	5.067.174,10	5.751.704,25	6.386.941,78	257	6.904.993,78	0,06%	0,17%
Itaperuçu	8.280.404,38	9.754.442,65	-	12.306.392,31	381	-	0,00%	0,00%

Fonte: IPARDES (2008).

